



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA
Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 200882100407	Distribuição: 14/10/2008
Número Único: 0000454-19.2008.8.25.0069	Competência: Moita Bonita
Classe: Cumprimento de Sentença	Fase: *****
Situação: Julgado	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução - Obrigação de Fazer / Não Fazer

Dados das Partes

EXEQÜENTE: KEYLLA SOARES DA CUNHA

Endereço:

Complemento:

Bairro:

Cidade: - Estado: - CEP: 49560000

Advogado(a): ALEXANDRE SOBRAL ALMEIDA 2795/SE

Advogado(a): VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DÉDA 4316/SE

Advogado(a): TIALLA TEIXEIRA COSTA DE CASTRO 4733/SE

EXECUTADO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Endereço: AVENIDA ALMIRANTE BARROSO

Complemento: SALA 913 - 9º ANDAR

Bairro: CENTRO

Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031005

Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE

Advogado(a): JOÃO ALVES BARBOSA FILHO 4246/PE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA
Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA
Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

200882100407

DATA:

23/05/2017

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que, nesta data, todas as peças e documentos do presente processo foram digitalizados e convertidos em Processo Eletrônico.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Estado de Sergipe
Poder Judiciário



200882100407

821 o. Distribuidor

Distribuído em 14/10/2008

200882100407

Número Único: 0000454-59.2008.8.25.0069

Dados Gerais

Comarca de RIBEIROPOLIS

Moita Bonita

Juiz(a) de Direito VALERIA BEATRIZ RODRIGUES

Cumprimento de sentença

ASSUNTOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução - Obrigação de Fazer / Não Fazer

EXEQUENTE

KEYLLA SOARES DA CUNHA

Advogado(a): ALEXANDRE
SOBRAL ALMEIDA - 2795/SE
Advogado(a): VALÉRIO CÉSAR
DE AZEVEDO DÉDA - 4316/SE
Advogado(a): TIALLA TEIXEIRA
COSTA DE CASTRO - 4733/SE

EXECUTADO

COMPANHIA EXCESIOR DE SEGUROS

Advogado(a): KELLY
CHRYSTIAN SILVA SANTANA -
2592/SE



200882100407

200882100407

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

16-2-17

α 17

RECEBIMOS
10/10/09
[assinatura]

05-11-09

02
[assinatura]

Sobral
Almeida

A.D.V.O.G.A.D.O.S A.S.S.O.C.I.A.D.O.S

Alexandre Sobral Almeida – OAB/SE 2795
Valério César de Azevedo Deda – OAB/SE 4316

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS- DISTRITO DE MOITA BONITA - ESTADO DE SERGIPE.

CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA, brasileiro, maior, portador do RG nº 2.135.270-4 SSP/SE, inscrito CPF/MF sob nº 045.593.645-59, residente e domiciliado à Rua Leandro Maciel, S/N, Cidade de Moita Bonita- Estado de Sergipe, CEP 49.560-000, por seus procuradores infra-assinados com endereço profissional sito na Avenida Tancredo Neves (Contorno), nº 922, Bairro Greru, Aracaju-Sergipe, CEP 49.025-620, vem à presença de Vossa Excelência, intentar **AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA** em face da **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS** pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Av. Almirante Barroso, nº 91, 9º andar, la 913, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-005, face aos seguintes fatos e fundamentos expostos:

DOS FATOS

O demandante foi vítima de acidente de trânsito, evento este que lhe causou deformidade suportada até dias atuais.

Destado, ciente do seu direito ao seguro obrigatório (DPVAT), o autor, por meio de solicitação administrativa, promoveu os trâmites para conquistar o pagamento da apólice a título de invalidez, prevista legislação pertinente.

Então, após o referido procedimento administrativo, a seguradora ré apenas consignou a quantia de R\$ 675,00 (Seiscentos e setenta e cinco reais), em 16/05/2007, conforme notícia documental em anexo.

Conseqüentemente, ao proceder de tal forma, a seguradora requerida acabou por transgredir o que deterrLei, visto que pagou valor inferior ao por ela determinado, quando da

[assinatura]

03
P

ocorrência desse tipo de sinistro.

Note-se que a constatação da *invalidez* é clara, tendo inclusive o autor obedecido aos trâmites administrativos sob título de *invalidez permanente*; bem como, por ter recebido quantia destinada à seqüela dentro do funesto rol da resolução do CNSP.

Por outro lado, uma vez que o autor já recebeu o seguro DPVAT à título de invalidez permanente, a discussão sobre a existência ou não de invalidez, torna-se desnecessária, porquanto o autor não reivindica a integralidade da apólice, mas sim a sua complementação que deverá ser paga de acordo com o que prevê a lei que, por sua vez, não diferencia graus de invalidez.

Com inspiração no breve, eis os principais relatos.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Na definição legal, a invalidez "é a incapacidade para o exercício da atividade que garanta a subsistência de seu portador, estando o mesmo insuscetível de reabilitação para o exercício da atividade que tenha esse fim."

Dessa forma, o artigo 3º da Lei nº 6.194/74, à época do acidente sofrido pelo demandante previa em sua alínea "b":

Art. 3º- Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

...
b) até R\$ 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente;

De outra parte, para se verificar o direito do Demandante, citam-se os seguintes julgados do TJSE e TJRS, donde se verifica que uma vez paga a indenização a título de invalidez (o que se verifica pelo valor auferido), **deve então ser complementada a apólice, já que a lei não faz distinção entre invalidez total e parcial:**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

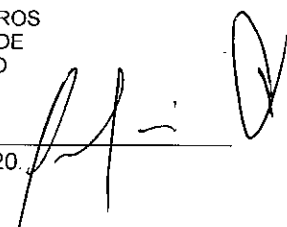
ACÓRDÃO:
RECURSO INOMINADO (CÍVEL CAPITAL)
PROCESSO:
REQUERENTE

REQUERIDO
ADVOGADO

110/2006
0040/2006
2006800040
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
MARIA CARMEM ALVES DE ANDRADE
JOSE ADELSON DE JESUS BALBINO
IRINALDA CARNEIRO DE MENEZES

Página 1 de 6

Avenida Tancredo Neves, nº 922, Bairro Grageru – CEP – 49. 025-620.
E-mail: sobralalmeidaadvogados@gmail.com



RELATOR:
EMENTA

DRA. SUYENE BARRETO SEIXAS DE SANTANA

CONSTITUCIONAL E CIVIL. DPVAT. EVENTO INVALIDEZ PERMANENTE. QUITAÇÃO. QUANTIFICAÇÃO EM SALÁRIO MÍNIMO. CONSTITUCIONALIDADE. RESOLUÇÃO DO CNSP CONTRÁRIA À LEI. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS NORMAS. JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1 - A quitação é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à percepção da indenização completa, cujo valor decorre de lei. 2 - Constitucionalidade da quantificação da indenização do seguro DPVAT ao valor do salário mínimo. Precedente do STF (RE 298211/MA - Rel. Min. Eros Grau - j. Em 02.02.2005) 3 - É inaplicável a Resolução do CNSP quando contrária à Lei. Precedentes do STJ (RESP 161185/SP; RESP 153209/RS; RESP 296675/SP) 4 - A diferença pleiteada deve ser acrescida de juros contados a partir da data em que a seguradora foi constituída em mora para proceder ao pagamento da diferença pleiteada pela Recorrida, ou seja, a partir de sua citação. Precedente do STJ. (RESP 546392/MG) 5- O termo inicial da correção monetária não foi objeto do recurso, mantendo - se o determinado na decisão monocrática. Recurso conhecido e improvido.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

ACÓRDÃO:	400/2008
RECURSO INOMINADO (CRIME CAPITAL/CÍVEL E CRIME INT.)	0139/2008
PROCESSO:	2008900384
RECORRENTE	ADRIANA DE JESUS DAVI DOS SANTOS OLIVEIRA SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS
RECORRIDO	ISMAR FRANCISCO RAMOS FILHO
ADVOGADO	DRA. MARIA ANGÉLICA FRANÇA SOUZA
RELATOR:	
EMENTA	

RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR JÁ PAGO. CONDENAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. POSSIBILIDADE. CRITÉRIO LEGAL E ESPECÍFICO DESSA NATUREZA DE COBERTURA. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL ANTE O RECONHECIMENTO POR PARTE DA SEGURADORA QUANTO À INVALIDEZ PERMANENTE DA RECORRENTE. PROVAS SUFICIENTES NOS AUTOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Tratando-se de pedido de complementação de valor do prêmio pago a menor, e havendo nos autos o reconhecimento por parte da seguradora quanto à invalidez permanente da recorrente, admitindo que a ela foi pago o valor máximo destinado às vítimas com invalidez permanente, desnecessário se faz produzir-se qualquer outra prova pericial. A fixação do valor da cobertura pelo art. 3º, em suas alíneas, da Lei n. 6.194/74, em salários mínimos não afronta a legislação infraconstitucional e nem a própria Constituição Federal, pois não se está a utilizar o salário mínimo como correção monetária, mas mero critério indenizatório. Publicado no DJ de 10/06/2008.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO PARCIAL, PORTANTO ADMITIDA A INVALIDEZ. VALIDADE DA QUITAÇÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA. COMPETÊNCIA DO CNSP. SALÁRIO MÍNIMO - ART. 7º, INC. IV, DA CF. I. O recibo de quitação auferido pelos beneficiários do seguro não veda a cobrança judicial da diferença decorrente do pagamento em quantia inferior a devida. II. Já houve o pagamento de parte da indenização buscada e não é questionada a existência ou não da invalidez alegada pelo autor. **Portanto, como a lei não faz diferenciação com graus de invalidez, não cabe exigir prova pericial, sendo que a invalidez alegada já foi admitida pela própria demandada quando pagou parte do valor devido.** III. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, e a M.P nº 340, posteriormente transformada na lei 11.482/07, são os únicos textos legais que conferem competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. IV. A aplicação do salário mínimo não ocorre como fator de reajuste, mas como mero referencial, não existindo ofensa ao disposto no art. 7º, inc. IV, da CF. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71001669019, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 04/06/2008)

Cometa-se ainda que a justa reparação é obrigação que a lei impõe às seguradoras participantes do consórcio. Assim sendo, fica caracterizado o direito do Demandante que foi vítima de acidente de trânsito e considerada inválida, nos moldes art. 3º da Lei 6.194/74, de maneira que as Resoluções da CNSP não podem ser utilizadas para fixar valores a serem pagos a título de seguro obrigatório, a propósito, observe-se decisão do TJRO:

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Página 1 de 6

Avenida Tancredo Neves, nº 922, Bairro Grageru – CEP – 49. 025-620.
E-mail: sobralalmeidaadvogados@gmail.com

Tribunal de Justiça 2ª Câmara Cível

100.001.2007.011437-3 Apelação Cível - Rito Sumário
Origem : 00120070114373 Porto Velho/RO (7ª Vara Cível)
Apelante : Bradesco Seguros S/A
Advogados : Odair Martini (OAB/RO 30-B) e outros
Apelados : Eudes Cavalcante Siqueira e outro
Advogado : Firmino Gisbert Banus (OAB/RO 163)
Relator : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

EMENTA - Cobrança. **Seguro** obrigatório. Limite máximo. Salários mínimos. Em se tratando de recebimento de **seguro DPVAT**, deve ser obedecido o limite estabelecido na legislação vigente. Sendo inadmissível, então, que resoluções administrativas se sobreponham à lei, em razão da hierarquia das normas.

ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Aduz ainda a vindicante que o fato de já haver auferido parte da indenização não impede a discussão, eis que a circunstância de ter recebido parte de direito não prejudica a complementação do valor correspondente a 40 salários mínimos. Observe-se o que dita a melhor jurisprudência:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS - INDENIZAÇÃO POR MORTE - FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS - LEI 6.194/74 ART.3º RECIBO DE QUITAÇÃO - RECEBIMENTO DE VALOR INFERIOR AO LEGALMENTE ESTIPULADO - DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO. I - Pacifica a jurisprudência desta corte no sentido de que o art. 3º, da lei 6.194/74 não fora revogado pelas leis 6.205/75 e 6.243/77, porquanto, ao adotar o salário mínimo como padrão para fixar indenização devida, não o tem como fator correção monetária, que estas leis buscam afastar. II - Igualmente consolidado o entendimento de que o recibo de quitação passado de forma geral, mas relativo à obtenção de parte do direito legalmente assegurado, não traduz renúncia a este direito e, muito menos a extinção da obrigação. Precedente do STJ(...) (Resp.nº 129182/SP, Rel. Min. WALDEMAR ZVEITER, Terceira Turma maioria.DJ30/ 03/98.

SEGURO OBRIGATÓRIO - Finalidade social da lei que o institui – quitação cujos efeitos abrangem somente os valores recebidos, sendo lícito ao autor cobrar a diferença a que faz jus ainda que no recibo se tenha feito alusão a quitação geral e plena (1ªTACivSP, Apelação nº 405.944-5, 6ª Câmara, Rel. JUIZ CARLOS ROBERTO GONÇALVES.)

Ao fim, obtempera o vindicante que o valor a ser complementado deve se dar na base de 40 (Quarenta) salários mínimos. Explica-se:

Inicialmente, observa-se que a lei 11.482/07 padece de vício de constitucionalidade, já que deriva da conversão de medida provisória nº 340/06 que, ao seu tempo, já era considerada inconstitucional por não atender aos requisitos do artigo 62 da CFRB.

Atenta a este fato, a jurisprudência pátria vinha determinando que o pagamento do seguro obrigatório se desse na base de 40 (Quarenta) salários mínimos. Observe-se que, em virtude de tal discussão, o FONAJE publicou a orientação 107:

Enunciado 107 -Nas indenizações por morte o valor devido do seguro obrigatório é de quarenta salários mínimos, não sendo possível modificá-lo por Resolução do CNSP e/ou Susep (aprovado no XIX Encontro – Aracaju/SE – apreciação no XXI Encontro –Vitória/ES:"o enunciado 107 foi mantido em razão da pendência quanto à aprovação da medida provisória 340/2006 e sua constitucionalidade. A matéria será reapreciada no próximo encontro)

Vale ainda comentar que a lei resultante da transformação da MP 340/06 representa um retrocesso, ao passo que fixa um valor, sem, contudo, determinar o seu parâmetro de reajuste, configurando-se alteração legislativa anacrônica.

Portanto, caso seja dada procedência ao pedido de complementação oraaviado, requer o autor que o mesmo se dê na base de 40 salários mínimos, considerados atualmente, e não sobre o valor fixo estipulado pela lei 11.482/07.

DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) A citação da requerida para que compareça em audiência de conciliação, instrução e julgamento em data determinada por este juízo, para então apresentar resposta aos termos da presente, sob pena de decretação de revelia e incidência de seus efeitos;
- b) A procedência do pedido, para condenar a empresa Demandada a pagar indenização no valor de R\$ 15.925,00 (Quinze mil, novecentos e vinte e cinco reais), correspondente à diferença dos 40 (quarenta) salários mínimos, considerados atualmente, conforme fundamentação supra, deduzido pela importância até então recebida (R\$ 675,00), tudo a ser acrescido da correção monetária e juros legais, desde a data do pagamento feito a menor, conforme o disposto na Súmula 54 do STJ.
- c) A condenação da Demandada nos honorários de advogado do autor, na razão de 20% do valor da condenação e nas custas judiciais, em caso de recurso.
- d) Seja decretada a gratuidade judiciária, especialmente, para efeitos recursais, eis que o demandante se enquadra nos termos da lei 1.060/50;

O Requerente prova suas alegações, com documentos acostados, e por todos os demais meios probatórios em direito admitidos, especialmente, testemunhas, bem depoimento pessoal dos representantes legais das empresas Demandadas, tudo sob pena de confissão, provas essas que ficam, de logo, requeridas.

Dá a causa o valor R\$ 15.925,00 (Quinze mil, novecentos e vinte e cinco reais).

Eis os termos em que, respeitosamente, aguarda deferimento.

Aracaju/SE 16 de setembro de 2008.

Valério César de Azevedo Deda
OAB/SE 4316.

Alexandre Sobral Almeida
OAB/SE 2795

Sobral
Almeida

A.D.V.O.G.A.D.O.S A.S.S.O.C.I.A.D.O.S

PROCURAÇÃO

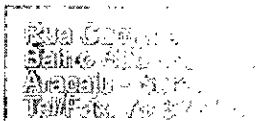
OUTORGANTE: Carlos Antônio da Cunha,
ocupação: _____, brasileiro, maior, RG
91352704 SSP/SE, CPF 04559364559, residente e domiciliado
Rua Bernardo Maciel, s/n Meia Bonita - SE.

OUTORGADOS: ALEXANDRE SOBRAL ALMEIDA, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/SE 2795 e VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DEDA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SE nº 4316, com escritório localizado na Rua Campos, nº 942, Bairro São José, em Aracaju (SE).

PODERES: O **OUTORGANTE** nomeia e constitui seus bastantes procuradores os **OUTORGADOS** retroqualificados, conferindo-lhe todos os poderes das cláusulas **ad judícia et extra judícia** amplos e ilimitados, por mais especiais que sejam, inclusive os para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, acordar, ratificar, renunciar ao direito, receber espécies, documentos e títulos, dar quitação, requerer benefícios, interpor recursos, embargar, impugnar, bem como, para perante qualquer repartição tribunal ou juízo, empresa, ou autoridade praticar ato que por mais especiais que sejam, direta ou indiretamente, tenha pertinência ou relação com o objeto deste instrumento, ratificando todos os atos já praticados pelos **OUTORGADOS** e habilitando-os a praticarem o que for necessário ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, ao que tudo será dado por bom, firme e valioso, inclusive substabelecer com ou sem reservas de poderes, e especialmente para promover **AÇÃO DE COBRANÇA**.

ARACAJU/SE, 3 de julho de 2008

Carlos Antônio da Cunha



Carlos

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2135270-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/05/2000

NOME CARLOS ANTONIO DA CUNHA

FILIAÇÃO MARIA JOSE DA CUNHA

NATURA IDADE TABAUA-SE DATA DE NASCIMENTO 04/06/1988

DOC ORIGEM CERTIDAO DE NASCIMENTO NR. 4118 LV. 08 FL. 437V

CART. DIST. M. BONITA COM. RIBEIROPOLIS SE

CPF 041 30.398

CASO ATRIBUÍDO AO JUIZ DE PAZ DE RIBEIROPOLIS SE

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

045.593.645-59

CARLOS ANTONIO DA CUNHA

04/06/1988

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Assinatura: Carlos Antonio da Cunha

Nome: Carlos

CPF: 041 30.398

DATA DE NASCIMENTO: 04/06/1988

LOCAL DE NASCIMENTO: TABAUA-SE

DATA DE EXPEDIÇÃO: 07/05/2000

REGISTRO GERAL: 2135270-4

FILIAÇÃO: MARIA JOSE DA CUNHA

NATURA IDADE: TABAUA-SE

DOC ORIGEM: CERTIDAO DE NASCIMENTO NR. 4118 LV. 08 FL. 437V

CART. DIST. M. BONITA COM. RIBEIROPOLIS SE

CPF: 041 30.398

AUREA NUNES DA CUNHA
RUA LEANDRO MACIEL S/N
MOITA BONITA / SE (AG. 30)

Classe: RESIDENCIAL-BR Monofásica
Roteiro: 08-110-180-1966
Nº do Medidor: N1023747051

0
Referência: ABR/2008
Emissão: 15/04/2008



Empresa Energética de Sergipe S.A.
Rua Min. Apolônio Sales, 81 - Inácio Barbosa - Aracaju / SE - CEP 49040-15C
CNPJ 13.017.467/0001-63 Insc. Est. 27.076.743-6
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica

Atendimento ao Cliente ENERGISA
Agora, tenha sempre em mãos a conta.



0800 79 0196 LIGACÃO GRATUITA

Acesse: www.energisa.com.br

Reservado ao FISCO

25ce.8bc4.f86d.dfb5.5ff9.4a42.a105.6103

Indicadores de Qualidade		MOTTA BONITA	
DEC	8,4	3,20	NOMINAL
FEC	6,3	0,40	CONTRATADA
DIC	22,0	0,00	LIMITE INFERIOR
FIC	14,0	0,00	LIMITE SUPERIOR
DMIC	11,0	0,00	

DEC	8,4	3,20	NOMINAL	127
FEC	6,3	0,40	CONTRATADA	116
DIC	22,0	0,00	LIMITE INFERIOR	133
FIC	14,0	0,00	LIMITE SUPERIOR	
DMIC	11,0	0,00		

DEC: horas, em média, que a região ficou sem energia. FEC: vezes, em média, que a região ficou sem energia. DIC: nº de horas que o cliente ficou sem energia. FIC: nº de vezes que o cliente ficou sem energia. DMIC: duração, em horas, da maior interrupção de energia no período. Possíveis valores individuais apurados acima dos padrões nesta unidade consumidora implicarão direito à compensação.

Dados do Cliente: AUREA NUNES DA CUNHA
Conta referente a: ABR/2008
Apresentação: 17/04/2008

AUREA NUNES DA CUNHA

ABR/2008

17/04/2008

RUA LEANDRO MACIEL S/N

Data da próxima leitura

MOITA BONITA

14/05/2008

Histórico de Consumo (KWh)

MAR/2008	74
FEV/2008	74
JAN/2008	72
DEZ/2007	58
NOV/2007	68
OUT/2007	58
SET/2007	66
AGO/2007	62
JUL/2007	69
JUN/2007	79
MAI/2007	77
ABR/2007	100

MÉDIA DOS 3 MESES ANTERIORES:
73 KWh

Composição do valor total da sua conta

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	%
SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DA ENERGIA	5,31	30,14
COMPRA DE ENERGIA	4,52	25,65
SERVIÇO DE TRANSMISSÃO	0,11	0,62
ENCARGOS SETORIAIS	0,86	4,88
IMPOSTOS DIRETOS E ENCARGOS	6,82	38,71
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00
TOTAL	17,62	100,00

ATENÇÃO

Neste mês sua unidade está classificada como Baixa Renda, conforme os critérios das Resoluções 246/485 da ANEEL, resultando em um desconto de R\$ 11,22.

LEGITIMIDADE CONFIRMADA

Identificador para Débito Automático: 00001256296

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

3/125629-6

Canal de Contato

Cálculo de Consumo		11/03/08		14/04/08		9493		1		71 34	
ANTERIOR	9422	ANTERIOR	9422	ANTERIOR	9422	ANTERIOR	9422	ANTERIOR	9422	ANTERIOR	9422
ATUAL	9493	ATUAL	9493	ATUAL	9493	ATUAL	9493	ATUAL	9493	ATUAL	9493

Demonstrativo de Pagamento

FORNECIMENTO DE ENERGIA		Valor (R\$)
30 X 0,10746		3,22
41 X 0,18495		7,58

IMPOSTOS / ENCARGOS		Valor (R\$)
PIS:		0,15
COFINS:		0,70
CONTRIB ILUM PUBLICA		1,75
JUROS DE MORA 03/2008		0,01
MULTA 03/2008		0,33
ICMS (Base de Cálculo R\$ 15,53 Alíquota 25,00%)		3,88

VENCIMENTO

25/04/2008

TOTAL A PAGAR

R\$ 17,62

Carlos



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "Dr. AUGUSTO LEITE"

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins; que o Instituto Médico Legal "Dr. Augusto Leite", localizado na Praça Tobias Barreto, nº 20 no Bairro São José Aracaju-Se, é único no Estado de Sergipe.

Aracaju, 14 de Março de 2007.

p/ Dalila Santos Silva
Dña. Vânia Farias Barreto,
Diretora do Instituto Médico Legal,
Dalila Santos Silva
Chefe de Gabinete



Certifico e dou fé que a presente
cópia xerográfica é a reprodução
fiel do original exibido.

22 MAR 2007

VÁLIDO SOMENTE
COM SELO DE
AUTENTICIDADE

Em test. *[Signature]* da verdade

Aracaju/SE - 3211-8744



**EXCELSIOR
SEGUROS**
DESDE 1943

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2008.

DIVLAR – DPVAT – 12830/2008

À

CARLOS ANTONIO DA CUNHA

REF: SEGURO DPVAT/CONVÊNIO

Sinistro de INVALIDEZ – 2007/062724

Vítima: CARLOS ANTONIO DA CUNHA

Prezado Senhor(a),

Em atenção a vossa solicitação, informamos que o sinistro em referência foi efetuado pagamento no valor R\$ 675,00 em 16/05/2007.

Atenciosamente,

**Departamento Técnico
DPVAT-Convênio**

Rua Lauro Muller, 116/Sala 701 – Torre do Rio Sul – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ CEP 22.290-160
Tel. 2244-0193

SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SEGUROS HABITACIONAIS



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SERGIPE
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS – Distrito Moita Bonita

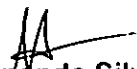
SECRETARIA DO 1º OFÍCIO

Av. João Evangelista da Costa, s/nº - Centro
Moita Bonita/SE

CERTIDÃO

Certifico que registrei e autuei o presente feito sob nº 200882100407, em livro próprio, nesta data. O referido é verdade e dou fé.

Em 14 de 10 /2008.


Bela. Mary Fernanda Silva Souza
Chefe de Secretaria

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito desta Comarca, nesta data.

Moita Bonita/SE, 17 de 10 de 2008.


Bela. Mary Fernanda Silva Souza
Chefe de Secretaria

2 11



Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distrito de Moita Bonita

Processo nº 200882100407

DESPACHO

R. hoje.

1. Defiro a gratuidade de justiça, com base no quanto contido na Lei 1060/50.

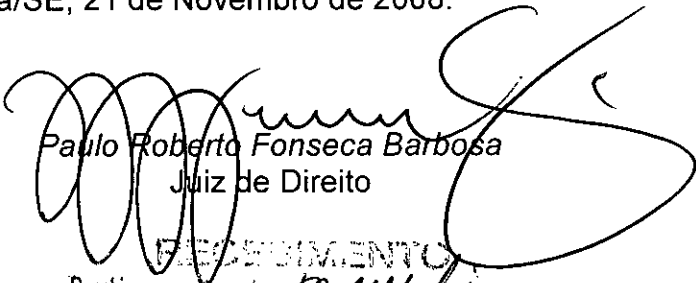
2. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 08/01/09, às 09 h 20 min, no Fórum Local, conforme o rito da lei 9.099/95.

3. Advirtam-se as partes que deverão comparecer à audiência referida, sob pena de arquivamento do feito, no caso do(a) reclamante, bem como de incidência dos efeitos da revelia, no caso do(a) reclamado(a).

4. Quanto a este último, deve o mesmo ser advertido que, não obtida composição entre as partes, deverá ele oferecer contestação.

5. Advirtam-se as partes, ainda, que deverão trazer suas testemunhas, assim como as demais provas que pretendem produzir, pois, caso não seja obtida a conciliação, proceder-se-á à instrução do feito.

Moita Bonita/SE, 21 de Novembro de 2008.


Paulo Roberto Fonseca Barbosa
Juiz de Direito

RECEBIMENTO
Recebido do processo nº 200882100407

Moita Bonita/SE, 28 de 11 de 08

Moita Bonita/SE

1-1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juízo de Direito Moita Bonita
Av. João Evangelista da Costa, S/N
Bairro - Centro Cidade - Moita Bonita



187

200882101843

CARTA DE CITAÇÃO

Moita Bonita, 01 de dezembro de 2008

PROCESSO.....: 200882100407
NATUREZA.....: Cobrança
REQUERENTE...: CARLOS ANTONIO DA CUNHA
REQUERIDO....: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial/termo de reclamação, de cópia em anexo parte integrante desta, para comparecer a **Audiência de Conciliação**, ficando de logo advertido(a) de que em não havendo acordo, de imediato, poderá ser realizada audiência de Instrução e Julgamento (art. 27, da Lei 9.099/95), onde deverá apresentar defesa oral ou escrita e todas as provas que tiver, inclusive testemunhas, no máximo de 03 (três), independente de nova intimação.

Data e hora da audiência: 08/01/2009 às 09:20, Local do comparecimento: FÓRUM DE MOITA BONITA/SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.

ADVERTÊNCIAS: 1º) Deverá comparecer acompanhado(a) de advogado, se o valor da causa for superior a 20 (vinte) salários mínimos e que, não comparecendo a qualquer uma das audiências, reputar-se-ão verdadeiras as alegações da parte autora, dando-se de logo o julgamento do pedido.

2º) Em se tratando de relação de consumo, poderá ser invertido o ônus da prova.

3º) Após o trânsito em julgado da sentença, as partes disporão de 180 (cento e oitenta) dias para retirarem dos autos documentos originais, findo o qual o processo será eliminado.

Atenciosamente,


Mary Fernanda Silva Souza
Escrivão(a)/ Chefe de Secretaria

Ilmº (a) Sr(a)

p. 32 Nome : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

MD00920

11

AA

Residência : AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, 91 SALA 913 - 9º ANDAR
Bairro : CENTRO C.E.P: 20031005
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ

16/8



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juízo de Direito Moita Bonita
Av. João Evangelista da Costa, S/N
Bairro: Centro Cep: 49560-000
Cidade: Moita Bonita



Carta: 200882101843

CORREIOS	AVISO DE RECEBIMENTO - AR	UNIDADE DE POSTAGEM	CONTRATO ÚNICO
REMETENTE		 Tribunal de Justiça/SE X ECT/DR/SE 9912197771	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE Moita Bonita(Nucleo de Postagem) AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/Nº Bairro - CENTRO Cep - 49560-000 Cidade - MOITA BONITA			
CONTEÚDO: Citação Reclamação do JEC Audiência de Conciliação - MD00920 - referente ao processo de nro. 200882100407			
DESTINATÁRIO		USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS	
 NOME: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS ENDEREÇO: AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, 91 SALA 913 - 9º ANDAR BAIRRO: CENTRO CIDADE: RIO DE JANEIRO U.P. 20031005		TENTATIVAS DE ENTREGA	
		____/____/____ h ____/____/____ h ____/____/____ h	
REGISTRADO URGENTE REGISTERED PRIORITY		 MUDOU-SE DESCONHECIDO RECUSADO NÃO PROCURADO NÚMERO INEXISTENTE END. INSUFICIENTE FALECIDO OUTROS	
N.º 3 1 9 6 6 9 9 7 4 BR			
 RL153589961BR			
ASS. DO DESTINATÁRIO		ASSINATURA DO CARTEIRO Paulo Henrique Carteiro Matr.: 8.953.781-5	
RG		DATA DE ENTREGA	

JUSTADA

Junto a este

Moita Bonita, 07 de 01 de 2009.

Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juízo de Direito Moita Bonita
Av. João Evangelista da Costa, S/N
Bairro - Centro Cidade - Moita Bonita

RICARDO FERREIRA NETO



200882101842

17/

PROCESSO.....: 200882100407
NATUREZA.....: Cobrança
REQUERENTE...: CARLOS ANTONIO DA CUNHA
REQUERIDO....: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O Dr. Paulo Roberto Fonseca Barbosa, Juiz de Direito de Moita Bonita, Estado de Sergipe,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, intime a parte reclamante abaixo identificada para comparecer neste Juízo, a fim de participar da audiência de Conciliação.

Data e hora da Audiência: 08/01/2009 às 09:20, **Local:** FÓRUM DE MOITA BONITA/SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.

Advertências: 1º) Deverá comparecer acompanhado(a) de advogado, se o valor da causa for superior a 20 (vinte) salários mínimos e que, não comparecendo a qualquer uma das audiências, será o processo arquivado.

2º) Em se tratando de relação de consumo, poderá ser invertido o ônus da prova.

Qualificação da parte reclamante:

Nome : CARLOS ANTONIO DA CUNHA
Residência : RUA LEANDRO MACIEL, SN
Bairro : CENTRO C.E.P: 49560000
Cidade : MOITA BONITA - SE

Moita Bonita, 01 de dezembro de 2008

Mary Fernanda Silva Souza
Escrivão(ã)/ Chefe de Secretaria, de ordem

CERTIDÃO:

Certifico que cumpri o presente, conforme item (1) abaixo.

- 1) - Intimada, ficou ciente, recebendo contrafé.
2) - Intimada, negou o ciente, aceitando a contrafé.
3) - Intimada, negou o ciente, não aceitando a contrafé.
4) - Intimada, a parte acima qualificada na pessoa de seu(a) representante legal,
Sr(a) _____ função _____

5) - Não foi intimada. Motivo: _____

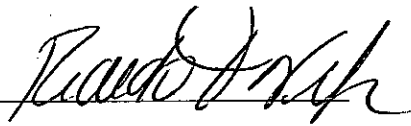
Dou fé. Em

07/01/2009

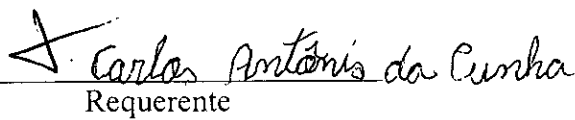
Ciente ____/____/____

411

411



Oficial de Justiça


Requerente

ATENÇÃO: NÃO EFETUAR PAGAMENTO PELO CUMPRIMENTO DESTE MANDADO

MD01874

11



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SERGIPE
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
FÓRUM DISTRITAL DE MOITA BONITA/SE
CARTÓRIO DO 1º. OFÍCIO

AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N - CENTRO
Moita Bonita-SE

MÊS/ANO: JANEIRO/2009

Audiência: CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Ação: CÍVEL (COBRANÇA)

PROCESSO Nº. 200882100407

REQUERENTE(s): CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA

REQUERIDO(a): COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Pregão:		RG./OAB	
CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA	REQUERENTE(s)	SSP/SE	Presente(s)
DR. ALEXANDRE SOBRAL ALMEIDA e	Adv/Requerente(s)	OAB/SE 2795 e	Presente(s)
VALÉRIO CÉSAR DEAZEVEDO DEDA		4316	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS	REQUERIDO(s)		Presente(s)
DR.	Adv/Requerido(s)	OAB/SE	Presente(s)

Termo de Audiência

Aos 08/01/2009, ÀS 09:20HORAS, nesta cidade de Moita Bonita(SE), em sala de audiências do Fórum Local, Comarca de Ribeirópolis(SE), onde presente se achavam o(a) MM^{o(a)} Juiz(a) de Direito, **DR. PAULO ROBERTO FONSECA BARBOSA**, comigo Mary Fernanda Silva Souza, Chefe de secretaria, do Cartório de 1º Ofício, que este subscreve, declarada aberta a audiência e apregoadas as partes e respectivo Advogado acima identificados. **Aberta a audiência.** Pelo MM Juiz foi dito que: A advogada Dra. Tialla Teixeira Costa de Castro, OAB/E 4733 informa que seu cliente, o Sr. Carlos Antonio da Cunha encontra-se acompanhando sua esposa que acabara de dar a luz. Face o exposto, fica a presente audiência redesignada para o dia 19/02/2009, às 11:30 horas, neste Fórum. A mencionada patrona fica intimada a fazer juntar aos autos, no prazo de 05 (cinco) dias atestato comprovando tal informação, sob pena de extinção do feito e consequente cancelamento da audiência e posterior arquivamento do mesmo. Nada mais havendo foi o presente encerrado. Audiência encerrada". Eu _____ (Mary Fernanda Silva Souza), Chefe de Secretaria, que o fiz digitar e assino.

PAULO ROBERTO FONSECA BARBOSA
Juiz de Direito

Tialla T. de Castro
OAB/SE 4.733

Conselheiro Odivio Santos
Santos (OAB/SE 2.592)

20
AA

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 134.307, HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 113.815, FABIO JOÃO SOITO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 114.089 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA, inscrito na OAB/SE sob o n.º 2592, com escritório à RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SERGIPE. os poderes que lhe foram conferidos por CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT que lhe move CARLOS ANTONIO DA CUNHA, em curso perante o - Jec DA COMARCA RIBEIROPOLIS-SE nos autos do Processo n.º 200882100407.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2008.

JOÃO BARBOSA
OAB/RJ sob o n.º 134.307


HENRIQUE A. F. MOTTA
OAB/RJ sob o n.º 113.815

FABIO JOÃO SOITO
OAB/RJ sob o n.º 114.089

23
JH

CARTA DE PREPOSTO

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS , com sede à , Avenida Marques de Olinda, 175 - Recife Antigo, Recife/PE inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33054826000192 , pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTO CAMILLE OLIVEIRA CAETANO , brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º 1454 924 SSP/SE estabelecida profissionalmente à Rua: Pacatuba, n.º 254, Ed. Paulo Figueiredo, salas 210. Centro. Aracaju/Se, podendo o mesmo responder nesta qualidade a todos os termos do Processo n.º 200882100407 , que tramita perante a comarca de Moita Bonita .

Aracaju, 08 de janeiro de 2.008.

Santana
CIA EXCELSIOR DE SEGUROS
Kelly Chrystian Silva Santana.

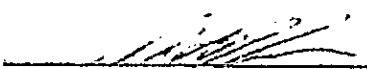
OAB/Se. 2.592

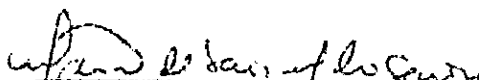
22
A

SUBSTABELECIMENTO

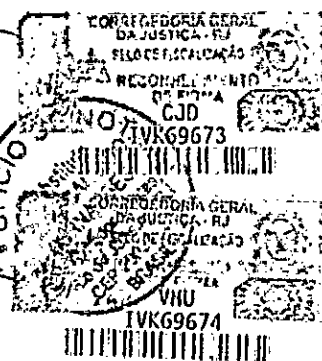
Na qualidade de procuradores da CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandado anexo, substabelecemos, com reservas de iguais, na pessoa dos Drs. **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº. 4.246; **HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 113.815; **FABIO JOÃO DA SILVA SOITO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 114.089; todos integrantes da sociedade de advogados denominada **JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com escritório nesta Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José, 90, 4º e 8º andares, Centro. CEP 20.010.020, todos os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2007


Marcelo Davoli Lopes


Maristella de Farias Melo Santos

2º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIO WILHAMI DE OLIVEIRA
Matriz, Rua Senador Dantas 39 - Centro-RJ - 2044-0277. Reconheço
por semelhança as firmas dos MARCELO DAVOLI LOPES e MARISTELLA DE
FARIAS MELO SANTOS
Cnd: 02469578222 (SCEB)
Rio de Janeiro, 20 de julho de 2007.
Em testemunha da verdade
Sergente : 6.7
30X 11-FUNDOS : 1.9
: 9.8
VENIO CANDIDO BERNARDES - ESC - SUBSTITUTO TOTAL



23
AA

PORTO VIRGINIO
Roseana Andrade Porto Virgínio - Tabelião
p. Andrade Porto Virgínio - 1º Substituto
Anibal Agra Porto Melo - 2º Substituto
Rua Tomazina, nº 121
Ff. 33.724.8865

RECIFE,
07 A60. 2007

Reconheço por semelhança a(s) firma(s)
Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti e José Tupinambá Coelho
Em test. *[assinatura]* Tabel. Tab. Público

188 020416
FOLHA 2
RECIFE

**EXCELSIOR
SEGUROS**
FUNDADA EM 1943

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, sociedade seguradora, CNPJ nº 33.054.826/0001-92, com sede na Av. Marquês de Olinda, nº 175 bairro do Recife Antigo- Recife/PE, representada na forma de seu Estatuto Social por seus Diretores **MÚCIO NOVAES DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI**, casado, Economista, RG nº 1.118.805- SSP/PE, CPF nº 093.656.054-15 residente e domiciliado em Recife/PE e **JOSÉ TUPINAMBÁ COELHO**, brasileiro, casado, administrador, registro no CRA-PE sob o nº 1319, inscrito no CPF sob o nº 032.463.104-91, residente e domiciliado em Recife/PE, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de São Paulo sob o nº 143.370, inscrito no CPF/MF sob o nº 132.870.808-06; **CYNTHIA BRAGA NOGUEIRA CUPOLILLO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 38.267, inscrita no CPF/MF sob o nº 619.122.637-34; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 135.132, inscrita no CPF/MF sob o nº 082.587.197-26, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro- RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a *Cláusula Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as medidas, ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, receber e dar quitação, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT.

Recife, 16 de julho de 2007

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
Múcio Novaes de A. Cavalcanti - José Tupinambá Coelho

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Av. Marquês de Olinda nº 175 - Bairro do Recife
Recife - PE - CEP. 50030-000- Tel.: (081)3087-9230 - Fax.: (081)3087-9230.

22 11 08

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CNPJ nº 33.054.876/0001-92

NIRE nº 26.3.0001024-1

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

HOMOLOGADO PELA PORTARIA SUSEP Nº 2.542, DE 24 DE OUTUBRO DE 2006

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

- Art. 1º - A COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, constituída em 05 de junho de 1943 sob a forma de sociedade anônima, que tem como nome de fantasia EXCELSIOR SEGUROS, será regida pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor que lhe for aplicável.
- Art. 2º - A Companhia tem sede e foro na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - bairro Recife Antigo, CEP 50030-000, Cidade de Recife, Capital do Estado de Pernambuco, e poderá abrir, manter ou encerrar sucursais, filiais, agências ou escritórios de representação em qualquer parte do país, por deliberação da Diretoria, observadas as exigências legais.
- Art. 3º - A Companhia tem por objeto:
- a) a realização das operações de seguros de danos, resseguros e retrocessão, como definidas na legislação própria;
 - b) participar de outras sociedades como sócia ou acionista.
- Art. 4º - O prazo de sua duração será indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES

- Art. 5º - O Capital da Companhia é de R\$ 13.761.876,03 (treze milhões, setecentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e seis reais e três centavos) dividido em 3.034.626,788 (três milhões, trinta e quatro mil, seiscentos e vinte e seis mil, setecentos e oitenta e oito) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.
- Parágrafo único - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais.
- Art. 6º - A propriedade das ações nominativas estabelece-se exclusivamente pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas
- § 1º - A transferência das ações nominativas opera-se por termo lavrado no Livro de Transferência de Ações Nominativas, datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou seus legítimos representantes.
- § 2º - A transferência das ações nominativas em virtude de transmissão por sucessão universal ou legado, de arrematação, adjudicação ou outro ato judicial, ou por qualquer outro título, somente se fará mediante averbação no Livro de Registro de Ações Nominativas, à vista de documento hábil que ficará em poder da Companhia.

V. A Assembleia de 1943 nº 04 - Alteração Capital Social de R\$ 10.000.000,00 - Estatuto das

Página 1 de 6
Raimundo Sampaio Maceo
Analista de Processos - Fica, OAB/PE
Unidade de Análise de Processos

22 11 06

SEGUROS

DESDE 1941

25
AA

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 7º - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de 2 (dois) a 10 (dez) membros, acionistas ou não, dispensados de caução, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e os demais membros da Diretoria com a designação de Diretor Executivo, todos residentes no país e destituíveis a qualquer momento pela Assembleia Geral.

§ 1º - O mandato de cada Diretor será de 3 (três) anos, admitida a reeleição.

§ 2º - A Assembleia Geral poderá deixar vagos os cargos de Diretor que julgar convenientes, exceto o de Diretor Presidente.

§ 3º - Os Diretores tomarão posse, após homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, mediante assinatura do termo competente no Livro de Atas de Resoluções da Diretoria, e permanecerão em seus cargos até que seus sucessores assumam.

§ 4º - A Diretoria poderá nomear funcionários de sua confiança para o cargo de Diretor Adjunto, mantidas as condições de empregados, vedada a concessão de poderes que a Lei ou este Estatuto atribuem exclusivamente a Diretores eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas.

§ 5º - No caso de vaga no cargo de Diretor, os restantes nomearão um substituto que servirá até a primeira Assembleia Geral, à qual caberá deliberar sobre o provimento efetivo, até o término do mandato do substituído.

§ 6º - No caso de impedimento de qualquer Diretor, por mais de 30 (trinta) dias, os restantes escolherão o substituto provisório.

§ 7º - No caso de afastamento, impedimento ou vaga do cargo de Diretor-Presidente, o mesmo será automaticamente preenchido pelo Diretor Vice-Presidente, no caráter de substituto provisório, até a realização da próxima Assembleia Geral de eleição da Diretoria, que poderá ou não ratificar a substituição.

§ 8º - Qualquer membro da Diretoria, além de suas atribuições e poderes poderá exercer, cumulativamente, o cargo de Diretor de Relações com a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP ou de Diretor Técnico, e tem poderes de representação perante os órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como demais entidades de direito público ou privado, desde que tenha sido aprovado por deliberação da Diretoria.

Art. 8º - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente, pelo Diretor Vice-Presidente ou ainda por dois Diretores Executivos.

§ 1º - Em qualquer reunião da Diretoria é necessário o comparecimento de metade dos Diretores eleitos.

§ 2º - Todas as decisões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos Diretores presentes.

§ 3º - As decisões da Diretoria serão registradas em atas e transcritas no Livro próprio, sendo que as decisões destinadas a produzir efeitos perante terceiros serão arquivadas no Registro do Comércio e devidamente publicadas.

Y Assembleia Geral 10 05 04 - Assembleia Extraordinária 10 05 04 - Função de

Renato Sampaio Macedo
Arquiteto e Perito - Port. 1.670/66
Título de Arquiteto de Arquivos

22 11 00

Art. 9º - A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sobre quaisquer matérias compatíveis com o objetivo social, bem como adquirir, alienar e gravar bens móveis e imóveis, assumir obrigações, celebrar contratos, transigir e renunciar a direitos, sendo vedado à sociedade prestar fiança, aval, acção ou coobrigar-se sob qualquer forma.

§ 1º - Em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem ou extingam obrigações da Companhia, esta será representada por dois Diretores em conjunto, ou, ainda, por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado por dois Diretores.

§ 2º - A Companhia poderá ser, excepcionalmente, representada por um único Diretor ou procurador com poderes especiais, servindo a ata da respectiva reunião como documento hábil para prática dos atos autorizados.

§ 3º - Os procuradores "ad negotia" serão constituídos por mandato com prazo não superior a 1 (um) ano, na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes, no qual serão especificados os poderes outorgados.

§ 4º - Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários, bem como no endosso de cheques emitidos a favor da Companhia para depósito em conta bancária de terceiros, a Companhia será representada na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes.

§ 5º - O endosso de cheques para depósito em conta corrente da Companhia somente poderá ser efetuado mediante assinatura de um Diretor ou de dois procuradores com poderes especiais.

§ 6º - Nas reuniões ou Assembleias Gerais de sociedades de que seja sócia quotista ou acionista, a Companhia poderá ser representada por qualquer Diretor ou por um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado na forma deste artigo.

Art. 10 - Compete ainda à Diretoria:

- a) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- c) aprovar o Balanço mensal da Companhia;
- d) aprovar as Demonstrações Financeiras anuais e semestrais;
- e) declarar dividendos, observado o disposto neste Estatuto e na legislação;
- f) aprovar a instalação ou o encerramento de sucursais, filiais, agências ou escritórios de representação;
- g) estabelecer funções e orientar os Diretores no exercício de suas atribuições;
- h) fixar a orientação do voto do representante da Companhia nas Assembleias Gerais ou Especiais das sociedades de que a Companhia é acionista, bem como aprovar previamente qualquer alteração contratual de que a Companhia é sócia quotista;
- i) deliberar sobre a nomeação e a substituição dos auditores independentes;
- j) nomear, contratar ou destituir superintendentes ou gerentes de sucursais, agências, filiais e escritórios de representação;
- k) deliberar sobre a estruturação e modificação do quadro de pessoal, fixando os vencimentos e eventuais vantagens;
- l) instituir o regulamento interno da Companhia e suas alterações;
- m) autorizar a locação, o arrendamento ou o aproveitamento de bens imóveis da Companhia, objetivando a obtenção de rendas patrimoniais;

Y. Presidente da Diretoria

Depoente Solange M. de S.
Advogada de Defesa - Fort. 1914
12. Av. da Aviação de Defesa

JUNTADA

Junto a estos autos

*Requerimiento e
embargo de bienes que seguir*

Nota Bonita, *16* de *01* de 20 *09*

[Signature]
Técnico Judicial



Sobral
Almeida

Per 16/01/09

27/1

A.D.V.O.G.A.D.O.S.A.S.S.O.C.I.A.D.O.S

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO
DISTRITO JUDICIÁRIO DE MOITA BONITA-COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS-
SERGIPE

PROCESSO N.º 200882100407
REQUERENTE: CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA
REQUERIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seus procuradores regularmente constituídos, vem respeitosamente à presença de V. Ex.^a requerer juntada de substabelecimento, ao tempo em que informa, que por conta de complicações pós o parto de sua esposa, necessitou dispensar atenção e dedicação exclusiva à mesma, não tendo sido possível obter junto à instituição realizadora do parto o seu comprovante de comparecimento para apresentar em tempo hábil.

Por conta disso, REQUERER A REABERTURA DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO que comprova a sua impossibilidade de comparecimento à audiência preliminar já realizada, em homenagem ao princípio da ampla defesa, eis que não há qualquer prejuízo para as partes.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Aracaju, 16 de janeiro de 2009.

ALEXANDRE SOBRAL ALMEIDA
OAB/SE 2.795

TIALLA TEIXEIRA COSTA DE CASTRO
OAB/SE 4.733

Av. Pres. Tancredo Neves, 922
Bairro: Grageru - CEP. 49025-620
Aracaju - Sergipe
Tel/Fax: 79 3249-1398 / 3249-2680



Sobral
Almeida

A.D.V.O.G.A.D.O.S A.S.S.O.C.I.A.D.O.S

288

SUBSTABELECIMENTO

Eu, **ALEXANDRE SOBRAL AMEIDA**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/SE n.º 2.795, **SUBSTABELEÇO com reservas**, os poderes que a mim foram conferidos, relativos ao processo de n.º 200832100407, especificamente para o presente ato, para a Bela. **TIALLA TEIXEIRA COSTA DE CASTRO**, brasileira, casada, OAB/SE n.º 4.733.

Aracaju, 19 de dezembro de 2008.


ALEXANDRE SOBRAL ALMEIDA
OAB/SE-2.795

Av. Pres. Tancredo Neves, 922
Bairro: Grageru - CEP. 49025-620
Aracaju - Sergipe
Tel/Fax: 79 3249-1398 / 3249-2680

JUN 1974

Al documento

junto a estos autos

Qui segen

Mehta Bonita de 20

Técnico Judicial

Ja
1

Sobral
Almeida

A.D.V.O.G.A.D.O.S.A.S.S.O.C.I.A.D.O.S

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVIL
DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS - DISTRITO DE MOITA BONITA/SERGIPE

PROCESSO Nº: 200882100407
REQUERENTE: CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA
REQUERIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu bastante procurador, que a esta subscreve, requerer a juntada da declaração do Hospital e Maternidade São José e da certidão de nascimento da filha do Requerente, conforme dito na audiência realizada do dia 08/01/09.

Termos em que
Pede deferimento.

Aracaju, 21 de janeiro de 2008.

ALEXANDRE SOBRAL ALMEIDA
OAB/SE 2795

MARCELA MÁXIMO BARBOSA
ESTAGIÁRIA

Av. Pres. Tancredo Neves, 922
Bairro Graça, CEP 49025-620
Aracaju, Sergipe
Tel/Fax 79 3249-1398 / 3249-2680



DECLARAÇÃO

Declaro para devidos fins, que a **Srª Tânia Cristina Soares dos Santos**, portadora do RG 3314256-4 SSP/AL, filha da Srª Maria Eunice Soares dos Santos e do Sr. José Clarindo dos Santos, Lavradora, residente na Rua Leandro Maciel, 115, no município de Moita Bonita-SE, deu a luz a uma menina no dia 06 de janeiro de 2009, nesta maternidade. Precisando assim, o **Sr Carlos Antonio da Cunha**, portador do RG 2135270-4 SSP-SE da licença paternidade por 5 (cinco) dias, conforme determina o artigo 473, III da CLT.

Itabaiana, 15 de janeiro de 2009


A.S. Marcia Cunha dos Santos
Assistente Social/ CRESS-SE 1281



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SERGIPE

Cartório do Ofício Único

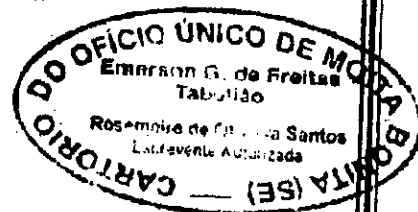
Avenida Elziário Menezes nº 73, Centro, Moita Bonita-SE.
Fone: (79) 3453.1300

Bel. Emerson Gadelha de Freitas

Oficial de Registro

Rosemeire de Oliveira Santos

Escrivente Autorizada



Certidão de Nascimento

Certifico que às folhas 175, do livro A -12, sob nº de ordem 8.253, foi lavrado o assento de nascimento de **KEYLLA SOARES DA CUNHA**, do sexo feminino, nascida no dia seis (06) de Janeiro de dois mil e nove (2009), às 21 horas e 15 minutos (21:15 hrs.), no Hospital e Maternidade São José, em Itabaiana/SE.

Filha de: **Carlos Antonio da Cunha**

E Dona **Tânia Cristina Soares dos Santos**

Sendo avós Paternos: //////////////////////////////////////

E Dona **Maria Jose da Cunha**

Sendo avós Maternos: **José Clarindo dos Santos**

e Dona **Maria Eunice Soares dos Santos**

O assento foi lavrado em, 15 de Janeiro de 2009, tendo sido declarante o **Genitor, Carlos Antonio da Cunha**. Serviram de testemunhas **Danila de Oliveira Santos** e **Maria Fernanda Almeida da Silva**, maiores, capazes, residentes nesta cidade.

OBSERVAÇÃO: Não Há.

O referido é verdade e dou fé

Moita Bonita (SE), 15 de Janeiro de 2009.

Rosemeire
Rosemeire de Oliveira Santos
Escrivente Autorizada
CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO
DE MOITA BONITA - SE

RECEBIMENTO DO PAGAMENTO DE
EM DOCUMENTOS E FEITO DE
AUTENTICIDADE NOS TERMOS
DO 6º DO ART. 15 DA LEI Nº 11.327
DE 2006

JUNTADA

Fcco juntar a estos autes

que legen

Em.

27/01/99
[Signature]

Escriba (ao)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juízo de Direito Moita Bonita
Av. João Evangelista da Costa, S/N
Bairro - Centro Cidade - Moita Bonita

RICARDO FERREIRA NETO



200982100022

PROCESSO....: 200882100407
NATUREZA....: Cobrança
REQUERENTE...: CARLOS ANTONIO DA CUNHA
REQUERIDO...: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O Dr. Paulo Roberto Fonseca Barbosa, Juiz de Direito de Moita Bonita, Estado de Sergipe,

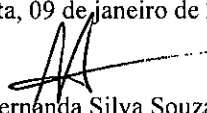
MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda a intimação da parte reclamante abaixo qualificada para comparecer à audiência de instrução e julgamento, advertindo-a de que, caso não compareça, será extinto o processo sem julgamento do mérito.

Dia e hora da audiência: 19/02/2009 às 11:30, **Local:** Av. João Evangelista da Costa, S/N, Centro - Moita Bonita, CEP: 49560-000

Qualificação da parte Reclamante:

Nome : CARLOS ANTONIO DA CUNHA
Residência : RUA LEANDRO MACIEL, SN
Bairro : CENTRO C.E.P: 49560000
Cidade : MOITA BONITA - SE

Moita Bonita, 09 de janeiro de 2009


Mary Fernanda Silva Souza
Escrivão(ã)/ Chefe de Secretaria, de ordem

CERTIDÃO:

Certifico que cumpri o presente, conforme item 1º abaixo.

- 1) - Intimada, ficou ciente, recebendo contrafé.
- 2) - Intimada, negou o ciente, aceitando a contrafé.
- 3) - Intimada, negou o ciente, não aceitando a contrafé.
- 4) - Intimada, a parte acima qualificada na pessoa de seu(a) representante legal,
Sr(a) _____

função _____

5) - Não foi intimada. Motivo: _____

Dou fé. Em, 26/01/09

Ciente 26/01/09

Carlos Antonio da Cunha

12

1941
X

Handwritten notes at the bottom left, including "1941" and "X".

Handwritten notes at the bottom right, including "1941" and "X".

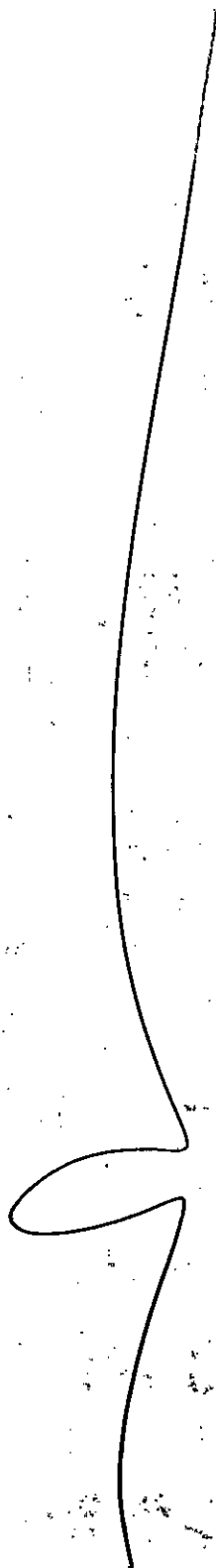
Oficial de Justiça

Requerente

331

ATENÇÃO: NÃO EFETUAR PAGAMENTO PELO CUMPRIMENTO DESTES MANDADOS

MD01404



JUNTADA

 a estos autos Ozguarimento

per segen

Ed. 27.01.09

Aut
Escritura (60)

Rec 27/01/09
Sobral Almeida
34
A.D.V.O.G.A.D.O.S A.S.S.O.C.I.A.D.O.S

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVIL
DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS – DISTRITO DE MOITA BONITA/SERGIPE

PROCESSO Nº: 200882100407
REQUERENTE: CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA
REQUERIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu bastante procurador, que a esta subscreve, requerer a juntada da declaração do Hospital e Maternidade São José e da certidão de nascimento da filha do Requerente, conforme dito na audiência realizada do dia 08/01/09.

Termos em que
Pede deferimento.

Aracaju, 21 de janeiro de 2008.

ALEXANDRE SOBRAL ALMEIDA
OAB/SE 2795

MARCELA MÁXIMO BARBOSA
ESTAGIÁRIA

Av. Pres. Tancredo Neves, 922
Bairro: Grageru - CEP. 49025-620
Aracaju - Sergipe
Tel/Fax: 79 3249-1398 / 3249-2680



DECLARAÇÃO

Declaro para devidos fins, que a **Srª Tânia Cristina Soares dos Santos**, portadora do RG 3314256-4 SSP/AL, filha da Srª Maria Eunice Soares dos Santos e do Sr. José Clarindo dos Santos, Lavradora, residente na Rua Leandro Maciel, 115, no município de Moita Bonita-SE, deu a luz a uma menina no dia 06 de janeiro de 2009, nesta maternidade. Precisando assim, o **Sr Carlos Antonio da Cunha**, portador do RG 2135270-4 SSP-SE da licença paternidade por 5 (cinco) dias, conforme determina o artigo 473, III da CLT.

Itabaiana, 15 de janeiro de 2009


A.S. Marcia Cunha dos Santos
Assistente Social/ CRESS-SE 1281



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SERGIPE

Cartório do Ofício Único

Avenida Eliziário Menezes nº 73, Centro, Moita Bonita-SE.
Fone: (79) 3453.1300

Bel. Emerson Gadelha de Freitas

Oficial de Registro

Rosemeire de Oliveira Santos

Escrivente Autorizada



Certidão de Nascimento

Certifico que às folhas 175, do livro A -12, sob nº de ordem 8.253, foi lavrado o assento de nascimento de **KEYLLA SOARES DA CUNHA**, do sexo feminino, nascida no dia seis (06) de Janeiro de dois mil e nove (2009), às 21 horas e 15 minutos (21:15 hrs.), no Hospital e Maternidade São José, em Itabaiana/SE.

Filha de: **Carlos Antonio da Cunha**

E Dona **Tânia Cristina Soares dos Santos**

Sendo avós Paternos: //////////////////////////////////////

E Dona **Maria Jose da Cunha**

Sendo avós Maternos: **José Clarindo dos Santos**

e Dona **Maria Eunice Soares dos Santos**

O assento foi lavrado em, 15 de Janeiro de 2009, tendo sido declarante o **Genitor, Carlos Antonio da Cunha**. Serviram de testemunhas **Danila de Oliveira Santos** e **Maria Fernanda Almeida da Silva**, maiores, capazes, residentes nesta cidade.

OBSERVAÇÃO: Não Há.

O referido é verdade e dou fé

Moita Bonita (SE), 15 de Janeiro de 2009.

Rosemeire de Oliveira Santos
Escrivente Autorizada

CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO
DE MOITA BONITA - SE

TESTE DO PAGAMENTO DE
DOCUMENTOS E SELLO DE
AUTENTICIDADE NOS TERMOS
DO 6º DO ART. 18 DA PORTARIA
nº 3 GP, de 04 de Janeiro de 2008



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SERGIPE
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
FÓRUM DISTRITAL DE MOITA BONITA/SE
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Av. João Evangelista da Costa, s/n - Centro
Moita Bonita-SE – Cep. 49.560-000 – Fone: (0XX) – 79 - 3453-1476

MÊS DE FEVEREIRO

Ação: CÍVEL - JEC

Audiência: **CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO e JULGAMENTO**

PROCESSO Nº. 200882100407

REQUERENTE: CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA

REQUERENTE: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Pregão:	REQUERENTE	RG./OAB	
CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA	ADV/REQUERENTE	SSP/SE	PRESENTE
DR. TIALLA TEIXEIRA COSTA DE CASTRO	ADV/REQUERENTE	OAB/SE - 4733	PRESENTE
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS	REQUERIDO	SSP/SE	PRESENTE
DR. KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA	ADV/REQUERDO	OAB/SE - 2592	PRESENTE

Termo de Audiência

Aos 19/02/2009, às 11:30 HORAS, nesta cidade de Moita Bonita(SE), em sala de audiências do Fórum Local, Comarca de Ribeirópolis(Se), onde presente se achavam o(a) MM^{o(a)} Juiz(a) de Direito, **DR. GASPAR FEITOSA DE GOUVEIA FILHO**, comigo Ailton Souza de Jesus, Chefe de secretaria, do Cartório de 1º Ofício, que este subscreve, declarada Aberta a audiência. Pelo MM Juiz foi dito que: proposta a composição civil entre as partes foi a mesma rejeitada. Dando seguimento, foi requerido pela empresa demandada a juntada de contestação na forma escrita, de um documento, substabelecimento e carta de preposição, o que foi deferido pelo magistrado, sendo dada a palavra ao advogado do requerente para se manifestar, tendo o mesmo requerido a juntada de réplica na forma escrita, em 09 (nove) laudas. Após, havendo as partes manifestado desinteresse na colheita de depoimentos pessoais e testemunhais, requerendo o julgamento antecipado da lide, determinou o magistrado que os autos sigam conclusos. Nada mais havendo, eu [assinatura], Chefe de Secretaria, que fiz digitar o presente termo, o qual foi lido para todos aqui presente.

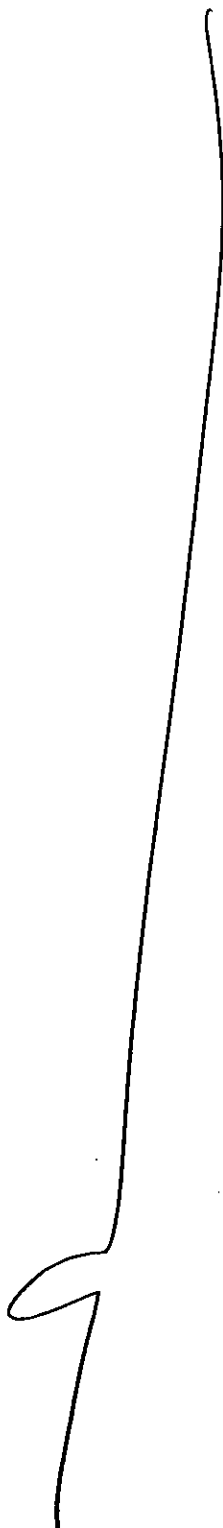
GASPAR FEITOSA DE GOUVEIA FILHO
Juiz de Direito em substituição

x Carlos Antônio da Cunha

Valério César de Azevedo Dêda

Valério César de Azevedo Dêda
Advogado
OAB 4318-SE

[assinatura]
Domingos Marques Santos
OAB/SE 4563



JUNTADA

Faça Juntar a estes autos A. Cardozo
que segue

Em, 19/02/09

[Signature]
(49)

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Soito
Pedro H. B. Sousa
João Paulo Martins
Kendra Barreto

Pedro Andrade
Joselaine Maura
Claudia Moia
Rachel Rosenberg
Danielle Nogueira
Antonia Costa

Andresa Sena
Julia Lins
Juliana Rolim
Cristiane Oliveira
Felipe Sherman
Flavia Nonato

Paula Pinheiro
Osmar Aquino
Fernanda Passarelli
Lilah Fonseca
Caroline Caldas

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE RIBEIROPOLIS- DISTRITO DE MOITA BONITA / SE.

Processo n.º 200882100407

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, empresa seguradora com sede à Avenida Marques de Olinda, 175 - Recife Antigo, Recife - PE, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.054.826/0001-92 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, com sede à rua Senador Dantas, 74,5º andar, Centro, Rio de Janeiro- RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.248.608/0001-04, neste ato representada por seu advogado que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CARLOS ANTONIO DA CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., com fulcro nos artigos 30 e seguintes da Lei 9.099/95, e, demais cominações legais pertinentes à espécie, apresentar sua

C O N T E S T A Ç Ã O

Consoante as razões de fato e de direito que passa a expor:

DOS FATOS ALEGADOS NA PEÇA VESTIBULAR

Alega O Autor na peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em **11/01/2007**, sofrendo diversas lesões que descreve que o deixaram **permanentemente** inválido.

Desta maneira, de posse de todos os documentos necessários à regulação do sinistro, o Autor realizou pedido administrativo junto a Ré, referente ao valor da indenização correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT, que após a devida análise da documentação apresentada efetuou o pagamento da verba indenitária no importe de **R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez permanente da Autora.

39

Outrossim, a parte Autoral tenta imputar a Ré atitudes desidiosas, sendo absolutamente certo que a Ré procedeu conforme determinação dos órgãos máximos na matéria securitária.

DA REALIDADE DOS FATOS

Visando quantificar o grau de invalidez da Autora, foi realizada perícia médica através do Departamento Médico da especializada empresa CNIS - Cadastro Nacional de Informações e Serviços.

Procedeu então a Ré, responsável pela liquidação do sinistro em tela, ao cálculo para apuração do "quantum" devido, Conforme Tabela para Cálculo de Indenização em caso de Invalidez Permanente, constante na Resolução CNSP n.º 340/2006, como demonstrará a seguir.

Ressalte-se que a perícia aferiu ser debilidade do membro inferior esquerdo no percentual de 5% de R\$ 13.500,00 (valor da resolução em vigor na época).

Na realidade não há nos autos laudo do IML quantificando as lesões sofridas pelo Autor.

Entendendo o Autor que o valor pago pela Ré a título de indenização foi inferior ao que efetivamente deveria receber, propôs a presente demanda, pleiteando a diferença que entende ser devida.

PRELIMINARMENTE

DA SUBSTITUIÇÃO DO PÓLO PASSIVO DA PRESENTE DEMANDA

- SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT -

Inicialmente, cumpre destacar que a **Seguradora Lider dos Consórcios de Seguro DPVAT** foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A **Resolução CNSP de n.º 154** determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os **Consórcios do Seguro DPVAT** - anteriormente conhecido como "Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT".

Ademais, tem-se que a **Seguradora Lider dos Consórcios de Seguro DPVAT** já detém autorização da **SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP**, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme **Portaria n.º 2797/07**.

Nesta senda, destaque-se o art. 5º, §3º, da referida Resolução, senão vejamos:

**"CAPÍTULO IV
DOS CONSÓRCIOS**

Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.

(...).

§ 3º. Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, PODENDO A MESMA SEGURADORA SER A ENTIDADE LÍDER DOS DOIS CONSÓRCIOS PREVISTOS NO CAPUT DESTES ARTIGOS." (g.n.).

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

"§ 8º. Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes."

Desta forma, é de fácil visualização que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

Ressalte-se, em perfeito atendimento ao Princípio da Eventualidade, que a substituição em apreço não acarretará qualquer tipo de lesão ao perfeito cumprimento das obrigações, caso seja julgada procedente a presente demanda.

Tem-se que o entendimento do 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE / RS, ao julgar o processo de n.º 30800228713, acolhendo os fatos ora dispostos, deferindo a substituição do pólo passivo da demanda, senão vejamos:

"Inicialmente, acolho a substituição da ré Bradesco Cia de Seguros pela ré Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, tendo em vista que esta última foi criada recentemente com a finalidade de administrar o seguro obrigatório de acidentes de trânsito nos termos da Resolução nº 154, artigo 5º, §3º do CNSP e Portaria nº 2.797/07."

Desta forma, sopesando-se os fatos supracitados, requer a substituição do pólo passivo da presente demanda, para que passe a

figurar como Ré na presente demanda a **SEGURADORA LIDER DOS**
CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

DA AUSÊNCIA DE PROVA DA ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE -

Subsiste óbice intransponível ao suposto direito Autoral devendo acarretar a extinção do feito sem julgamento do mérito, conforme estabelece o artigo 267; inciso IV da Lei Adjetiva Civil.

Em análise ao presente feito, verifica-se com extrema facilidade que o Autor alega que restou inválido permanentemente, haja vista as lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Acontece Exa., que o **Laudo Médico apresentado não quantifica o grau de invalidez sofrido pelo Autor**, deixando de comprovar de maneira precisa, o valor que este faz jus referente à indenização de seguro DPVAT.

IMPORTANTE RESSALTAR QUE NOS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE, O VALOR A SER PAGO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT DEVE SER COM BASE NO GRAU DE INVALIDEZ SOFRIDO PELA VÍTIMA.

Incoerente seria quitar valores similares a diferentes graus de invalidez, e principalmente pagar o mesmo valor dos casos onde há morte da vítima!

Considerando que a presente demanda foi distribuída em sede de Juizado Especial, não há possibilidade de feitura de perícia que quantifique o grau de invalidez sofrido pelo Autor.

Portanto, resta reforçada a tese de Incompetência do Juizado Especial Cível, ante a imperiosa necessidade de feitura de perícia, para fins de quantificação do grau de invalidez.

Trata-se de informação imprescindível para o deslinde da presente, fato constitutivo do direito do Autor, e este em momento algum apresenta Laudo do IML que quantifique sua invalidez.

Desde os tempos dos romanos já se consagrava o princípio de que "*allegatio et non probatio, quasi non allegatio*". Aquilo que não se pode provar sequer pode ser considerada uma simples alegação. Assemelha-se mais a uma falta de verdade.

Assim, a Ré pede escusa para transcrever decisão da 5ª Câmara Cível do Estado do Rio Grande do Sul, na Apelação Cível n.º 70011496577, tendo como Relator o Desembargador **UMBERTO GUASPARI SUDBRACK**, que nos leciona:

"De acordo com a sistemática adotada pelo sistema processual brasileiro, oriunda do Direito Romano (*semper necessitas probandi incumbit illi qui agit*, Digesto XXII, 3.2), a prova incumbe a quem afirma a existência de um fato, cabendo ao

leg
demandante demonstrar, em Juízo, a existência do fato por ele descrito na inicial. Não comprovada, de forma inequívoca, a seqüela permanente causadora da alegada invalidez, que dificulta a atividade normal do autor, improcedente é a ação, pois esta prova é requisito para a indenização postulada. Apenas a perícia elaborada por médico particular, sem qualquer outro elemento de convicção, não possibilita seja alcançada indenização por seguro DPVAT. Apelo desprovido, por maioria."

Ademais, tal entendimento mais uma vez se fez presente sobre a **Egrégia 5ª Câmara Cível do Estado do Rio Grande do Sul**, vez que, em decisão proferida na Apelação Cível n.º 70008585523, que também teve como Relator o aclarado Desembargador **UMBERTO GUASPARI SUDBRACK**, pode se observar que:

"Não comprovada, de forma inequívoca, a seqüela permanente, causadora da invalidez, que dificulta a atividade normal do autor, improcedente é a ação, pois esta prova é requisito para a indenização postulada. Apelo desprovido."

Vistos os fatos, não havendo meios comprobatórios do alegado, deve a demanda ser extinta sem julgamento do mérito em perfeita consonância com o disposto no artigo 267, inciso IV do Código de Processo Civil.

- DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO -

(DO LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO - IML).

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que o Autor pretende que a Ré, seguradora participante do convênio DPVAT, o indenize pela suposta incapacidade física ou psíquica permanente, decorrente do acidente noticiado.

A RÉ DEMONSTRARÁ A SEGUIR A IMPERIOSA NECESSIDADE DA VERIFICAÇÃO DOS FATOS ALEGADOS NA EXORDIAL, FACE AS DETERMINAÇÕES LEGAIS PERTINENTES À ESPÉCIE.

É DE CORRENTE SABENÇA QUE DEVE SER VERIFICADA COM EXTREMA CAUTELA SE A PARTE AUTURAL CARECE DA AÇÃO POR NÃO TER FEITO A COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DA SUA PRETENSÃO.

Diferente do constante na peça inicial do Autor, ESTE DEIXA DE APRESENTAR LAUDO DO IML informando se sua invalidez é permanente, bem como o grau das lesões sofridas.

A lei é clara, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos, quais sejam:

Com efeito, o parágrafo 5º, do art. 5º da lei n.º 6.194/74 estabelece in verbis:

Art. 5º...

§ 5º O **INSTITUTO MÉDICO LEGAL** da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em **LAUDO COMPLEMENTAR, NO PRAZO MÉDIO DE NOVENTA DIAS DO EVENTO**, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

Neste diapasão objetivado, tem-se que a parte Autora deve sob pena de extinção do feito, apresentar o **laudo do IML quantificando as lesões físicas ou psíquicas PERMANENTES, EM LAUDO COMPLEMENTAR**, para demonstrar cabalmente que a seqüela efetivamente tenha sido provocada por acidente de trânsito e seja de caráter permanente, o que não fez até o momento.

Ou seja, urge a imperiosa necessidade de se verificar se a parte Autora preenche todos os requisitos necessários para a percepção do benefício oriundo do Seguro DPVAT.

Essa prova documental incumbe à parte autora, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC.

Trata-se de documento indispensável à instrução da petição inicial (CPC, art. 283). Por isso, cabe ser aplicada ao caso a regra do art. 284 do mesmo codex, motivo pelo qual a ré requer:

- a) que seja determinado que a parte autora emende ou complete a inicial no prazo de 10 (dez) dias; e
- b) que, se isto não for cumprido a contento, que a petição seja indeferida, extinguindo-se o processo na forma do art. 267, I, do CPC.

- INÉPCIA DA INICIAL -

AUSENCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE PARA RECEBIMENTO DA VERBA INDENITÁRIA

- AUSÊNCIA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA - CONDITIO SINE QUA NON -

Inicialmente, cumpre destacar que referida matéria não se confunde com matéria de mérito, haja vista a proteção do direito de recebimento do Autor.

Caso em mérito fosse a presente discussão, discutir-se-ia o mérito, fazendo com que a demanda fosse julgada **improcedente**, o que, em apreço à boa-fé que detém a Ré, não pode prosperar em face da ausência da documentação suscitada.

Insta ressaltar que a petição inicial apresentada pelo Autor da presente não está apta a gerar efeitos, vez que a mesma **não apresenta provas a conduzir a veracidade dos fatos alegados**.

A Lei n.º 6.194/74, devidamente modificada pelas Leis 8.441/92 e 11.482/07 exige que, para que o beneficiário possa ter direito ao recebimento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, **devem ser apresentados determinados documentos**.

Com efeito, o parágrafo 1º, do art. 5º da lei n.º 6.194/74, estabelece *in verbis*:

"Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1º A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

- a) **Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova da qualidade de beneficiário - no caso de morte;**

(...) (g.n.).

Em prosseguimento ao disposto no dispositivo legal supra, tem-se que o Seguro Obrigatório DPVAT é regido pela **TEORIA DO RISCO INTEGRAL**.

Referida Teoria versa sobre a desnecessidade da ocorrência da **CULPA** e do **NEXO DE CAUSALIDADE**, sendo este ultimo **nexo entre a ocorrência do dano e a culpa do agente**.

Verifica-se, porém, que não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Ou seja, para se pleitear reparação, há de se comprovar o nexo entre a conduta e a lesão.

Neste diapasão objetivado, tem-se que o Autor deve, sob pena de extinção do feito, apresentar o **registro da ocorrência policial**,

haja vista ser requisito expresso do art. 5º, §1º, "a" da Lei 6.194/74. LS

Trata-se de "*conditio sine qua non*", ou seja, condição "sem a qual, não existe", aplicando-se ao caso em tela seguinte forma - "sem a apresentação do boletim de ocorrência comprovando-se a participação da vítima em acidente de natureza automobilística, não há de se falar em pagamento".

Não há de se falar em comprovação por outros meios, através de outros documentos, por ausência de previsão legal para tal, vez que a Lei determina a apresentação do registro de ocorrência policial.

Não se pode olvidar acerca da existência de requisitos formais para o ajuizamento de qualquer demanda, os quais são tradicionalmente denominados na praxe forense de requisitos da petição inicial, estes elencados no art. 282 e 283 do Código de Processo Civil, que pedimos escusas para transcrever, senão vejamos:

"Art. 282. A petição inicial indicará:

I - o juiz ou tribunal, a que é dirigida;

II - os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu;

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - o pedido, com as suas especificações;

V - o valor da causa;

VI - AS PROVAS COM QUE O AUTOR PRETENDE DEMONSTRAR A VERDADE DOS FATOS ALEGADOS;

VII - o requerimento para a citação do réu.

Art. 283. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação." (g.n.).

Deve a mesma ser emendada, portanto, com o fito de se obedecer as requisições legais pertinentes à matéria, senão vejamos:

"Art. 284. Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial."

Em prosseguimento, cumpre salientar o disposto no art. 295, VI, da Lei Adjetiva Civil, *ipsis literis*:

"Art. 295. A petição inicial será indeferida:

(...)

Lef

VI - quando não atendidas as prescrições dos arts. 39, parágrafo único, primeira parte, e 284."

A lei é clara, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos.

O DOCUMENTO ACOSTADO AOS AUTOS É MERA CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA, ELABORADA ATRAVÉS DE SIMPLES FATOS NARRADOS PELA COMUNICANTE, DE CARÁTER ABSOLUTAMENTE UNILATERAL, E QUE NÃO POSSUI IDONEIDADE PARA COMPROVAR A OCORRÊNCIA DO ACIDENTE NOTICIADO.

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC.

Trata-se de documento indispensável à instrução da petição inicial conforme artigo supracitado. Por isso, cabe ser aplicada ao caso, a regra do art. 284 do mesmo codex, donde se depreende que:

- a) Deve o Autor apresentar o referido Boletim de Ocorrência, comprovando a participação da vítima em acidente automobilístico, emendando a inicial no prazo de 10 (dez) dias;

Mediante omissão do mesmo na apresentação do Boletim de Ocorrência, deve a demanda ser extinta sem resolução de mérito, na forma do art. 267, inciso I, c/c art. 284, p.u. e 295, inciso VI, todos da Lei Adjetiva Civil.

NO MÉRITO

EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO - QUITAÇÃO OUTORGADA DE PRÓPRIO PUNHO - TRANSAÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autoral recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela.

É usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

"...com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita a Seguradora reguladora do sinistro. 

É de corrente sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autoral deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 da Lei 10.406/02, denominado Novo Código Civil, que estabelece, *in verbis*:

"Art. 849. A transação só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa."

Ademais, as nulidades a que se refere o art. 171 do Novo Código Civil não têm efeito antes de declaradas por sentença e não se pronunciam de ofício (conforme art. 168 do mesmo Códex), somente podendo ser alegadas por aqueles que a aproveitam, e estando sujeita a manifestação do Juízo a um requerimento prévio e expresso dos eventuais interessados.

Não obstante, a parte Autoral não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é PRESUMIDA e somente poderia ser desconstituída por SENTENÇA!!!

E de mais a mais, não podendo o M.M. Juízo decidir a causa de maneira diversa da requerida pela parte Autoral conforme estabelece o artigo 460 da Lei Adjetiva Civil, temos que o ato jurídico liberatório da obrigação deve ser, por conseguinte, tido como inteiramente válido, o que conduz à total improcedência dos pedidos.

Restando a quitação válida em todos os seus termos, os devedores estão exonerados de toda e qualquer responsabilidade pela obrigação contraída pelas partes! Afinal, a eficácia da quitação e os seus efeitos jurídicos liberatórios constituem uma presunção *juris tantum*, que, à luz do acima exposto, somente poderia ser afastada mediante prova irretorquível da ocorrência de vício de consentimento, conforme amplamente demonstrado nesta peça de bloqueio.

Assim, aliás, conforme inteligência do *Novel Código Civil*, no seu artigo 840, temos que:

"Art. 840. É lícito aos interessados prevenirem ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas."

O Eminentíssimo jurista CARVALHO SANTOS, ensina que¹:

¹ "Código Civil Brasileiro Interpretado", nota ao art. 1.027- não alterado substancialmente pelo Novo Código Civil.



188

"(...) é preciso dar à transação toda extensão que comportar, por isso que, visando as partes com ela comprar a sua tranqüilidade, não se concebe que o litígio não ficasse definitivamente ultimado. Nem se compreenderia, muito menos, que a pretexto algum, pudesse uma das partes fazê-lo reviver, mesmo um simples detalhe, perturbando o sossego que a outra tinha procurado assegurar por meio da transação." (g.n.)

Corroborando com a tese ora sustentada, a melhor Jurisprudência já se manifestou favoravelmente a esse respeito, tendo o Egrégio Supremo Tribunal Federal decidido que:

"se as partes desavindas, por meio de documentos hábeis, delimitaram os interesses em controvérsia e firmaram documento de transação, esse ato jurídico complexo envolve-se para as partes e para todas as questões versadas com a força de coisa julgada, só rescindível por dolo, violência ou erro essencial, conforme o artigo 1.030, do Código Civil. E também, se na transação as partes não tornaram expresso que excluía dela uma dada questão, esta questão não pode a vir a ser questionada em juízo, primeiro porque obrigada pelos efeitos de coisa julgada da transação (artigo 1.030, do CC) e segundo por efeito do princípio da indivisibilidade da transação (art. 1.026, do CC)" (RE nº 93.861-3/RJ- 1ª Turma, DJU 18/12/81 - Rel. Min. Clóvis Ramalhete).

É pleno de logicidade que a Seguradora, ora Ré nada fez para constranger a parte Autoral a celebrar acordo e efetivamente receber o *quantum* indenizatório na esfera administrativa.

Ademais, temos que a parte Autoral poderia, e quiçá deveria ressalvar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, certo é que a Seguradora limitou-se a disponibilizar-lhe o valor que era o devido e, uma vez que este foi aceito pela beneficiária legal, efetuou de pronto o pagamento da importância convencionada.

Certo é que o pedido constante na exordial é manifestamente improcedente, haja vista a transação realizada em âmbito administrativo quanto ao valor da verba indenizatória oriunda do Seguro DPVAT, não podendo a seu bel prazer pleitear suposta diferença indenizatória sem qualquer embasamento legal.

Subsistindo óbice intransponível ao suposto direito Autoral, deve o feito deve ser **julgado extinto com julgamento de mérito**, o que se requer com fundamento nos arts. 3º e 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

49

- DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07 -

Cumpre salientar que na data de 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a **Lei 11.482/07**, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92.

Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT. Vejamos:

Art. 8º Os arts. 3º, 4º 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

(...)."

Mediante tal fato, ou seja, a plena vigência da **Lei 11.482/07**, é notório que não existe possibilidade de se vincular a indenização ao salário mínimo.

Isto se dá pelo fato que a referida Lei 11.482/07 **ALTEROU** a Lei 6.194/74, portanto, os valores nela especificados merecem o devido acolhimento.

REITERA A RÉ, PORTANTO, QUE O ARTIGO 3º, ALÍNEA "A", DA LEI N.º 6.194/74 NÃO SE APLICA À HIPÓTESE VERTENTE, SEJA PORQUE NÃO ESTÁ MAIS EM VIGOR.

Assim não há que se cogitar de indenização no valor equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos para pagamento do seguro DPVAT, vez que tal especificação encontra-se **REVOGADA** pela **Lei 11.482/07**.

Portanto, resta claro que a vinculação da indenização ao salário mínimo é totalmente descabida, motivo pelo qual requer que sejam observados os valores expostos na referida **Lei 11.482/07**, no caso de condenação da Ré.



Vale ressaltar que o disposto no §1º do art. 5º da Lei 6194/74 é cristalino quanto ao pagamento da indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, senão vejamos:

"Art. 5º

§1º A indenização referida neste artigo será paga como base no valor da época da liquidação do sinistro (...)"

Portanto, e tendo em vista que na remota hipótese de condenação, o pagamento será efetuado em plena vigência da Lei 11.482/07, mister aplicar o teto máximo indenizável previsto na referida norma.

**DO VALOR INDENIZÁVEL REFERENTE AO SEGURO OBRIGATÓRIO PARA DANOS
PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES
(DPVAT) PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE**

Instituído pela Lei n.º 6.194/74 e alterado pela Lei n.º 8.441/92, o Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT tem por finalidade dar cobertura a danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas, ou não, nos casos de morte, invalidez permanente parcial ou total por acidente e despesas de assistência médica e suplementares.

Referido seguro oferece cobertura às pessoas vitimadas que restaram permanentemente inválidas **ATÉ** o limite estipulado pela Resolução CNSP n.º 138/2005, que é de **R\$ 13.479,48 (Treze mil quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos)**.

Para a feitura do cálculo, foram respeitadas as diretrizes da Resolução CNSP 01/75, principalmente a instrução constante do art. 8, b.2 a seguir transcrita:

"8.b.2 - No caso de perda parcial, ficando reduzidas as funções do membro ou órgão lesado, mas não abolidas por completo, a indenização será calculada pela aplicação da percentagem de redução funcional apresentada pelo membro ou órgão atingido, à percentagem prevista na Tabela para a perda total do membro, órgão ou parte atingida."
(n.g.)

É patente assim que há de ser considerado e respeitado os cálculos realizados pela equipe médica da CNIS - Cadastro Nacional de Informações e Serviços, e a seguir demonstrados, até porque as alegações do Autor carecem de qualquer embasamento legal e técnico.

Ressalte-se que o valor da indenização para invalidez permanente foi pago à vítima a partir do momento em que foi determinado o caráter definitivo da invalidez e, ainda assim, proporcionalmente

SM

ao percentual da incapacidade de que o Autor é portadora, devidamente comprovado através de rigorosa perícia médica, razão pela qual a presente ação está fadada a mais absoluta improcedência.

E, acaso V. Exa. assim não entenda, o que ora se admite apenas por hipótese, a realização de perícia médica judicial, com a conseqüente confecção de laudo médico pericial pormenorizado, e que atenda às especificações impostas pela Resolução n.º 1/75 expedida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, que é o órgão normatizador da matéria, poderá confirmar o acerto do cálculo efetuado. Em suma, ao Perito competirá apurar o grau da invalidez permanente do Autor e aplicar o disposto na Resolução n.º 1/75 do CNSP, cabendo repisar que o limite indenizatório estabelecido pela Resolução CNSP n.º 138/2005.

Isto posto, resta evidente que o Seguro Obrigatório visa garantir ao sujeito passivo do dano, ou aos seus beneficiários, uma indenização direta, sem levar em conta o aspecto de sua satisfação econômica. Sua essência, portanto, é a de uma garantia social mínima às vítimas do evento danoso ou aos seus beneficiários.

Desta forma, requer expressamente a realização de perícia médica judicial, visando quantificar o grau de invalidez do Autor, dirimindo as dúvidas que pairam sobre o suposto direito a complementação.

A improcedência do pedido é medida de rigor que se impõe!!!!!!

DO VALOR INDENIZÁVEL NO CASO DE INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE

Inicialmente, insta ressaltar que a Ré não discute se o Autor se encontra ou não inválido, mas tão somente o **GRAU DE INVALIDEZ** que apresenta o Autor, e o fato de que o valor pago se encontra em perfeita consonância com as cominações legais, subsistindo óbice ao direito autoral, motivo pelo qual deve ser julgado improcedente a pretensão do Autor, com fulcro no art. 269, inciso I da Lei Adjetiva Civil.

Ademais, frisa-se o disposto na alínea "b", do art. 3º, da Lei 6.194/74, para dirimir qualquer dúvida no que se seguira esposado, donde se depreende:

"Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) (...);

b) ATÉ 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente; (g.n.)

c) (...).

Assim, é de clareza cristalina, que o valor devido no caso de invalidez permanente, **parcial ou total**, é de ATÉ 40 (quarenta) salários mínimos.

Cumpre-se destacar que o Legislador foi patente, não fixando o valor em 40 (quarenta) salários mínimos, como no caso de indenização por morte, previsto na alínea "a" do dispositivo legal supra, não havendo, portanto, que se falar em complementação da indenização percebida pelo Autor.

Destarte, se mostra equivocado o Autor ao tentar receber diferença entre a monta percebida e 40 (quarenta) salários mínimos, tentando induzir o atento Juízo a erro, ao afirmar que faz jus a tal valor.

Ora Exa., se o Legislador quisesse asseverar que o valor de indenização devido no caso de invalidez permanente fosse de exatamente 40 (quarenta) salários mínimos, **o teria feito expressamente**, explanando tal feito na letra da lei.

Reitera incansavelmente a Ré que, ao se abster de tal ato, mostra-se limpidamente que o valor de indenização devido é abstrato, que flutua no campo entre nenhum e 40 (quarenta) salários mínimos, ou seja, o valor percebido pelo Autor é lícito pela letra da lei e impassível de complementação.

De tal modo, requer a Ré que seja julgado improcedente a pretensão do Autor, com fulcro no art. 269, inciso I da Lei Adjetiva Civil, por ter a Ré efetuado o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório DPVAT por invalidez em perfeita consonância com a legislação pertinente, razão pela qual não há de se discorrer em complementação.

Caso assim não entenda Vossa Excelência, prossegue a Ré discutindo o mérito:

DA COMPETÊNCIA DO CNSP PARA BAIXAR INSTRUÇÕES E EXPEDIR CIRCULARES RELATIVAS À REGULAMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SEGURO

O valor pago ao Autor pela Ré a título de indenização referente ao seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas, ou não - DPVAT foi efetuado em total consonância à Lei, não havendo qualquer embasamento jurídico que autorize a pretensão do Autor de receber complementação indenizatória, a qual caracteriza tentativa de enriquecimento sem causa.

Barbosa

53/

Importante ressaltar que a atividade seguradora é fiscalizada pela SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, entidade autárquica normatizadora e fiscalizadora da atividade securitária.

Com efeito, a atividade seguradora sofre forte intervenção estatal, de forma que as cláusulas contratadas não são estipuladas ao livre arbítrio das seguradoras. Ao contrário, são fixadas pela SUSEP no exercício da competência que lhe confere o artigo 36, "b" do Decreto-Lei nº 73/66 (que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências) confere à SUSEP a prerrogativa de **"baixar instruções e expedir circulares relativas a regulamentação das operações de seguro, de acordo com as diretrizes do CNSP"**.

Por meio do art. 6º do referido Decreto-Lei o Governo Federal delegou ao CNSP e SUSEP a regulamentação das operações de seguro.

Instituído pela Lei nº 6.194/74, que no art. 12 previu que "O Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta Lei", o Seguro DPVAT teve sua disciplina assentada na Resolução CNSP nº 1/75, a qual aprovou suas normas disciplinadoras, e que merece estrita observância no caso em tela.

DA IMPOSSIBILIDADE DE SE VINCULAR A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO

Quanto ao preceito contido no artigo 3º, alínea "b", da Lei nº 6.194/74, o qual estabelece o valor da indenização em **ATÉ** 40 salários mínimos, esclarece a Ré que dita norma foi revogada pelas Leis nº 6.205/75 e 6.423/77, as quais, expressamente, proíbem a vinculação e a correção baseada no salário mínimo.

Merece destaque a redação do art. 1º da Lei nº 6.205/75, assinalese, EDITADA POSTERIORMENTE à Lei nº 6.194/74, e que veda a adoção do salário mínimo como base de cálculo:

"Art. 1º. Os valores monetários fixados com base no salário mínimo não serão considerados para quaisquer fins de direito".

Outrossim, o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal de 1988 igualmente proíbe a vinculação do salário mínimo para qualquer fim:

"Art. 7º.
(...)

IV - Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder

544

aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim."

Em suma, o controvertido artigo 3º, alínea "b", da Lei nº 6.194/74 sequer foi recepcionado pela CRFB/88.

Tal debate já foi objeto inclusive de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça que apreciando e julgando o Recurso Especial nº 4.394/SP (acórdão publicado no DJU de 03.12.90) manifestou entendimento desfavorável à pretendida vinculação do salário mínimo para efeito de pagamento do seguro DPVAT. Vejamos:

"SEGURO OBRIGATÓRIO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRETENSÃO A QUE O VALOR SEJA FIXADO COM BASE NO SALÁRIO MINIMO. IMPOSSIBILIDADE, DIANTE DA LEI N. 6205/75, QUE DESCONSIDEROU, PARA QUAISQUER FINS, OS VALORES MONETÁRIOS FIXADOS COM BASE NO SALÁRIO MINIMO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO."

(Rel. Min. Nilson Naves, Terceira Turma, RSTJ v. 23, p. 294) (n.g.)

Certo é, portanto, o artigo 3º, alínea "b", da Lei nº 6.194/74 não se aplica à hipótese vertente, seja porque não está mais em vigor, seja porque não foi recepcionado pela Carta Constitucional vigente.

Assim não há que se cogitar de indenização no valor equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos para pagamento do seguro DPVAT.

Com efeito, o valor da indenização é aquele determinado por meio de cálculos atuariais pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, órgão integrante do Ministério da Fazenda, valor este fixado em tabela que foi inteiramente respeitada pela Ré ao efetuar o pagamento da indenização.

Pelo todo exposto a ora Ré aguarda serenamente a total improcedência do pedido inicial.

DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Com relação aos juros moratórios, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não espera, é curial que seja analisada questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Consoante o disposto no artigo 219 da Lei Processual Civil vigente, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida, entende a Contestante que o *dies a quo* para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil, senão vejamos:

STJ

"Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial."

Até porque estamos tratando de responsabilidade contratual tendo em vista que as partes celebraram contrato de seguro, e não extracontratual, sendo inaplicável à espécie o Enunciado n.º 54, da Súmula do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação, senão vejamos:

"art. 1º . (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação."

O Superior Tribunal de Justiça, através do REsp 43.640-0-SP, 6ª Turma, tendo como relator o Ministro Anselmo Santiago, retratou o seu entendimento sobre a correção monetária conforme ementa que passamos a transcrever:

"Não ofende o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil o acórdão que restringe a incidência da correção monetária a partir do ajuizamento da ação e não antes, por falta de previsão legal" (STJ-6ª Turma, REsp 43.640-0-SP, rel. Ministro Anselmo Santiago, j. 21.6.94, não conheceram, v.u., DJU 28.11.94, p. 32.645).

Portando, na remota hipótese de condenação da Ré, requer-se que os juros moratórios sejam computados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil, que se incida correção monetária a partir do ajuizamento da ação, tendo em vista o esposado no §2º, do art. 1º da Lei 6.899/81 e os honorários compensados na forma do §3º, do art. 20 do Código Processual Civil, face aos argumentos suscitados na presente peça de bloqueio.

CONCLUSÃO

Ex positis, requer a Ré que seja extinto o feito com julgamento do mérito, com fulcro no art. 269, IV e 206, § 3º, IX do Codex Instrumentalis, tendo em vista as preliminares argüidas nos exatos termos dos arts. 3º e 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

Na remota hipótese de ultrapassadas as preliminares suscitadas, aguarda-se serenamente, pela improcedência da ação, tendo a ré **amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda**, pelo que requer seja a demanda ao final julgada totalmente

improcedente, com julgamento de mérito, nos exatos termos do artigo 269, inciso I, 2ª parte do Código de Processo Civil.

Protesta, ainda, por todo o gênero de provas admitido em direito, **especialmente documental suplementar e depoimento pessoal do Autor, sob pena de confissão.**

Na hipótese de procedência parcial deverá ser observada a regra contida no art. 21 do Código de Processo Civil, custas pro rata, e honorários compensados.

Para fins do exposto no artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil, fornece-se o endereço da Rua Pacatuba, n.º 254, sala 210, Centro, Aracaju - SE.

Por derradeiro, requer, ainda, a Contestante seja observado o nome da advogada, KELLY CRHYSTIAN SILVA SANTANA, OAB/SE 2.592, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Neste Termos,

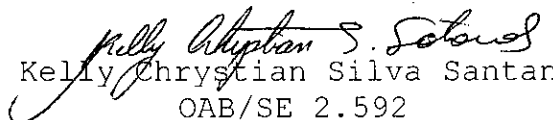
Pede Deferimento.

Moita Bonita, 08 de Janeiro de 2009.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089


Kelly Chrystian Silva Santana
OAB/SE 2.592

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro / RJ cep: 20010020
PABX: 21 - 3265-5600 Fax: 21 - 3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br

* Megadata Computacoes

D.P.V.A.T.

16/12/2008 14:51:52

* Danos Pessoais Causados por Veiculos Automotores de Via Terrestre

* DPV010T ***** CONSULTA POR NOME DE SINISTRADO ***** Q013 / DPV613P *

ANO / NUM. / LANC - 2007 / 062724 / 01 COD. DEPEND .. - 299
COD. SEG. - 5690 TIPO DOCUMENTO - 4 EX -
NUM. DOCUMENTO - SE999999999 DT.CADAST.PARC.- 00 / 00 / 0000
CATEGORIA - 09 DT. SINISTRO . - 11 / 01 / 2007
DT. CADAST.... - 28 / 03 / 2007 DT. RATEIO ... - 11 / 05 / 2007
NATUREZA - 2 CPF VITIMA - 04559364559
NOME DA VITIMA - CARLOS ANTONIO DA CUNHA
DT. NASC. - 04 / 06 / 1988 VALOR INDENIZ. - 675,00
SEQUENCIA - 001 VLR COR.MON/JUR- 0,00
COD. REC/RECL. - 1 DT. PAGAMENTO - 11 / 05 / 2007
NOME RECEBEDOR - CARLOS ANTONIO DA CUNHA
CPF/CGC RECEB. - 00004559364559 DT. ATUALIZ... - 11 / 05 / 2007
PROCURADOR/INT.-
CPF/CGC PRC/INT- 0000000000000000 BOLETIM - 031/03/07
DELEGACIA - DPC UF DELEGACIA - SE
REGULACAO - 1 SUB-JUDICE ... - DT. RECEB.
DT. RECLAMACAO - 21 / 03 / 2007 CONF. PGTO - ☐ / ☐ / ☐

ENTER = CONTINUAR

PF03 = FIM

PF07 = VOLTA MENU

58
A

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento de mandato, substabeleço os poderes a mim outorgados pela **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, com reserva de poderes, para o/a advogado(a), DAYSE MORAES SANTOS, brasileiro(a), SOLTEIRA, inscrito(a) na OAB/SE sob o nº 4563, com escritório na Rua Pacatuba, 254, sala 210, Centro, Aracaju/SE.

Aracaju, 19 de FEVEREIRO de 2009.

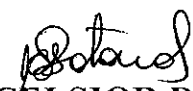

Kelly Chrystian Silva Santana
OAB/SE nº 2.592

59

CARTA DE PREPOSIÇÃO

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, empresa seguradora com sede à Avenida Marques de Olinda, 175 – Recife Antigo, Recife – PE, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.054.826/0001-92 nomeia e constitui seu preposto VICTOR LUIZ PINTO SOBRAL, brasileiro, solteiro, portador (a) da CI n.º 3.126.678 SSP/SE, estabelecida profissionalmente À Rua Pacatuba, n.º 254, Edf. Paulo Figueiredo, sala 210, Centro, Aracaju/Se, especificamente para representá-la no processo de n.º 200882100407 que tramita no Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Moita Bonita /Sergipe onde são partes Carlos Antonio da Cunha X Companhia Excelsior de Seguros outorgando-lhe poderes especiais para prestar depoimento pessoal, celebrar acordos, dar e receber quitação, bem assim praticar os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento do encargo que lhe foi confiado nos termos que dispõe o art. 16 da Lei 6.024/74. Tudo o que o Outorgado fizer para desincumbir-se deste mandato, será tido pelo Outorgante como bom, firme e valioso, como se ela própria tivesse sido feito.

Aracaju, 28 de janeiro de 2009.


CIA. EXCELSIOR DE SEGUROS S.A
KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA
OAB/SE 2.592

JUNTADA

Faça juntar a estes autos

que segue 17 réplicas

Em, 19/02/09.

Escrivã (aa)

69

EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS, DISTRITO JUDICIÁRIO DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE.

Processo nº 00407/2008

CARLOS ANTONIO DA CUNHA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, perante este Juízo, apresentar à RÉPLICA à CONTESTAÇÃO e, para tanto, expõe e requer:

1. DAS PRELIMINARES DE MÉRITO:

Inicialmente, a seguradora ré estrondeia, em sede de preliminar do mérito, a substituição do pólo passivo da demanda, requerendo que a **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT** viesse a responder pelos requerimentos elaborados na peça de ingresso.

Entretanto, razão não lhe assiste, especialmente, quando constatado que o adimplemento parcial da apólice fora realizado pela empresa ré, autenticando, desta feita, a sua legitimidade para integrar o pólo passivo da demanda.

De mais disso, tendo em vista os argumentos declinados na peça defensiva, observa-se que seria o caso de incluir a Seguradora que administra o consórcio nacional de seguros, porquanto ser de conhecimento notório que a apólice pode ser requerida junto a qualquer integrante da mencionada aliança.

Noutro ponto, argüi a Requerida em sua peça de resistência a ausência de comprovação da invalidez alegada, tendo em vista a exigência de produção da prova pericial que, no seu perceber, é imprescindível para apurar a extensão da debilidade permanente do requerente.

[Handwritten signature]

Por tal razão, defende a demandada que não só o juizado é incompetente para julgar a causa, como também ocorre nos autos carência de ação, por falta de documento imperioso, qual seja o laudo do IML.

Todavia, tal argumentação apresenta-se como inócua, eis que uma vez pago o seguro a título de invalidez permanente pela senda administrativa, descabe este tipo de prova para novamente atestá-la, bem como para comprovar o seu grau, porquanto a lei 6.194/74 não diferencia tipos de invalidez permanente como quer fazer crê a seguradora ré.

Note-se que se fosse o caso de não se constatar invalidez permanente indenizável, reclamada sequer pagaria qualquer tipo de valor. De outro turno, rememore-se que a lei reguladora do seguro obrigatório, vigente na época do pagamento, não diferencia graus de invalidez permanente, de modo que as resoluções que regulam este modo de pagamento, o fazem sem previsão legal.

A respeito, leia-se a jurisprudência sobre o tema:

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. 1. Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o Juizado Especial Cível competente para a apreciação da questão. Consolidado o entendimento das Turmas no sentido de que, havendo invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, é devida a indenização no patamar de 40 salários mínimos. 2. A documentação acostada comprova que, do acidente, resultou a invalidez permanente do autor, sendo, pois, devida a indenização pretendida. 3. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNPS ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. 4. A aplicação do salário mínimo não ocorre como fator de reajuste, mas como mero referencial, não existindo ofensa ao disposto no art. 7º, inc. IV, da CF. 5. Aplicação da Súmula 14 das Turmas Recursais Cíveis do Estado do Rio grande do Sul. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71001339902, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 04/07/2007)".

Portanto, observa-se claramente que não há como se falar em ausência de prova por parte do reclamante, pois a própria seguradora admite na peça de defesa a existência de invalidez permanente e o pagamento parcial, de acordo com o PERCENTUAL que entende devido, ou seja, com base nas resoluções e tabelas da CNSP e SUSEPE, contrariando comando estabelecido pela lei 6.194/74 que, de seu turno, não diferencia graus para o pagamento da apólice.

De outro giro, uma vez adimplida a invalidez permanente pela via administrativa, descabe a necessidade de prova técnica para apurar seu grau, já que a legislação pertinente não faz menção a nenhuma "medida de invalidez permanente". A propósito, coteje-se decisões do TJSE, TJRS e TJPR.

64

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS. DPVAT. PRELIMINARES. INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE. CARACTERIZADA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR E CARÊNCIA DE AÇÃO. NÃO CONFIGURADOS. MÉRITO. DISCUSSÃO ACERCA DO GRAU DE INVALIDEZ. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP. INAPLICABILIDADE. FIXAÇÃO EM 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. LEI Nº. 6.194/74. POSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. I - Não ocorrendo o pagamento do total da obrigação referente ao seguro obrigatório, tem o beneficiário a legitimidade de exigir a quantia remanescente. II - Não fazendo a Lei nº. 6.194/74 qualquer limitação acerca do seguro obrigatório em caso de invalidez permanente, não há o que se falar em relação ao grau de invalidez. III - O artigo 3º da Lei 6.194/74 não foi revogado pela Lei nº. 8.441/92, permanecendo o valor de até 40 salários mínimos, a título de indenização por invalidez permanente. IV - Estando as resoluções do CNSP em graduação hierárquica inferior à Lei 6.194/74, esta deve prevalecer sob pena de ofensa ao princípio constitucional da hierarquia entre as leis. V - O salário mínimo foi utilizado como parâmetro quantificador da indenização quando do desembolso, para pagamento do seguro DPVAT, sem nenhuma vinculação com o mesmo, a título de correção monetária que é vedado por Lei. VI - Recurso não provido." (Apelação Cível nº. 416.969-9, da 9ª Câmara Cível, Relator Dês. Tufi Maron Filho, julgada em 28.06.2007).

ACAO DE COBRANCA. SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT. ACIDENTE DE TRANSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO PARCIAL.

I. Preliminar de incompetência do Juízo afastada por ser desnecessária a produção de prova pericial para apurar o grau de invalidez, considerando-se que a Lei nº 6.194/74 fixa a indenização sem fazer qualquer diferenciação a graus de invalidez.

II. Qualquer seguradora integrante do consórcio que responde pelas indenizações decorrente de danos causados por acidentes de trânsito, possui legitimidade passiva para saldar eventual diferença referente a seguro DPVAT, independentemente de ter sido feito por ela o pagamento parcial anterior.

III. A quitação dos valores não ultrapassa o valor posto no recibo, não impedindo que o autor postule receber a diferença ainda não paga.

IV. Os valores, relativos às indenizações, fixados pela Medida Provisória 340, convertida na Lei n. 11.482/2007, que alterou o art. 3º, da lei n. 6.194/74, são aplicáveis aos casos de acidentes ocorridos após sua vigência, em 29-12-2006.

V. A correção monetária incide do pagamento parcial e juros a partir da citação, consoante a Súmula 14 das Turmas. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (Processo 71001844893. Terceira Turma Recursal, Relator: Afif Jorge Simões Neto. Pub DJ 17/11/2008.)

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. REVISADA EM 24.04.2008 O autor juntou aos autos todos os documentos necessários à acolhida de sua pretensão e, de qualquer forma, sua invalidez permanente já foi reconhecida pela seguradora quando do pagamento parcial. Desnecessária perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento o Juizado Especial Cível. Nos termos da Súmula 14 das Turmas Recursais, é legítima a vinculação do seguro DPVAT ao salário mínimo. Para os sinistros ocorridos antes da vigência da medida provisória 340, a Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92 é a única fonte legal apta e competente para fixar os valores das indenizações, não cabendo ao CNSP ou a qualquer outro órgão fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório, cuja finalidade é cobrir os danos pessoais causados por veículos automotores. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Recurso Cível Nº 71001645423, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Leo Pietrowski, Julgado em 02/07/2008).

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE. IMPORTÂNCIA DEVIDA EQUIVALENTE A QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS INDEPENDENTEMENTE DO GRAU DE INVALIDEZ. DIREITO AO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO. DESNECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. INAPLICABILIDADE DA MP Nº 340 AOS SINISTROS ANTERIORES A SUA VIGÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS LEGAIS INCIDEM, RESPECTIVAMENTE, DA DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO E DA CITAÇÃO. SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS 1. Afastada a alegação de necessidade de perícia técnica, porquanto absolutamente desnecessária tal prova quando há laudo médico comprovando a existência da invalidez permanente. 2. Não se pode graduar a invalidez permanente, sendo inviável a limitação da indenização com base em Resolução editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). 3. Devido o pagamento integral da indenização, ou seja, quarenta salários mínimos vigentes à época do ajuizamento da ação. 4. Conforme a nova redação da Súmula 14 das Turmas Recursais a correção monetária e os juros devem incidir, respectivamente, a contar da data do ajuizamento da ação e da data da citação. Recurso da ré improvido e da autora provido. (Recurso Cível Nº 71001782879, Primeira

63

Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 30/10/2008).

Ressalta-se que o valor informado na inicial é comprovado por meio de documentos, refere-se à uma **parcial** quitação de seguro obrigatório **indicativo à invalidez imutável**, presumindo-se, portanto, que a seguradora ré já reconheceu o direito subjetivo do recorrente ao recebimento de tal parcela, de maneira que a existência ou não da invalidez alegada, o seu grau e, até mesmo, do próprio sinistro, apresenta-se como uma matéria já superada.

A propósito, invoca-se recente decisão da Turma Recursal sobre o tema ora levantado:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

ACÓRDÃO:	0400/2008
RECURSO INOMINADO (CRIME CAPITAL/CÍVEL E CRIME INT.)	0139/2008
PROCESSO:	2008900384
RECORRENTE	ADRIANA DE JESUS DAVI DOS SANTOS OLIVEIRA
RECORRIDO	SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO	ISMAR FRANCISCO RAMOS FILHO
RELATOR:	DRA. MARIA ANGÉLICA FRANÇA SOUZA

EMENTA

RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR JÁ PAGO. CONDENAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. POSSIBILIDADE. CRITÉRIO LEGAL E ESPECÍFICO DESSA NATUREZA DE COBERTURA. **DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL ANTE O RECONHECIMENTO POR PARTE DA SEGURADORA QUANTO À INVALIDEZ PERMANENTE DA RECORRENTE.** PROVAS SUFICIENTES NOS AUTOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Tratando-se de pedido de complementação de valor do prêmio pago a menor, e havendo nos autos o reconhecimento por parte da seguradora quanto à invalidez permanente da recorrente, admitindo que a ela foi pago o valor máximo destinado às vítimas com invalidez permanente, desnecessário se faz produzir-se qualquer outra prova pericial. A fixação do valor da cobertura pelo art. 3º, em suas alíneas, da Lei n. 6.194/74, em salários mínimos não afronta a legislação infraconstitucional e nem a própria Constituição Federal, pois não se está a utilizar o salário mínimo como correção monetária, mas mero critério indenizatório.

Sobrepõe-se ainda que, no trâmite administrativo, as seguradoras exigem **diversos documentos** que comprovem a existência do acidente e da seqüela permanente por ele produzida, o que de fato aconteceu, **pois se não houvesse a prova do acidente e da invalidez permanente que justificasse a percepção do seguro obrigatório previsto pela lei 6.194/74, a companhia de seguros recorrida sequer efetuaria qualquer tipo de pagamento já que, pela senda administrativa, declararia a não obrigatoriedade de promover a remuneração da apólice para aquele que não se enquadre nos termos da referida lei.**

Observe-se que a seguradora confessadamente alega que pagou a

apólice do reclamante com base nas gradações contidas em resoluções da CNSP e SUSEPE, após constatação pelo corpo médico administrativo da empresa.

TODAVIA, A RÉ APENAS SE LIMITA A REAFIRMAR O PERCENTUAL QUE ENTENDE INDENIZÁVEL, SEM, CONTUDO, TRAZER AOS AUTOS CÓPIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, BEM COMO DOS DOCUMENTOS QUE O COMPUSERAM, PARA DAR O MÍNIMO DE ESPEQUE ÀS ALEGAÇÕES QUE TANTO DEFENDE, SOBRETUDO, QUANDO CONSTATADO QUE AO FAZER O TIPO DE DEFESA QUE PRODUZIU ACABOU POR ATRAIR PARA SI O ÔNUS DE PROVA.

Na realidade, o que aconteceu foi o recebimento parcial pelo autor de um direito que a lei lhe garante a obtenção integral, já que – reprise-se - na lei do seguro obrigatório não se faz qualquer menção a graus de invalidez, conforme bem colocado pelas decisões acima transcritas.

Neste toar, verifica-se igualmente descabida a alegação de inépcia da inicial, por falta de Boletim de Ocorrência policial, eis que para requerer o sinistro basta simples prova de sua ocorrência.

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Por outro lado, deve-se levar em consideração que a seguradora possui toda a documentação do sinistro com datas, laudos, conclusões, de modo que se torna descabida a exigência do Boletim de Ocorrência, quando, em verdade, já houve até o pagamento parcial do sinistro. Ademais, os documentos juntados com a inicial criam o substrato necessário à afiançar alegações firmadas em tal peça.

A toda evidência, o reclamante é beneficiário sofreu acidente que o deixou com seqüelas permanentes, apólice esta que deve ser complementada, uma vez que deveria ser paga de acordo com o teto previsto na legislação vigente na época do sinistro, ou seja, o 40 salários mínimos.

Portanto, todas as preliminares lançadas não passam de parcas argumentações desprovidas do mínimo de substrato jurídico e, dessa forma, devem ser energicamente refutadas.

2. DO MÉRITO.

2.1– DA ALEGAÇÃO DE QUITAÇÃO DADA PELO AUTOR.

Não prospera tal defesa meritória, porquanto se funda no argumento de que a ré já efetuou o pagamento da indenização relativa ao sinistro em questão, por ter havido a quitação outorgada pelo beneficiário realizada por punho próprio. Explica-se:

Como bem relatado na inicial, o alcance da quitação outorgado pelo beneficiário não opera de forma geral e irrevogável, abrangendo apenas o *quantum* discriminado na parte da indenização recebida.

É evidente que tal circunstância não desautoriza o direito potestativo de o autor perseguir, agora pela via judicial, a complementação da apólice do seguro que julga lhe ser devida, já que o recebimento de parte da indenização não induz à renúncia ao complemento. Não há no ordenamento pátrio legislação que afiance tal tese defensiva.

De outra parte, não há o que se falar em transação ou quitação do valor do Seguro DPVAT em sede administrativa, haja vista que, no ato do pagamento, não existe qualquer alusão de forma expressa a tais institutos. Nesse sentido é pacífica a jurisprudência:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

ACÓRDÃO:
RECURSO INOMINADO (CÍVEL CAPITAL)
PROCESSO:
REQUERENTE

REQUERIDO
ADVOGADO
RELATOR:

110/2006
0040/2006
2006800040
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
MARIA CARMEM ALVES DE ANDRADE
JOSE ADELSON DE JESUS BALBINO
IRINALDA CARNEIRO DE MENEZES
DRA. SUYENE BARRETO SEIXAS DE SANTANA

EMENTA

CONSTITUCIONAL E CIVIL. DPVAT. EVENTO INVALIDEZ PERMANENTE. QUITAÇÃO. QUANTIFICAÇÃO EM SALÁRIO MÍNIMO. CONSTITUCIONALIDADE. RESOLUÇÃO DO CNSP CONTRÁRIA À LEI. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIO HIERARQUIA DAS NORMAS. JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1 - **A quitação limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à percepção da indenização completa, cu valor decorre de lei.** 2 - Constitucionalidade da quantificação da indenização do seguro DPVAT ao valor do salário mínimo. Precedente do STF (RE 298211/MA - Rel. Min. Eros Grau - j. Em 02.02.2005) 3 - É inaplicável a Resolução CNSP quando contrária à Lei. Precedentes do STJ (RESP 161185/SP; RESP 153209/RS; RESP 296675/SP) 4 - **A diferença pleiteada deve ser acrescida de juros contados a partir da data em que a seguradora foi constituída em mora para proceder ao pagamento da diferença pleiteada pela Recorrida, ou seja, a partir de sua citação.** Precedente do STJ (RESP 546392/MG) 5- O termo inicial da correção monetária não foi objeto do recurso, mantendo - se o determinado na decisão monocrática. Recurso conhecido e improvido.

"CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PREVALÊNCIA DA LEI 6194/74. INDENIZAÇÃO QUANTIFICADA EM SALÁRIOS MÍNIMOS. LEGALIDADE. RECIBO DE QUITAÇÃO. NÃO-CARACTERIZAÇÃO DE RENÚNCIA. SALÁRIO MÍNIMO DA ÉPOCA DO PAGAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

(...)

IV. O recibo de quitação relativo à obtenção de parte do direito legalmente assegurado não traduz renúncia a este direito e, muito menos, extinção da obrigação. Ademais, não se acha nos autos qualquer prova documental de que a recorrida tenha expressa e inequivocamente renunciado a qualquer direito alusivo ao pagamento da indenização securitária.

(...)

VII. Recurso conhecido e improvido.(20060110749653ACJ, Relator GISENE PINHEIRO, Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F., julgado em 20/03/2007, DJ 03/04/2007 p. 173)".

2.2 DA COMPETÊNCIA DO CNSP PARA BAIXAR INSTRUÇÕES E EXPEDIR CIRCULAR

Não cabe a aplicação do teto estabelecido na Resolução do CNSP e da SUSEPE, pois como se trata de espécie legislativa de hierarquia inferior, **não pode prevalecer diante da Lei 6.194/74, que se encontra em pleno vigor e que não estabelece graus de variação de invalidez.** Pensar de outra forma seria ferir de morte o critério da hierarquia das normas jurídicas.

Gize-se que inobstante o acenado órgão seja responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, suas **resoluções e circulares não têm a força de mitigar valores fixados por lei para os casos de indenização de morte e invalidez permanente** rege-se pela Lei 6.194/74.

2.3 DA IMPOSSIBILIDADE DE SE VINCULAR A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO – DA ALEGAÇÃO DE ALTERAÇÃO DA LEI 11.482/07.

Sobre este ponto, sobreleva-se que o sinistro sofrido pelo autor se deu em data anterior à edição da lei 11.482/07, de modo que a quantificação do seguro deve obedecer a sistemática vigente na época, ou seja, m salários mínimos.

De outro turno, deve-se levar em consideração que a lei 11.482/07 é de constitucionalidade questionável. Tal fato se dá por dois grandes motivos, o primeiro é porque a referida lei é fruto da MP 340/06 que, ao seu tempo, já era considerada inconstitucional por diversos juízos deste país. Em segundo, averigua-se que a sobredita norma representa um retrocesso legislativo, eis que fixa valores para pagamento das apólices, sem, contudo, prever a sua forma de reajuste.

A propósito, invoca-se recente decisão do Juizado Especial Cível de São Cristóvão Sergipe:

Primeiramente, entende esta Juíza que o valor da indenização a ser paga no caso decorrente do DPVAT corresponde a 40 salários mínimos, previsto pelo art. 3º da Lei. 6.194/74, pois a Lei 11.482/07, originária da Medida Provisória 340/2007, que reduziu a indenização do referido seguro para R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) é inconstitucional.

Impõe-se observar que a edição de medida provisória deve ser utilizada pelo Presidente da República em casos excepcionais e deve obedecer aos pressupostos de relevância e urgência, conforme se extrai do "caput" do art. 62 da Constituição Federal. No entanto, as modificações introduzidas pela Medida

Provisória 340/2007 vieram apenas reduzir os encargos das Companhias Seguradoras, donde não se verifica a ocorrência dos requisitos retromencionados, sendo, por conseguinte, formalmente inconstitucional o art.8º da Lei 11.482/07, posto originário de Medida Provisória.

(....)

Na primeira Lei (nº 6.194/74), o cálculo do seguro era com base nos 40 maiores salários mínimos vigentes à época da liquidação do sinistro, enquanto que com a nova redação dada pela lei nº 11.482/07, o valor foi fixado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este estático, com correção a incidir a partir da época do sinistro, ficando evidente a desvantagem para o segurado com a adoção da nova lei quando do cálculo do valor final a ser recebido.

Destarte, flagrante a violação ao princípio do não retrocesso social onde para Canotilho "O núcleo essencial dos direitos sociais já realizado e efetivado através de medidas legislativas deve considerar-se constitucionalmente garantido, sendo inconstitucionais quaisquer medidas estaduais que, sem a criação de outros esquemas alternativos ou compensatórios, se traduzam na prática numa 'anulação', 'revogação' ou 'aniquilação' pura e simples desse núcleo essencial. A liberdade do legislador tem como limite o núcleo essencial já realizado". (Canotilho, Joaquim José Gomes. Constitucional e teoria da Constituição. 3ª ed. Coimbra: [s.n.]1998, p. 321. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal).

A responsabilidade pela indenização do seguro DPVAT configura direito fundamental porque, de um lado corresponde ao princípio do solidarismo (artigo 3º, inciso I da Constituição Federal) e de outro, porque a referida indenização corresponde a direito individual homogêneo, o que o eleva à categoria constitucional (artigo 127 da CF c/c artigo 5º, X, da CF).

Importa salientar que o princípio do não-retrocesso social não deve ser visto como uma barreira para mudanças dos direitos fundamentais, mas o que se objetiva é a não adoção de medidas retrocessivas que atentem contra as conquistas já atingidas em termos de legislação.

Por conseguinte, é forçoso concluir como sendo mais justa a indenização de 40 salários mínimos fixado pela Lei 6.194/74, pois é a que preserva mais eficazmente a dignidade da pessoa humana, garantia constitucional prevista no art. 1º, inciso III da Constituição Federal, sendo intolerável sua redução em prejuízo da sociedade, implicando, portanto, na inconstitucionalidade do art. 8º da Lei 11.482/2007. (JECCRIM São Cristóvão Sergipe, Juíza de Direito Etodéa Oliveira Teles Moura, Processo 200883520186 – publicado no DJ de 16/10/2008).

2.4. DO VALOR PLEITEADO, DOS JUROS E CORREÇÃO E MONETÁRIA

O valor pleiteado é devido e justo, deduzindo-o pela simples aplicação da norma legal ao caso concreto, eis que conforme relatado em linhas pretéritas a verba indenitária já foi paga a título de invalidez, só que de acordo com as resoluções da SUSEPE e CNSP, tudo em contrariedade ao que determina a lei 6.194/74, como já afirmado no rebate às preliminares lançadas.

EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE. IMPORTÂNCIA DEVIDA DE R\$ 13.500,00 INDEPENDENTEMENTE DO GRAU DE INVALIDEZ. REVELIA. DIREITO AO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO. DESNECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. 1. Afastada a alegação de incompetência do JEC por necessidade de realização de perícia, porquanto absolutamente desnecessária tal prova quando há laudo médico atestando a deformidade, mormente em se considerando o seu local e extensão. 2. Não se pode graduar a invalidez permanente, sendo inviável a limitação da indenização com base em Resolução editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). 3. Assegurado, portanto, o direito ao recebimento da indenização equivalente à R\$ 13.500,00. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos. Recurso improvido. (Recurso Cível Nº 71001788207, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 30/10/2008).

E M E N T A. Apelação Cível - Ação de Cobrança de Complementação de Seguro Obrigatório - Desnecessidade de realização de perícia médica para verificar o grau de invalidez do apelado - Comprovação da existência da invalidez permanente - Pagamento administrativo parcial do Dpvt - Norma legal se sobrepõe à resolução e circulares expedidas pelo CNSP - Sentença mantida - Recurso conhecido e improvido - Decisão unânime. 1. O sinistro que deu causa ao pagamento do seguro obrigatório ocorreu sob a égide da Lei nº 6.194/1974, devendo essa legislação ser aplicada ao caso em tela, a qual prevê o pagamento de quarenta salários mínimos para os casos de morte e invalidez permanente; 2. Desnecessária a verificação do grau de invalidez do recorrido para o pagamento desse patamar indenizatório caso tenha sido demonstrada a existência da invalidez do requerente; 3. A invalidez restou devidamente demonstrada na hipótese dos autos, haja vista

681

que a própria apelante confirma sua existência em suas razões de apelação, bem como pelo fato de ter havido o pagamento administrativo do montante que a seguradora entendia adequado;4. Muito embora o aludido órgão seja responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, suas resoluções e circulares não tem a força de mitigar valores fixados por lei. É cediço que, nos casos de morte e invalidez permanente, o valor da indenização do seguro obrigatório rege-se pela Lei 6.194/74 alterada pela Lei 11.482/2007. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 5350/2008, 2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Relator: DESA. MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA, Julgado em 21/10/2008).

Quanto à correção e juros a ser adicionada na sentença, é entendimento pacífico e uniforme em todo o judiciário brasileiro que os juros devem se dar a partir da citação válida e a correção monetária da data em que o prêmio deveria ser efetivamente pago.

Ante ao exposto, reitera todos os fatos, fundamentos e pedidos da inicial em todos os seus termos, requerendo pronto julgamento da lide.

Nesses Termos

Pede e espera Deferimento.

Aracaju/SE, 19 de fevereiro de 2009.

Valério César de Azevedo Deda

OAB/SE 4316

CERTIDÃO

Certifico que diante do teor
de fl. 37, remeto este
auto à conclusão.

Moita Bonita 20 de 02 de 20 09

[Assinatura]
Escrivão / Chefe de Secretaria

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao(à) Mm. Juiz(a) do Direito da Comarca
de Ribeirãopolis.

Moita Bonita 04 de 02 de 20 09

[Assinatura]
Escrivão / Chefe de Secretaria



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distrito de Moita Bonita

69

Processo nº 200882100407
Natureza: Juizado Especial – Cível
Requerente: Carlos Antônio da Cunha
Requerida: Companhia Excelsior de Seguros

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

Relatório dispensado, na forma do art. 38, *caput*, da Lei nº. 9.099/95.

II – FUNDAMENTAÇÃO

a) Da preliminar de substituição do pólo passivo

Não merece prosperar a preliminar de substituição do pólo passivo da Companhia Excelsior de Seguros para a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. O caso em tela trata de litisconsórcio facultativo, de modo que a parte autora demanda contra quem ela optar, sendo tal prerrogativa amplamente plausível. Incide, *in casu*, a súmula 14 das Turmas Recursais:

CONSÓRCIO OBRIGATÓRIO. - O consórcio obrigatório do seguro DPVAT institui solidariedade entre as seguradoras participantes, de modo que, independentemente de qual delas tenha liquidado administrativamente o sinistro, qualquer uma poderá ser demandada pela respectiva complementação de indenização, incorrendo ilegitimidade passiva por esse motivo.

b) Da preliminar de incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para apreciar matéria que careça de produção de prova pericial técnica

Igualmente deve ser rechaçada. Ao disponibilizar parte da indenização referente à invalidez pelo sinistro ocorrido, conforme atesta documento de fl. 12, ficou explícito o reconhecimento do direito do reclamante ao referido valor. Portanto, não se vislumbra a necessidade de produção de prova pericial para averiguação da existência ou não da invalidez.

Nesse sentido:

Apelação Cível - Ação de Cobrança de Complementação de Seguro
Obrigatório - Desnecessidade de realização de perícia médica para

[Assinatura]

verificar o grau de invalidez do apelado - Comprovação da existência da invalidez permanente - Pagamento administrativo parcial do Dpvt - Norma legal se sobrepõe à resolução e circulares expedidas pelo CNSP - Sentença mantida - Recurso conhecido e improvido - Decisão unânime.

1. O sinistro que deu causa ao pagamento do seguro obrigatório ocorreu sob a égide da Lei nº 6.194/1974, devendo essa legislação ser aplicada ao caso em tela, a qual prevê o pagamento de quarenta salários mínimos para os casos de morte e invalidez permanente; 2. Desnecessária a verificação do grau de invalidez do recorrido para o pagamento desse patamar indenizatório caso tenha sido demonstrada a existência da invalidez do requerente; 3. A invalidez restou devidamente demonstrada na hipótese dos autos, haja vista que a própria apelante confirma sua existência em suas razões de apelação, bem como pelo fato de ter havido o pagamento administrativo do montante que a seguradora entendia adequado; 4. Muito embora o aludido órgão seja responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, suas resoluções e circulares não tem a força de mitigar valores fixados por lei. É cediço que, nos casos de morte e invalidez permanente, o valor da indenização do seguro obrigatório rege-se pela Lei 6.194/74 alterada pela Lei 11.482/2007. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 5350/2008, 2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Relator: DESA. MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA, Julgado em 21/10/2008).

c) Da preliminar sobre a ausência de prova da alegada invalidez permanente

Pelas razões supraaduzidas, resta prejudicada a preliminar. Afinal, a invalidez já foi reconhecida.

d) Da preliminar sobre o documento ser ou não imprescindível ao exame da questão

Ainda em raciocínio repetidamente abordado, entende-se, no caso em tela, que a invalidez já restou mais que comprovada pela documentação acostada aos autos (fls. 09/12), inclusive consta uma carta emitida pela ré disponibilizando parte do valor referente à indenização. Nesse diapasão, dispensa-se a necessidade de laudo do IML para comprovar a invalidez e sua graduação. Razão pela qual a rejeito.

e) Da preliminar de inépcia da inicial, ante a ausência de BO

Aduz o demandado que o autor deveria ter juntado o registro de ocorrência no órgão policial competente, sob pena de inépcia. No entanto, o art. 5º, § 1º da Lei nº 6.194/74, trata de casos onde a ocorrência resulta em morte, portanto incompatível com a situação em presente análise, afinal não houve óbito do requerente. Assim, a preliminar não deve prosperar.

f) Do mérito

Pois bem. Quanto ao mérito, a discussão cinge-se ao *quantum* do seguro obrigatório – DPVAT.

Como é consabido, o DPVAT impõe o pagamento de prêmio aos proprietários de veículos automotores de via terrestre, garantindo, assim, as

70
vítimas de acidentes, recebimento de indenização, quando da ocorrência de morte ou invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas e hospitalares, ainda que os responsáveis pelos danos causados não arquem com a reparação devida.

A ocorrência do acidente que vitimou o requerente, em 11/01/2007, encontra-se estampada na contestação acostada pela requerida. Ademais, sequer constituiu fato controverso entre as partes.

O art. 5º da Lei nº 6.194/1974 prevê que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente. Requisitos esses atendidos no caso concreto.

Os valores da indenização estão previstos no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

Art. 3º: Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Isto porque resta aplicável a nova redação do artigo 3º da referida Lei nº 6.194/74, determinada pela Medida Provisória 340/06, a qual foi convertida na Lei nº 11.482/07, visto que o sinistro ocorreu em 2007, ou seja, em data posterior à vigência da alteração legislativa.

E mais. O princípio da hierarquia das normas legais ordena que deva prevalecer a Lei à Resolução, considerada, *in casu*, infra-legal. Assim, não se sustenta a limitação da indenização com base em resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), já que essa não pode dispor em sentido contrário à lei formal.

Impositivo, portanto, o deferimento ao autor do valor da diferença de indenização paga a menor, ou seja, R\$ 12.825,00 (doze mil, oitocentos e vinte e cinco reais), e não o valor almejado na exordial, conforme a súmula 14, já citada:

APURAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. - Na hipótese de pagamento administrativo parcial, a complementação deverá ser apurada com base no salário mínimo da data de tal pagamento. Nas demais hipóteses, a indenização deverá ser apurada com base no valor do salário mínimo da data do ajuizamento da ação. Outrossim, para os sinistros ocorridos a partir de 29/12/2006, a apuração da indenização, havendo ou não pagamento administrativo parcial, deverá tomar por base o valor em moeda corrente vigente na data da ocorrência do sinistro.

No que tange a correção monetária, entende este Juiz que deve começar a fluir a partir da data do adimplemento parcial (maio/2007, fl. 12). E no que concerne aos juros, prevalece a regra geral prevista no art. 405 do CC, devendo incidir a partir da citação.

Outro não é o norte apontado por remansosos julgados.

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE. IMPORTÂNCIA DEVIDA DE R\$ 13.500,00 INDEPENDENTEMENTE DO GRAU DE INVALIDEZ. REVELIA. DIREITO AO RECEBIMENTO DA DIFERENÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS LEGAIS INCIDEM, RESPECTIVAMENTE, DA DATA DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO E DA CITAÇÃO. SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS.

1. Não se pode graduar a invalidez permanente, sendo inviável a limitação da indenização com base em Resolução editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). 2. Assegurado assim o direito ao recebimento da diferença entre o valor recebido e o equivalente a R\$ 13.500,00. 3. Conforme a nova redação da Súmula 14 das Turmas Recursais a correção monetária e os juros devem incidir, respectivamente, a contar da data do pagamento administrativo e da data da citação. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. Recurso improvido. (TJ/RS, Primeira Turma Recursal Cível, Recurso Inominado Nº 71001949163, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 22/01/2009).

1. A falta do bilhete do seguro obrigatório ou da comprovação do pagamento do prêmio não exime a seguradora de honrar a indenização, ainda que o acidente anteceda a vigência da Lei nº 8.441/92. 2. A vinculação do valor da indenização a número de salários mínimos não ofende preceito algum, e ato normativo do Conselho Nacional de Seguros Privados não se sobrepõe à Lei. 3. Certo o acidente que vitimou o autor, mantém-se o decreto de parcial procedência da demanda, mas com a condenação da seguradora ao pagamento de dezesseis salários mínimos da época da efetiva liquidação, com correção monetária desde o anterior e imediato reajuste do padrão adotado, juros desde a citação e com elevação do arbitramento da honorária de sucumbência. ((TJ/SP, 28ª Câmara de Direito Privado, Apelação Nº 1233138005, Relator: Celso Pimentel, Julgado em 07/04/2009).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PAGAMENTO PARCIAL, PORTANTO, ADMITIDA A INVALIDEZ PERMANENTE. INCLUSÃO DA SEGURADORA LÍDER NO PÓLO PASSIVO. COMPETÊNCIA DO CNSP. VALOR INDENIZÁVEL. INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. I. A Lei 9.099/95 não prevê a intervenção de terceiros, não sendo possível a representação da Seguradora Líder S/A em face da marítima Seguros S/A. II. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, e a M.P nº 340, posteriormente transformada na lei 11.482/07, são os únicos textos legais que conferem competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. III. O valor de cobertura do seguro obrigatório ao evento invalidez por acidente de trânsito é o máximo estabelecido pela legislação em vigor. O pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e dos danos decorrentes. IV. Consoante Súmula 14 das Turmas Recursais, revisada em 24/04/2008, o termo inicial para a incidência de juros é a partir da citação e a correção monetária é a data do adimplemento parcial. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. (TJ/RS, Segunda Turma Recursal Cível, Recurso Cível Nº 71001871987, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 12/11/2008).

Ainda nesse sentido, expõe a Primeira Turma Recursal Cível da

Comarca de Porto Alegre, em julgamento de Recurso Inominado nº 71001949312: 71

No mais, deve ser aplicada a Súmula 14 das Turmas Recursais já com a nova redação, que passo a transcrever:

SÚMULA Nº 14 - DPVAT

CORREÇÃO MONETÁRIA. – A correção monetária, a ser calculada pela variação do IGP-M, incide a partir do momento da apuração do valor da indenização, como forma de recomposição adequada do valor da moeda.

JUROS – Os juros moratórios incidirão sempre a partir da citação, mesmo tendo havido pagamento parcial ou pedido administrativo desatendido.

Eis o fundamento pelo qual entendo ser procedente em parte do pleito autoral.

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, rejeito as preliminares suscitadas e no mérito julgo **PROCEDENTE em parte** a pretensão autoral para condenar a requerida ao pagamento da importância referente a complementação do seguro DPVAT no valor de **R\$ 12.825,00 (doze mil, oitocentos e vinte cinco reais)**, valor este a ser atualizado monetariamente a partir do adimplemento parcial e juros de 1% ao mês, a partir da citação.

Defiro a gratuidade requerida no bojo da inicial.

Sem custas e honorários, a teor do art. 55, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Moita Bonita/SE, 19 de Agosto de 2009

Roberto Alcântara de Oliveira Araújo

Juiz de Direito Substituto

RECEBIMENTO

Recabi os presentes autos do M. H.

Juiz

Moita Bonita/SE, 26 de Agosto de 2009

Técnico Judiciário

JUNTADA

Faço juntar a estes autos

Recurso
Interposto que segue

Em 09 / 09 / 09.

Reativa (no)

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Soito
Pedro H. B. Sousa
João Paulo Martins
Kendra Barreto

Pedro Andrade
Joselaine Maura
Claudia Moia
Rachel Rosenberg
Danielle Nogueira
Antonia Costa

Andresa Sena
Julia Lins
Juliana Rolim
Cristiane Oliveira
Felipe Sherman
Flavia Nonato

Paula Pinheiro
Osmar Aquino
Fernanda Passarelli
Lilah Fonseca
Caroline Caldas

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE MOITA BONITA / SE.

Processo n.º 200882100407

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, empresa seguradora com sede à Avenida Marques de Olinda, 175 - Recife Antigo, Recife - PE, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.054.826/0001-92, vem mui respeitosamente a presença de V. Excelência, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT promovida por CARLOS ANTONIO DA CUNHA, não se conformando, d.m.v, com a r. sentença de fls., interpor o presente RECURSO INOMINADO, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu recebimento no efeito devolutivo e suspensivo com regular processamento e posterior envio ao Egrégia Turma Recursal deste Estado.

Por oportuno, requer-se desde já a juntada da inclusa guia de custas referente ao pagamento do preparo para os devidos fins de direito.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Ribeiropolis, 03 de Setembro de 2009.

João Barbosa
OAB/PE 4.246

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

Kelly Chrystian Silva Santana
OAB/SE 2.592

CORREIOS
ACF - SANTO ANTONIO
AG: 70900698 - BARRETO MARTINS LTDA
AV. JOAO RIBEIRO, 1207
SANTO ANTO-ARACAJU-SE 49060-970
C.N.P.J.: 04.525.220/0001-90 TEL.: 3215-4343
INS EST.: ISENTO

COMPROVANTE DO CLIENTE

CLIENTE....: KELLY CHRYSYIAN SIULVA SANTANA
CNPJ/CPF....:
INS. EST.: 0AB/SE 2592

MOVIMENTO: 04/09/2009 HORA: 14:07:12 E.VIA
CAIXA AT....: 002 MAT.: 10225*****
LANCAMENTO.: 0019 - 0019 ATENDIMENTO: 001

DESCRICAO	QTD.	PRECO R\$
SEDEX	1	11,90
CEP DESTINO: 49560-000 (SE)		
PESO.(KG).....	0.070	
OBJETO.....	50161137605BR	
VALOR DECLARADO NAO SOLICITADO		
NO CASO DE OBJETO COM VALOR, FAÇA SEGURO,		
DECLARANDO O VALOR DO OBJETO		

NOTACOES:

TOTAL R\$=====)

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-DEI 653/2008
CAC - Capitais e Regiões Metrop. 30030/2007
Demais Localidades: 08007257282 Sugestões
Reclamações: 08007250100.

SCADA 4.2.02

73f

PROCESSO ORIGINÁRIO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE
RIEBEIROPOLIS / SE.

PROCESSO N.º 2008.821.004-07

RECORRENTE: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A

RECORRIDO: CARLOS ANTONIO DA CUNHA

RAZÕES DA RECORRENTE

ÍNCLITOS JULGADORES !

BREVE RELATO DOS FATOS

Alega o Autor, ora Recorrido, em sua peça vestibular, que foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em 11/01/2007, sofrendo lesões que supostamente O invalidaram total e permanentemente.

Ao pleitear administrativamente a indenização, recebeu R\$ 675,00 (Seiscentos e setenta cinco Reais), em 11/05/2007 de acordo com o grau de invalidez apurado na perícia realizada.

Assim sendo, por entender, equivocadamente, que o valor da indenização corresponde a R\$ 40 (quarenta) salários mínimos e não **ATÉ 40 SALÁRIOS MÍNIMOS**, ingressou judicialmente, pleiteando o valor que entende ser devido, referente ao Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT.

Esclarece a Recorrente à Egrégia Turma, que o Nobre Magistrado deixou de analisar argumentos da Contestação apresentada, proferindo uma sentença enxuta e generalizada, não se atendo aos pontos específicos do presente feito.

DA R. SENTENÇA ORA GUERREADA

O Nobre Magistrado "a quo" entendeu equivocadamente como procedente o pedido, condenando a Empresa Ré, ora Recorrente, no pagamento de uma indenização equivalente a "...R\$12.825,00 (**Doze mil e oitocentos e vinte cinco Reais**), valor este a ser atualizado monetariamente a partir do adimplemento parcial e juros de 1% ao mês, a partir da citação."

24

Inconformada com a r. sentença de fls., vem a Recorrente esposar suas razões para reforma in totum da sentença ora guerreada.

PRELIMINARMENTE

**DA INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS PARA APRECIAR
MATÉRIA QUE CAREÇA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL TÉCNICA.**

Conforme se observa da exordial, a natureza do pedido é a invalidez do Autor. O ponto controverso que motivou a lide é o grau dessa invalidez. Trata-se, portanto, de matéria eminentemente técnica, carecedora da produção de prova pericial para ser dirimida. Daí emerge a incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para apreciar esta questão.

Com efeito, todos os doutrinadores que cuidam da lei nº 9.099/95 preocupam-se em defender que, como causas de menor complexidade, devem ser entendidas aquelas que não exigem a realização de prova pericial. Nesse sentido, cabem ser destacadas as palavras do ilustre Juiz Jorge Alberto Quadros de Carvalho Silva, assim:

"Muitas vezes, então, é recomendável uma prova pericial que venha a esclarecer a respeito da origem, da causa, da natureza e da extensão do dano. E a prova desse tipo é incompatível com o espírito norteador dos Juizados Especiais Cíveis" (trecho grifado). (In "Lei dos Juizados Especiais Cíveis Anotada" - pág. 9 - Ed. Saraiva - 1999).

Resta evidente que a sede judicial apropriada para o Autor pleitear seu suposto direito à verba indenitária oriunda do Seguro DPVAT, é uma das Varas Cíveis da Justiça Comum, onde a reclamada pode defender-se tecnicamente, formulando quesitos e nomeando assistente técnico.

Cumprе destacar que o Autor tenta induzir o ilustre Julgador a erro e a ora contestante, ao afirmar que se encontra TOTAL e permanentemente inválida.

Sem dúvida, este bloqueio afronta o constitucional princípio do contraditório e do amplo direito de defesa.

Em decorrência, a Ré requer que Vossa Excelência digne-se determinar a extinção do processo, sem julgamento do mérito, na forma do artigo 51, II, da lei nº. 9.099/95.

78
JK

DO MÉRITO

**EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO - QUITAÇÃO OUTORGADA
DE PRÓPRIO PUNHO - TRANSAÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autoral recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela.

É usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

"...com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita a Seguradora reguladora do sinistro.

É de corrente sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autoral deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 da Lei 10.406/02, denominado Novo Código Civil, que estabelece, *in verbis*:

"Art. 849. A transação só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa."

Ademais, as nulidades a que se refere o art. 171 do Novo Código Civil não têm efeito antes de declaradas por sentença e não se pronunciam de ofício (conforme art. 168 do mesmo Códex), somente podendo ser alegadas por aqueles que a aproveitam, e estando sujeita a manifestação do Juízo a um requerimento prévio e expreso dos eventuais interessados.

Não obstante, a parte Autoral não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é PRESUMIDA e somente poderia ser desconstituída por SENTENÇA!!!

E de mais a mais, não podendo o M.M. Juízo decidir a causa de maneira diversa da requerida pela parte Autoral conforme

estabelece o artigo 460 da Lei Adjetiva Civil, temos que o ato jurídico liberatório da obrigação deve ser, por conseguinte, tido como inteiramente válido, o que conduz à total improcedência dos pedidos.

Restando a quitação válida em todos os seus termos, os devedores estão exonerados de toda e qualquer responsabilidade pela obrigação contraída pelas partes! Afinal, a eficácia da quitação e os seus efeitos jurídicos liberatórios constituem uma presunção *juris tantum*, que, à luz do acima exposto, somente poderia ser afastada mediante prova irretorquível da ocorrência de vício de consentimento, conforme amplamente demonstrado nesta peça de bloqueio.

Assim, aliás, conforme inteligência do *Novel Código Civil*, no seu artigo 840, temos que:

"Art. 840. É lícito aos interessados prevenirem ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas."

Corroborando com a tese ora sustentada, a melhor Jurisprudência já se manifestou favoravelmente a esse respeito, tendo o Egrégio Supremo Tribunal Federal decidido que:

"se as partes desavindas, por meio de documentos hábeis, delimitaram os interesses em controvérsia e firmaram documento de transação, esse ato jurídico complexo envolve-se para as partes e para todas as questões versadas com a força de coisa julgada, só rescindível por dolo, violência ou erro essencial, conforme o artigo 1.030, do Código Civil. E também, se na transação as partes não tornaram expresso que excluía dela uma dada questão, esta questão não pode a vir a ser questionada em juízo, primeiro porque obrigada pelos efeitos de coisa julgada da transação (artigo 1.030, do CC) e segundo por efeito do princípio da indivisibilidade da transação (art. 1.026, do CC)" (RE nº 93.861-3/RJ- 1ª Turma, DJU 18/12/81 - Rel. Min. Clóvis Ramalhete).

É pleno de logicidade que a Seguradora, ora Ré nada fez para constranger a parte Autoral a celebrar acordo e efetivamente receber o *quantum* indenizatório na esfera administrativa.

Ademais, temos que a parte Autoral poderia, e quíça deveria ressalvar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

22/

Desta forma, certo é que a Seguradora limitou-se a disponibilizar-lhe o valor que era o devido e, uma vez que este foi aceito pela beneficiária legal, efetuou de pronto o pagamento da importância convencionada.

Certo é que o pedido constante na exordial é manifestamente improcedente, haja vista a transação realizada em âmbito administrativo quanto ao valor da verba indenizatória oriunda do Seguro DPVAT, não podendo a seu bel prazer pleitear suposta diferença indenizatória sem qualquer embasamento legal.

Subsistindo óbice intransponível ao suposto direito Autoral, deve o feito ser julgado extinto com julgamento de mérito, o que se requer com fundamento nos arts. 3º e 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

, DA PLENA VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 340/2006
- CONVERTIDA NA LEI 11.482/07 -

- INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA PAGAMENTO
DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO -

Inicialmente, cumpre salientar que o efetivo pagamento se deu na plena vigência da Medida Provisória nº. 340/2006, hoje convertida na Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92.

Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT. Vejamos:

"Art. 8º Os arts. 3º, 4º 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:
I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

(...)." (g.n.)

79
f

CONCLUSÃO

Ex Positis, aguarda-se serenamente pela reforma in totum da d. sentença ora debatida, dando-se provimento ao presente Recurso Inominado interposto, julgando-se extinto o feito sem julgamento do mérito, tendo em vista A PLENA VIGÊNCIA DA LEI 11.482/07, nos exatos termos do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

Quanto mais, diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia o Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégia Turma Recursal, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz "a quo", dando provimento ao presente recurso, julgando-se totalmente improcedente a pretensão inicial, por ser esta medida da mais absoluta **JUSTIÇA!**

O Nobre Magistrado não é especialista ou estudioso na área médica, para sem embasamento técnico da área, dizer qual o grau das lesões sofridas pelo Autor. Como já demonstrado, o valor não é fixo, se a condenação foi integral é porque acredita o Recorrido estar totalmente inválido, mas com base em que o Nobre Magistrado chegou a esta conclusão?

Para fins do exposto no artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil, fornece-se o endereço da : Rua Pacatuba, n.º 254, sala 210, Centro, Aracaju/SE, CEP:49010-900, Tel: (79)3211-2346.

Por derradeiro, requer, ainda, a Contestante seja observado o nome da advogada, KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA, OAB/SE 2.592, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Neste Termos,
Pede Deferimento.

Moita Bonita, 04 de Setembro de 2009.

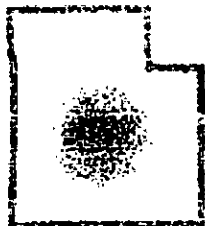
João Barbosa
OAB/PE 4.246

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089


Kelly Chrystian Silva Santana
OAB/SE 2.592

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro / RJ cep: 20010020
PABX: 21 - 3265-5600 Fax: 21 - 3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br



Tabela

Para Cálculo da Indenização em caso de Invalidez Permanente

848

INVALIDEZ PERMANENTE	DISCRIMINAÇÃO	(%) sobre Importância segurada
TOTAL	Perda total da visão de ambos os olhos	100
	Perda total do uso de ambos os membros superiores	100
	Perda total do uso de ambos os membros inferiores	100
	Perda total do uso de ambas as mãos	100
	Perda total do uso de um membro superior e um membro inferior	100
	Perda total do uso de uma das mãos e de um dos pés	100
	Perda total do uso de ambos os pés	100
	Alienação mental total incurável	100
PARCIAL DIVERSAS	Perda total da visão de um olho	30
	Perda total da visão de um olho, quando o segurado já não tiver a outra vista	70
	Surdez total incurável de ambos os ouvidos	40
	Surdez total incurável de um dos ouvidos	20
	Mudez incurável	50
	Fratura não consolidada do maxilar inferior	20
	Imobilidade do segmento cervical da coluna vertebral	20
	Imobilidade do segmento tóraco-lombo-sacro da coluna vertebral	25
PARCIAL MEMBROS SUPERIORES	Perda total do uso de um dos membros superiores	70
	Perda total do uso de uma das mãos	60
	Fratura não consolidada de um dos úmeros	50
	Fratura não consolidada de um dos segmentos rádio-ulnares	30
	Anquilose total de um dos ombros	25
	Anquilose total de um dos cotovelos	25
	Anquilose total de um dos punhos	20
	Perda total do uso de um dos polegares, inclusive o metacarplano	25
	Perda total do uso de um dos polegares, exclusive o metacarplano	18
	Perda total do uso da falange distal do polegar	9
	Perda total do uso de um dos dedos indicadores	15
	Perda total do uso de um dos dedos mínimos ou um dos dedos médios	12
	Perda total do uso de um dos dedos anulares	9
PARCIAL MEMBROS INFERIORES	Perda total do uso de um dos membros inferiores	70
	Perda total do uso de um dos pés	50
	Fratura não consolidada de um fêmur	50
	Fratura não consolidada de um dos segmentos tíbios peroneiros	25
	Fratura não consolidada da rótula	20
	Fratura não consolidada de um pé	20
	Anquilose total de um dos joelhos	20
	Anquilose total de um dos tornozelos	20
	Anquilose total de um quadril	20
	Perda parcial de um dos pés, isto é, perda de todos os dedos e de uma parte do mesmo pé	25
	Amputação do 1º (primeiro) dedo	10
	Amputação de qualquer outro dedo	3
	Perda total do uso de uma falange do 1º dedo, indenização equivalente a 1/2; e dos demais dedos equivalente a 1/3 do respectivo dedo	
	Encurtamento de um dos membros inferiores:	
	• de 5 (cinco) centímetros ou mais	15
	• de 4 (quatro) centímetros	10
	• de 3 (três) centímetros	6
	• menos de 3 (três) centímetros sem indenização	

Imprimir Guia

Página 1 de 1



200910035607

PAGUE EM QUALQUER AGÊNCIA **BANESEF**
O Banco do Sergipe



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
Guia de Recolhimento de Taxas Administrativas - FERD

Data: 04/09/2009

Num. Guia: 200910035607

Taxa: Guia de Recolhimento - Juizados

Referente a: R\$60,00 (distribuição) + R\$ 6,00 (preparo) + R\$ 159,25 (1% do valor da causa). Para interposição de RECURSO INOMINADO do processo nº 200882100407, onde são partes CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA X COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. Cálculo fornecido por Ailton no dia

TOTAL R\$ 225,25

03401141 04SET2009 1107 0061 S000432 RTJ

225,25

Guia Válida até 24/09/2009

Autenticação Mecânica

Via - Cartório

CERTIDÃO

Certifico que o despacho retro
foi publicado no DS/SE
no dia 05/10/09

Profa. Dora/SE, 09/10/09

Escritura (ao)

RECEBIMENTO

Recebido os autos em 09/10/09
Escritura (ao)

JUNTADA

Fazer juntar a estes autos AS CONTRA
RAZÕES QUE SEGUEM

Em 20/10/09

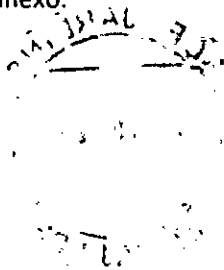
Escritura (ao)

EXCELENTÍSSIMO (A) SR (A) JUIZ (A) DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE.

R.H.
Em 19/10/09, às 12:30h
[Assinatura]

Ref. aos autos do processo: 200882100407

CARLOS ANTONIO DA CUNHA, já identificado nos autos do processo em epígrafe, vem, em atendimento ao despacho exarado por Vossa Excelência, apresentar suas **CONTRA-RAZÕES** ao recurso aviado pela **SEGURADORA EXCELSIOR**, o que faz nos termos alinhavados na peça em anexo.



Pede Deferimento.

Aracaju, 10 de outubro de 2009.

Valério César de Azevedo Deda.

Adv. OAB/SE 4316.

CORREIOS

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

AG: 70900761 - ACF JARDINS

AV. MINISTRO GERALDO BARRETO SOBRAL, 215

JARDINS-ARACAJU-SE 49026-970

C.N.P.J.: 13.511.472/0001-50 TEL.: 231 - 7775

INS EST.: isento

COMPROVANTE DO CLIENTE

CLIENTE.... VALERIO CESAR DE AZEVEDO BEDA

CNPJ/CPF.... 803.750.845-91

INSC. EST.: OAB SE 4316

MOVIMENTO... 16/10/2009 HORA : 17:39:57

CAIXA AT.... 005

MAT.: 0200888888

LANCAMENTO.: 0022 - 0022 ATENDIMENTO: 017

DESCRICAO

QTD. PRECO R\$

SEDEX

1

11,90

CEP DESTINO: 49560-000 (SE)

PESO.(KG)..... 0.068

OBJETO..... SE937753697BR

VALOR DECLARADO NAO SOLICITADO

NO CASO DE OBJETO COM VALOR, FAÇA SEGURO

DECLARANDO O VALOR DO OBJETO

ANOTACOES:

TOTAL R\$=====> 11,90

VALOR EM DINHEIRO: 11,90

VALOR RECEBIDO=> 11,90

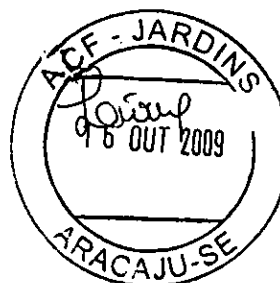
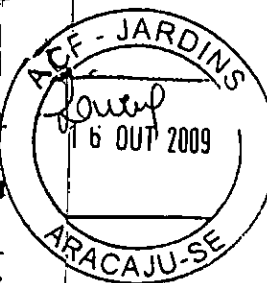
SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6539/78

CAC - Capitais e ResiDes Metrô. 30030100

Depois Localidades: 08007257282 Sugestões e

Reclamações: 03007250100.

SCADA 4.2.03



Egrégia Turma Recursal,

A respeitável decisão proferida pelo juízo *a quo* não merece qualquer tipo de reparo, eis que ao se posicionar sobre a matéria, julgando procedente o pleito autoral, o magistrado aplicou o melhor Direito em consonância com prova produzida no transcorrer do processo, assim como perfilhou a questão à ordem dos melhores princípios jurídicos aplicáveis.

A insubsistência do apelo da seguradora é manifesta. Do seu teor, nota-se o nítido caráter procrastinatório do seu fim, porquanto relança argumentações exaustivamente discutidas neste e em diversos outros processos em que a reentrante já foi sucumbente.

Tal premissa fica ainda mais evidente, quando se observa que, em sede de preliminar, a reentrante atoa teses vencidas, notadamente, quando alega que o autor não produziu prova da invalidez alegada e que os Juizados Especiais seriam incompetentes para a apreciação da demanda, em virtude da suposta necessidade de produção de prova técnica.

A argumentação recursal é claudicante como um todo, especialmente, quando se constata o reconhecimento da existência da invalidez pela própria empresa recorrente quando, por meio de solicitação administrativa, disponibilizou parte da apólice a título de invalidez permanente, de modo que não restam dúvidas acerca da seqüela e da sua extensão.

Ademais, deve ser levando em consideração que a lei 6.194/74, que estava em pleno vigor na época do sinistro, não fazia distinção ou medidas de invalidez permanente, ou seja, a sistemática de pagamento prevista no sobredito regramento, não determinava diferenciação de graduação de invalidez, de maneira que uma vez constatada a existência da mesma – o que de fato ocorreu com pagamento parcial – deve o pagamento se dar pelo teto indenizatório.

Portanto, uma vez paga a apólice, presume-se que a seguradora ré já reconheceu o direito subjetivo do recorrente ao recebimento de tal parcela, de maneira que a existência ou não da invalidez alegada, o seu grau e, até mesmo, do próprio sinistro, apresenta-se como uma matéria já superada.

Visando sedimentar a questão, invocam-se os seguintes julgados:

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE

AUTOMOBILÍSTICO. 1. Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o Juizado Especial Cível competente para a apreciação da questão. Consolidado o entendimento das Turmas no sentido de que, havendo invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, é devida a indenização no patamar de 40 salários mínimos. 2. A documentação acostada comprova que, do acidente, resultou a invalidez permanente do autor, sendo, pois, devida a indenização pretendida. 3. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNPS ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. 4. A aplicação do salário mínimo não ocorre como fator de reajuste, mas como mero referencial, não existindo ofensa ao disposto no art. 7º, inc. IV, da CF. 5. Aplicação da Súmula 14 das Turmas Recursais Cíveis do Estado do Rio grande do Sul. **RECURSO IMPROVIDO.** (Recurso Cível Nº 71001339902, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 04/07/2007)".

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

ACÓRDÃO:	400/2008
RECURSO INOMINADO (CRIME CAPITAL/CÍVEL E CRIME INT.)	0139/2008
PROCESSO:	2008900384
RECORRENTE	ADRIANA DE JESUS DAVI DOS SANTOS OLIVEIRA
RECORRIDO	SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO	ISMAR FRANCISCO RAMOS FILHO
RELATOR:	DRA. MARIA ANGÉLICA FRANÇA SOUZA
EMENTA	

RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR JÁ PAGO. CONDENAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. POSSIBILIDADE. CRITÉRIO LEGAL E ESPECÍFICO DESSA NATUREZA DE COBERTURA. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL ANTE O RECONHECIMENTO POR PARTE DA SEGURADORA QUANTO À INVALIDEZ PERMANENTE DA RECORRENTE. PROVAS SUFICIENTES NOS AUTOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Tratando-se de pedido de complementação de valor do prêmio pago a menor, e havendo nos autos o reconhecimento por parte da seguradora quanto à invalidez permanente da recorrente, admitindo que a ela foi pago o valor máximo destinado às vítimas com invalidez permanente, **desnecessário se faz produzir-se qualquer outra prova pericial.** A fixação do valor da cobertura pelo art. 3º, em suas alíneas, da Lei n. 6.194/74, em salários mínimos não afronta a legislação infraconstitucional e nem a própria Constituição Federal, pois não se está a utilizar o salário mínimo como correção monetária, mas mero critério indenizatório. Publicado no DJ de 10/06/2008.

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO PARCIAL, PORTANTO ADMITIDA A INVALIDEZ. VALIDADE DA QUITAÇÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA. COMPETÊNCIA DO CNPS. SALÁRIO MÍNIMO - ART. 7º, INC. IV, DA CF.

I. O recibo de quitação auferido pelos beneficiários do seguro não veda a cobrança judicial da diferença decorrente do pagamento em quantia inferior a devida.

II. Já houve o pagamento de parte da indenização buscada e não é questionada a existência ou não da invalidez alegada pelo autor. Portanto, como a lei não faz diferenciação com graus de invalidez, não cabe exigir prova pericial, sendo que a invalidez alegada já foi admitida pela própria demandada quando pagou parte do valor devido.

III. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, e a M.P nº 340, posteriormente transformada na lei 11.482/07, são os únicos textos legais que conferem competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores.

IV. A APLICAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NÃO OCORRE COMO FATOR DE REAJUSTE, MAS COMO MERO REFERENCIAL, NÃO EXISTINDO OFENSA AO DISPOSTO NO ART. 7º, INC. IV, DA CF. RECURSO IMPROVIDO. (Processo nº 71001669019 - DJ 3860 09/06/08, PUBLIC CONSIDERADA EM 10/06/08-40)

EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE. IMPORTÂNCIA DEVIDA DE R\$ 13.500,00 INDEPENDENTEMENTE DO GRAU DE INVALIDEZ. REVELIA. DIREITO AO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO. DESNECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. 1. Afastada a alegação de incompetência do JEC por necessidade de realização de perícia, porquanto absolutamente desnecessária tal prova quando há laudo médico atestando a deformidade, mormente em se considerando o seu local e extensão. 2. Não se pode graduar a invalidez permanente, sendo inviável a limitação da indenização com base em Resolução editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). 3. Assegurado, portanto, o direito ao recebimento da indenização equivalente à R\$ 13.500,00. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos. Recurso improvido. (Recurso Cível Nº 71001788207, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 30/10/2008).

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE. IMPORTÂNCIA DEVIDA EQUIVALENTE A QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS INDEPENDENTEMENTE DO GRAU DE INVALIDEZ. DIREITO AO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO. DESNECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. INAPLICABILIDADE DA MP Nº 340 AOS SINISTROS ANTERIORES A SUA VIGÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS LEGAIS INCIDEM, RESPECTIVAMENTE, DA DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO E DA CITAÇÃO. SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS 1. Afastada a alegação de necessidade de perícia técnica, porquanto absolutamente desnecessária tal prova quando há laudo médico comprovando a existência da invalidez permanente. 2. Não se pode graduar a invalidez permanente, sendo inviável a limitação da indenização com base em Resolução editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). 3. Devido o pagamento integral da indenização, ou seja, quarenta salários mínimos vigentes à época do ajuizamento da ação. 4. Conforme a nova redação da Súmula 14 das Turmas Recursais a correção monetária e os juros devem incidir, respectivamente, a contar da data do ajuizamento da ação e da data da citação. Recurso da ré improvido e da autora provido. (Recurso Cível Nº 71001782879, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 30/10/2008).

E M E N T A.Apelação Cível - Ação de Cobrança de Complementação de Seguro Obrigatório - Desnecessidade de realização de perícia médica para verificar o grau de invalidez do apelado - Comprovação da existência da invalidez permanente - Pagamento administrativo parcial do Dpvt - Norma legal se sobrepõe à resolução e circulares expedidas pelo CNSP - Sentença mantida - Recurso conhecido e improvido - Decisão unânime.1. O sinistro que deu causa ao pagamento do seguro obrigatório ocorreu sob a égide da Lei nº 6.194/1974, devendo essa legislação ser aplicada ao caso em tela, a qual prevê o pagamento de quarenta salários mínimos para os casos de morte e invalidez permanente;2. Desnecessária a verificação do grau de invalidez do recorrido para o pagamento desse patamar indenizatório caso tenha sido demonstrada a existência da invalidez do requerente;3. A invalidez restou devidamente demonstrada na hipótese dos autos, haja vista que a própria apelante confirma sua existência em suas razões de apelação, bem como pelo fato de ter havido o pagamento administrativo do montante que a seguradora entendia adequado;4. Muito embora o aludido órgão seja responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, suas resoluções e circulares

não tem a força de mitigar valores fixados por lei. É cediço que, nos casos de morte e invalidez permanente, o valor da indenização do seguro obrigatório rege-se pela Lei 6.194/74 alterada pela Lei 11.482/2007. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 5350/2008, 2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Relator: DESA. MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA, Julgado em 21/10/2008).

Por outro lado, observa-se claramente que não há como se falar em ausência de prova por parte do reclamante, pois a própria seguradora admite na peça de defesa a existência da invalidez permanente e o seu pagamento parcial, REALIZADO DE ACORDO COM O QUE ENTENDE DEVIDO, OU SEJA, COM BASE EM SUAS RESOLUÇÕES E TABELAS DA CNSP O QUE, DE FATO, NÃO PODE SUBSISTIR EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL, PORQUANTO EXISTE LEI QUE REGULA A MATÉRIA E NÃO FAZ DISTINÇÃO DE GRAUS DE INVALIDEZ.

No mais, deve-se levar em consideração que, no trâmite administrativo, as seguradoras exigem diversos documentos que comprovem a existência do acidente e da seqüela por ele produzida, o que de fato aconteceu, pois se não houvesse prova do acidente e da invalidez permanente que justificasse a percepção do seguro obrigatório prescrito pela lei 6.194/74, a companhia de seguros recorrida sequer efetuaría qualquer tipo de pagamento já que, pela senda administrativa, declararia a não obrigatoriedade de promover a remuneração da apólice para aquele que não se enquadre nos termos da referida lei, ou seja, a invalidez permanente, a única prevista no sobredito regramento.

Reforçando a idéia da desnecessidade de prova técnica para apurar o grau de invalidez permanente, quando a apólice já foi adimplida a este título, traz-se ao cotejo recente decisão da Turma Recursal do Interior do Estado de Sergipe, da lavra do Dr. Gilson Felix dos Santos, quando integra ao voto posicionamento do JECCrim de São Cristóvão:

“Inicialmente, no que se refere à alegada incompetência deste juízo em razão da necessidade de prova pericial, esta não deve prosperar, pois, inexistente a necessidade de perícia para apurar a invalidez ou mesmo o seu grau, estando consolidado o entendimento no sentido de que, havendo invalidez, desimporta se em grau máximo o mínimo, é devida a indenização no patamar de 40 (Quarenta) salários mínimos. No caso dos autos, a própria requerida efetuou o pagamento, mesmo que a menor, face na seara administrativa ter restado comprovada invalidez permanente. (Ac. 1122/2008, Proc. 2008901184 Rel. Gilson Felix dos Santos, pub no DJ 16/12/2008)” (Grifou-se)

Observe-se que a seguradora recorrente confessadamente alega que pagou a

88
up

parcialidade da apólice de invalidez permanente para reclamante, procedendo-a de forma ilegal, ferindo o princípio de hierarquia de normas, ou seja, efetuou adimplemento da apólice com base nas gradações contidas em resoluções da CNSP e SUSEPE, após constatação pelo corpo médico administrativo da empresa.

Outrossim, note-se que a recorrida apenas se limita a reafirmar o percentual que entende indenizável, sem, contudo, trazer aos autos cópia do processo administrativo, bem como dos documentos que o compuseram, tudo, para dar o mínimo de esboço às alegações que tanto acastela. Sobre este ponto, mais uma vez se traz recente decisão desta Turma recursal:

“A experiência forense nessas ações orienta-nos a não hesitar sobre a invalidez do recorrido, uma vez que as administradoras de seguros exigem um amontoado de documentos para conceder indenização seja a qualquer título e, in casu, há pagamento parcial da indenização por parte da seguradora a título de invalidez. (Ac. 1122/2008, Proc. 2008901184 Rel. Gilson Felix dos Santos, pub no DJ 16/12/2008)”

Do mesmo modo, considerando a divisão do encargo probatório no processo, conclui-se que, ao produzir este tipo de defesa, a recorrente acabou atraindo para si o ônus de prova e dele não se desincumbiu satisfatoriamente, posto que sequer juntou qualquer tipo de documento que comprovasse os fatos que apresentou.

Ainda, acrescente-se que a posição processual da recorrente é muito superior que a do recorrido, de modo que esta última teria, em tese, todos os mecanismos para contrariar, comprovadamente, o pleito autoral.

Em suma, o que na realidade aconteceu foi o recebimento parcial pelo autor/recorrido de um direito que a lei lhe garante a obtenção integral, pois na lei do seguro obrigatório e, até mesmo, as alterações promovidas pela lei 11.482/07, não fazem qualquer menção a graus de invalidez, conforme bem colocado pelas decisões acima transcritas.

Do mérito recursal.

Após análise das preliminares, sustenta o recorrido que igual sorte deve ser destinada à abordagem meritória, eis que da leitura do recurso visualiza-se a inócua tentativa reavivar argumentos já sedimentados pela doutrina e jurisprudência. Explica-se:

89
24

Inicialmente, afirma a recorrente que já efetuou o pagamento da indenização relativa ao sinistro em questão, especialmente, por ter havido a quitação outorgada pelo beneficiário realizada por punho próprio.

Porém, não prospera o argumento. Explica-se:

Como bem relatado na inicial, o alcance da quitação outorgado pelo beneficiário não se opera de forma geral e irrevogável, abrangendo apenas o *quantum* discriminado na parte da indenização recebida.

É evidente que tal circunstância não desautoriza o direito potestativo de o recorrido perseguir, agora pela via judicial, a complementação da apólice do seguro que julga lhe ser devida, já que o recebimento de parte da indenização não induz à renúncia ao complemento.

De outra parte, não há o que se falar em transação ou quitação do valor do Seguro DPVAT em sede administrativa, haja vista que, no ato do pagamento, não existe qualquer alusão de forma expressa a tais institutos. Nesse sentido, pacífica é a jurisprudência:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

ACÓRDÃO:	110/2006
RECURSO INOMINADO (CÍVEL CAPITAL)	0040/2006
PROCESSO:	2006800040
REQUERENTE	COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS MARIA CARMEM ALVES DE ANDRADE
REQUERIDO	JOSE ADELSON DE JESUS BALBINO
ADVOGADO	IRINALDA CARNEIRO DE MENEZES
RELATOR:	DRA. SUYENE BARRETO SEIXAS DE SANTANA

EMENTA

CONSTITUCIONAL E CIVIL. DPVAT. EVENTO INVALIDEZ PERMANENTE. QUITAÇÃO. QUANTIFICAÇÃO EM SALÁRIO MÍNIMO. CONSTITUCIONALIDADE. RESOLUÇÃO DO CNSP CONTRÁRIA À LEI. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS NORMAS. JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1 - A quitação é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à percepção da indenização completa, cujo valor decorre de lei. 2 - Constitucionalidade da quantificação da indenização do seguro DPVAT ao valor do salário mínimo. Precedente do STF (RE 298211/MA - Rel. Min. Eros Grau - j. Em 02.02.2005) 3 - É inaplicável a Resolução do CNSP quando contrária à Lei. Precedentes do STJ (RESP 161185/SP; RESP 153209/RS; RESP 296675/SP) 4 - A diferença pleiteada deve ser acrescida de juros contados a partir da data em que a seguradora foi constituída em mora para proceder ao pagamento da diferença pleiteada pela Recorrida, ou seja, a partir de sua citação. Precedente do STJ. (RESP 546392/MG) 5- O termo inicial da correção monetária não foi objeto do recurso, mantendo - se o determinado na decisão

monocrática. Recurso conhecido e improvido.

“CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PREVALÊNCIA DA LEI 6194/74. INDENIZAÇÃO QUANTIFICADA EM SALÁRIOS MÍNIMOS. LEGALIDADE. RECIBO DE QUITAÇÃO. NÃO-CARACTERIZAÇÃO DE RENÚNCIA. SALÁRIO MÍNIMO DA ÉPOCA DO PAGAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

(...)

IV. O recibo de quitação relativo à obtenção de parte do direito legalmente assegurado não traduz renúncia a este direito e, muito menos, extinção da obrigação. Ademais, não se acha nos autos qualquer prova documental de que a recorrida tenha expressa e inequivocamente renunciado a qualquer direito alusivo ao pagamento da indenização securitária.

(...)

VII. Recurso conhecido e improvido.(20060110749653ACJ, Relator GISLENE PINHEIRO, Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F., julgado em 20/03/2007, DJ 03/04/2007 p. 173)”.

Como já afirmado na peça pórdico, a presente ação abraça o entendimento jurisprudencial de que a justa reparação do sinistro é uma obrigação que a lei impõe às seguradoras participantes do consórcio, de modo que o direito do recorrido que foi vítima de acidente de trânsito - e merece receber corretamente a apólice prevista nos moldes art. 3º da Lei 6.194/74 - não pode esbarrar nas funestas Resoluções da CNSP, as quais, por serem hierarquicamente inferiores à lei, jamais poderão ser utilizadas para fixação de valores a serem pagos a título de seguro obrigatório.

Dessa forma, não cabe a aplicação do teto estabelecido por Resolução de órgãos como CNSP e SUSEP, pois como se trata de espécie legislativa de hierarquia inferior, não pode prevalecer diante da Lei 6.194/74 que se encontra em pleno vigor e que não estabelece graus de variação de invalidez. Pensar de outra forma seria ferir de morte o critério da hierarquia das normas jurídicas.

Gize-se que inobstante o acenado órgão seja responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, suas resoluções e circulares não tem a força de mitigar valores fixados por lei para os casos de indenização de morte e invalidez permanente rege-se pela Lei 6.194/74.

Por oportuno, reitere-se que a lei 6.194/74, não faz qualquer distinção entre invalidez total e parcial, de modo que o valor a ser pago para invalidez permanente, cuja existência já ficou comprovada e admitida pela seguradora na via administrativa. A respeito invoca-se o seguinte julgado :

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO PARCIAL, PORTANTO ADMITIDA

A INVALIDEZ. VALIDADE DA QUITAÇÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA. COMPETÊNCIA DO CNSP. SALÁRIO MÍNIMO - ART. 7º, INC. IV, DA CF. I. O recibo de quitação auferido pelos beneficiários do seguro não veda a cobrança judicial da diferença decorrente do pagamento em quantia inferior a devida. II. Já houve o pagamento de parte da indenização buscada e não é questionada a existência ou não da invalidez alegada pelo autor. **Portanto, como a lei não faz diferenciação com graus de invalidez, não cabe exigir prova pericial, sendo que a invalidez alegada já foi admitida pela própria demandada quando pagou parte do valor devido. (...) IV. A aplicação do salário mínimo não ocorre como fator de reajuste, mas como mero referencial, não existindo ofensa ao disposto no art. 7º, inc. IV, da CF. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71001669019, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 04/06/2008)**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

ACÓRDÃO:	112/2009
RECURSO INOMINADO (CRIME CAPITAL/CÍVEL E CRIME INT.)	0084/2009
PROCESSO:	2009900185
RECORRENTE	COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS RENATA VIEIRA MENEZES DE CARVALHO
RECORRIDO	MARLENE BARRETO SANTOS
ADVOGADO	VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DÉDA
RELATOR:	DR. DIÓGENES BARRETO

EMENTA

DPVAT. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO A MENOR. SENTENÇA. CONDENAÇÃO EM R\$ 10.152,50. RECURSO. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOCORRÊNCIA. QUITAÇÃO - A QUITAÇÃO DIZ RESPEITO SOMENTE AO VALOR RECEBIDO, NÃO IMPEDE PROPOSITURA DE AÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO. POSSIBILIDADE DE SE VINCULAR A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. CONSTITUCIONALIDADE (PRECEDENTE DO STF - RE 298211/MA - REL. MIN. EROS GRAU - J. EM 02.02.2005). VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO PELO CNSP. INAPLICABILIDADE. HAVENDO PAGAMENTO PELA SEGURADORA A TÍTULO DE INVALIDEZ PERMANENTE, **NÃO CABE DISCUTIR O GRAU DE INVALIDEZ, DEVENDO SER PAGA A INDENIZAÇÃO NO VALOR MÁXIMO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.**

No que diz respeito à quantificação em salários mínimos, invoca-se o festejado entendimento de inconstitucionalidade da lei 11.482/07 diante ao retrocesso legislativo que ostenta, pois fixa um valor estático que representa verdadeira desvantagem para o segurado.

Em outro plano técnico, a constitucionalidade sobredita lei é questionável à medida que se atesta que a mesma é fruto da conversão da MP 340/06 que, ao seu tempo, já era considerada inconstitucional por diversos juízos deste país, já que não preenchia os requisitos de relevância e urgência.

A propósito, traz-se à baila recente entendimento do JEC da Comarca de São

QC
uf

Cristóvão.

Primeiramente, entende esta Juíza que o valor da indenização a ser paga no caso decorrente do DPVAT corresponde a 40 salários mínimos, previsto pelo art. 3º da Lei. 6.194/74, pois a Lei 11.482/07, originária da Medida Provisória 340/2007, que reduziu a indenização do referido seguro para R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) é inconstitucional.

Impõe-se observar que a edição de medida provisória deve ser utilizada pelo Presidente da República em casos excepcionais e deve obedecer aos pressupostos de relevância e urgência, conforme se extrai do “caput” do art. 62 da Constituição Federal. No entanto, as modificações introduzidas pela Medida Provisória 340/2007 vieram apenas reduzir os encargos das Companhias Seguradoras, donde não se verifica a ocorrência dos requisitos retromencionados, sendo, por conseguinte, formalmente inconstitucional o art.8º da Lei 11.482/07, posto originário de Medida Provisória.

(...)

Na primeira Lei (nº 6.194/74), o cálculo do seguro era com base nos 40 maiores salários mínimos vigentes à época da liquidação do sinistro, enquanto que com a nova redação dada pela lei nº 11.482/07, o valor foi fixado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este estático, com correção a incidir a partir da época do sinistro, ficando evidente a desvantagem para o segurado com a adoção da nova lei quando do cálculo do valor final a ser recebido.

Destarte, flagrante a violação ao princípio do não retrocesso social onde para Canotilho “O núcleo essencial dos direitos sociais já realizado e efetivado através de medidas legislativas deve considerar-se constitucionalmente garantido, sendo inconstitucionais quaisquer medidas estaduais que, sem a criação de outros esquemas alternativos ou compensatórios, se traduzam na prática numa ‘anulação’, ‘revogação’ ou ‘aniquilação’ pura e simples desse núcleo essencial. A liberdade do legislador tem como limite o núcleo essencial já realizado”. (Canotilho, Joaquim José Gomes.Constitucional e teoria da Constituição.3 ed.Coimbra: [s.n]1998, p. 321. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal).

A responsabilidade pela indenização do seguro DPVAT configura direito fundamental porque, de um lado corresponde ao princípio do solidarismo (artigo 3º, inciso I da Constituição Federal) e de outro, porque a referida indenização corresponde a direito individual homogêneo, o que o eleva à categoria constitucional (artigo 127 da CF c/c artigo 5º, X, da CF).

Importa salientar que o princípio do não-retrocesso social não deve ser visto como uma barreira para mudanças dos direitos fundamentais, mas o que se objetiva é a não adoção de medidas retrocessivas que atentem contra as conquistas já atingidas em termos de legislação.

Por conseguinte, é forçoso concluir como sendo mais justa a indenização de 40 salários mínimos fixado pela Lei 6.194/74, pois é a que preserva mais eficazmente a dignidade da pessoa humana, garantia constitucional prevista no art. 1º, inciso III da Constituição Federal, sendo intolerável sua redução em prejuízo da sociedade, implicando, portanto, na inconstitucionalidade do art. 8º da Lei 11.482/2007. (JECCRIM São Cristóvão Sergipe, Juíza de Direito Etodéa Oliveira Teles Moura, Processo 200883520186 – publicado no DJ de 16/10/2008).

Por fim, no que diz respeito à irrisignação quanto aos juros e correção monetária aplicada, deve-se referendar o sistema adotado pelo juízo recorrido, eis que adota a correção a partir do pagamento parcial do sinistro e a capitalização de juros a partir da citação, posicionando-se, neste particular, com a vasta jurisprudência sobre o tema, conforme se observa na própria sentença.

À vista do exposto, com base nos fundamentos acima alinhavados, confia a recorrida que esta Egrégia Turma Recursal **CONHECERÁ DO RECURSO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE**

PROVIMENTO CONFIRMANDO-SE A SENTENÇA PROFERIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, por ser medida de Direito e Justiça e, ao fim, aplicando o artigo 55 da lei 9099/95, de modo a fixar honorários em 20% do valor da condenação ou, na remota hipótese de reforma da sentença, que aprecie o pedido de gratuidade judiciária vindicado na peça póstica.

Eis os termos em que, respeitosamente, pede deferimento.

Aracaju, 10 de outubro de 2009

Valério César de Azevedo Deda.

OAB/SE 4316.

[Handwritten notes and stamps, partially obscured by a large diagonal line]

CERTIDÃO

Certifico que AS CONTRA RAZÕES
DE FLS. 82/93 foram opostas
TEMPESTIVAMENTE. Razão
para qual, em atendimento ao
despacho de fls. 82, remeto os presentes ao TJ/SE.
Molta Bonita/SE, 21/10/09.
[Signature]
 Escrivã(ao)

REMESSA

Faço remessa das presentes ao(a) TURMA
RECURSAL
21 de 10 de 09
[Signature]
 Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juízo de Direito Moita Bonita
Av. João Evangelista da Costa, S/N
Bairro - Centro Cidade - Moita Bonita



200982102459

OFÍCIO Nº: 531/2009
de 2009

Moita Bonita, 21 de outubro

PROCESSO.....: 200882100407
NATUREZA.....: Juizados Especiais - Cível
RECLAMANTE...: CARLOS ANTONIO DA CUNHA
RECLAMADO....: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

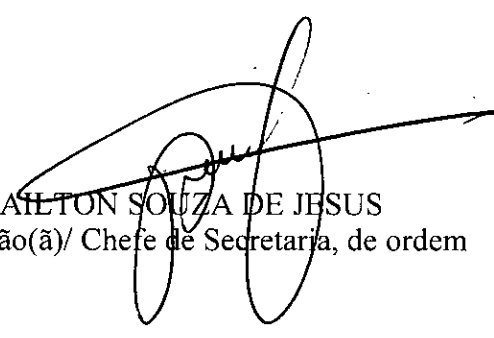
Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente, () DETERMINO ou () SOLICITO que seja cumprida a finalidade abaixo transcrita:

Finalidade: REMETER a este C. Turma Recursal os autos do processo em epígrafe.

Na resposta ao presente, favor mencionar o número deste processo.

Atenciosamente,


AILTON SOUZA DE JESUS
Escrivão(ã)/ Chefe de Secretaria, de ordem

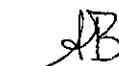
MD03000

Ilmo. Sr(a)

Nome : TURMA RECURSAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE
Residência : PRACA FAUSTO CARDOSO 112
Bairro : CENTRO C.E.P: 49010-080
Cidade : ARACAJU - SE

Recebi hoje, com 24 fls.

Em, 05/11 / 2009


p/Secretária da Turma Recursal

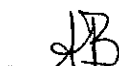
Distribuído a(o) Relator(a) **Dr. Diógenes Barreto**

Em 09/11 / 2009


p/Secretária da Turma Recursal

Faço conclusão ao (a) Relator (a).

Em, 09/11/ 2009


p/Secretária da Turma Recursal

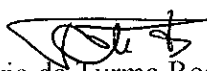
Designo para julgamento a primeira sessão desimpedida.

Em, / /2009

Juiz Relator (a)

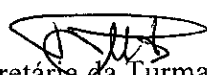
Disponibilizado no Diário de Justiça

Em, 23/11 / 2009

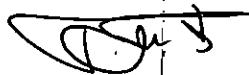

Secretária da Turma Recursal

Julgado na sessão de hoje.

Em, 24/11 /09 .


Secretária da Turma Recursal

Junta de do Jorredas: m= 1913/09.
Agu. 03/12/08





ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO

TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL E CÍVEIS E CRIMINAIS DO INTERIOR

ACÓRDÃO Nº 1913/2009

RECURSO INOMINADO nº 0696/2009

PROCEDÊNCIA: DISTRITO JUDICIÁRIO DE MOITA BONITA/SE

RECORRENTE: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

RECORRIDO: CARLOS ANOTNIO DA CUNHA

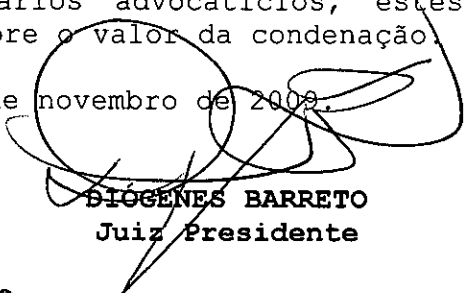
EMENTA

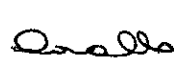
DPVAT. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI 11.482/2007 POR FERIR DIREITOS SOCIAIS NA MEDIDA EM QUE ESTABELECE VALOR FIXO DE INDENIZAÇÃO E NÃO PREVÊ SEU REAJUSTE, RAZÃO PELA QUAL DEVE SER APLICADA A LEI 6.194/74 COM O TEXTO ANTERIOR. A QUITAÇÃO DIZ RESPEITO SOMENTE AO VALOR RECEBIDO NÃO IMPEDE PROPOSITURA DE AÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO. HAVENDO PAGAMENTO PELA SEGURADORA A TÍTULO DE INVALIDEZ PERMANENTE, NÃO CABE DISCUTIR O GRAU DE INVALIDEZ, DEVENDO SER PAGA A INDENIZAÇÃO NO VALOR MÁXIMO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

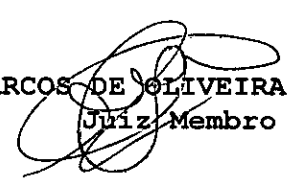
ACÓRDÃO

Acordam os Juízes de Direito integrantes da Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Interior do Estado de Sergipe e Criminais da Comarca de Aracaju, à unanimidade, **declarar incidenter tantum a inconstitucionalidade** do art. 8º da Lei 11.482/2007, na parte em que altera os valores indenizatórios previstos no art. 3º da Lei 6.194/74, para, em consequência, conhecer do recurso interposto, **negar-lhe provimento**, mantendo inalterado o julgamento a quo, e condenando a recorrente em custas processuais e honorários advocatícios, estes no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Aracaju, 27 de novembro de 2009.


DIÓGENES BARRETO
Juiz Presidente


ELBE MARIA F. DO P. DE CARVALHO
Juíza Membro


MARCOS DE OLIVEIRA PINTO
Juiz Membro



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL E CÍVEIS E CRIMINAIS DO
INTERIOR

RELATÓRIO

Cuidam os autos de recurso inominado interposto por **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS** (fls. 72-79) em face de **CARLOS ANOTNIO DA CUNHA** irresignada com a decisão monocrática (fls. 69-71) proferida que a condenou ao pagamento de R\$ 12.825,00 (doze mil, oitocentos e vinte e cinco reais), acrescido de correção monetária, a partir do pagamento parcial, e juros de mora de 1% a.m., a partir da citação.

Preliminarmente a recorrente alega a incompetência dos Juizados Especiais, ante a necessidade de produção de prova pericial para a solução da demanda. No mérito sustenta ter havido quitação, bem como que efetuou o pagamento consoante lei 11.482/207, que permite gradações de invalidez.

Em contrarrazões (fls. 83-93) o recorrido pede a manutenção da sentença.

V O T O

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.

Da competência dos Juizados Especiais

A recorrente alega a incompetência dos Juizados Especiais para apreciar matéria que necessita de produção de prova pericial.

É sabido que a indenização securitária estava contemplada pela Lei 6.194/76 a qual previa o valor do seguro em até 40 (quarenta) salários mínimos no caso de invalidez permanente. No caso específico da invalidez permanente, não existia qualquer regra específica na Lei supracitada que graduassem aquela, sendo por isso pacífico o entendimento desta Turma Recursal que em casos desses jaez devia o segurado receber integralmente o valor do seguro.

Em 29/12/2006 foi publicada a Medida Provisória nº. 340 que alterou o artigo 8º da Lei 6.194/76 reduzindo o valor indenizatório de até 40 (quarenta) salários mínimos para valor fixo de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). No entanto, do mesmo modo, não trouxe essa norma parâmetros para a graduação da invalidez permanente, deixando essa a cargo de normas infralegais



96f

**ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO**

**TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL E CÍVEIS E CRIMINAIS DO
INTERIOR**

(resoluções), as quais não eram capazes de sobrepor o valor previsto na Lei 6.194/76, em razão da obediência ao princípio da hierarquia das normas.

A Medida Provisória nº. 340/2006 foi convertida na Lei 11.482/07 continuando com o mesmo texto legal daquela, portanto, sem qualquer gradação da invalidez permanente. Assim, não existindo na lei a previsão de gradações, não há que se perquirir o grau da invalidez permanente, prescindindo de prova pericial, especialmente se já houve o reconhecimento pela seguradora quanto à invalidez em razão do pagamento parcial.

Antes de adentrar na questão posta a julgamento cumpre analisar a constitucionalidade da Lei 11.482/2007, oriunda da Medida Provisória 340/2006, legislação aplicável ao caso diante da data do acidente.

Da inconstitucionalidade da Lei 11.482/2007

Inicialmente é necessário explicar que a indenização paga em razão de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, na forma do art. 20, DL 73/1966, trata-se de direito social. Na esteira da evolução dos direitos fundamentais, passando pelos direitos de liberdade insculpidos nas Declarações do final do século XVIII, aos quais se denomina direitos de 1ª dimensão, chegou-se aos direitos sociais (2ª dimensão). Tais direitos decorrem do constitucionalismo social imperante no século XX, denominação dada ao movimento de inserção nas Cartas Constitucionais de diversos países direitos relativos a prestações estatais em prol da coletividade.

Assim, a indenização em razão de seguro obrigatório é um direito social na medida em que busca o bem estar social, tentando diminuir, em parte, o sofrimento impingido àqueles que precisam se valer desse benefício legal. A diminuição do sofrimento no caso do seguro obrigatório, diga-se, somente é alcançada em razão da conjugação entre ação estatal e participação dos particulares (estes quando do pagamento do prêmio do seguro), em atendimento ao princípio do solidarismo, presente no art. 3º, I, CF.

Nesse sentido é que se discute acerca da constitucionalidade da Lei 11.482/2007, uma vez que as alterações por ela trazidas reduzem a eficiência e a utilidade da indenização em comento, diante da estipulação de um valor fixo. A Lei 6.194/74 trazia um valor variável de indenização, dispondo o seu artigo 3º que os danos seriam pagos, de acordo com a gravidade (aqui se compreende somente morte, lesões permanentes e despesas médicas), tomando por referencial o salário mínimo.



**ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO**

TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL E CÍVEIS E CRIMINAIS DO INTERIOR

Antes da vigência da Lei 11.482/2007 o STF chegou a se manifestar sobre a possibilidade de utilização do salário mínimo pela Lei 6.194/74 e decidiu que não se aplica a vedação do ar. 7º, IV da Constituição Federal, aos casos de fixação de seguro-obrigatório. Isso porque nesses casos o salário-mínimo não é utilizado como indexador das obrigações e sim como referencial para preservar o valor real da indenização por ato ilícito (RE 298211/MA - Rel. Min. Eros Grau - j. Em 02.02.2005).

Porém, com a edição da MP 340/2006, posteriormente convertida na Lei 11.482/2007, o legislador entendeu por bem fixar o valor da indenização em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para os casos de morte, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez permanente e R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) para as despesas médicas. Assim, o legislador tratou de engessar o valor indenizatório, não permitindo atualização periódica anteriormente estabelecida, de modo que o benefício passou a sofrer reduções reais ao longo dos anos.

No que diz respeito à possibilidade de reajuste do valor indenizatório, esta não se vislumbra na Lei 6.194/74, alterada pela Lei 11.482/2007. Se por um lado no seu artigo 5º, §1º a Lei fala que a indenização será paga "com base no valor vigente na época do sinistro" dando a entender que a indenização é variável e não fixa, como faz supor o art. 3º, porém sem estabelecer como será aferida e disciplinada essa variação e nem quem a fará. Por outro, o artigo 12, caput autoriza o CNSP a estabelecer "normas disciplinadoras e tarifas".

Entretanto, a referência a "normas disciplinadoras e tarifas" não se refere a reajuste da indenização. Enquanto conceito de direito tributário, tarifa (preço público) se refere a valores arrecadados pelo Estado na atribuição de atividade econômica. No que diz respeito à possibilidade de inserção do reajuste no conceito de "normas disciplinadoras", também não ocorre, pois quando a lei quis se referir a reajuste expressamente o fez, como no caso do §3º do mesmo artigo 12. O § 3º afirma que o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP "estabelecerá anualmente o valor correspondente ao custo da emissão e da cobrança da apólice ou do bilhete do Seguro Obrigatório". Desse modo, a lei traz obrigatoriedade de reajuste apenas quanto à emissão e cobrança da apólice ou do bilhete, mas não da indenização.

Portanto, o §3º do art. 12 cria um dever para o CNSP que estará obrigado a reajustar anualmente a emissão da apólice ou do bilhete. A *contrario sensu*, cria também um dever para o segurado, que suportará anualmente a majoração do valor que lhe será cobrado a título de prêmio. Como a estipulação de um dever pressupõe a correlação de um direito, poder-se-ia entender que implicitamente estaria estipulado o direito do segurado de ter reajustada a indenização, de modo que seria gerado para o CNSP também a obrigação



**ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO**

**TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL E CÍVEIS E CRIMINAIS DO
INTERIOR**

de anualmente reajustar o valor da indenização.

Porém, é necessário esclarecer que o CNSP é órgão da Administração Pública Indireta e que, por esse motivo, deve obedecer ao princípio da legalidade estrita, ou seja, a Administração Pública só está autorizada a fazer o que a lei determinar. A obrigatoriedade acima mencionada é decorrente de uma interpretação ampliativa da lei e não de disposição legal expressa (que não cria dúvidas no administrador), de modo que o administrador não é obrigado a cumpri-la, aliás, ele é obrigado a não cumprir, tendo em vista que só deve fazer o disposto na lei.

Ressalto que a interpretação ampliativa, nesse caso, não atende aos fins sociais da lei do seguro obrigatório (art. 5º, LICC), pois coloca o segurado em situação de extrema desvantagem em relação ao texto anterior, deixando de atender à sua finalidade compensatória. Isto porque, se a indenização continuasse a ter por referencial o salário mínimo, quarenta salários mínimos hoje, 27.11.2009, equivaleriam a R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais). Tal montante, se comparado ao estipulado no art. 3º da Lei, representa uma diferença superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em pouco mais de dois anos e meio de vigência. Aliás, desde a entrada em vigor da MP 340/2006 os R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) já representavam uma diferença de R\$ 500,00 (quinhentos reais) em relação ao salário mínimo, posto que este, em dezembro de 2006, figurava no montante de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

É necessário incluir aqui o fundamento social do seguro obrigatório DPVAT. É sabido que esse benefício é utilizado, em regra, pela parcela da população mais necessitada, que passa por uma situação de instabilidade emocional e financeira após a ocorrência de acidente que, algumas vezes, vitima letalmente membro de sua família, e outras traz sequelas à própria integridade física do segurado. Em momento de desequilíbrio pessoal, o valor percebido a título de indenização é mais do que útil às famílias, é imprescindível para a manutenção da família, da dignidade dos seus membros.

Desse modo, a referida indenização possui, além do caráter ressarcitório, a função de propiciar ao segurado e a sua família a manutenção do mínimo existencial durante o período em que passam por dificuldades impostas pelo acidente sofrido.

Analisando, portanto, os artigos retro mencionados, percebe-se o nítido prejuízo sofrido pelos segurados, vez que passarão a ter o valor do seguro diminuído ano após ano pelos aumentos constantes do salário mínimo e pela estagnação do valor do seguro contemplado na nova disposição legal aplicável.

É nesse sentido que entendo inconstitucional a Lei



**ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO**

TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL E CÍVEIS E CRIMINAIS DO INTERIOR

11.482/2007, tendo em vista que reduz sensivelmente o direito social concretizado anteriormente pela Lei 6.194/74 e acima explanado. Nesse diapasão é que se faz necessário atentar para a ofensa ao princípio do não retrocesso social pela Lei 11.482/2007.

Esse princípio, cuja ideia teve como um dos precursores o Direito Alemão, proclama que a consecução, pelo legislador infraconstitucional, de direitos sociais informados pela Constituição faz com que o conteúdo de tais direitos atinja a completude, tornando inaceitável a criação de quaisquer outros meios que venham a reduzir sua incidência.¹

A ação do legislador, portanto, está adstrita aos melhoramentos para aquele direito que ultrapassou o âmbito da eficácia jurídica e consagrou-se no âmbito da realidade social. Assim, o princípio da vedação ao retrocesso é antes de tudo um limite à atuação estatal, entendimento esposado por Ingo Sarlet em seu *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*:

"À luz do exposto, poder-se-á sustentar, no âmbito de uma proibição do retrocesso social (considerado em sua dimensão subjetiva), que, de certa forma, os direitos fundamentais sociais prestacionais legislativamente concretizados assumem a condição de verdadeiros direitos de defesa, na medida em que justificam a proteção judicial contra os atos dos poderes públicos que tenham por objetivo sua redução ou mesmo sua destruição."²

Dessa forma, havendo concretização de normas que estabeleçam direitos sociais, não é possível ao legislador criar novas regras que redução ou extingam os direitos já efetivados. Ressalto que a imposição de abstenção atinge todos os Poderes do Estado. Isto porque o Estado Democrático de Direito hoje exige mais do que a simples positivação de direitos e seu soerguimento à fundamentalidade, exige também a sua efetivação.

Nesse sentido é que urge reconhecer a inconstitucionalidade do art. 8º da Lei 11.482/2007, na parte em que altera o art. 3º da Lei 6.194/74, sob pena de se afastar um direito já consolidado e que vinha cumprindo relevantíssima função social, como exigido pela Constituição Federal ao instituir como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional e a promoção do bem de todos (art. 3º, I, II e IV); bem como ao assegurar a assistência aos desamparados (art. 6º, caput).

¹ MARTINS, Patrícia de Couto Villela Abbud. *A efetividade dos Direitos Sociais*. (coordenado por Emerson Garcia). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 401.

² SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 394.



98p

ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL E CÍVEIS E CRIMINAIS DO INTERIOR

Ressalto que a declaração de inconstitucionalidade, no presente caso, tem efeitos retroativos, posto que desde a edição da MP 340/2006 em 29/12/2006 a agressão ao direito mencionado fora efetuada.

Assim, afastou a aplicação do art. 8º, Lei 11.482/2007, no que se refere à alteração do art. 3º da Lei 6.194/74, aos fatos ocorridos desde a edição da MP 340/2006, e passo a aplicar o texto da Lei 6.194/74 com a redação anterior.

Da declaração de inconstitucionalidade pela Turma Recursal e a cláusula de reserva de plenário

O art. 97 exige para a declaração de inconstitucionalidade pelos tribunais o voto da maioria absoluta dos seus membros ou dos membros de órgão especial. É pacífico na doutrina que as Turmas Recursais, em que pese serem vinculadas administrativamente aos Tribunais de Justiça, constituem corte diferenciada, sem que consistam órgão especial.

Sobre o assunto, o STF assim se posicionou:

"A regra da chamada reserva do plenário para declaração de inconstitucionalidade (art. 97 da CF) não se aplica, deveras, às turmas recursais de Juizado Especial. Mas tal circunstância em nada atenua nem desnatura a rigorosa exigência de juntada de cópia integral do precedente que tenha, ali, pronunciado inconstitucionalidade de norma objeto de recurso extraordinário fundado no artigo 102, III, b, da Constituição da República, pela mesmíssima razão por que, a igual título de admissibilidade do recurso, não se dispensa juntada de cópia de acórdão oriundo de plenário." (RE 453.744-AgR, voto do Min. Cezar Peluso, julgamento em 13-6-06, DJ de 25-8-06).

Desse modo, não se aplica a cláusula de reserva de plenário, imposta pelo art. 97 da Constituição Federal às Turmas Recursais.

Do mérito

Uma vez reconhecida e declarada a inconstitucionalidade do art. 8º da Lei 11.482/2007, que alterou o art. 3º da Lei 6.194/74, a legislação aplicável ao caso deve ser a Lei 6.194/74 sem as alterações trazidas pela Lei 11.482/2007, no que toca ao valor da indenização.



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL E CÍVEIS E CRIMINAIS DO
INTERIOR

O recorrido alega ter sofrido acidente em 11/01/2007, em razão do qual recebeu o valor de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais) a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT, em 16/05/2007. Entende que deve ser complementada a indenização conforme o texto anterior da Lei 6.194/74 em salários mínimos, restando serem pagos R\$ 15.925,00 (quinze mil, novecentos e vinte e cinco reais).

a) Da alegação de quitação

A recorrente alega ter havido quitação geral quando do recebimento dos valores pagos em 16/05/2007 ao recorrido. Entretanto, encontra-se pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a quitação do valor já recebido pela parte não significa renúncia ao seu direito, que é assegurado por lei, havendo extinção da obrigação somente no que diz respeito a parcela já quitada pela seguradora, devendo, portanto, ocorrer o complemento da indenização.

b) Da alegação de pagamento conforme limite máximo indenizável

Com a declaração de inconstitucionalidade da Lei 11.482/2007 no que toca ao valor da indenização, deve ser aplicada a Lei 6.194/74.

Assim, quanto ao argumento de que os valores devidos devem seguir o estabelecido pela Lei 11.482/2007 que alterou a Lei 6.194/74, é necessário explanar que a tabela de gradação hoje constante da Lei 6.194/74 somente foi inserida pela Medida Provisória 451/2008, de 16/12/2008, somente podendo ser aplicada aos acidentes ocorridos após aquela data.

Portanto, é desnecessário cogitar acerca de graduação da invalidez permanente através de resoluções quando na hipótese há lei, que não faz qualquer menção a níveis ou gradações de invalidez. Isto porque, havendo a invalidez, pouco importa se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar de 40 (quarenta) salários mínimos.

A declaração de inconstitucionalidade do art. 8º da Lei 11.482/2007, no que diz respeito à alteração do art. 3º da Lei 6.194/74, ultrapassa a alegação quanto à aplicabilidade dos valores ali estipulados. Dessa forma, os valores devidos a título de indenização por danos morais devem ser os seguintes:

"Art.3º ...

- a) 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - no caso de morte;
- b) Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO

TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL E CÍVEIS E CRIMINAIS DO
INTERIOR

mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente;
c) Até 08 (oito) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares, devidamente comprovadas.

c) Do valor a ser complementado

Por expressa disposição legal do art. 5º, §1º, Lei 6.194/74, a indenização deve ser paga de acordo o valor vigente na época do sinistro. Sendo assim, e considerando que o acidente ocorreu em 11/01/2007, o valor total a ser indenizado era R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), equivalentes a 40 (quarenta) vezes o valor do salário mínimo. Já foram pagos R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)), restando o saldo de R\$ 13.325,00 (treze mil, trezentos e vinte e cinco reais).

Entretanto, muito embora o art. 8º da Lei 11.482/2007 seja parcialmente inconstitucional, é de se reconhecer que no caso em análise não se pode majorar o valor fixado pelo magistrado *a quo*. Isto em razão de ter havido recurso somente da parte ré, de modo que a reforma que aumenta a condenação em primeiro grau ofende o princípio da proibição da *reformatio in pejus*.

Diante do exposto, voto no sentido **declarar incidenter tantum a inconstitucionalidade** do art. 8º da Lei 11.482/2007, na parte em que altera os valores indenizatórios previstos no art. 3º da Lei 6.194/74, para, em consequência, conhecer do recurso interposto para **negar-lhe provimento**, mantendo inalterado o julgamento *a quo*, e condenando a recorrente em custas processuais e honorários advocatícios, estes no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

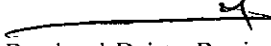
DIÓGENES BARRETO
Juiz Relator

11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

人

Fl _____

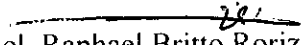
Ficou disponível o Acórdão no D.J. de 07/12/2009. Dou fé.
Aracaju, 20/01/2010


Bel. Raphael Britto Roriz
Secretário em exercício da Turma Recursal

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 11/01/2010, a decisão de fls. transitou em julgado. Tendo em vista tal fato, faço remessa destes autos ao Distrito de Moita Bonita da Comarca de Ribeirópolis/SE.

Aracaju, 20/01/ 2010.


Bel. Raphael Britto Roriz
Secretário em exercício da Turma Recursal

psf

Processo n. ____/____
Ação cível

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço os presentes autos conclusos ao MM Juiz de Direito desta Comarca de Ribeirópolis/SE, nesta data.

Moita Bonita/SE, 04/02/2010

Chefe de Secretaria

DESPACHO

R. Hoje.

Intime-se as partes da descida dos autos, requerendo o que for de direito, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de arquivamento.

Moita Bonita/SE, 04 de 02 de 2010

Paulo Roberto Fonseca Barbosa
Juiz de Direito

TERMO DE RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos do MM Juiz de Direito desta Comarca de Ribeirópolis/SE, nesta data.

Moita Bonita/SE, 04 de 02 de 2010

Técnico Judiciário

JUNTADA

Junto a estos autos

Se sentencio que se pague

Multa de \$

01/03/10

60 20

Técnico Edición

EXCELENTÍSSIMO (A) SR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DO JUIZADO CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA MOITA BONITA,
ESTADO DE SERGIPE.

Por dependência aos autos do processo nº 200982100407

CARLOS ANTONIO DA CUNHA, já identificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por meio deste expediente e através de seus patronos, requerer **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, tendo em vista o trânsito em julgado da decisão, de acordo com os fundamentos abaixo declinados:

1. Conforme se depreende do teor do processo 200982100407 a executada foi condenada a pagar ao executado a quantia de 12.825,00 (DOZE MIL OITOCENTOS E VINTE E CINCO REAIS), corrigido monetariamente a partir de 16/05/2007 e acrescido de juros moratórios desde a citação válida, a qual, no caso em questão, deu-se 09/02/2008, com a juntada do mandado cumprido aos autos.
2. Mesmo ciente da sentença exarada e do seu trânsito em julgado (11/01/2010), a executada permaneceu inerte, de maneira que deixou ensejo à aplicação da multa do artigo 475-J, ante a inexistência do pagamento espontâneo do quantum determinado. A propósito, sobre a incidência da multa, traz-se à baila remansosa jurisprudência do STJ:

LEI 11.232/2005. ARTIGO 475-J, CPC. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. MULTA. TERMO INICIAL. INTIMAÇÃO DA PARTE VENCIDA. DESNECESSIDADE.

1. A intimação da sentença que condena ao pagamento de quantia certa consuma-se mediante publicação, pelos meios ordinários, a fim de que tenha início o prazo recursal. Desnecessária a intimação pessoal do devedor.
2. Transitada em julgado a sentença condenatória, não é necessário que aparte vencida, pessoalmente ou por seu advogado, seja intimada para cumpri-la.
3. Cabe ao vencido cumprir espontaneamente a obrigação, em

1038
quinze dias, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de 10%. REsp 954859 (2007/0119225-2 - 27/08/2007).

3. Desta forma, requer o exeqüente que a executada **COMPANHIA EXCLEISOR DE SEGUROS** seja instada a pagar o crédito exeqüendo, **SOB PENA DE PENHORA**. Em tempo, informa o exeqüente que para efeito de penhora on-line o CNPJ da mesma é 33.054.826/0001-92.
4. Importa a execução o valor de **R\$ 24.607,28 (VINTE E QUATRO MIL SEISCENTOS E SETE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS)**, conforme planilha abaixo:

Principal 1 Valor fixado pela sentença	Principal 2 Atualizado até a data da citação válida	Principal 3 (Atualizado + juros de 1% contados da citação válida + multa do artigo 475-J + HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DE 20%).	Total da execução
R\$ 12.825,00	R\$ 13.426,99	R\$ 24.607,28	R\$ 24.607,28

Nestes termos, requer deferimento.
Aracaju, 24 de fevereiro de 2010.
Valério César de Azevedo Deda.
Adv. OAB/SE 4316.

4



Cálculo de Atualização Monetária para simples verificação
Correção a partir de Março/1965
INPC atualizado até Janeiro/2010

CORREÇÃO MONETÁRIA (dd/mm/aaaa)

Data Inicial....: 16/05/2007

Data Término.: 09/02/2008

PRINCIPAL (moeda da época - nnnnnn,nn)

Valor.....: 12825,00

ACESSÓRIOS (percentual - nn,nnnn)

Juros (am).....: %

Multa.....: %

Advogado.....: %

RESULTADO DO CALCULO (em Real)

Total R\$ 13.426,99

Índices: INPC

PRINCIPAL (atualizado em Real)

Valor R\$ 13.426,99

ACESSÓRIOS (atualizado em Real)



Valério César de Azevedo Dêda
Advogado
OAB 4316-SF

1017

 **Cálculo de Atualização Monetária para simples verificação**
Correção a partir de Março/1965
INPC atualizado até Janeiro/2010

CORREÇÃO MONETÁRIA (dd/mm/aaaa)

Data Inicial....: 09/02/2008

Data Término..: 24/02/2010

PRINCIPAL (moeda da época - nnnnnn,nn)

Valor.....: 13426,99

ACESSÓRIOS (percentual - nn,nnnn)

Juros (am).....: 1 %

Multa.....: 10 %

Advogado.....: 20 %

RESULTADO DO CALCULO (em Real)

Total R\$ 24.607,28

Índices: INPC

PRINCIPAL (atualizado em Real)

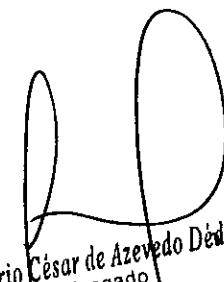
Valor R\$ 14.913,50

ACESSÓRIOS (atualizado em Real)

Valor dos Juros R\$ 3.728,38

Valor da Multa R\$ 1.864,19

Valor Honorarios R\$ 4.101,21


Valério César de Azevedo Dêda
Advogado
OAB 4316-SE



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distrito de Moita Bonita

69
[Assinatura]

Processo nº 200882100407
Natureza: Juizado Especial – Cível
Requerente: Carlos Antônio da Cunha
Requerida: Companhia Excelsior de Seguros

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

Relatório dispensado, na forma do art. 38, *caput*, da Lei nº. 9.099/95.

II – FUNDAMENTAÇÃO

a) Da preliminar de substituição do pólo passivo

Não merece prosperar a preliminar de substituição do pólo passivo da Companhia Excelsior de Seguros para a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. O caso em tela trata de litisconsórcio facultativo, de modo que a parte autora demanda contra quem ela optar, sendo tal prerrogativa amplamente plausível. Incide, *in casu*, a súmula 14 das Turmas Recursais:

CONSÓRCIO OBRIGATÓRIO. - O consórcio obrigatório do seguro DPVAT institui solidariedade entre as seguradoras participantes, de modo que, independentemente de qual delas tenha liquidado administrativamente o sinistro, qualquer uma poderá ser demandada pela respectiva complementação de indenização, incorrendo ilegitimidade passiva por esse motivo.

b) Da preliminar de incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para apreciar matéria que careça de produção de prova pericial técnica

Igualmente deve ser rechaçada. Ao disponibilizar parte da indenização referente à invalidez pelo sinistro ocorrido, conforme atesta documento de fl. 12, ficou explícito o reconhecimento do direito do reclamante ao referido valor. Portanto, não se vislumbra a necessidade de produção de prova pericial para averiguação da existência ou não da invalidez.

Nesse sentido:

Apelação Cível - Ação de Cobrança de Complementação de Seguro Obrigatório - Desnecessidade de realização de perícia médica para

[Assinatura]
1

verificar o grau de invalidez do apelado - Comprovação da existência da invalidez permanente - Pagamento administrativo parcial do Dpvat - Norma legal se sobrepõe à resolução e circulares expedidas pelo CNSP - Sentença mantida - Recurso conhecido e improvido - Decisão unânime. 1. O sinistro que deu causa ao pagamento do seguro obrigatório ocorreu sob a égide da Lei nº 6.194/1974, devendo essa legislação ser aplicada ao caso em tela, a qual prevê o pagamento de quarenta salários mínimos para os casos de morte e invalidez permanente; 2. Desnecessária a verificação do grau de invalidez do recorrido para o pagamento desse patamar indenizatório caso tenha sido demonstrada a existência da invalidez do requerente; 3. A invalidez restou devidamente demonstrada na hipótese dos autos, haja vista que a própria apelante confirma sua existência em suas razões de apelação, bem como pelo fato de ter havido o pagamento administrativo do montante que a seguradora entendia adequado; 4. Muito embora o aludido órgão seja responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, suas resoluções e circulares não tem a força de mitigar valores fixados por lei. É cediço que, nos casos de morte e invalidez permanente, o valor da indenização do seguro obrigatório rege-se pela Lei 6.194/74 alterada pela Lei 11.482/2007. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 5350/2008, 2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Relator: DESA. MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA, Julgado em 21/10/2008).

c) Da preliminar sobre a ausência de prova da alegada invalidez permanente

Pelas razões supraaduzidas, resta prejudicada a preliminar. Afinal, a invalidez já foi reconhecida.

d) Da preliminar sobre o documento ser ou não imprescindível ao exame da questão

Ainda em raciocínio repetidamente abordado, entende-se, no caso em tela, que a invalidez já restou mais que comprovada pela documentação acostada aos autos (fls. 09/12), inclusive consta uma carta emitida pela ré disponibilizando parte do valor referente à indenização. Nesse diapasão, dispensa-se a necessidade de laudo do IML para comprovar a invalidez e sua graduação. Razão pela qual a rejeito.

e) Da preliminar de inépcia da inicial, ante a ausência de BO

Aduz o demandado que o autor deveria ter juntado o registro de ocorrência no órgão policial competente, sob pena de inépcia. No entanto, o art. 5º, § 1º da Lei nº 6.194/74, trata de casos onde a ocorrência resulta em morte, portanto incompatível com a situação em presente análise, afinal não houve óbito do requerente. Assim, a preliminar não deve prosperar.

f) Do mérito

Pois bem. Quanto ao mérito, a discussão cinge-se ao *quantum* do seguro obrigatório – DPVAT.

Como é consabido, o DPVAT impõe o pagamento de prêmio aos proprietários de veículos automotores de via terrestre, garantindo, assim, as

70
vítimas de acidentes, recebimento de indenização, quando da ocorrência de morte ou invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas e hospitalares, ainda que os responsáveis pelos danos causados não arquem com a reparação devida.

A ocorrência do acidente que vitimou o requerente, em 11/01/2007, encontra-se estampada na contestação acostada pela requerida. Ademais, sequer constituiu fato controverso entre as partes.

O art. 5º da Lei nº 6.194/1974 prevê que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente. Requisitos esses atendidos no caso concreto.

Os valores da indenização estão previstos no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

Art. 3º: Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Isto porque resta aplicável a nova redação do artigo 3º da referida Lei nº 6.194/74, determinada pela Medida Provisória 340/06, a qual foi convertida na Lei nº 11.482/07, visto que o sinistro ocorreu em 2007, ou seja, em data posterior à vigência da alteração legislativa.

E mais. O princípio da hierarquia das normas legais ordena que deva prevalecer a Lei à Resolução, considerada, *in casu*, infra-legal. Assim, não se sustenta a limitação da indenização com base em resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), já que essa não pode dispor em sentido contrário à lei formal.

Impositivo, portanto, o deferimento ao autor do valor da diferença de indenização paga a menor, ou seja, R\$ 12.825,00 (doze mil, oitocentos e vinte e cinco reais), e não o valor almejado na exordial, conforme a súmula 14, já citada:

APURAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. - Na hipótese de pagamento administrativo parcial, a complementação deverá ser apurada com base no salário mínimo da data de tal pagamento. Nas demais hipóteses, a indenização deverá ser apurada com base no valor do salário mínimo da data do ajuizamento da ação. Outrossim, para os sinistros ocorridos a partir de 29/12/2006, a apuração da indenização, havendo ou não pagamento administrativo parcial, deverá tomar por base o valor em moeda corrente vigente na data da ocorrência do sinistro.

No que tange a correção monetária, entende este Juiz que deve começar a fluir a partir da data do adimplemento parcial (maio/2007, fl. 12). E no que concerne aos juros, prevalece a regra geral prevista no art. 405 do CC, devendo incidir a partir da citação.

Outro não é o norte apontado por remansos julgados.

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE. IMPORTÂNCIA DEVIDA DE R\$ 13.500,00 INDEPENDENTEMENTE DO GRAU DE INVALIDEZ. REVELIA. DIREITO AO RECEBIMENTO DA DIFERENÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS LEGAIS INCIDEM, RESPECTIVAMENTE, DA DATA DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO E DA CITAÇÃO. SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS.

1. Não se pode graduar a invalidez permanente, sendo inviável a limitação da indenização com base em Resolução editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). 2. Assegurado assim o direito ao recebimento da diferença entre o valor recebido e o equivalente a R\$ 13.500,00. 3. Conforme a nova redação da Súmula 14 das Turmas Recursais a correção monetária e os juros devem incidir, respectivamente, a contar da data do pagamento administrativo e da data da citação. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. Recurso improvido. (TJ/RS, Primeira Turma Recursal Cível, Recurso Inominado Nº 71001949163, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 22/01/2009).

1. A falta do bilhete do seguro obrigatório ou da comprovação do pagamento do prêmio não exige a seguradora de honrar a indenização, ainda que o acidente anteceda a vigência da Lei nº 8.441/92. 2. A vinculação do valor da indenização a número de salários mínimos não ofende preceito algum, e ato normativo do Conselho Nacional de Seguros Privados não se sobrepõe à Lei. 3. Certo o acidente que vitimou o autor, mantém-se o decreto de parcial procedência da demanda, mas com a condenação da seguradora ao pagamento de dezesseis salários mínimos da época da efetiva liquidação, com correção monetária desde o anterior e imediato reajuste do padrão adotado, juros desde a citação e com elevação do arbitramento da honorária de sucumbência. ((TJ/SP, 28ª Câmara de Direito Privado, Apelação Nº 1233138005, Relator: Celso Pimentel, Julgado em 07/04/2009).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PAGAMENTO PARCIAL, PORTANTO, ADMITIDA A INVALIDEZ PERMANENTE. INCLUSÃO DA SEGURADORA LÍDER NO PÓLO PASSIVO. COMPETÊNCIA DO CNSP. VALOR INDENIZÁVEL. INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. I. A Lei 9.099/95 não prevê a intervenção de terceiros, não sendo possível a representação da Seguradora Líder S/A em face da marítima Seguros S/A. II. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, e a M.P nº 340, posteriormente transformada na lei 11.482/07, são os únicos textos legais que conferem competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. III. O valor de cobertura do seguro obrigatório ao evento invalidez por acidente de trânsito é o máximo estabelecido pela legislação em vigor. O pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e dos danos decorrentes. IV. Consoante Súmula 14 das Turmas Recursais, revisada em 24/04/2008, o termo inicial para a incidência de juros é a partir da citação e a correção monetária é a data do adimplemento parcial. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. (TJ/RS, Segunda Turma Recursal Cível, Recurso Cível Nº 71001871987, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 12/11/2008).

Ainda nesse sentido, expõe a Primeira Turma Recursal Cível da

Comarca de Porto Alegre, em julgamento de Recurso Inominado nº 71001949312:

No mais, deve ser aplicada a Súmula 14 das Turmas Recursais já com a nova redação, que passo a transcrever:

SÚMULA Nº 14 - DPVAT

CORREÇÃO MONETÁRIA. – A correção monetária, a ser calculada pela variação do IGP-M, incide a partir do momento da apuração do valor da indenização, como forma de recomposição adequada do valor da moeda.

JUROS – Os juros moratórios incidirão sempre a partir da citação, mesmo tendo havido pagamento parcial ou pedido administrativo desatendido.

Eis o fundamento pelo qual entendo ser procedente em parte do pleito autoral.

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, rejeito as preliminares suscitadas e no mérito julgo **PROCEDENTE em parte** a pretensão autoral para condenar a requerida ao pagamento da importância referente a complementação do seguro DPVAT no valor de **R\$ 12.825,00 (doze mil, oitocentos e vinte cinco reais)**, valor este a ser atualizado monetariamente a partir do adimplemento parcial e juros de 1% ao mês, a partir da citação.

Defiro a gratuidade requerida no bojo da inicial.

Sem custas e honorários, a teor do art. 55, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Moita Bonita/SE, 19 de Agosto de 2009

Roberto Alcântara de Oliveira Araújo
Juiz de Direito Substituto

RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos do J. M. M.
Juiz

Moita Bonita/SE, 26 de Agosto de 2009

Técnico Judiciário

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao(a) MM. Juiz(a) da Dir.ª de Comarca de Ribeirópolis.

Moita Bonita, _____

de 20 _____

01/03/00
[Signature]
Escrivão / Chefe de Secretaria

JUNTADA

Faço juntar a estes autos

Orcamento
Indomnato que segue

Em *09* / *29* / *09*.

[Signature]
Escrivão (ho)

1098

DESPACHO

Processo nº. 200882100407
Ação cível

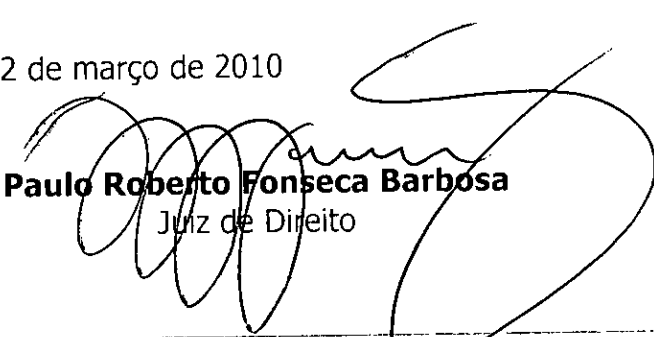
R. Hoje.

I – Cadastre-se o cumprimento de sentença;

II - Intime-se a parte ré para pagar a dívida no valor de R\$24.607,28(vinte e quatro mil siscentos e sete reais e vinte e oito cfentavos) ao exequente, CARLOS ANTÔNIO DACUNHA, CPF n. 045.593.645-59, em 15(quinze) dias sob pena de multa equivalente a 10% sob o valor do débito, bem como de serem penhorados tantos bens quantos bastem para satisfação do direito do credor.

III – CUMPRA-SE.

Moita Bonita/SE, 02 de março de 2010

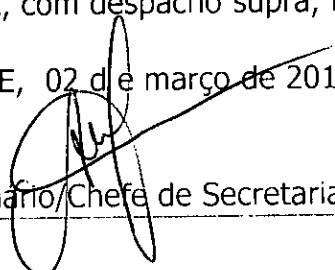


Paulo Roberto Fonseca Barbosa
Juiz de Direito

TERMO DE RECEBIMENTO

Recebi o presente processo do MM. Juiz de direito desta Comarca de Ribeirópolis/SE, com despacho supra, nesta data.

Moita Bonita/SE, 02 de março de 2010



Técnico Judiciário/Chefe de Secretaria



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juízo de Direito Moita Bonita
Av: João Evangelista da Costa, S/N
Bairro - Centro Cidade - Moita Bonita
Carta nº 201082100581

PROCESSO : 200882100407
NATUREZA : Cumprimento da Sentença
EXEQUENTE... : CARLOS ANTONIO DA CUNHA
EXECUTADO... : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CARTA DE INTIMAÇÃO

Moita Bonita, 08 de março de 2010

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)**, para cumprir a finalidade abaixo identificada constante no/a despacho/decisão/cota promotorial exarada nos autos.

Prazo: 15 DIAS

Finalidade: R. Hoje. I – Cadastre-se o cumprimento de sentença; II - Intime-se a parte ré para pagar a dívida no valor de R\$24.607,28(vinte e quatro mil seiscentos e sete reais e vinte e oito centavos) ao requerente **CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA**, CPF n. 045.593.645-59, 15(quinze) dias sob pena de multa equivalente a 10 sob o valor do débito, bem como de serem penhorados tantos bens quantos bastem para satisfação do direito do credor. III – CUMPRA-SE. Paulo Roberto Fonseca Barbosa Juiz(a) de Direito

Atenciosamente,

AILTON SOUZA DE JESUS
Escrivão(ã)/ Chefe de Secretaria, de ordem

Ilmº (a) Sr(a)

MD009:

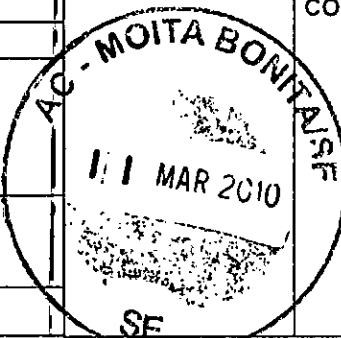
Nome : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
Residência : AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, 91 SALA 913 - 9º ANDAR
Bairro : CENTRO C.E.P: 20031005
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ

x img1.gif

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SERGIPE
Juízo de Direito Moita Bonita
Av. João Evangelista da Costa, S/N
Bairro: Centro Cep: 49560-000
Cidade: Moita Bonita



Carta: 201082100581

	AVISO DE RECEBIMENTO - AR		UNIDADE DE POSTAGEM	CONTRATO ÚNICO
REMETENTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE Moita Bonita(Núcleo de Postagem) AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/Nº Bairro - CENTRO Cep - 49560-000 Cidade - MOITA BONITA				Tribunal de Justiça/SE
CONTEÚDO: Intimação Parte do processo Cumprimento de Despacho/ato ordinatório cota promotorial - MD00924 - referente ao processo d: nro. 200882100407				X
DESTINATÁRIO  NOME: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS ENDEREÇO: AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, 91 SALA 913 - 9º ANDAR BAIRRO: CENTRO CIDADE: RIO DE JANEIRO UF: RJ CEP: 20031005				ECT/DR/SE 9912197771
NÚMERO OBJETO  RL6097538748R			USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS TENTATIVAS DE ENTREGA 1/1 h 1/1 h CARIMBO DA UNIDADE DE DESPACHO 2010 PRIMEIRO DE JANEIRO DE 2010	
ASS. DO DESTINATÁRIO	RG	DATA ENTREGA	ASS. DO DESTINATÁRIO	

JUNTADA

Faz-se juntar a estes autos: 0 An

Supra.

Em, 05/04/2010.

Exatidão (ao)



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
FÓRUM DISTRITAL DE MOITA BONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N - CENTRO - CEP. 49560-000
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Ofício n. 118/2010

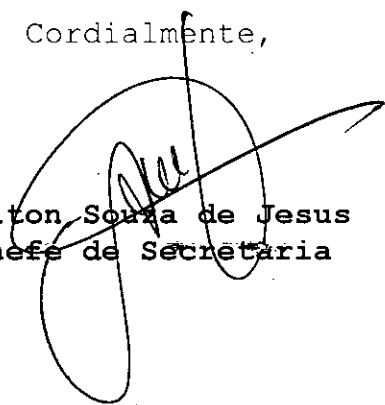
Moita Bonita/SE, 22 de março de 2010

ASSUNTO/REF./ABERTURA DE CONTA JUDICIAL VINCULADA AO PROCESSO
200882100407

Senhor Gerente,

Pelo presente, expedido nos autos da Ação Cível (AÇÃO CÍVEL - COBRANÇA), nº. 2008852100407, movida por CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA - CPF n. 045.593.645-59 contra COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, solicito que Vossa Senhoria providencie a abertura de uma conta judicial, vinculada ao processo supramencionado, devendo para tanto, ser enviado a este Juízo o comprovante de depósito.

Cordialmente,


Ailton Souza de Jesus
Chefe de Secretaria

AO ILMO. SR.
GERENTE DO BANCO DO BRASIL (DA CIDADE DE MOITA BONITA/SE
PÇA. SANTA TEREZINHA, S/N - CENTRO
MOITA BONITA/SE
CEP. 49560-000

8 Bernadete Felix Ribeiro

JUNTADA
Junto a estos autos Deposito
que sigue
Moita Bonita, 203/0 de 20
Técnico Judicial

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa	Joselaine Maura	Pedro Andrade	Paula Pinheiro
Henrique A. F. Motta	Figueiredo	Flávia Nonato	Osmar Aquino
Fabio João Soito	Marcelo Côco	Rafael Bandeira	Cecília Ribeiro Chequer
Pedro H. B. Sousa	Juliana Sampaio	Simone Nakasato	
João Paulo Martins	Cristiane Oliveira	Lanessa Nascimento	
Kendra Barreto	Suchilla Tenorio	Carlos Oliveira	
	Fernando Barbosa		

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE MOITA BONITA / SE

Processo n.º 200882100407

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS S.A., por meio de seus advogados que esta subscrevem, vem *mui* respeitosamente a presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **CARLOS ANTONIO DA CUNHA**, vem requer a juntada da inclusa guia, devidamente protocolizada, com fito de que seja comprovado o pagamento da condenação.

Por oportuno, pugna que após expedido alvará ao Exeqüente, seja prolatada sentença de extinção na forma do art. 794, I, do Código de Processo Civil.

Termos em que,
Pede deferimento.

Ribeiropolis, 19 de março de 2010.

João Barbosa
OAB/PE 4.246

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089


Kelly Chrystian Silva Santana
OAB/SE 2.592

7

113f

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
BELA. KELLY CHRYSTIAN – OAB/SE 2.592

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o(a) Sra. BERNADETE FÉLIX RIBEIRO, RG nº 3.414.530-3
SSP/SE retirar a guia de depósito do processo nº 200882100407, onde são partes
CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA X COMPANHIA EXCELSIOR DE
SEGUROS, que tramita nessa Vara Cível

Aracaju, 19 de março de 2010


KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA
OAB/SE 2.592

ATTESTAÇÃO

Attesto o(a) Sr. FERNANDELLI FILLY RIBEIRO RG nº 3.414.230-3
que possui a Guia de depósito do processo nº 200882100407, onde são partes
CARLOS ANTONIO DA CUNHA X COMPANHIA EXCELSIOR DE
SEGuros, que também possui Voto Cível

Atestado em 19 de março de 2011

KELLY CRISTIAN SILVA SANTANA
OAB nº 2.312

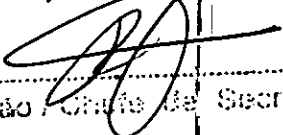
CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao(à) MM. Juiz(a) de Direito da Comarca
de Ribeirãopolis.

Muito Boa.

23/03/20

de 20


Escrivão / Chefe de Secretaria

Processo n. 200882100407

Ação Cível

DESPACHO

R. Hoje.

Intime-se o (a) requerente, via causídico, para que no prazo de 10(dez) dias, manifeste-se sob os documentos de fls. 112/114(depósito judicial), requerendo o que for pertinente, sob pena de arquivamento.

Moita Bonita/SE, 23/03/2010


PAULO ROBERTO FONSECA BARBOSA

Juiz de Direito

TERMO DE RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos da MM. Juiz de Direito desta Comarca de Ribeirópolis/SE, nesta data.

Moita Bonita/SE, 23 de 03 de 2010.


Chefe de Secretaria

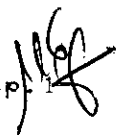
JUNTADA

Face juntar a estos autos O requerimiento

Qui. Segur.

Em. 26 / 03 / 2016.

Escr. (va) (ao)



AZEVEDO FIEL
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE.

Processo: 200882100407

CARLOS ANTONIO DA CUNHA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por meio deste expediente e através de seu advogado requerer a expedição de Alvará para levantamento da quantia incontroversa depositada pela ré, em nome do advogado VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DÉDA OAB/SE 4318.

A fim continuar requer o exequente o prosseguimento da ação, promovendo os atos expropriatórios com fim de saldar os valores vindicados na petição de cumprimento de sentença que compõe a causa, juros, honorários de sucumbência e multa de 475-J, esta última em função do não pagamento espontâneo pela ré, após o trânsito em julgado da ação, conforme entendimento abaixo:

LEI 11.232/2005. ARTIGO 475-J, CPC. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. MULTA. TERMO INICIAL. INTIMAÇÃO DA PARTE VENCIDA. DESNECESSIDADE.

1. A intimação da sentença que condena ao pagamento de quantia certa consuma-se mediante publicação, pelos meios ordinários, a fim de que tenha início o prazo recursal. Desnecessária a intimação pessoal do devedor.

2. Transitada em julgado a sentença condenatória, não é necessário que aparte vencida, pessoalmente ou por seu advogado, seja intimada para cumpri-la.

3. Cabe ao vencido cumprir espontaneamente a obrigação, em quinze dias, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de 10%. REsp 954859 (2007/0119225-2 - 27/08/2007).

AZEVEDO FILI
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Neste passo, após o levantamento do alvará requer o prosseguimento da execução em relação ao valor remanescente, acrescentado de correção e juros, de acordo com planilha abaixo:

Valor da execução em 24/02/2010:

R\$ 24.607,28

Valor pago pela ré:

R\$ 19.653,91

Valor Residual atualizado com juros de 1% desde a data do pagamento de fl. 117:

R\$ 4.953,37

Eis os termos em que, respeitosamente pede deferimento.

Aracaju, 26 de março de 2010.

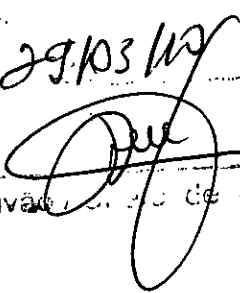
Valério César de Azevedo Déda.

OAB/SE 4316

CONCLUSÃO

Nesta data, faço os autos conclusos
ao(a) M. J. de Direito da Comarca
de Ribeirãopolis.

Moita Bonita 29/03/12 de 20__


Escrivão(a) de Secretaria

1182

DESPACHO

R. Hoje.

Processo n. 200982100249

R.H.

Ante o pagamento como se observa às fls.112/114 e o requerimento constante às fls. 116/117, expeça-se Alvará Liberatório da quantia de R\$19.653,91 (dezenove mil seiscentos e cinquenta e três reais e noventa e um centavos) ao requerente CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA CPF n. 045.593.645-59. Após, intime-se a requerente para dizer de seu interesse no feito, sob pena de extinção.

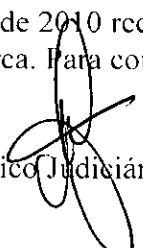
Intimem-se.

Moita Bonita/SE, 30/03/2010


PAULO ROBERTO FONSECA BARBOSA
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Aos 30 de 03 de 2010 recebi os presentes autos da MM.
Juiz de Direito desta Comarca. Para constar faço termo.

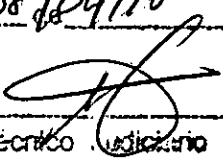

Técnico Judiciário

JUNTADA

Junto a estos autos os documentos

que seguen

Monta Bona, 08/09/10 de 20


Técnico Judicial



H.I

142.751

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SERGIPE

Cartório do Ofício Único

Avenida Eliziário Menezes nº 73, Centro, Moita Bonita-SE.
Fone: (79) 3453.1300

Bel. Emerson Gadelha de Freitas

Oficial de Registro

Rosemeire de Oliveira Santos

Exercente Autorizada



Certidão de Nascimento

Certifico que às folhas 175, do livro *A -12*, sob nº de ordem 8.253, foi lavrado o assento de nascimento de **KEYLLA SOARES DA CUNHA**, do sexo feminino, nascida no dia seis (06) de Janeiro de dois mil e nove (2009), às 21 horas e 15 minutos (21:15 hrs.), no Hospital e Maternidade São José, em Itabaiana/SE.

Filha de: **Carlos Antonio da Cunha**

E Dona **Tânia Cristina Soares dos Santos**

Sendo avós Paternos: **Antônio Barreto da Cunha**

E Dona **Maria Jose da Cunha**

Sendo avós Maternos: **José Clarindo dos Santos**

e Dona **Maria Eunice Soares dos Santos**

O assento foi lavrado em, 15 de Janeiro de 2009, tendo sido declarante o **Genitor, Carlos Antonio da Cunha**. Serviram de testemunhas **Danila de Oliveira Santos** e **Maria Fernanda Almeida da Silva**, maiores, capazes, residentes nesta cidade.

OBSERVAÇÃO: Não Há.

O referido é verdade e dou fé

Moita Bonita (SE), 15 de Janeiro de 2009.

Rosemeire de Oliveira Santos
Rosemeire de Oliveira Santos
Escrevente Autorizada
CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO
DE MOITA BONITA - SE

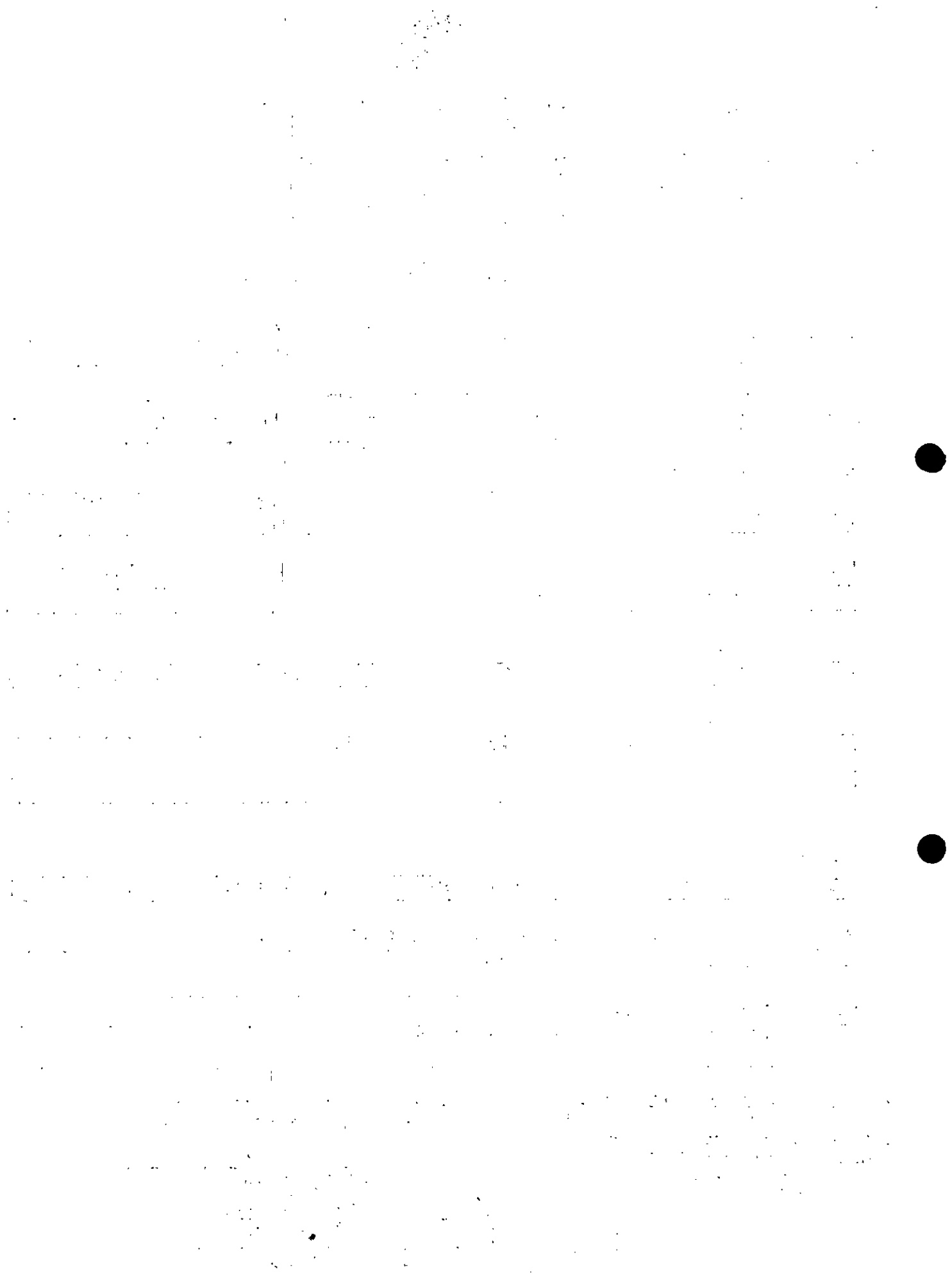
*INFORME DO PAGAMENTO DE

IMPOSTOS E SELOS DE

AUTENTICIDADE NOS TERMOS

p. 238 DO ART. 15 DA PORTARIA

N.º 003/GP, de 04 de fevereiro de 2009





REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
ESTADO DE SERGIPE



CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA

MATRÍCULA:
110700015520094000030470001448- 29

SEXO

masculino

COR

Branca

ESTADO CIVIL E IDADE

solteiro, com 20 anos de idade

NATURALIDADE

ITABAIANA - SE

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

ELEITOR

era eleitor

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

ANTÔNIO BARRETO DA CUNHA e MARIA JOSÉ DA CUNHA RUA LEANDRO MACIEL, Nº115 MOITA BONITA - SE

DATA E HORA DE FALECIMENTO

vinte e nove de março de dois mil e nove às 02:00 horas

DIA MÊS ANO

29/03/2009

LOCAL DE FALECIMENTO

RODOVIA ESTADUAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES-SE em NOSSA SENHORA DAS DORES - SE

CAUSA DA MORTE

TRAUMATISMO CRÂNIO-ENCEFÁLICO POR ACIDENTE MOTOCICLISTICO

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE CONHECIDO)

CEMITÉRIO DE SÃO FRANCISCO, MOITA BONITA-SE

DECLARANTE

MARIA JOSÉ DA CUNHA

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

DR. JOSÉ APARECIDO CARDOSO- CRM Nº1166-SE

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

2ªVIA. GUIA TJSE Nº171100000156, no valor de R\$30,07/Selo aut. DA001376397.
deixou filhos

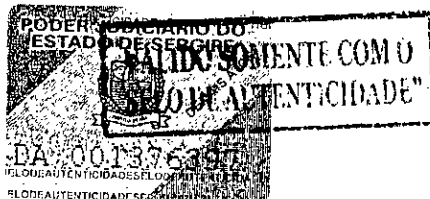
CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE MOITA BONITA

Oficial: Bel. Emerson Gadelha de Freitas
Av. Eliziário Menezes, nº 73 Centro
Moita Bonita - SE
(79)3453-1300

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Moita Bonita - SE, 24 de fevereiro de 2010

Assinatura do Oficial

Bel. Emerson G. de Freitas
Notário / Registrador
CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO
DE MOITA BONITA - SE



JUNTAIAA

Junto a estos autos requerimiento que...

Según

Mora Borita, 08 de 04 de 10

Técnico Ordóñez

AZEVEDO FIEL
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS, DISTRITO JUDICIÁRIO
DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE.

Processo: 200882100407

VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DÉDA, advogado já identificado no processo
em epígrafe, vem, por meio deste expediente, requerer o que segue:

Considerando a certidão de fl., requer o advogado a expedição de alvará
para liberação dos valores devidos a título de honorários advocatícios contratuais e sucumbenciais,
estes últimos determinados pela decisão proferida no acórdão 1913/2009.

Para tanto, junta-se planilha do resultado financeiro do processo, bem
como o contrato de honorários firmado com a parte.

Eis os termos em que pede deferimento.

Aracaju, 08 de Abril de 2010.

Valério César de Azevedo Déda.

OAB/SE 4316.

Rua Pacatuba, 254, Centro – Edf. Paulo Figueiredo – Sala 03
Telefone/Fax: (79) 3211-6418

124

**Sobral
Almeida**

A.B.V.O.G.A.D.O.S. A.S.S.O.C.I.A.D.O.S.

Alexandre Sobral Almeida – OAB 2795
Munique Nicolle Ribeiro – OAB 4684
Valério César de Azevedo Deda – OAB 4316

aplicam-se, no que couber, as normas legais, regulamentares e éticas, relativas a regulamentação do exercício da Advocacia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO:

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Aracaju - SE, para eventual solução de quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato.

E para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, como prova de assim haverem contratado, firmam o presente instrumento particular de contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas infra assinadas e qualificadas, a tudo presentes.

Aracaju, _____ de _____ de 200____.

CONSTITUÍDOSValério César de Azevedo Deda
OAB/SE 4.316.Alexandre Sobral Almeida
OAB/SE 2.795**CONSTITUINTE***Carlos Antônio da Cunha*

Nome: _____

CPF/MF sob nº _____

RG _____

TESTEMUNHAS

Nome:
RG:
Ass:

Nome:
RG:
Ass:



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
FÓRUM DISTRITAL DE MOITA BONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N - CENTRO
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Proc. 200882100407

Fl. _____

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o requerente CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA, ENCONTRA-SE FALECIDO, como se vê na certidão de óbito retro, juntado aos autos pelos familiares do falecido. Informo, ainda, que segundo informações dos familiares, o falecido deixou filhos.

INFORMO, ainda, que existe uma Alvará Liberatório, já deferido em favor do requerente, como se vê no despacho exarado às fls. 118, razão pela qual remeto os autos à conclusão,

Moita Bonita/SE, 07/04/2010

AILTON SOUZA DE JESUS
Chefe de Secretaria

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao MM. Juízo de Direito desta Comarca, nesta data.

Moita Bonita/SE, 07/04/2010

Ailton Souza de Jesus
Chefe de Secretaria

CERTIDÃO

Certifico que ante os documentos de JPs 119/120,
o requerimento de JPs 124/122 e
a certidão de Jp 123, reaneto
os autos à conclusão

Moita Bonita, 08/04/10 de 20__

[Assinatura]
Escrivão / Chefe de Secretaria

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao(s) MM. Juiz(es) de Direito da Comarca
de Ribeirãopolis.

Moita Bonita, 13 de 04 de 20__10

[Assinatura]
Escrivão / Chefe de Secretaria



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distrito Judiciário de Moita Bonita

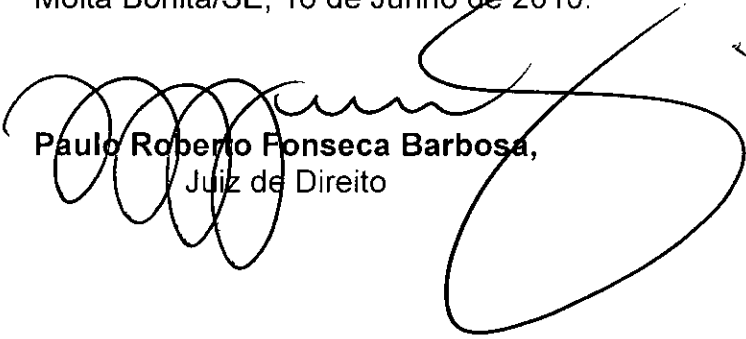
DESPACHO

R. hoje.

I. Chamo o feito a ordem, no sentido de desconsiderar a expedição do alvará de fls. 118, haja vista o falecimento do autor;

II. Intimem-se os herdeiros necessários do requerente, a fim de informarem sobre o ajuizamento do pertinente inventário.

Moita Bonita/SE, 16 de Junho de 2010.


Paulo Roberto Fonseca Barbosa,
Juiz de Direito

J U R T A D A

Face juntar a estos autos lo requerimiento que sigue.

Em. 13 / 07 / 2010.

[Signature]
Escriba (no)

Rem 23/07/2010



125



AZEVEDO FIEL
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS, DISTRITO JUDICIÁRIO
DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE.

Processo: 200882100407

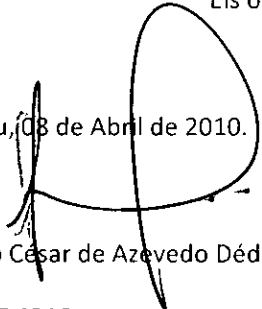
VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DÉDA, advogado já identificado no processo
em epígrafe, vem, por meio deste expediente, requerer o que segue:

Considerando a certidão de fl., requer o advogado a expedição de alvará
para liberação dos valores devidos a título de honorários advocatícios contratuais e sucumbenciais,
estes últimos determinados pela decisão proferida no acórdão 1913/2009.

Para tanto, junta-se planilha do resultado financeiro do processo, bem
como o contrato de honorários firmado com a parte.

Eis os termos em que pede deferimento.

Aracaju, 08 de Abril de 2010.



Valério César de Azevedo Déda.

OAB/SE 4316.

Rua Pacatuba, 254, Centro – Edf. Paulo Figueiredo – Sala 03
Telefone/Fax: (79) 3211-6418

CÁLCULO DO RESULTADO FINANCEIRO DO PROCESSO 201088700299

Valor do alvará	Valor da sucumbência (20%) calculada sobre o valor da condenação em sentença (R\$ 12.825,00) – AC. 1913/2009	Resultado financeiro da ação conquistado pela parte e base de cálculo para honorários contratuais. (A – B = C)	Valor dos honorários contratuais – 30%.	Importância Líquida recebida pela parte. (C-D=E)
R\$ 19.653,91 (A)	R\$ 2.565,00 (B)	R\$ 17.088,91 (C)	R\$ 5.126,00 (D)	R\$ 11.962,91 (E)


Valério Cesar de Azevedo Dada
Advogado
OAB 4316-SE

126


Sobral
Almeida

A.D.V.O.G.A.D.O.S.A.S.S.O.C.I.A.D.O.S

Alexandre Sobral Almeida – OAB 2795
Munique Nicolle Ribeiro – OAB 4684
Valério César de Azevedo Deda – OAB 4316

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços advocatícios, que entre si fazem, de um lado, o **ALEXANDRE SOBRAL ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito na OAB/SE 2795 e **VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DÉDA**, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito na OAB/SE 4316, com endereço profissional situado na Rua de Campos, nº 492, Bairro São José, Aracaju-Sergipe, CEP 49.015-220, fone/fax: (079) 3221-5364, doravante simplesmente denominados de **CONSTITUÍDOS** e de outro lado, a Senhor (a) Carlos Antônio da Cunha,

inscrito (a) no CPF/MF sob nº 04559364559 e RG 21352704 - SSP/SE residente e domiciliado (a) Rua Alexandre Maciel, s/n, Morada Bonita - SE CEP 49.160-000, doravante simplesmente denominado (a) de **CONSTITUINTE**, livremente convencionam e contratam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONSTITUÍDOS:

Os CONSTITUÍDOS obrigam-se, face o mandato judicial outorgado, a prestar seus serviços profissionais na defesa dos direitos do (a) **CONSTITUINTE** na **AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA** contra

_____, pessoa jurídica de direito privado, com sede

_____, CEP _____, desempenhando com zelo o mandato judicial ora assumido.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONSTITUINTE

I - Em remuneração dos serviços descritos na cláusula anterior, o CONSTITUINTE pagará, EM CASO DE ÊXITO TOTAL OU PARCIAL DA AÇÃO a importância de **30% (TRINTA POR CENTO)** dos valores conquistados na ação intentada contra o demandado.

§ 1º - - Havendo acordo na ação entre a CONSTITUINTE e a parte contrária, não ficará prejudicada a percepção dos honorários contratuais.

§2º O atraso no pagamento de honorários sujeitará a CONSTITUINTE à incidência de juros moratórios e juros compensatórios, considerados, ambos, individualmente, a razão de 1% (um por cento) ao mês.

§ 4º - O critério de correção monetária, incidente sobre os valores deste contrato, será o resultante do IGP-M/FGV.





Sobral
Almeida

A.D.V.O.G.A.D.O.S A.S.S.O.C.I.A.D.O.S

Alexandre Sobral Almeida – OAB 2795
Munique Nicolle Ribeiro – OAB 4684
Valério César de Azevedo Deda – OAB 4316

aplicam-se, no que couber, as normas legais, regulamentares e éticas, relativas a regulamentação do exercício da Advocacia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO:

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Aracaju - SE, para eventual solução de quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato.

E para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, como prova de assim haverem contratado, firmam o presente instrumento particular de contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas infra assinadas e qualificadas, a tudo presentes.

Aracaju, _____ de _____ de 200_____.

CONSTITUÍDOS

Valério César de Azevedo Deda
OAB/SE 4.316.

Alexandre Sobral Almeida
OAB/SE 2.795

CONSTITUINTE

Carlos Antônio da Cunha

Nome: _____

CPF/MF sob nº _____

RG _____

TESTEMUNHAS

Nome: _____

RG: _____

Ass: _____

Nome: _____

RG: _____

Ass: _____

Procurador
Barral
Aracaju
Tel: (79) 3123-1234

JUNTADA

Faço juntar a estes autos O requerimento

que segue

Em, 13 / 07 / 2010.

[Assinatura]
Escrivão (ao)

Rem 73/07/2016




AZEVEDO FIEL
ADVOGADOS ASSOCIADOS

129


EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO DISTRITO JUDICIÁRIO
DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE.

Processo nº : 200882100407

KEYLLA SOARES DA CUNHA, brasileira, menor impúbere, RG nº 7071377-4 SSP/SE, CPF nº 057.561.455-24, neste ato representada por sua genitora **TÂNIA CRISTINA SOARES DOS SANTOS**, brasileira, maior, dona de casa, RG 331425644, CPF nº 092.298.884-60, ambas residentes na Rua Leandro Maciel, nº 334, Centro, Moita Bonita, Estado de Sergipe, CEP 49560-000, na qualidade de única e legítima herdeira, vem, por meio deste expediente requerer **HABILITAÇÃO** nos autos do processo em epígrafe, nos termos a seguir.

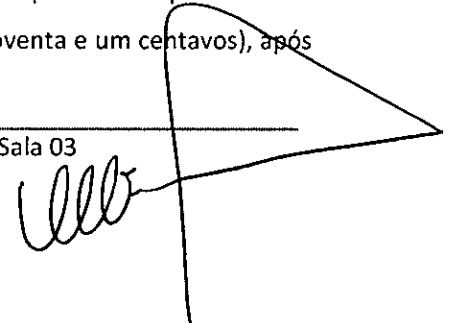
1 – Conforme demonstra a certidão de óbito de fl. 123, houve falecimento do autor **CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA**;

2 – De acordo com a documentação acostada com esta peça, a menor **KEYLLA SOARES DA CUNHA** é a única e legítima herdeira do extinto acima nominado.

3 – Analisando o processo, percebe-se que muito embora exista valor incontroverso nos autos, há ainda valor residual a ser executado, de modo que a presente habilitação também tem por fim o pedido de continuidade do processo de cumprimento de sentença.

3 – Por outro lado, tendo em vista a existência de crédito incontroverso no processo o qual remonta o valor de R\$ 11.962,91 (onze mil novecentos e sessenta e dois reais e noventa e um centavos), após

Rua Pacatuba, 254, Centro – Edf. Paulo Figueiredo – Sala 03
Telefone/Fax: (79) 3211-6418



a dedução dos honorários sucumbenciais depositado pela ré e contratuais acertados entre o causídico e o falecido, requer a liberação de tal valor em favor da menor e única herdeira.

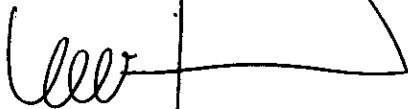
4 – Informa a genitora que a liberação de tal valor é de extrema necessidade para construção de uma casa no terreno já comprado com este fim, imóvel este que será passado em nome da menor e que servirá de residência para a mesma e sua genitora.

5 – em razão de tais informações requer:

- I. A habilitação da menor KEYLLA SOARES DA CUNHA, representada por sua genitora, conforme qualificação supra, requerendo a sua imediata inclusão no pólo ativo da ação;
- II. O prosseguimento do cumprimento de sentença em relação aos valores residuais;
- III. A liberação dos valores contidos no processo, por meio de dois alvarás, sendo um no valor do R\$ 11.962,91 (onze mil novecentos e sessenta e dois reais e noventa e um centavos) **em nome da menor, resgatável por sua genitora;** e outro em nome dos **advogados cadastrados no cumprimento de sentença** no valor de R\$ 7.691,00 (sete mil seiscentos e noventa e um reais);
- IV. O cadastramento dos advogados contidos no instrumento em anexo a este pedido de habilitação.

Eis os termos em que pede deferimento.

Aracaju, 05 de julho de 2010.



Carlos Gustavo Santos Fiel

OAB/SE 4320

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

TANIA CRISTINA SOARES Rm 3-314.256-44 AL CPF 092.
248.884-60, residente na Rua Lázaro Aguiar, 334, Centro,
Muita Boa, CEP 49.560-000.

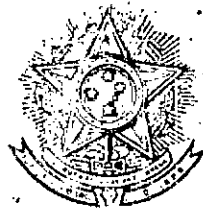
Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante sub-firmado nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados o Bel. **CARLOS GUSTAVO SANTOS FIEL**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na **OAB/SE sob o nº 4320**, **CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA FIEL JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na **OAB/SE sob o nº 4322**, **Dr. CLYTTON IAGGO ANDRADE DE ARAÚJO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na **OAB/SE sob o nº 4673**, **Dr. VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DÉDA**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na **OAB/SE 4316** e **Dra. TATIANE DOS SANTOS SILVA**, brasileira, solteira, advogada inscrita na **OAB/SE 3962** todos com escritório profissional instalado no endereço constante no roda-pé, para com os poderes "ad judícia" et "extra", mais com os da parte final do art. 38 do CPC para o foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, propor qualquer ação ou promover sua defesa em qualquer processo, podendo ainda variar de ações e de recursos, receber citação/intimação, dar queixa-crime, receber valores oriundos da presente demanda, dar quitação, passar recibo, endossar cheques, concordar, transigir, firmar compromisso, assinar qualquer termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, e praticar todos os atos necessários para o fiel cumprimento do presente mandato e com o fim especial de atuar promover

Aracaju/SE, _____, _____, _____.

X Tânia Cristina Soares dos Santos

137

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE Sergipe
MUNICÍPIO DE Nossa Senhora
COMARCA DE São Cristóvão
DISTRITO DE Nossa Senhora

Escritura de Compra e Venda

Outorgantes Vendedores José Augusto de Góes e sua esposa

Outorgados Comprador Alisson de Santana

Data

Valor

REGISTRO GERAL - LIVRO Nº. 2 - AB

COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS

ANO 2006

MATRÍCULA Nº. 9.416- IMÓVEL. - Um terreno urbano destinado a construção, medindo 6,00(seis) metros de largura na frente com igual dimensão nos fundos, por 25,00(vinte e cinco) metros de comprimento de ambos os lados, perfazendo uma área de 150,00(cento e cinquenta metros quadrados), situado na Rua Leandro Maciel, s/nº, na cidade de Moita Bonita, nesta Comarca, que está desmembrado de uma porção maior, e recebeu as seguintes delimitações: pelo lado do NORTE, com alinhamento da re- ferida Rua Leandro Maciel; pelo lado do SUL, NASCENNE E POENTE, com terrenos dos mesmos vendedores; DESMEMBRAMENTO.....

REGISTRO ANTERIOR: R-01-mat.5.374; Fls. 174, liv. 2-Q, em 30 de outubro de 1989.

PROPRIETÁRIO: JOSÉ ANTÔNIO DE GOIS, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF/MF sob o nº 722.553.075-53, residente e domiciliado na Rua Leandro Maciel/99, na cidade de Moita Bonita, nesta Comarca.....

O referido é verdade e dou fé. *Ribeirópolis, 12 de janeiro de 2006.*

O Escrevente designado: *João Maria*

Guia nº 00003

Selo n.º 046434

P-01-Mat.9.416

Conforme Escritura Pública de venda e compra lavrada nas notas da Tabela interina do 2º ofício, do Distrito de Moita Bonita, desta Comarca, as fls. 103 do livro nº 25, em 30 de março de 2004, o proprietário acima qualificado e sua esposa MARIA ADELINA DE GOIS, venderam o imóvel da presente matrícula, por R\$1.000,00 (hum mil reais), a ALISSON DE SANTANA, brasileira, solteira, maior, lavrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 001.936.465-23, residente e domiciliado na Rua Agenor Lima s/nº, na cidade de Moita Bonita, nesta Comarca.....

O referido é verdade e dou fé. *Ribeirópolis, 12 de janeiro de 2006.*

O Escrevente designado: *João Maria*

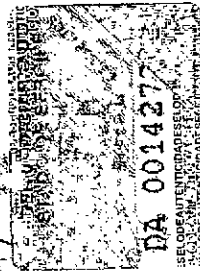
Guia nº 00004

Selo n.º 046433

- CERTIDÃO -

Certifico e dou fé que este é o inteiro teor do imóvel referido e verdade e dou fé. Ribeirópolis, 04.06.2009. Marta Barreto Zóis

Ofício de Registro de Imóveis
Oficial das Cartas



DA 001427

134

sendo em virtude desta venda firme e valiosa, responde pela evicção de direito quando chamado à autoria. Pelo(as) outorgado(a)(s) comprador (a)(es) ante às mesmas testemunhas, me foi dito que aceitava a presente escritura e esta escrita em todos os eu expressos termos, exibindo-me o talão cinza com o seguinte teor: Prefeitura de Moita Bonita- Sergipe guia nº 2124 (a)(s) comprador (a)(es) acima qualificado(a) (s) pagou(ram) a importância de R\$ vinte reais (20,00), 2% sobre (1.000,00), por quanto a fazenda publica Municipal avaliou o imóvel acima O(a)(s) vendedor(es) apresentou(aram) Guia de ITBI n.º datada em 30/03/2004. O(a)(s) vendedor(a)(es) apresentou(ram) as quitações fiscais exigidas por Lei. Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes lavrei esta escritura, hoje a mim distribuída, a qual feita e lhes sendo lida na presença das testemunhas, que tudo presenciaram, Dispensadas as testemunhas para assinatura, conforme dispõe o artigo 134 do Código Civil Brasileiro, Eu Valdenira Maria de Oliveira, Escrevente que subscrevo dou fé e assino em público e raso com o sinal que faço uso.



Em Test. *da Verdade.*

Valdenira Maria de Oliveira
Valdenira Maria de Oliveira
Escrevente

Outorgante: (s)

Antonio da Silva
Haris Adeline de Gais



Outorgado (s)

Alisson de Santana

0.13.168 *02* *1297*
02 *12* *2006*

Valdenira

REGISTRO SOB Nº *01* MAT. *9.416*

FLS *16* LIVRO REGISTRO GERAL Nº *2-AE*

RIBEIROPOLIS SE *12* DE *01* DE *2006*

Valdenira
ESCREVENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Rua José Barbosa de Oliveira nº 130

Tel: 9974.88.14

Zonaide Santos Oliveira de Gois

Tabeliã Interina

Valdenira Maria de Oliveira

Escrevente

ESTADO DE *Sergipe*
COMARCA DE *Ribeirópolis*

MUNICÍPIO DE *Moita Bonita*
DISTRITO DE *Moita Bonita*

Primeiro Traslado

Livro nº 25

Folhas: 193

ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA Valor – 1.000,00 (mil reais)

SAIBAM quantos esta pública escritura virem que no ano de dois mil e quatro (2004), ao(s) (30) dia(s) do mês de março do dito ano, nesta cidade de Moita Bonita, Estado de Sergipe, em meu Cartório, situado à Rua José Barbosa de Oliveira nº 103,. Perante mim, Tabeliã Interina e as duas testemunhas adiante nomeadas compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como Outorgante **VENDEDOR(es); JOSÉ ANTÔNIO GOIS e sua mulher MARIA ADELINA DE GOIS**, brasileiros, casados, lavradores, inscritos no CPF/MF 722.553.075-53, residentes e domiciliados na Rua Leandro Maciel, nesta cidade. E de outro lado como Outorgado (a) **COMPRADOR (a): ALISSON DE SANTANA**, brasileiro, solteiro, lavrador, inscrito no CPF/MF 001.936.465-28, residente e domiciliado na Rua Agenor Teixeira Lima, nesta cidade. Os presentes conhecidos de mim Oficial Interina e das testemunhas referidas que também as reconheço e de cuja identidade pessoal dou fé. Perante estas, pelo(s) outorgante(s) na forma acima me foi dito que, por aquisição legal a título justo, é senhor e possuidores; de um terreno urbano destinado a construção, medindo seis (6,00) metros de largura na frente com igual dimensão de largura nos fundos, por vinte e cinco (25,00) metros de comprimento de ambos os lados, com as seguintes delimitações; de frente para o lado do NORTE com a referida Rua Leandro Maciel, nesta cidade; pelo lado do SUL com terreno dos mesmos vendedores; pelo o lado do NASCENTE com terreno dos mesmos vendedores; pelo o lado do POENTE; com terreno dos mesmos vendedores, situada na Rua Leandro Maciel, nesta cidade. Dito imóvel está sendo **DESMEMBRADO** do terreno havido por título de reconhecimento de propriedade outorgado pelo o Estado de Sergipe, representado por seu governador Drº João Alves Filho, datado de 08 de julho de 1986 e que se encontra devidamente transcrito no registro de imóveis desta comarca sob o nº01, matrícula 5.874, fls, 174, do livro de registro geral 2 – Q, em 30 de outubro de 1989. Que por aquisição legal e a título justo pelo(a)s outorgante(s) vendedor(a)(es) foi dito que possuindo o imóvel acima descrito livre e desembaraçado de quaisquer ônus esta(ão) justo(s) e contratado(s) para vendê-lo ao(a)outorgado(a)(s) comprador(a)(es), como por bem desta escritura e na melhor forma de direito efetivamente vendido tem, pelo preço certo e previamente convencionado de **R\$ 1.000,00 (mil reais)** que confessa(m) receber neste ato dele(a)(s) outorgado(a)(s) em moeda corrente deste País que conta e acha exata da qual dar(ão) a(ao) mesmo(a) comprador(a)(es), plena, geral e irrevogável quitação de pago(a)(s) e satisfeito (a) (s) para nunca mais o repetirem e desde já transferem-lhes toda posse, domínio, direitos e ações que exercia sobre o bem ora vendido, para que dele (a) o(a)(s) mesmo(a)(s) comprador(a)(es) goze e disponha livremente como seu que fica

135
H



Nº 2124

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

Exercício de 20 04

R\$ 2000

Fica o Tesoureiro desta Repartição debitado na quantia de

Um mil reais

que pagou o Sr. Plínio de Santana
proveniente de Importo Transmissão
de bens imóveis ITBI no
Rua Leonardo Marcel
matrícula 5874

R\$

R\$

R\$

R\$

R\$

R\$

R\$

Total R\$ 2000

Prefeitura Municipal de Moita Bonita

Em 30 de

03 de 20 04



Nº 2086

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

Exercício de 2003

R\$ 3000

Fica o Tesoureiro desta Repartição debitado na quantia de

Trento nois

722.553.075.53

que pagou o Sr. Jose Antonio de Gas
proveniente de Imposto Predial Terru-

tonal Urbano IPTU no
Rua Leandro Noel matu-
culos 5874

R\$

Dvida ativa

R\$

2000

1074

R\$

1000

R\$

R\$

R\$

R\$

Total R\$ 3000

Prefeitura Municipal de Moita Bonita

Em 20 de

de 20

04

PREFEITURA MUNICIPAL DE Moita Bonita

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

GUIA DE INFORMAÇÕES DO ITBI Nº

Data de Vencimento / /

137
18

1	Identificação do Contribuinte	
Nome: Alisson de Santana		CPF ou CNPJ: 001.936.465-28
Nome do Logradouro: na Rua AGENOR Teixeira Lima		
Bairro: zona urbana	Município: Moita Bonita	CEP: 49.560 - 000

2	Natureza da Transação
COMPRA E VENDA	

DADOS PARA TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS"

3	Identificação do Transmitedor ou Cessionário	
Nome: José Antônio de Góis		CPF ou CNPJ: 722.553.075 - 53
Nome do Logradouro: na Rua Leandro Maciel		
Bairro: zona urbana	Município: Moita Bonita	CEP: 49.560-000

4	Localização do Imóvel	
Nome do Logradouro: na Rua Leandro Maciel		
Bairro: zona urbana	Município: Moita Bonita	CEP: 49.560-000

5	Características do Imóvel		
Tipo do Imóvel: terreno urbano		Tipo de Construção: -----	
Área Total: 6,00 X 25,00 metros	Área Construída: -----	Fração Ideal: -----	

6	Documentação do Imóvel			
Nº Registro: 5.874	Cartório: Imobiliário	Município: Ribeirópolis	CEP: 49.530-000	
Interveniente do Sistema Financeiro da Habitação				

7		Uso do Cartório		8		Uso da Fazenda	
Nº do Cartório 2º Ofício						Cálculo do Imposto	
				Valor Tributável R\$		1.000,00	
Município Moita Bonita				0,5% R\$		R\$	
				1,0% R\$		R\$	
Comarca Ribeirópolis				2,0% R\$		R\$ 200,00	
				Imposto a Pagar R\$		R\$ 200,00	
Data 30.03.04	Assinatura do Cartório		Data 30/03/04		Visto do Chefe		
			Avaliador				

13.168 de PROTOCOLO de 02. 549-V
19 de Janeiro de 2006

[Signature]

REGISTRO SOB Nº 01 MAT. 9.416

FLS 16 LIVRO REGISTRO GERAL Nº

RIBEIRÃO POLIS SE 14 DE 01 DE 2006

[Signature]
ESCREVENTE

Abertura de Veículo

em 12.01.2006

[Signature]

Valido somente com o
selo autenticado



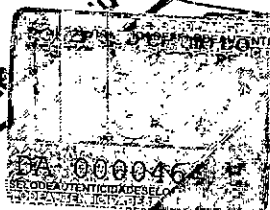
REGISTRO SOB Nº 01 MAT. 5.874

FLS 174 LIVRO REGISTRO GERAL Nº 2-6

RIBEIRÃO POLIS SE 12 DE 01 DE 2006

[Signature]
ESCREVENTE

Valido somente com o
selo autenticado



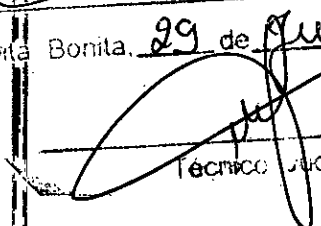
[Signature]

JUNTADA

Junto a estes autos o mandado que segue

cc

Moita Bonita, 29 de Julho de 20 10.


Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juízo de Direito Moita Bonita
Av. João Evangelista da Costa, S/N
Bairro - Centro Cidade - Moita Bonita



201082101692

PROCESSO..... 200882100407
NATUREZA..... Cumprimento da Sentença
EXEQÜENTE..... CARLOS ANTONIO DA CUNHA
EXECUTADO..... COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O Dr. Paulo Roberto Fonseca Barbosa, Juiz de Direito de Moita Bonita, Estado de Sergipe,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, INTIME a parte abaixo identificada, para cumprir o/a despacho/decisão/cota promotorial exarada nos autos, na forma da finalidade adiante.

Prazo: 10 (DEZ) DIAS

Finalidade: INTIMAR a herdeira do exequente representada por sua genitora para dar cumprimento ao despacho de fls. 124

Qualificação da parte a ser intimada:

Nome : HERDEIRA DO EXEQUENTE, REPRESENTADA POR SUA GENITORATANIA CRISTINA S DOS SANTOS
Residência : RUA LEANDRO MACIEL 115
Bairro : CENTRO C.E.P.: 49560-000
Cidade : MOITA BONITA - SE

Moita Bonita, 23 de junho de 2010

AILTON SOUZA DE JESUS
Escrivão(ã)/Chefe de Secretaria, de ordem

CERTIDÃO:

Certifico que cumpri o presente, conforme item 1 abaixo.

- 1) - Intimada, ficou ciente, recebendo contrafé.
- 2) - Intimada, negou o ciente, aceitando a contrafé.
- 3) - Intimada, negou o ciente, não aceitando a contrafé.
- 4) - Intimada, a parte acima qualificada na pessoa de seu(a) representante legal,

Sr(a) _____ função _____

5) - Não foi intimada. Motivo: _____

Dou fé. Em 08/07/2010

Oficial de Justiça

Ciente ____/____/____

Francisca Cristina Soares dos Santos
Requerido(a)

ATENÇÃO: NÃO EFETUAR PAGAMENTO PELO CUMPRIMENTO DESTA MANDADO

MD014

CERTIDÃO

Certifico que Ante o teor de fls. 25/138 e
que quando o prazo legal de fl. 139 em
manifestação diante do exposto
premeio de autos é conclusos.

Molta por ... 09/09/10

Escrivão / Chefe de Secretaria

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao(à) MM. Juiz(a) do Direito
de Ribeirão Preto.

Molta Bonita, 10 de 09 de 10.

Escrivão / Chefe de Secretaria

140

AZEVEDO FIEL
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO(A) SR(A). DR(A). JUIZ DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE
MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE.

Processo nº : 200882100407

VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DÉDA, ADVOGADO já qualificado nos autos do processo em epígrafe,
vem, por meio deste expediente, REQUERER O QUE SEGUE:

1. Conforme se observa nos autos a parte Carlos Antonio da Cunha faleceu vítima de acidente automobilístico.
2. Nota-se também nos autos que o mencionado autor tinha crédito a receber, razão pela qual este juízo determinou a expedição de alvará e, posteriormente, suspendeu a confecção do mesmo em razão do infausto.
3. Todavia, dentro deste crédito a ser liberado existem honorários de sucumbência depositados pela ré da ação, em favor exclusivo dos causídicos dado à natureza de tal verba.
4. Gize-se que neste petitório a **reivindicação abrange apenas a liberação dos honorários de sucumbência**, e não de contrato, este último, a ser cobrando em competente habilitação no bojo de processo de inventário e partilha.
5. Vale ressaltar que os honorários de sucumbência, por lei, pertencem exclusivamente ao advogado, razão pela qual urge a sua liberação por meio de alvará, justamente, por se tratar de verba que não é paga pelo autor e sim pela ré.
6. A propósito, traz-se a baila artigos 22 e 23 da lei 8906/94:

Rua Pacatuba, 254, Centro – Edf. Paulo Figueiredo – Sala 03
Telefone/Fax: (79) 3211-6418

Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

(....)

Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.

Assim, considerando a natureza dos honorários de sucumbência, requer seja liberada a quantia relativa a tal verba, como bem fixado pelo Ac. 1913/2009, juntado a este requerimento, expedindo-se alvará para levantamento da quantia de R\$ 2.565,00 (dois quinhentos e sessenta e cinco reais).

Pede deferimento.

Aracaju, 30 de agosto de 2010.

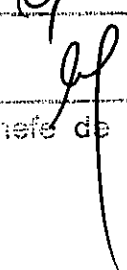
Valério César Azevedo.

OAB/SE 4316

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao(a) MM. Juiz(a) de Direito da Comarca
de Ribeirão Preto.

Motta Barão, 17 de 09 de 2010


Escrivão / Chefe de Secretaria

142
#



Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis

DESPACHO

R. hoje.

- 1 - Expeça-se ofício ao INSS, a fim de seja informado suposta existência de dependentes inscritos como beneficiários do *de cujus*. Prazo: 10 (dez) dias; ✓
- 2 - Ratifico os termos do despacho de fls. 124, segunda parte;
- 3 - Intime-se a requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar sua habilitação nos autos (fls. 131). ✓

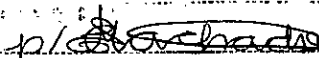
Moita Bonita/SE, 04 de Novembro de 2010.


Paulo Roberto Fonseca Barbosa,
Juiz de Direito

CERTIDÃO

Certifico que o despacho
supra foi publicado
no dia 12/11/10.

18/11/10.


Escrivã(ao)

CERTIDÃO

Certifico que expedir o

ofício nº 201082102886

Maita Bonita/SE, 18/11/10.

p/ *[assinatura]*

Escrivã(ao)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juízo de Direito Moita Bonita
Av. João Evangelista da Costa, S/N
Bairro - Centro Cidade - Moita Bonita



201082102886

143

OFÍCIO Nº: 490/2010.

Moita Bonita, 19 de novembro de 2010.

PROCESSO.....: 200882100407
NATUREZA.....: Cumprimento da Sentença
EXEQUENTE.....: CARLOS ANTONIO DA CUNHA
EXECUTADO.....: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente, () DETERMINO ou () SOLICITO que seja cumprida a finalidade abaixo transcrita:

Finalidade: Informar sobre a suposta existência de dependentes inscritos como beneficiários do de cujus, o SR CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA, RG Nº 2.135.270-4 SSP/SE, CPF Nº 045.593.645-59, NASCIDO EM 04/06/1988 NA CIDADE DE ITABAIANA/SE, FILHO DE MARIA JOSÉ DA CUNHA, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA LEANDRO MACIEL, S/N CENTRO DE MOITA BONITA/SE. Prazo: 10 (dez) dias.

Na resposta ao presente, favor mencionar o número deste processo.

Atenciosamente,

Paulo Roberto Fonseca Barbosa
Juiz (a) de Direito

AG. OAB/AM-TOUL

MD03001

Ilmo. Sr(a)

Nome : REPRESENTANTE LEGAL DO INSS
Residência : AVENIDA IVO DE CARVALHO 296
Bairro : CENTRO C.E.P: 49500-000
Cidade : ITABAIANA - SE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

Juízo de Direito Moita Bonita
Av. João Evangelista da Costa, S/N
Bairro: Centro Cep: 49560-000
Cidade: Moita Bonita



Carta: 201082102886

CORREIOS	AVISO DE RECEBIMENTO - AR		UNIDADE DE POSTAGEM	CONTRATO ÚNICO
REMETENTE				Tribunal de Justiça/SE X ECT/DR/SE 9912197771
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE Moita Bonita(Núcleo de Postagem) AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/Nº Bairro - CENTRO Cep - 49560-000 Cidade - MOITA BONITA				
CONTEÚDO: OFÍCIO DE (assinante juiz) - MD03001 - referente ao processo de nro. 200882100407				
DESTINATÁRIO			USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS	
			TENTATIVAS DE ENTREGA	
NOME: REPRESENTANTE LEGAL DO INSS ENDEREÇO: AVENIDA IVO DE CARVALHO 296 BAIRRO: CENTRO CIDADE: ITABAIANA UF: SE CEP: 49500-000			☐ MUDOU-SE ☐ DESCONHECIDO ☐ RECUSADO ☐ NÃO PROCURADO ☐ NÚMERO INEXISTENTE ☐ END. INSUFICIENTE ☐ FALTOU: ☐ FALCIDO ☐ OUTROS:	
NÚMERO OBJETO				
			Benjamin Alq do Santos Carta: 201082102886 PASS. DO DESTINATÁRIO	
RL680775542BR ASS. DO DESTINATÁRIO: <u>Yveselody Andrad...</u> RG: DATA ENTREGA: 01-12. 10				

DEMANDANTE

Moita Bonita, 10 de 12 de 2010.

Técnico Judiciário

Técnico Judiciário

Semefato
Moita Bonita

JUNTADA

JUNTADA

Junto a estes autos AR de fl. 143-v

Moita Bonita 09 de dezembro de 2010

Blachado

Técnico Judiciário

144

ADVOCADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE.

Processo 200882100407

Valério César de Azevedo Déda, advogado já qualificado nos autos em epígrafe, vem, por meio deste expediente informar e requerer:

Inicialmente, aduz que a habilitação encontra-se regularizada nos presentes autos.

Outrossim, comunica que já existe ação de inventário para apuração dos valores constates nos presentes autos, demanda esta entabulada pelo nº 201082100534, conforme se observa em resenha processual anexa.

Desta sorte, requer o advogado, na qualidade de procurador da única herdeira do falecido, que se proceda com a reunião dos processos em tela.

Eis os termos em que pede deferimento.

Aracaju, 10 de dezembro 2010.

Valério Azevedo - OAB/SE 4316.

JUNTADA
Junto a estos autos OFICIO DO INSS
Mora Bonita 15 de 12 de 2010
Antonio Saura
Escriba Judicial



Previdência Social
Ministério da Previdência Social



145 *[Handwritten signature]*

Ofício nº434/22.001.04.0

Itabaiana-SE, 06 de dezembro de 2010

M.M. Juiz de Direito
Dr. Paulo Roberto Fonseca Barbosa
Avenida João Evangelista da Costa, S/N
Moita Bonita/SE
CEP.49.560.000

Assunto: Cumprimento da Sentença
Processo nº200882100407

M.M. Juiz de Direito

Acusamos o recebimento do vosso Ofício nº490/2010, em 01/12/2010, informamos que após pesquisa realizada no sistema informatizado do INSS, não foi localizado Dependentes Habilitados a Pensão por Morte em nome do "de cujus" Carlos Antonio da Cunha, RG Nº2.135.270-4-SSP/SE, CPF Nº045.593.645-59, nascido em 04/06/1988, filho de Maria José da Cunha.

[Handwritten signature]
Givalda Leite Bomfim dos Santos
Gerente da APS de Itabaiana/SE

PROTÓCOLO DISTRITO DE MOITA BONITA 15/02/2010 08:02 00000066



ESTADO DE SERGIPE

PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS DISTRITO DE MOITA
BONITA, ESTADO DE SERGIPE

CERTIDÃO

Processo nº: 200882100407

Certifico e dou fé que, diante da juntada geral de fls. 144 e
145, faço os autos conclusos.

Moita Bonita/SE, 15 de dezembro de 2010

Vitor Souza

Técnico Judiciário

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Exm. Dr. Juiz de Direito da Comarca de
Ribeirópolis/SE

Moita Bonita/SE, 15 / 10 / 20 10.

[Signature]

Técnico Judiciário

2007-08-08

147

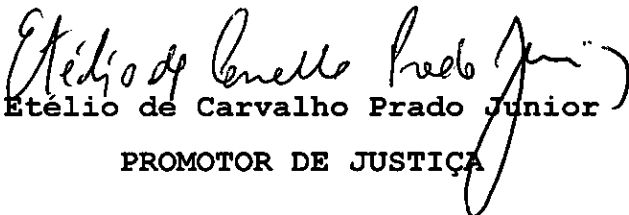
Autos n. 200882100407

Meritíssimo Juiz,

O **Ministério Público do Estado de Sergipe**, por conduto do Órgão de Execução ao final subscrito, informa que já se manifestou nos autos do procedimento de inventário em apenso (nº. 201082100584). Entrementes, entende o *Parquet* que este juízo deverá se pronunciar acerca do petitório de fls. 140/141.

É a manifestação.

Moita Bonita (SE), em 03 de fevereiro de 2011.


Etélio de Carvalho Prado Junior
PROMOTOR DE JUSTIÇA

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos
ao(à) MM. Juiz(a) da Diretoria da Comarca
de Ribeirão Preto.

Molta Debita. 15/02/14 de 20

Escritão / Chancelaria de Secretaria



**Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distrito de Moita Bonita**

DESPACHO

R. hoje.

Aguarde-se o cumprimento da determinação de fl. 31 no feito em apenso. Após, ao MP.

Moita Bonita/SE, 23 de Fevereiro de 2011.

Paulo Roberto Fonseca Barbosa,
Juiz de Direito

JUNTADA

Junto a estos autos

RECHAS

Monta Bonta. 06 de 06 de 20 4.

U. to. S. G. y
Tecnir
ario

1498

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE.

Processo **200882100407**

PROTÓCOLO DISTRITO DE MOITA BONITA 02/12/2011 09:42 000882100407

Valério César de Azevedo Déda, advogado já qualificado nos autos em epígrafe, vem, por meio deste expediente informar e requerer:

Inicialmente, aduz que a habilitação encontra-se regularizada nos presentes autos.

Outrossim, comunica que já existe ação de inventário para apuração dos valores constates nos presentes autos, demanda esta entabulada pelo nº 201082100584, conforme se observa em resenha processual anexa

Desta sorte, requer o advogado, na qualidade de procurador da única herdeira do falecido, que se proceda com a reunião dos processos em tela.

Eis os termos em que pede deferimento.

Aracaju, 10 de dezembro 2010.

Valério Azevedo - OAB/SE 4316.

SECRET



ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIBEIROPOLIS

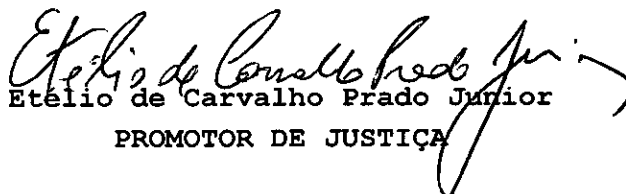
Processo n. 200882100407

Meritíssimo Juiz,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, por
conduto do Órgão de Execução que *in fine* subscreve, não se opõe
ao petitório de folhas retro.

Após, dirá.

Moita Bonita, em 13 de junho de 2011.


Etélio de Carvalho Prado Junior
PROMOTOR DE JUSTIÇA

CONCLUSÃO

Autos conclusos ao (a) MM.
Juiz de Direito desta Comarca
Muito Respeitosamente, 28/06/13

Escritório



Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distrito de Moita Bonita

DESPACHO

R. hoje.

1. Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe se do valor depositado (fl. 114) há algum saldo remanescente, indicado na oportunidade o que for de sua conveniência.

2. Quando da realização da audiência designada no feito em apenso, será apreciado o quanto requerido à fl. 140.

Moita Bonita/SE, 28 de Junho de 2011.

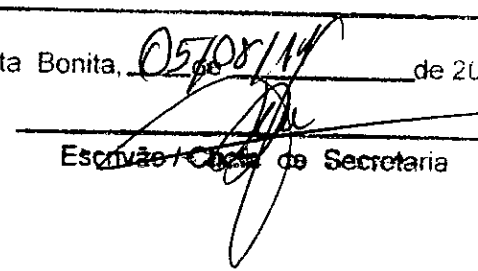

Paulo Roberto Fonseca Barbosa,
Juiz de Direito

CERTIDÃO

Certifico que:

*Este autos encontra-se
aguardando audiência no processo
BOU 82100584.*

Moita Bonita, 05/08/11 de 20__


Escrivão / Chancelaria da Secretaria



ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS

Autos n. 200882100407

Meritíssimo Juiz,

Instado a se manifestar, o **Ministério Público do Estado de Sergipe**, por conduto do Órgão de Execução ao final subscrito, informa que emitiu parecer nos autos do processo em apenso.

É a manifestação.

Moita Bonita (SE), em 22 de setembro de 2011.

Etélio de Carvalho Prado Junior
PROMOTOR DE JUSTIÇA



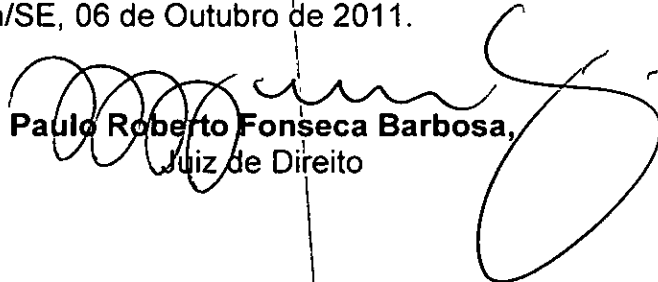
Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distrito de Moita Bonita

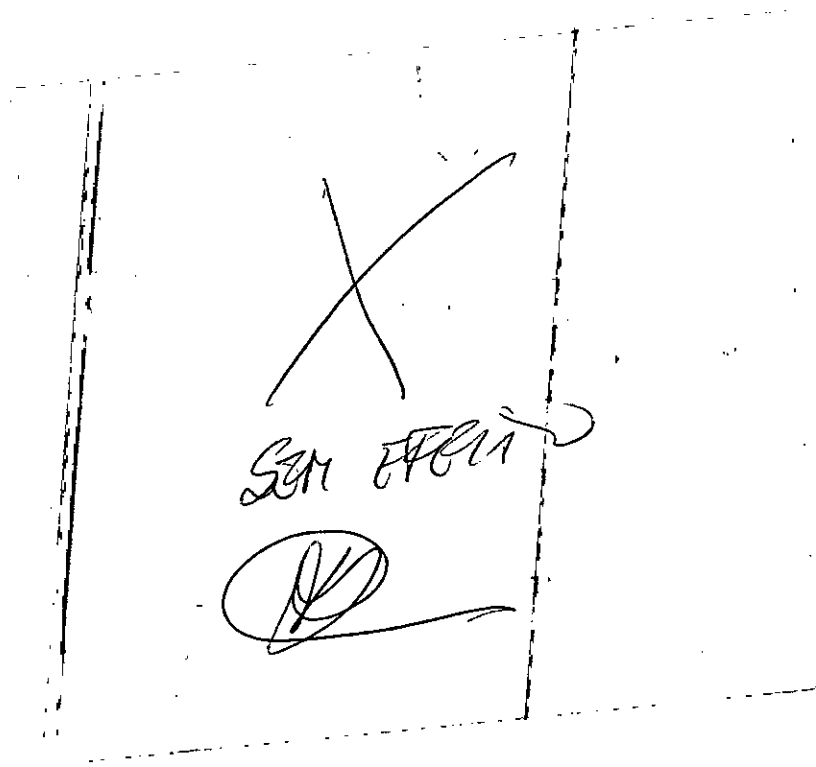
DESPACHO

R. hoje.

1. Certifique o cartório, em 5 (cinco) dias, se houve manifestação acerca do despacho retro.

Moita Bonita/SE, 06 de Outubro de 2011.


Paulo Roberto Fonseca Barbosa,
Juiz de Direito





REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
ESTADO DE SERGIPE



CERTIDÃO DE ÓBITO
NOME:
CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA

MATRÍCULA:
110700015520094000030470001448- 29

SEXO COR ESTADO CIVIL E IDADE
NATURALIDADE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ELEITOR

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

ANTÔNIO BARRETO DA CUNHA e MARIA JOSÉ DA CUNHA. RUA LEANDRO MACIEL, Nº115 MOITA BONITA - SE

DATA E HORA DE FALECIMENTO

vinte e nove de março de dois mil e nove às 02:00 horas

DIA MÊS ANO

29/03/2009

LOCAL DE FALECIMENTO

RODOVIA ESTADUAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES-SE em NOSSA SENHORA DAS DORES - SE

CAUSA DA MORTE

TRAUMATISMO CRÂNIO-ENCEFÁLICO POR ACIDENTE MOTOCICLISTICO

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE CONHECIDO)

CEMITÉRIO DE SÃO FRANCISCO, MOITA BONITA-SE

DECLARANTE

MARIA JOSÉ DA CUNHA

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

DR. JOSÉ APARECIDO CARDOSO- CRM Nº1166-SE

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

2ªVIA. GUIA TJSE Nº171100000156, no valor de R\$30,07/Selo aut. DA001376397. deixou filhos

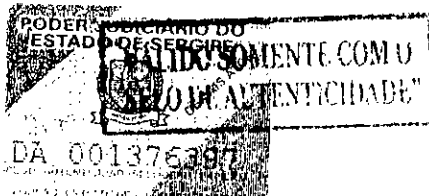
CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE MOITA BONITA

Oficial: Bel. Emerson Gadelha de Freitas
Av. Eliziário Menezes, nº 73 Centro
Moita Bonita - SE
(79)3453-1300

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Moita Bonita - SE, 24 de fevereiro de 2010

Assinatura do Oficial

Bel. Emerson G. de Freitas
Notário / Registrador
CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO
DE MOITA BONITA - SE





Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distrito de Moita Bonita

155
16
15
16

Autos nº 201082100584
Espécie: Inventário e Partilha
Inventariante: Tânia Cristina Soares dos Santos
Inventariada: Carlos Antônio da Cunha

SENTENÇA

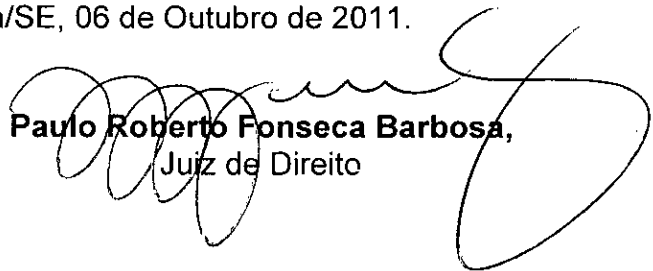
JULGO, por sentença, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a partilha dos bens deixados por Carlos Antônio da Cunha, atribuindo aos nela contemplados os respectivos quinhões, salvo erro ou omissão e ressalvados direitos de terceiros.

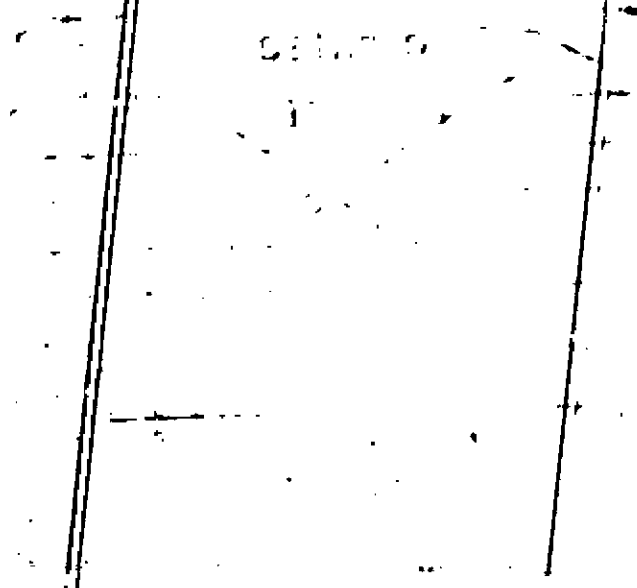
Traslade-se cópia da presente para o feito nº 200882100407.

Pagas as custas, expeça-se formal ou certidão de pagamento, se for o caso, e, a seguir, archive-se.

Publique-se. Registre-se. Intimações e notificações necessárias.

Moita Bonita/SE, 06 de Outubro de 2011.


Paulo Roberto Fonseca Barbosa,
Juiz de Direito





ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
FÓRUM DISTRITAL DE MOITABONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N - CENTRO
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

156 184

Processo n. 200882100407

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, quanto ao despacho de fl. 153 foi publicado no DJ no dia 22/07/2011, porém não houve manifestação da parte exequente. Além disso, translaidei cópia da sentença do processo 201082100584 ao presente feito, bem como cópia da certidão de óbito do exequente, o Sr. CARLOS ANTONIO DA CUNHA, remetendo, assim, os autos à conclusão para ulteriores diligências.

Moita Bonita/SE, 20/10/2011

Técnico Judiciário

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao MM. Juízo de Direito desta Comarca, nesta data.

Moita Bonita/SE, 24/10/2011

Técnico Judiciário



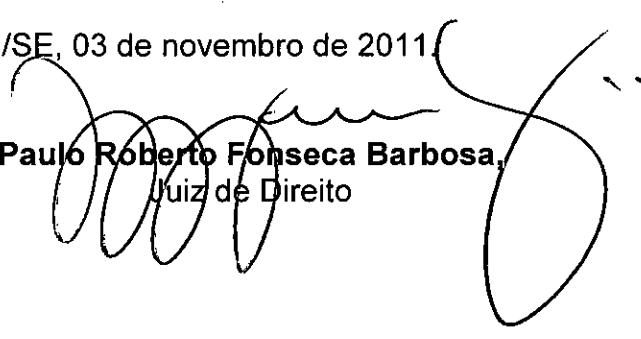
**Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distrito de Moita Bonita**

DESPACHO

R. hoje.

Ao MP.

Moita Bonita /SE, 03 de novembro de 2011.


Paulo Roberto Fonseca Barbosa,
Juiz de Direito

VISTA

Faço vista dos presentes autos ao(a) MP

Mora Bonita 21 de 11 de 20 11

Técnico Judiciário

Cher e ao

24/11/2011
[Signature]

CONCLUSÃO

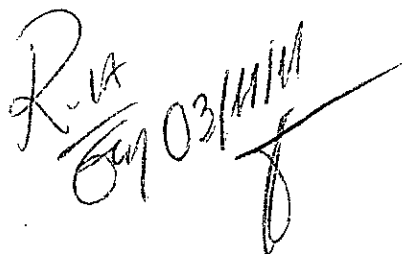
Nesta data, faço estes autos conclusos
ao(a) MM. Juiz(a) de Direito da Comarca
de Ribeirãopolis.

Mora Bonita, 05 de 12 de 20 11

Escrivão / Chefe de Secretaria

158


EXCELENTÍSSIMO SR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO DISTRITO DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE.

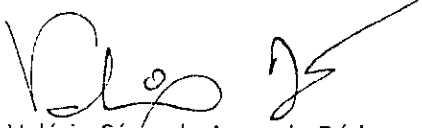

RUA
03/11/11

Processo: 2010 821 00584

KEYLLA SOARES CUNHA, herdeira representada por TANIA CRISTINA SOARES DOS SANTOS, já qualificadas nos autos do processo em epígrafe, vem, por meio deste expediente e através de seu advogado requerer a expedição de Alvará para levantamento de depositada nos autos 2008 821 00407, EM NOME DO ADVOGADO VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DÉDA OAB/SE 4316, considerando os poderes do instrumento procuratório encartado nos autos, assim como o plano de partilha delineado.

Eis os termos em que, respeitosamente pede deferimento.

Aracaju, 27 de outubro de 2011


Valério César de Azevedo Déda.

AB/SE 4316

RECEBIDO DISTRITO DE MOITA BONITA COM/2011 11-49 0000179 1794

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o Ato Ordinatório retro foi publicado no DJ/SE.

Ante a certidão e o Ato Ordinatório retro, remeto os autos à conclusão, para conferência do Alvará Judicial expedido e constante na antecapa dos autos.

Moita Bonita/SE, 10/04 /2012

Ailton Souza de Jesus
Diretor de Secretaria

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos CONCLUSO ao magistrado desta Comarca, nesta data.

Moita Bonita/SE, 10/04 /2012

AILTON SOUZA DE JESUS
Chefe de Secretaria



Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis/SE

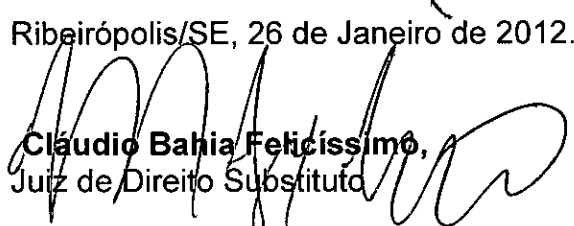
DESPACHO

R. hoje.

1. Alvará aprovado e subscrito nesta data, estando disponibilizado ao beneficiário na Comarca para retirada somente 24 (vinte e quatro) horas após a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - Dje.

2. Em 10 (dez) dias manifeste-se o requerente sobre interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento.

Ribeirópolis/SE, 26 de Janeiro de 2012.


Cláudio Bahia Felicíssimo,
Juiz de Direito Substituto

1628



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
FÓRUM DISTRITAL DE MOITA BONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N – CENTRO CEP. 49560-000
SECRETARIA JUDICIAL
FONE: 079 - 3453-1476

ALVARÁ JUDICIAL LIBERATÓRIO

DR. CLAUDIO BAHIA FELICÍSSIMO, Juiz de Direito em substituição da Comarca de Ribeirópolis, Estado de Sergipe, na forma da Lei, etc...

PELO PRESENTE, estando devidamente assinado, expedido nos autos da Ação cível (Indenização), processo nº 200882100407, requerido por CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA, CPF n. 045.593.645-59 (falecido) e seus representante legais KEYLA SOARES DA CUNHA, CPF n. 057.561.455-24 e TÂNIA REGINA SOARES DOS SANTOS, CPF n. 062.298.884-60 em face da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS – SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIO DPVAT, CNPJ n. 09.248.608/0001-04 é concedida a necessária AUTORIZAÇÃO para a LIBERAÇÃO dos valores retidos na conta judicial - DJO, guia n. 1407712, agência 2312-4, Banco do Brasil da Cidade de Moita Bonita/SE, como se vê à fl. 114, vinculado ao processo já mencionado, no valor de R\$19.653,91(dezenove mil seiscentos e cinquenta e três reais e noventa e um centavos), devendo ser entregue aos requerentes KEYLA SOARES DA CUNHA, CPF n. 057.561.455-24 e TÂNIA REGINA SOARES DOS SANTOS, CPF n. 062.298.884-60, representante do extinto CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA, CPF n. 045.593.645-59 e/ou ao Bel. VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DEDA – OAB/SE 4316, valores estes, devidamente corrigidos. Dado e passado nesta cidade de Moita Bonita/SE, aos 26/02/2012. Eu, , Ailton Souza de Jesus, Chefe de Secretaria, que digitei e subscrevi

CLAUDIO BAHIA FELICÍSSIMO
Juiz de Direito em substituição

- segue em anexo cópia da decisão e do comprovante de depósito

Recebi
09/02/2012

13:05 hs


09/02/2012
4316

11

1

1

1

1

11

EXCELENTÍSSIMO (A) SR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DO JUIZADO CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE.

R. U.
20/03/12

Por dependência aos autos do processo nº 2008 821 00407

KEYLA SOARES DA CUNHA E TÂNIA REGINA SOARES DA CUNHA, AMBAS LEGÍTIMAS HERDEIRAS DE CARLOS ANTONIO DA CUNHA, já identificadas nos autos do processo em epígrafe, vem, por meio deste expediente, requerer prosseguimento do **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, observando-se os cálculos em anexo e adotando as providências abaixo vindicadas.

1. Conforme se observa da decisão de fl. 155, as promoventes são legítimas herdeiras de CARLOS ANTONIO DA CUNHA;
2. Tal como avistável nos presentes autos, tem-se cumprimento de sentença e pagamento voluntário da executada de R\$ 19.653,91, assim como levantamento de alvará em fl. 162;
3. Ocorre que na data do pagamento a que se faz menção, em 22/03/2010, o exequente e, por via, de consequência suas herdeiras, eram credores da quantia de R\$ 22.868,28 (vinte e dois mil oitocentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos).
4. Assim sendo, resta um valor remanescente de R\$ 3214,38 (três mil duzentos e quatorze reais e trinta e oito centavos) a ser cobrado.
5. Importa relatar que o valor atualizado remota a quantia de R\$ 4.471,20, conforme cálculos em anexo;
6. Assim, requer o exequente seja observada a ordem do artigo 655 do CPC, dando-se preferência ao bloqueio de créditos da empresa que para efeito de penhora

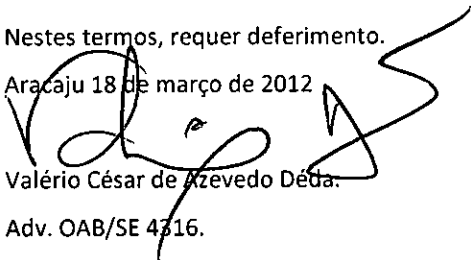
164

on-line possui o seguinte CNPJ: 87.883.807/0001-06.

7. Em caso de eventual bloqueio/pagamento e, conseqüentemente, liberação de valores no processo, que o alvará liberatório seja expedido em nome dos advogados habilitados no processo, considerando a procuração juntada nos autos.

Nestes termos, requer deferimento.

Aracaju 18 de março de 2012



Valério César de Azevedo Dêda.

Adv. OAB/SE 4316.

165

Cálculo de Atualização Monetária para simples verificação
Correção a partir de Março/1965
INPC atualizado até Fevereiro/2012

CORREÇÃO MONETÁRIA (dd/mm/aaaa)

Data Inicial....: 16/05/2007

Data Término.: 09/02/2008

PRINCIPAL (moeda da época - nnnnnn,nn)

Valor.....: 12825,00

ACESSÓRIOS (percentual - nn,nnnn)

Juros (am).....: %

Multa.....: %

Advogado.....: %

RESULTADO DO CALCULO (em Real)

Total R\$ 13.426,99

Índices: INPC

PRINCIPAL (atualizado em Real)

Valor R\$ 13.426,99

ACESSÓRIOS (atualizado em Real)

166

Cálculo de Atualização Monetária para simples verificação
Correção a partir de Março/1965
INPC atualizado até Fevereiro/2012

CORREÇÃO MONETÁRIA (dd/mm/aaaa)

Data Inicial.....: 09/02/2008

Data Término.: 22/03/2010

PRINCIPAL (moeda da época - nnnnnn,nn)

Valor.....: 13426,99

ACESSÓRIOS (percentual - nn,nnnn)

Juros (am).....: 1 %

Multa.....: %

Advogado.....: 20 %

RESULTADO DO CALCULO (em Real)

Total R\$ 22.868,28

Índices: INPC

PRINCIPAL (atualizado em Real)

Valor R\$ 15.124,52

ACESSÓRIOS (atualizado em Real)

Valor dos Juros R\$ 3.932,38

Valor Honorarios R\$ 3.811,38

168

Cálculo de Atualização Monetária para simples verificação
Correção a partir de Março/1965
INPC atualizado até Fevereiro/2012

CORREÇÃO MONETÁRIA (dd/mm/aaaa)

Data Inicial.....: 22/03/2010

Data Término.: 19/03/2012

RESULTADO DO CALCULO (em Real)

Total R\$ 4.471,20

Índices: INPC

PRINCIPAL (moeda da época - nnnnnn,nn)

Valor.....: 3214,38

PRINCIPAL (atualizado em Real)

Valor R\$ 3.605,81

ACESSÓRIOS (percentual - nn,nnnn)

Juros (am).....: 1 %

Multa.....: %

Advogado.....: %

ACESSÓRIOS (atualizado em Real)

Valor dos Juros R\$ 865,39

CERTIDÃO

Certifico que ante o teor de
folhas 163 a 167, remeto os
autos a conclusão.

Moita Bonita/SE, 20 / 03 / 2012.

Escrivã(ao)

CONCLUSÃO

apo estes autos conclusos ao MM.
Juiz(a) de Direito desta Comarca.

Moita Bonita/SE, 02 / 04 / 2012.

Escrivã(ao)



Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distrito de Moita Bonita

DESPACHO

R. hoje.

Sobre o petítório de fls. 163/164, manifeste-se o executado, em 10 (dez) dias, sob pena de confissão.

Moita Bonita/SE, 17 de Abril de 2012.

Paulo Roberto Fonseca Barbosa,
Juiz de Direito

CERTIDÃO

*Certifico que o despacho
supra foi publicado no
JF SE, no dia 26/04/12*

Moita Bonita/SE, 11/06/12
[Assinatura]
[Rubrica]



169
7

ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
FÓRUM DISTRITAL DE MOITA BONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N - CENTRO - FONE: 079 - 3453-1476
CARTÓRIO DO JUDICIAL

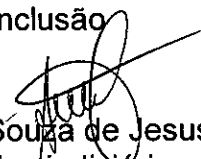
Proc. 200882100407

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que FINDOU O PRAZO legal de fl. 168, sem manifestação do executado.

Assim sendo, remeto os autos à conclusão

Moita Bonita/SE, 11/06/2012


Ailton Souza de Jesus
técnico judiciário

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos concluso ao magistrado desta Comarca de Ribeirópolis/SE.
Moita Bonita/SE, 12/06/2012


Layseane dos Santos Machado
Chefe de Secretaria



**Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distritos de Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida e São Miguel do Aleixo**

170
f

DESPACHO

R. hoje.

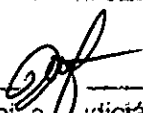
Para prosseguimento do feito, deve a parte exequente, no prazo de 10 (dez) dias, informar o CPF/CNPJ do(a) executado(a), sob pena de extinção, considerando que o indicado (fl. 164), não corresponde ao devedor.

Em 06 de Julho de 2012.


Paulo Roberto Fonseca Barbosa,
Juiz de Direito

JUNTADA

Junta a estes autos O requerimento
que segue
em 27 de 07 de 2012


Técnico Judiciário

Cartório

174

AZEVEDO FIEL
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO(A) JUIZ(A) DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MOITA BONITA-
ESTADO DE SERGIPE.

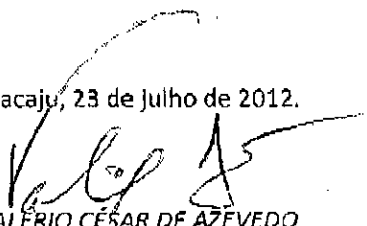
2008 821 00407

CARLOS ANTONIO DA CUNHA, por seus representantes, já
identificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por conduto de seu procurador,
requerer o que abaixo:

Penhora de créditos via BACENJUD, informando que o CNPJ da
executada é 33.054.826/0001-92, para cumprimento de valores remanescentes.

Pede Deferimento.

Aracaju, 23 de julho de 2012.


VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO

OAB/SE 4316

201

1728

CERTIDÃO

Certifico que em que dando cumprimento a determinação de fl. 170, informo que o autor, via causídico, juntou aos autos, requerimento EM FAX, avistável às fls. 171, findando o prazo legal, sem apresentação do original.

Ante o exposto, remeto os autos à conclusão.

Moita Bonita/SE, 16/08/2012

Ailton Souza de Jesus
técnico judiciário

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao magistrado desta Comarca de Ribeirópolis/SE, nesta data.

Moita Bonita/SE, 20 /08/2012

Layseane dos Santos Machado
Diretora de Secretaria



Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distritos de Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida e São Miguel do Aleixo

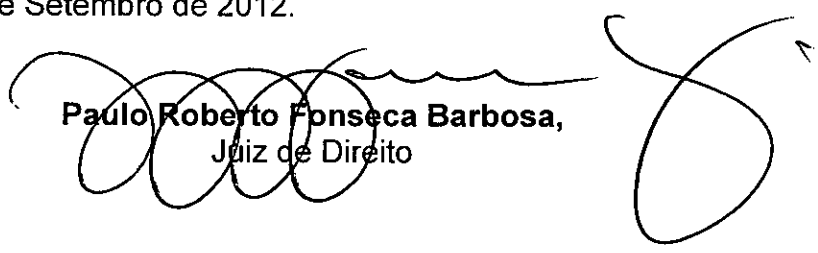
DESPACHO

R. hoje.

1. Para prosseguimento do feito, deve a parte autora, em 5 (cinco) dias, juntar aos autos o original do petição de fl. retro, sob pena de não conhecimento, nos termos do art. 2º da Lei nº. 9.800/99.

2. Transcorrido *in albis*, intime-se o(a) autor(a), pessoalmente, por mandado, a fim de que manifeste em 48h (quarenta e oito horas) se tem interesse no prosseguimento do feito, cumprindo o despacho de fl. 170, sob pena de extinção do mesmo, nos termos do art. 267, §1.º, do Código de Processo Civil. A simples manifestação, sem atender ao quanto ali determinado, será entendido como desinteresse e o feito será extinto.

Em 20 de Setembro de 2012.


Paulo Roberto Fonseca Barbosa,
Juiz de Direito

AFI

40200 15

CERTIDÃO

Certifico que ante o Juiz de
15/43/174, Juiz de Direito
a. Cordeiro

Moita Bonita 09 de 10 de 20 13

Escrivão / Chefe de Secretaria

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao(a) MM. Juiz(es) de Direito da Comarca
de Ribeirão Preto.

Moita Bonita 15 de 10 de 20 12

Escrivão / Chefe de Secretaria



Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distritos de Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida e São Miguel do Aleixo

DESPACHO

R. hoje.

1. Considerando o princípio da máxima efetividade da execução e em atendimento à ordem estabelecida pelo art. 655 do CPC, determino que se proceda ao bloqueio de eventuais créditos em contas bancárias de titularidade do(a) executado(a), até o valor do débito, efetuando-se o mesmo através do Bacen Jud.

2. Após a efetivação, com a confirmação do protocolamento de bloqueio, aguarde-se eventuais respostas por 5 (cinco) dias.

3. Havendo respostas positivas, proceda-se à transferência do valor bloqueado para a conta do Banese à disposição deste Juízo, através do referido sistema. Após, a efetivação da transferência, lavre-se o competente termo de penhora, intimando-se a parte executada para, querendo, apresentar no prazo de 15 (quinze) dias impugnação, com arrimo no art. 475-J, § 1º do CPC.

4. Ante a inexistência de respostas ou insuficiência de fundos, intime-se o(a) exequente para promover o regular andamento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, indicando bens passíveis de penhora, sob pena de suspensão do feito, com arrimo no art. 791, inc. III do CPC.

Em 06 de Novembro de 2012.


Paulo Roberto Fonseca Barbosa,
Juiz de Direito

Recibo de Protocolamento de Bloqueio de Valores

136
8

Clique [aqui](#) para obter ajuda na configuração da impressão, e clique [aqui](#) para imprimir.

Dados do bloqueio

Situação da Solicitação:	Ordem Judicial ainda não disponibilizada para as Instituições Financeiras As ordens judiciais protocoladas até às 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as Instituições Financeiras até às 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após às 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às Instituições Financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.
Número do Protocolo:	20120003249548
Data/Horário de protocolamento:	06/11/2012 20h23
Número do Processo:	200882100407
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA DE SERGIPE
Vara/Juízo:	3596 - Comarca de Ribeirópolis
Juíz Solicitante do Bloqueio:	PAULO ROBERTO FONSECA BARBOSA
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	Carlos Antonio da Cunha

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado	Valor a Bloquear	Contas e Aplicações Financeiras Atingidas
33.054.826/0001-92 :COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS	3.214,38	CAIXA ECONOMICA FEDERAL /Agência 1582 /Conta 8803393

[Voltar para a relação de minutas para protocolamento](#)

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

 Clique [aqui](#) para obter ajuda na configuração da impressão, e clique [aqui](#) para imprimir.

Dados do bloqueio

Situação da Solicitação:	Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20120003249548
Número do Processo:	200882100407
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA DE SERGIPE
Vara/Juízo:	3596 - Comarca de Ribeirópolis
Juiz Solicitante do Bloqueio:	PAULO ROBERTO FONSECA BARBOSA
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exequente da Ação:	
Nome do Autor/Exequente da Ação:	Carlos Antonio da Cunha

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados [clique aqui](#).
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados [clique aqui](#).

	33.054.826/0001-92 - COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS [Total bloqueado (bloqueio original e reiterações): R\$ 3.214,38] [Quantidade atual de não respostas: 0]											
Respostas												
CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ 1582/ 8803393												
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento						
06/11/2012 20:23	Bloq. Valor	PAULO ROBERTO FONSECA BARBOSA	3.214,38	(01) Cumprida integralmente. 3.214,38	3.214,38	08/11/2012 04:13						
12/11/2012 16:02	Transf. de Valores e Desb. de Saldo Remanescente ID:072012000011282154 Instituição: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A Agência: 0037 Tipo cred. jud.: Geral	PAULO ROBERTO FONSECA BARBOSA	3.214,38	(01) Recebida em 13/11/2012. Valor Previsto: 3.214,38	0,00	Até 14/11/2012						
Nenhuma ação disponível												
Não Respostas												
Não há não-resposta para este réu/executado												

Reiterar Não Respostas

Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência

Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso	
---	--

Transferência:		
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:		Usar IF e agência padrão
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	Carlos Antonio da Cunha	
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:		
Tipo de Crédito Judicial:		
Código de Depósito Judicial:		

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUAC. PRFBARBOSA
---	-------------------

Conferir Ações Selecionadas

Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem

Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original



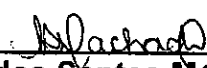
178/8

ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
DISTRITO JUDICIÁRIO DE MOITA BONITA/SE
Avenida João Evangelista da Costa, s/n, centro, Moita Bonita/SE, CEP. 49560-000
Fone: 079 - 3453-1476

TERMO DE PENHORA

Aos 27 / 11 / 2012, nesta cidade de Moita Bonita/SE, Estado de Sergipe, no Fórum, onde se achava o MM. Juiz de Direito desta Comarca, o Dr. PAULO ROBERTO FONSECA BARBOSA, comigo Diretora de Secretaria a Sra. Layseane dos Santos Machado, de seu cargo adiante nomeado, *foi procedida a penhora, via BACEN JUD, da importância de R\$3.214,38(três mil duzentos e quatorze reais e trinta e oito centavos) encontrando-se depositado em conta Judicial na Agência do Banese da Comarca de Ribeirópolis/SE, qual seja; agência 0037, ID n., 072012000011282154, Banco do Banese do Estado de Sergipe, referente ao processo tombado neste Juízo sob o nº.200882100407, Ação cível(Cumprimento de Sentença), movida por CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA (FALECIDO), CPF n. 045.593.645-59, através de seus representantes legais: KEYLA SOARES DA CUNHA, CPF n. 057.561.455-24 e TÂNIA REGINA SOARES DOS SANTOS, CPF n. 062.298.884-60, em face da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS – SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, CNPJ n. 09.248.608/0001-04. E que o presente, foi lido e achado conforme vai devidamente assinado por mim Juiz de Direito e a Diretora de Secretaria. Devendo o executado ser intimado, para que no prazo de 15(quinze) dias, apresente impugnação ao presente Termo, com arrimo no artigo 475 - J, § 1º do CPC.*


PAULO ROBERTO FONSECA BARBOSA
Juiz de Direito


Layseane dos Santos Machado
Diretora de Secretaria

ATO ORDINATÓRIO

Ante a lavratura do Termo de Penhora avistável à fl. 178, intime-se, o executado, para, querendo, apresentar no prazo de 15 (quinze) dias impugnação, com arrimo no art. 475-J, § 1º do CPC, conforme determinação contida à fl. 175, item (3), in fine.

Moita Bonita/SE, 27/11/2012

Ailton Souza de Jesus
técnico judiciário

1

JUNTADA

Junto a este auto: a impugnação que

segue

Moita Bonita, 14 de 12 de 2012.

[Signature]

Técnico Judiciário

180
6**JOÃO BARBOSA Advogados Associados**

João Barbosa	Osmar da Silva Aquino	Amanda de Oliveira M. José	Darlan Alves Moulin
Henrique A. F. Motta	Adriana França da Costa	Noêmia Fraga Teixeira	Giovanna de Andrade Ribeiro
Fábio João Soito	Cristina de Oliveira Ferreira	Juliana Justo de Oliveira	Isabel Alves da Rocha
João Paulo Martins	Evelyn I. Castillo Arevalo	Taís Nery Silva	Isabel Teixeira das Chagas
Joselaine Maura Figueiredo	Gabrielle Guimarães de Souza	Rafaela F. Villas Boas Chagas	Lidiane da Silva Erves
Nicole Vianna Riente	Roberta Cunha Marinho	Klarissa M. C. Campos Ferreira	Cristiane M. Saunier Flosi
Fernando de Freitas Barbosa	Ananda Dias Mendes	Deolindo Barreto Lima Neto	Paloma Baptista de Oliveira
Flávia Nonato Roberto	Alessandra Modolo	Michelle Galvão da Silva de Souza	

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO
DISTRITO DE MOITA BONITA - COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS/SE.

Processo nº 200882100407

SEGURADORA CIA EXCELSIOR DE SEGUROS,
empresa seguradora já qualificada nos autos, neste ato
representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos
da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, movida por KEILA SOARES
DA CUNHA E TANIA REGINA SOARES DA CUNHA, ambas herdeiras de
CARLOS ANTONIO DA CUNHA, mui respeitosamente, à presença de V.
Exa., com fulcro no art. 475-L do CPC, apresentar sua:

IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO

consoante as seguintes razões de fato e de direito a seguir
aduzidas:

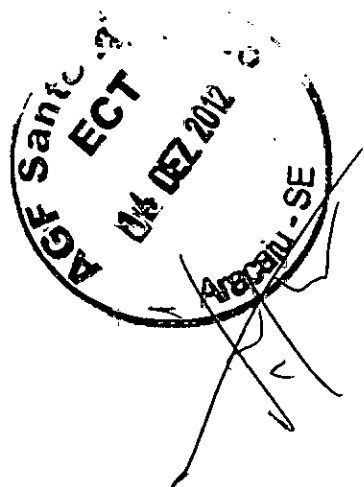
DA GARANTIA DO JUÍZO

Cumpre esclarecer que o juízo encontra-se devidamente
garantido através de penhora online de fls. 177 no valor de R\$
3.214,38 (três mil duzentos e quatorze reais e trinta e oito
centavos) do estapafúrdio e suposto 'saldo remanescente' no
mesmo valor.

DE O PRESUPOSTO PARA IMPUGNAR A EXECUÇÃO

Conforme redação do artigo 475-L, para que a impugnação a
execução seja aceita, necessita haver: "excesso na execução"
(Art. 475-L, inciso V).

1
Barbosa



181
6

DO RECEBIMENTO DO PRESENTE CONSOANTE AO EFEITO SUSPENSIVO

Neste ponto, a Impugnante pretende, preliminarmente, o acolhimento do presente no efeito devolutivo e suspensivo, tendo em vista o que se segue:

Inicialmente, importante destacar que o processo em questão se encontra com excesso de execução, razão pela qual não pode, de forma alguma, ser concedido levantamento de alvará em favor da parte autora.

Assim, diante do iminente prejuízo, uma vez que se houver liberação da quantia, esta poderá ser utilizada pela parte autora/Impugnada da maneira que lhe aprouver, necessário se faz o recebimento da presente Impugnação no duplo efeito.

O prejuízo da Seguradora Impugnante pode ser verificado pela simples hipótese: **Imagine, Exa, se todas as ações com execução de quantia (DEVIDA OU NÃO) que a parte ré figurasse no pólo passivo, após garantia do juízo, fosse dado prosseguimento com o conseqüente levantamento de valores pela parte autora!**

Certamente seria um caos, vez que após comprovação de execuções indevidas, deveria a parte autora de cada ação restituir a quantia recebida, caso esta não estivesse EXTINTA antes mesmo do requerimento de restituição ao Juízo.

Ou seja, claro **está a necessidade de suspensão do feito**, sob pena de causar injustiça, vez que a Impugnante poderá, em caso de não acolhimento do referido pedido, restar imensamente prejudicada.

Corroborando com este argumento, está o entendimento do Tribunal de Justiça do MT, que possibilita o recebimento da presente no duplo efeito, conforme Acórdão N° 1.0672.05.182066-6/007(1), publicado em 02 Abril 2009:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - APELAÇÃO - IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO - DUPLO EFEITO - LESÃO GRAVE OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO. É possível a concessão de efeito suspensivo às hipóteses em que a lei prevê apenas o efeito devolutivo para a apelação, quando verificada lesão grave ou de difícil reparação, ex vi art. 558, do CPC.

2
Batistini

DECLARATION OF THE PRINCIPLES OF THE CONSTITUTION OF THE UNITED STATES

WE, the People, in order to form a more perfect Union, establish Justice, insure domestic Tranquility, provide for the common defence, promote the general Welfare, and secure the Blessings of Liberty to ourselves and our Posterity, do hereby declare the following Principles to be the Basis of the Constitution of the United States:

1. All legislative Powers herein granted shall be vested in a Congress of the United States, which shall consist of a Senate and House of Representatives.

2. The Senate shall be composed of two Senators from each State, chosen by the Legislature thereof, for six Years; and each Senator shall have one Vote.

3. The House of Representatives shall be composed of Members chosen every second Year by the People of the several States; and the Electors in each State shall have the Qualifications requisite for Electors of the most numerous Branch of the State Legislature.

4. No Person shall be a Representative who shall not, when elected, have seven Years since he attained to the Age of twenty one Years, and seven Years since he attained to the Age of twenty one Years, and seven Years since he attained to the Age of twenty one Years.

5. The Electors in each State shall have the Qualifications requisite for Electors of the most numerous Branch of the State Legislature.

6. No Person shall be a Senator who shall not, when elected, have nine Years since he attained to the Age of thirty Years, and nine Years since he attained to the Age of thirty Years, and nine Years since he attained to the Age of thirty Years.

7. No Person shall be a Representative who shall not, when elected, have seven Years since he attained to the Age of twenty one Years, and seven Years since he attained to the Age of twenty one Years, and seven Years since he attained to the Age of twenty one Years.

188

RESSALTE-SE AINDA QUE, ESTAMOS DIANTE DE UMA EXECUÇÃO EQUIVOCADA, TENDO EM VISTA A FLAGRANTE EXECUÇÃO EXCESSIVA, O QUE SERÁ EXPOSTO MAIS ADIANTE, NÃO SENDO JUSTO QUE A RÉ, ORA EXECUTADA, ARQUE COM A IRRESPONSABILIDADE E OMISSÃO DA EXEQUENTE!!!!!!!!!!!!

Assim, confia a Impugnante que seja recebida a presente em seu duplo efeito, e indeferido qualquer eventual pedido de levantamento de valores em favor da Exequente!

DA SÍNTESE DA DEMANDA

O Autor, ora impugnado, ajuizou a presente demanda em face da Ré, ora Impugnante, requerendo a sua condenação ao pagamento da indenização em virtude de acidente de trânsito, pleiteando assim pagamento de seguro por invalidez.

MM. Juiz entendeu por bem julgar procedente o pedido autoral:

Ante o exposto, rejeito as preliminares suscitadas e no mérito julgo **PROCEDENTE** em parte a pretensão autoral para condenar a requerida ao pagamento da importância referente a complementação do seguro DPVAT no valor de R\$ 12.825,00 (doze mil, oitocentos e vinte cinco reais), valor este a ser atualizado monetariamente a partir do adimplemento parcial e juros de 1% ao mês, a partir da citação. Defiro a gratuidade requerida no bojo da inicial. Sem custas e honorários, a teor do art. 55, da Lei nº 9.099/95.

Inconformada a parte ré interpôs recurso de apelação, que foi improvido:

Acordam os Juízes de Direito integrantes da Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Interior do Estado de Sergipe e Criminais da Comarca de Aracaju, à unanimidade, declarar incidenter tantum a inconstitucionalidade do art. 8º da Lei 11.482/2007, na parte em que altera os valores indenizatórios previstos no art. 3º da Lei 6.194/74, para, em consequência, conhecer do recurso interposto, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o julgamento a quo, e condenando a recorrente em custas processuais e honorários advocatícios, estes no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da

condenação.

Assim, a parte ora Impugnante realizou pagamento judicial no total de R\$ 19.653,91 (dezenove mil, seiscentos e cinquenta e três reais e noventa e um centavos), conforme guia juntada aos autos em março de 2010.

Não obstante, a parte autora ingressou com execução, requerendo seja a ré, ora Impugnante, compelida ao pagamento de remanescente de R\$ 3.214,38 (três mil duzentos e quatorze reais e trinta e oito centavos), conforme petitório de folhas 163/167.

Ocorre que, como veremos a seguir, o valor executado se encontra excessivo, na medida em que foi realizado pagamento voluntário.

Assim, temos por óbvio que não há quantia a ser executada, nem tampouco referente à multa do art. 475j, o que por si só não enseja razão para presente execução.

DO EXCESSO DA EXECUÇÃO - FLAGRANTE EQUÍVOCO!

Necessário esclarecer que conforme consta dos autos, o Impugnado realizou a execução de valor da condenação que entende devido, em razão da indenização na monta integral, acrescida de correção monetária, juros legais, multa prevista no art. 475-J.

No cálculo realizado pela ora Impugnante, verifica-se que a quantia executada encontra-se equivocada, conforme restará claro mediante cálculos apresentados abaixo.

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

10/04/2010
J. B. Araújo

184

Data de atualização dos valores: dezembro/2009

Indexador utilizado: INPC-IBGE

Juros moratórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 10/12/2008

Acréscimo de 0,00% referente a multa.

Honorários advocatícios de 20,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1		11/05/2007	12.825,00	14.677,56	0,00	1.761,31	0,00	16.438,87

Sub-Total
Honorários advocatícios (20,00%) (+)
Sub-Total

R\$ 16.438,87

R\$ 3.287,77

R\$ 3.287,77

TOTAL GERAL

R\$ 19.726,64

R\$ 19.726,64 – R\$ 19.653,91 = R\$ 72,73

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: novembro/2012

Indexador utilizado: INPC-IBGE

Juros moratórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 29/12/2009

Acréscimo de 0,00% referente a multa.

Honorários advocatícios de 0,00%.



O valor informado foi corrigido para o dia 01/10/2012, pois não existe índice cadastrado para a data final informada.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1		29/12/2009	72,73	85,72	0,00	30,00	0,00	115,72

Sub-Total

R\$ 115,72

TOTAL GERAL

R\$ 115,72

SALDO REMANESCENTE ATUALIZADO R\$ 115,72

[illegible]

MEMORANDUM FOR	DATE	FROM	SUBJECT
1	11-15-61	11-15-61	11-15-61
2	11-15-61	11-15-61	11-15-61
3	11-15-61	11-15-61	11-15-61
4	11-15-61	11-15-61	11-15-61
5	11-15-61	11-15-61	11-15-61
6	11-15-61	11-15-61	11-15-61
7	11-15-61	11-15-61	11-15-61
8	11-15-61	11-15-61	11-15-61
9	11-15-61	11-15-61	11-15-61
10	11-15-61	11-15-61	11-15-61
11	11-15-61	11-15-61	11-15-61
12	11-15-61	11-15-61	11-15-61
13	11-15-61	11-15-61	11-15-61
14	11-15-61	11-15-61	11-15-61
15	11-15-61	11-15-61	11-15-61
16	11-15-61	11-15-61	11-15-61
17	11-15-61	11-15-61	11-15-61
18	11-15-61	11-15-61	11-15-61
19	11-15-61	11-15-61	11-15-61
20	11-15-61	11-15-61	11-15-61
21	11-15-61	11-15-61	11-15-61
22	11-15-61	11-15-61	11-15-61
23	11-15-61	11-15-61	11-15-61
24	11-15-61	11-15-61	11-15-61
25	11-15-61	11-15-61	11-15-61
26	11-15-61	11-15-61	11-15-61
27	11-15-61	11-15-61	11-15-61
28	11-15-61	11-15-61	11-15-61
29	11-15-61	11-15-61	11-15-61
30	11-15-61	11-15-61	11-15-61
31	11-15-61	11-15-61	11-15-61
32	11-15-61	11-15-61	11-15-61
33	11-15-61	11-15-61	11-15-61
34	11-15-61	11-15-61	11-15-61
35	11-15-61	11-15-61	11-15-61
36	11-15-61	11-15-61	11-15-61
37	11-15-61	11-15-61	11-15-61
38	11-15-61	11-15-61	11-15-61
39	11-15-61	11-15-61	11-15-61
40	11-15-61	11-15-61	11-15-61
41	11-15-61	11-15-61	11-15-61
42	11-15-61	11-15-61	11-15-61
43	11-15-61	11-15-61	11-15-61
44	11-15-61	11-15-61	11-15-61
45	11-15-61	11-15-61	11-15-61
46	11-15-61	11-15-61	11-15-61
47	11-15-61	11-15-61	11-15-61
48	11-15-61	11-15-61	11-15-61
49	11-15-61	11-15-61	11-15-61
50	11-15-61	11-15-61	11-15-61
51	11-15-61	11-15-61	11-15-61
52	11-15-61	11-15-61	11-15-61
53	11-15-61	11-15-61	11-15-61
54	11-15-61	11-15-61	11-15-61
55	11-15-61	11-15-61	11-15-61
56	11-15-61	11-15-61	11-15-61
57	11-15-61	11-15-61	11-15-61
58	11-15-61	11-15-61	11-15-61
59	11-15-61	11-15-61	11-15-61
60	11-15-61	11-15-61	11-15-61
61	11-15-61	11-15-61	11-15-61
62	11-15-61	11-15-61	11-15-61
63	11-15-61	11-15-61	11-15-61
64	11-15-61	11-15-61	11-15-61
65	11-15-61	11-15-61	11-15-61
66	11-15-61	11-15-61	11-15-61
67	11-15-61	11-15-61	11-15-61
68	11-15-61	11-15-61	11-15-61
69	11-15-61	11-15-61	11-15-61
70	11-15-61	11-15-61	11-15-61
71	11-15-61	11-15-61	11-15-61

72 884.27 201
73 740.15 19
74 182.5 28
75 201.01 20

(+) 1000-0978
1010-0978

JA23a JTD

01-07-2010 10:00:00 AM

[illegible][illegible]

ST. 17 29

NOTES

SECRET

Handwritten signature

185/8

Assim, tendo em vista o flagrante excesso de execução, requer seja julgada procedente a presente impugnação para devolver quantia excedente, referente ao bloqueio, a Impugnante.

DA INAPLICABILIDADE DA MULTA DO ART. 475-J CONFORME NOVEL ENTENDIMENTO DO EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O E. STJ fixou o entendimento de que a multa do art. 475-J do CPC só pode valer após o credor apresentar a memória dos cálculos atualizada. *In verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ART. 475-J DO CPC. MULTA.

1. A fase de cumprimento de sentença não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da decisão. De acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercício de atos para o regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada. 2. Observado pelo credor o procedimento relativo ao cumprimento do julgado na forma do art. 475-J do CPC e ciente o advogado da parte devedora acerca da fase executiva, o descumprimento da condenação a que lhe fora imposta implica na imposição de multa de 10% sobre o montante devido. 3. Agravo regimental provido para aplicar a multa prevista no art. 475-J do CPC.

Diante da jurisprudência da corte uniformizadora da legislação infraconstitucional, é incabível a multa exigida pelo petitório de fls. vez que a parte Ré efetuou depósito voluntário sendo que deveria ter sido intimada de eventuais diferenças para outra complementação caso fosse existente, o que estará comprovado que não existe saldo remanescente nos termos propostos pela parte Exequente.

Assim, conforme cálculo apresentado, o valor a que o Exequente tem direito é R\$ 115,72!!! Verificando-se que o excedente é excesso à execução devendo a parte Exequente devolver o valor de R\$ 3.098,66 (três mil e noventa e oito reais e setenta e dois centavos).

DO PEDIDO

Ex Positis, seja a presente Impugnação recebida por tempestiva, sendo conhecida, por atender os requisitos do artigo 475-L, incisos III e V do CPC.

E ainda que a presente Impugnação seja **julgada procedente**, reconhecendo-se que se existir valor devido ao Impugnado que não exceda o valor de R\$ 115,72 (cento e quinze reais e setenta e dois centavos)!

Sendo assim, requerer a imediata transferência e consequentemente o efetivo **DESBLOQUEIO** das contas da Seguradora, no seu valor excedente ao constatado pela Impugnante.

Finalmente, requer-se a condenação do Exequente em litigância de má-fé e honorários advocatícios diante de sua MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA DOS CÁLCULOS DE "SALDO REMANESCENTE", revogando-se a JG deferida tendo em vista o já enriquecimento da parte Autora diante da condenação que lhe foi devida.

Caso assim não entenda V. Exa., ou em novo caso de petitório da parte Exequente de "saldo remanescente" requer o envio dos autos ao Contador Judicial, para que o mesmo produza planilha correta de cálculos e ocorra a adequação do valor da Execução.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Moita Bonita/SE, 13 de dezembro de 2012.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089


KELLY CHRYSLIAN SILVA SANTANA
OAB/SE 2592

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br

CERTIDÃO

Certifico que

[illegible]

Escrivão / Chefe de Secretaria

CONCLUSÃO

2005 Cartão Bônus concluído ao (a) *[illegible]*

do (a) *[illegible]* da Diretoria de *[illegible]*

Falta *[illegible]* / *[illegible]*

Escrivão(a)

SEM EFEITO

[illegible]



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
FÓRUM DISTRITAL DE MOITA BONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N – CENTRO – FONE: 079 – 3453-1476
CARTÓRIO JUDICIAL

Processo: 200882100407

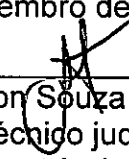
CERTIDÃO

Certifico que:

1. Foi lançado Ato Ordiantório avistável às fls. 179, decorrente do item (3) do despacho de fls. 175, com publicação no DJ/SE, no dia 28/11/2012, como sedenota da resenha de fls. 187;
2. O executado ofereceu **IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO**, em 14/12/2012 (fl. 180-v), avistável às fls. 180/186, **INTEMPESTIVAMENTE**, visto que, a publicação do Ato Ordiantório de fl. 179, foi publicado no DJ/SE, no dia 28/11/2012, iniciando-se a contagem do prazo de 15(quinze) dias dias, no dia seguinte ao da publicação, qual seja: 29/11/2012, findando em 13/12/2012.

Ante o exposto, remeto os autos à conclusão.

Moita Bonita/SE, 19 de dezembro de 2012.


Ailton Souza de Jesus
técnico judiciário
matrícula 8267

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos com concluso ao magistrado desta Comarca de Ribeirópolis/SE, nesta data.

Moita Bonita/SE, 08/01 /2013


Layseane dos Santos Machado
Diretora de Secretaria



Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distrito de Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida e São Miguel do Aleixo/Se

Processo nº 200882100407
Exequente: Carlos Antônio da Cunha
Executado: Companhia Excelsior de seguros.

DESPACHO

R. hoje.

Em razão da intempestividade da impugnação, rejeito-a. Dê-se vista ao exequente, pelo prazo de 10 (dez) dias, para requerer o que entender pertinente, sob pena de extinção.

Moita Bonita/SE, 15 de Janeiro de 2013.


Paulo Roberto Fonseca Barbosa,
Juiz de Direito



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
FÓRUM DISTRITAL DE MOITA BONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N – CENTRO – FONE: 079 – 3453-1476
CARTÓRIO JUDICIAL

Processo: 200882100407
Ação cível : Cobrança/Cumprimento de Sentença
Exequente: Carlos Antônio da Silva
Executado: Companhia Excelsior de Seguros

CERTIDÃO

Certifico que a pedido da parte interessada, o executado, informo que o despacho avistável à fl. 188, foi publicado no DJ/SE no dia 23/01/2013, como se depreende da consulta mantida junto ao SCP do TJ/SE.

Moita Bonita/SE, 01 de fevereiro de 2013.


Ailton Souza de Jesus
técnico judiciário

JUNTADA

Junto a estes autos o requerimento,
em fax, que segue.

Moita Bonita, 06 de 02 de 20 13.

af
Técnico Judiciário

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO
DISTRITO JUDICIÁRIO DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE.**

Processo nº – 200882100407

**CARLOS ANTONIO DA CUNHA, POR SEUS SUCESSORES, já
qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem, perante este Juízo requerer:**

**1 - Prosseguimento da execução, em relação ao valor subsidiário,
com a fixação da multa do 475-J.**

Nesses Termos

Pede e espera Deferimento.

Aracaju/SE, 4 de fevereiro de 2013.

VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DEDA

OAB/SE 4316



JUNTADA

Segue o requerimento que segue.

06 de 02 de 2013

[Signature]

Recebo Judicial

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa	Osmar da Silva Aquino	Amanda de Oliveira M.	Darlan Alves Moulin
Henrique A. F. Motta	Adriana França da Costa	José Noêmia Fraga Teixeira	Giovanna de Andrade Ribeiro
Fábio João Soito	Cristina de Oliveira Ferreira	Juliana Justo de Oliveira	Isabel Alves da Rocha
João Paulo Martins	Evelyn I. Castillo Arevalo	Taisa Nery Silva Chagas	Isabel Teixeira das Chagas
Joselaine Maura Figueiredo	Gabrielle Guimarães de Souza	Klarissa M. C. Campos Ferreira	Lidiane da Silva Erves
Nicole Vianna Riente	Roberta Cunha Marinho	Deolindo Barreto Lima	Cristiane M. Saunier Flo: Paloma Baptista de Oliveira
Fernando de Freitas Barbosa	Ananda Dias Mendes	Neto	
Flávia Nonato Roberto	Alessandra Modolo	Michelle Galvão da Silva de Souza	

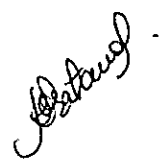
EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE RIBEIROPOLIS- DISTRITO DE MOITA BONITA/SE.

Processo n.º 200882100407

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, já devidamente qualificado nos autos, inconformada, *data máxima vênia*, com a **R. Decisão proferida na execução, que lhe move CARLOS ANTONIO DA CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, *mui* respeitosamente, à presença de V. Ex^a, tendo em vista o disposto no art. 526 da Lei Adjetiva Civil, informar que interpôs Agravo de Instrumento em face da decisão de fls., que **entendeu ser extemporânea a impugnação, revogando a concessão do efeito suspensivo.**

Ante o exposto, requer desde logo a juntada aos autos de cópia da petição do Agravo de Instrumento, do comprovante de sua interposição, bem como a relação dos documentos que instruíram o recurso, citados abaixo;

1. Petição Inicial acompanhada de documentos;
1. Instrumento de mandato (procuração e substabelecimento) outorgado pelo Agravado;
2. Contestação acompanhada de documentos;
3. Instrumentos de mandato (procuração e substabelecimento) outorgados pela Agravante e seus atos constitutivos;
4. Decisão agravada;

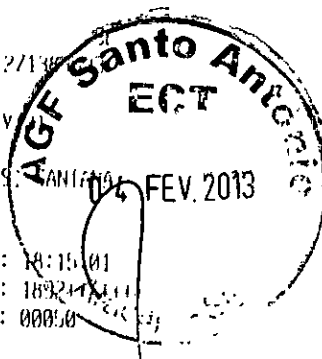


ECT - IMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 423937 AG SANTO ANTONIO
ARACAJU
CNPJ.: 0426220000190 Ins. Est.: 271388

COMPROVANTE DE RECEBIMENTO

Cliente.....: FLEURY, GUSTAVO S. SANTO ANTONIO
CNPJ/CPF.....: 53308464587

Movimento.: 04/02/2013 Hora.....: 18:15:01
Carga.....: 49315389 Matrícula.: 189247844
Encomenda.: 090 Atendimento: 00050
Modalidade.: A Vista



DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEDEX A VISTA	1	14,40
Valor do Porte(R\$):	14,40	
Cep Destino:	49560 000 (SE)	
Peso real (KG):	0,063	
Peso Tarifado:	0,063	
Objeto:	S1438642861BR	

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor, faça seguro,
declarando o valor do objeto.

VALOR EM DINHEIRO(R\$):	14,40
VALOR RECEBIDO(R\$):	14,40



Obj. Postado após horário fim post ag. DH (Depois da hora)

SERV. POSTAIS: DIRETOS E DEVERES ECT 0536/78

CAC - Capitais e Regiões Metrop. 30030100
Demais Localidades: 0800/25/282 Sugestões e
Reclamações: 0800/250100 www.correios.com.br

VIA CLIENTE SARA b.3.04

5. Certidão da decisão;

6. Outros documentos pertinentes ao caso em tela.

Termos em que,

Pede deferimento.

Moita Bonita, 04 de fevereiro de 2013.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A. F. Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089


KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA
OAB/SE 2592

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br



PROTOCOLO JUDICIAL DO 2º GRAU

Praça Fausto Cardoso, 112, Térreo, Aracaju-SE – Fones: 3226-3145/3218(Fax)

CERTIDÃO

Recebi uma petição com 05 laudas, acompanhada de 30 folhas com documentos, referente ao processo nº 200882100407.

☒ Com preparo; () Sem preparo; () Em FAX

Aju, 01/02/2013.

Ciente.

Sup. Prot. Jud. do 2º Grau

Advogado/Agravante

193
88
88

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

CÓPIA

João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Soito
João Paulo Martins
Joselaine Maura Figueiredo
Nicole Vianna Riente
Fernando de Freitas Barbosa
Flávia Nanato Roberto

Osmar da Silva Aquino
Adriana França da Costa
Cristina de Oliveira Ferreira
Evelyn J. Castillo Arevalo
Gabrielle Guimarães de Souza
Roberta Cunha Martinho
Ananda Dias Mendes
Alessandra Modolo

Amanda de Oliveira M. José
Noêmia Fraga Teixeira
Juliana Justo de Oliveira
Tatso Nery Silva
Rafaela F. Villas Boas Chagas
Marissa M. C. Campos Ferreira
Deolinda Barreto Lima Neto
Michelle Gólvão da Silva de Souza

Dorian Alves Moulin
Giovanna de Andrade Ribeiro
Isabel Alves da Rocha
Isabel Teixeira das Chagas
Lidiane da Silva Erves
Cristiane M. Saunier Flosi
Paloma Baptista de Oliveira

EXMO SR. DR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA
DO ESTADO DE SERGIPE.



2013012810877

01/02/13
A-36 no 3

Processo n.º 200882100407

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, já devidamente qualificado nos autos, inconformada, data máxima vênia, com a R. Decisão proferida nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, que lhe promove CARLOS ANTONIO DA CUNHA, perante o MM. Juízo de Direito da Vara Cível da Comarca de Moita Bonita/SE, vem, tempestivamente, por sua advogada infra firmada, interpor o presente AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO LIMINAR DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO E DEVOLUTIVO o que fazem nos termos das razões de fato e direito a seguir aduzidas, encontrando-se anexadas a presente a relação das peças obrigatórias e facultativas que formam o presente recurso, bem como as guias comprobatórias do recolhimento das custas judiciais respectivas.

Termos em que.

Pede deferimento.

Sergipe, 31 de janeiro de 2013.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

[Assinatura]
KELLY CHRYSYIAN SILVA SANTANA
OAB/SE 2592

RECEBUEMOS DO REQUERENTE EM 01/02/2013

Ref.: Processo Principal

Nº: 200882100407

Juizado Especial Cível da Comarca de Ribeirópolis/ Distrito de Moita Bonita/SE.

Entre Partes:

Autor: CARLOS ANTONIO DA CUNHA

Réu: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

RELAÇÃO DAS PEÇAS QUE ACOMPANHAM O PRESENTE RECURSO

A Agravante informa que colacionou no presente Agravo as cópias das peças abaixo relacionadas, declarando seus patronos à autenticidade das mesmas, para que produza seus jurídicos efeitos, são elas:

1. Instrumento de mandato (procuração e substabelecimento) outorgado pelo Agravado;
2. Instrumentos de mandato (procuração e substabelecimento) outorgados pela Agravante e seus atos constitutivos;
3. Decisão agravada;
4. Certidão da decisão;
5. Outros documentos pertinentes ao caso em tela.

Em cumprimento ao artigo 524, inciso III, do Código de Processo Civil, a Agravante informa o nome e endereço de seu patrono e do Agravado, a saber: **KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA**, OAB/SE 2592, com escritório situado na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SERGIPE.

Patronos da Agravante:

Drs. **Fabio João Soito**, inscrito na OAB/RJ 114.089, **Henrique A. F. Motta**, inscrito na OAB/RJ 113.815 e **João Barbosa**, inscrito na OAB/RJ 134.307, todos com escritório na São José, 90 - 8º andar, Grupos 810/812, Rio de Janeiro, RJ, **KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA**, OAB/SE 2592, com escritório situado na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SERGIPE.

Patrono do Agravado:

Drs. **ALEXANDRE SOBRAL DE ALMEIDA**, inscrito na OAB/SE 2795 E **VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DEDA**, OAB/SE 4316, com escritório na Rua Campos, nº 942, Bairro São José, Aracaju/SE;

Pela Agravante,

EGRÉGIO TRIBUNAL
COLEDA CÂMARA
EMÉRITOS JULGADORES

PRELIMINARMENTE

Com fundamento no art. 527, II, c/c o art. 558 do CPC, a Agravante pede, preliminarmente, seja o presente recurso recebido no efeito devolutivo e suspensivo, tendo em vista o que se segue:

Conforme se constata da Decisão ora agravada, o Dóuto Juiz "a quo", rejeitou a impugnação ajuizada pela Agravante em desfavor de CARLOS ANTONIO DA CUNHA, considerando-a INTEMPESTIVA, dando vista ao exequente, pelo prazo de 10 (dez) dias, para querer o que entender pertinente, sob pena de extinção.

Por tal razão, vem, a ora Agravante esposar suas razões para a reforma da r. decisão proferida pelo Ilustre Magistrado.

DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo uma vez que interposto no prazo de 10 (dez) dias conforme previsto na legislação.

A decisão que ora se Agrava foi publicada no dia 24/01/2013, iniciando a contagem em 25/01/2013 e findando-se em 03/02/2013. Mostra-se, portanto, tempestivo o presente recurso.

DA ADMISSIBILIDADE DO AGRAVO NA SUA FORMA INSTRUMENTAL

Determina a nova redação dada ao art. 522 do Código de Processo Civil, modificado pela Lei nº 11.187/05, in verbis:

"Art. 522. Das decisões interlocutórias caberá agravo de instrumento, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos

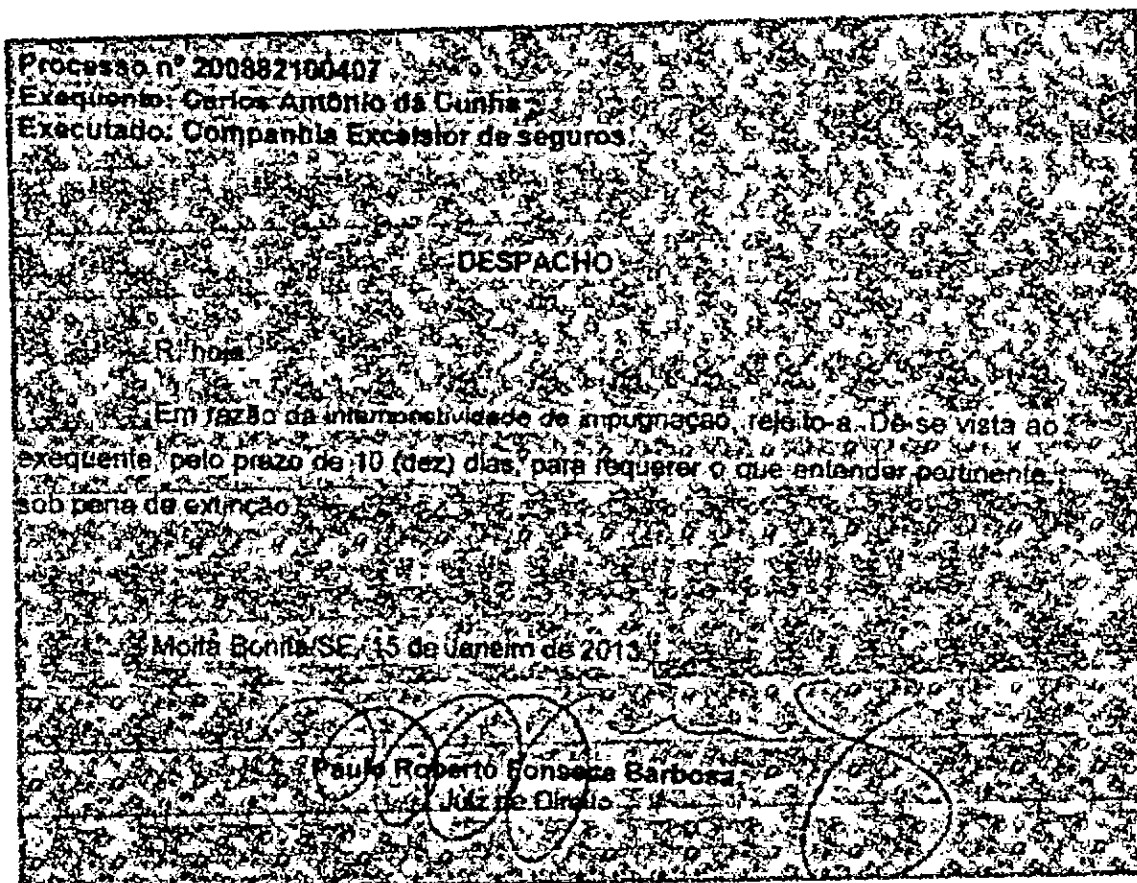
aos efeitos em que a apelação é recebida,
quando será admitida a sua interposição por
instrumento" (grifamos).

197
8

892
6

É a hipótese dos autos, eis que a manutenção da decisão agravada deve ser considerada como circunstância capaz de causar à Agravante lesão grave e de difícil reparação.

Isso porque, o MM. Juízo monocrático ao proferir a decisão:



Por tal razão, vem, a ora Agravante esposar suas razões para a reforma do r. decisão proferida pelo Ilustre Magistrado, que rejeitou a impugnação.

Ocorre que, a Ré interpôs **TEMPESTIVAMENTE** a impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, após a publicação em 29/11/2012, por protocolo postal, na data de 14/12/2012, de acordo com a RESOLUÇÃO 11/2002 do TJSE e PROTOCOLO DE PETIÇÃO EM ANEXO.

198
78
102
Como se verifica, houve equívoco, na medida em que o juiz a quo não recebeu a impugnação, considerando-a intempestiva.

Pelo exposto, a agravante requer seja admitido o presente agravo de instrumento.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, requer a Agravante o recebimento do presente Agravo no duplo efeito, bem como a sua procedência por essa E. Corte, para que seja modificada a decisão que rejeitou a impugnação, considerando-a intempestiva, tendo em vista a não apreciação da impugnação interposta TEMPESTIVAMENTE pela agravante, acarretada pela decisão supramencionada, que pode causar enormes prejuízos, visto que a decisão encontra-se totalmente equivocada, e ao final, dado provimento ao recurso, para cassar a decisão agravada, devendo ao final ser julgada a referida Impugnação, tudo como medida de Direito e JUSTIÇA!

Nestes Termos,

Pede conhecimento e provimento.

Sergipe, 31 de janeiro de 2013.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

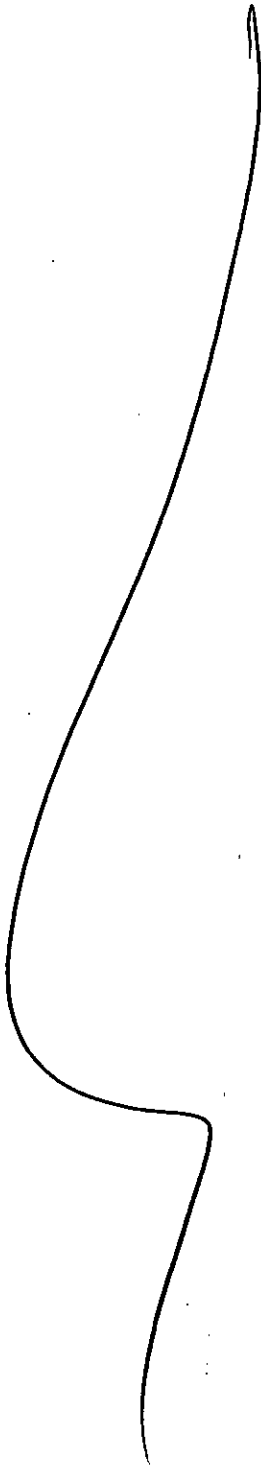
Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA

OAB/SE 2592

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosadvass.com.br



JUNTADA

Junto a estos autos 8 requerimiento

que sigue

Monto: 15702/13 de 20

[Signature]

RECIBO JUNTADA



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
FÓRUM DISTRITAL DE MOITA BONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N – CENTRO – FONE: 079 – 3453-1476
CARTÓRIO JUDICIAL

Processo: 200882100407

CERTIDÃO

Certifico que compulsando os autos detalhadamente e o que dispõe os parágrafos 3º e 4º, da lei nº. 11.419/2006, foi observado o seguinte:

1. a certidão lançada à fl. 187, foi equivocada. Em razão disso, a impugnação à execução avistável às fls. 180/186, foi ofertada, TEMPESTIVAMENTE, pela executada.
 2. o exequente ofereceu requerimento à fl. 190;
 3. o executado ofereceu requerimento às fls. 191/198.
 4. ante o exposto, remeto os autos à conclusão.
- Moita Bonita/SE, 19 de fevereiro de 2013.


Ailton Souza de Jesus
técnico judiciário

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos concluso ao magistrado desta Comarca de Ribeirópolis/SE, nesta data.

Moita Bonita/SE, ____/____/2013

Layseane dos Santos Machado
Diretora de Secretaria

51

17



Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distrito de Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida e São Miguel do Aleixo

DECISÃO

R. hoje.

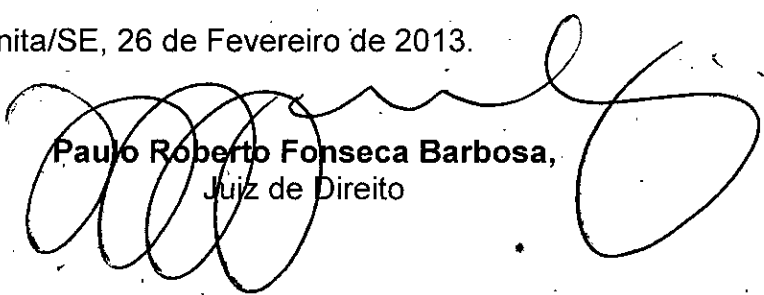
Ante a certidão de fls. 199, chamo o feito à ordem e torno sem efeito a decisão de fls. 188, a qual reconheceu, erroneamente, a intempestividade da impugnação.

Ademais, valho-me do juízo de retratação inerente aos agravos e reconheço o equívoco sobre a extemporaneidade da impugnação.

Ato contínuo, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre o petitório de fls. 180/186.

Em seguida, após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, conclusa.

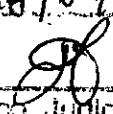
Moita Bonita/SE, 26 de Fevereiro de 2013.

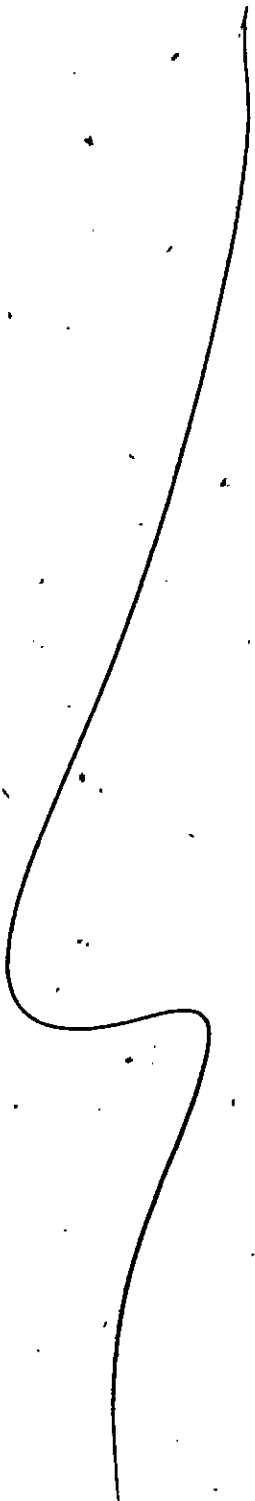

Paulo Roberto Fonseca Barbosa,
Juiz de Direito

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o despacho supra
foi publicado no dia 21 de março de
2013.

Moita Bonita, 01/04/13 do 2013.


Técnico Judiciário



que seguiu a J. 201 e 202

18 04 13.

Estevã (00)

Concluído

201

390222 - C1 / 2008-21520 / INV

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa	Osmar da Silva Aquino	Amanda de Oliveira M. José	Darlan Alves Moulin
Henrique A. F. Motta	Adriana França da Costa	Noêmia Fraga Teixeira	Giovanna de Andrade Ribeiro
Fabio João Soito	Cristina de Oliveira Ferreira	Juliana Justo de Oliveira	Isabel Alves da Rocha
João Paulo Martins	Evelyn I. Castillo Arevalo	Taís Nery Silva	Isabel Teixeira das Chagas
Joselaine Maura Figueiredo	Gabrielle Guimarães de Souza	Rafaela F. Villas Boas Chagas	Lidiane da Silva Erves
Nicole Vianna Riente	Roberta Cunha Marinho	Klarissa M. C. Campos Ferreira	Cristiane M. Saunier Flosi
Fernando de Freitas Barbosa	Ananda Dias Mendes	Deolindo Barreto Lima Neto	Paloma Baptista de Oliveira
Flávia Nonato Roberto	Alessandra Modolo	Michelle Galvão da Silva de Souza	

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA
COMARCA DE RIBEIROPOLIS- DISTRITO DE MOITA BONITA/SE

Processo n. 200882100407

Concluído

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, já devidamente qualificada nos autos da ação que lhe promove **CARLOS ANTONIO DA CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar que impetrou Mandado de Segurança, protocolado na data de 12/03/2013, tombado sob o número do processo **2013104750 e no. recurso 0057/2013** contra decisão de fls., **QUE REJEITOU** a impugnação por considerá-la intempestiva, motivo pelo qual requer desde já o sobrestamento do feito até seu julgamento, evitando execução indevida.

Termos em que,
Pede deferimento.

Ribeirópolis, 14 de março de 2013.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A. F. Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089


KELLY CHRYSSTIAN SILVA SANTANA
OAB/SE 2592

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br

AGF, Santo Antonio
ECT
17 MAR 2013

Conduzo

390222 - C1 / 2008-21520 / INV

202

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa	Osmar da Silva Aquino	Amanda de Oliveira M. José	Darlan Alves Maulin
Henrique A. F. Motta	Adriana França da Costa	Noêmia Fraga Teixeira	Giovanna de Andrade Ribeiro
Fabio João Soito	Cristina de Oliveira Ferreira	Juliana Justo de Oliveira	Isabel Alves da Rocha
João Paulo Martins	Evelyn I. Castillo Arevalo	Taisa Nery Silva	Isabel Teixeira das Chagas
Joselaine Maura Figueiredo	Gabrielle Guimarães de Souza	Rafaela F. Villas Boas Chagas	Lidiane da Silva Erves
Nicole Vianna Riente	Roberta Cunha Marinho	Klarissa M. C. Campos Ferreira	Cristiane M. Saunier Flosi
Fernando de Freitas Barbosa	Ananda Dias Mendes	Deolindo Barreto Lima Neto	Paloma Baptista de Oliveira
Flávia Nonato Roberto	Alessandra Modolo	Michelle Galvão da Silva de Souza	

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO
DISTRITO DE MOITA BONITA DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS-SE.

Processo n.º 200882100407

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, neste ato representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CARLOS ANTONIO DA CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., em atendimento ao despacho, **INFORMAR DA DESISTÊNCIA DO AGRAVO DE INSTRUMENTO SOB O NÚMERO 2013202121**, vez que protocolado de forma equivocada.

Por derradeiro, requer, ainda, a Peticionante, que seja observado o nome do patrono **KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA, OAB/SE 2592**, fornecendo-se o endereço da **RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SERGIPE** para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Ribeirópolis/ SE, 25 de fevereiro de 2013.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

Kelly
KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA
OAB/SE 2592

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br

USO EM ECF 40
ER CNPJ
TERMO DESCRIP

CNPJ 17114 03.000.000.000

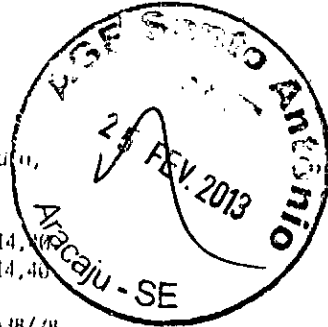
Movimento.: 27/02/2013 Hora.: 15:06:27
Caso.: 49564067 Matrícula.: 189.147.111
Lancamento.: 053 Atendimento.: 0003
Modalidade.: A Vista



DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SLDEX A VISTA	1	14,40
Valor do Porte(R\$):	14,40	
Cep destino: 49560 000 (SE)		
Peso real (KG):	0,031	
Peso tarifado:	0,031	
OBJETO: S1458645103BR		

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor, faça seguro,
declarando o valor do objeto.

VALOR EM DÍBITO(R\$): 14,40
VALOR RECEBIDO(R\$): 14,40



SERV. POSTAIS: DIRETOS E DEVIDOS R\$ 65,88/70

CAC Capitais e Regiões Metrop. 70000100
Demais Localidades: 0800/25/282 Sugestões e
Reclamações: 0800/154100 www.correios.com.br

VIA CLIENTE SARA 6.3.07

JUNTO A ESTE certificado
que segue
Moita Bonita 25 04 de 20 13.

Téc. SARA

EXCELENTÍSSIMO (A) SR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DO JUIZADO CÍVEL E CRIMINAL DO DISTRITO JUDICIÁRIO DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE.

Processo nº 2008 821 00407

TANIA REGINA SOARES DA CUNHA E KEYLA SOARES DA CUNHA, já identificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por meio deste expediente, apresentar **RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, nos termos a seguir:

1. Opõe-se a executada à cobrança de R\$ 3.214,38 (três mil duzentos e quatorze reais e e trinta e oito centavos), calculada referente ao valor remanescente devido pela mesma no processo:
2. Afirma a impugnante que o valor devido é de meros R\$ 115,00 (cento e quinze reais), razão pela qual pede a procedência da presente impugnação e consequente liberação de bloqueio, em função de suposto excesso de execução.
3. Ao fim, vindica a impugnante que seja reconhecida a conta apresentada e depositada, julgando-se procedente a impugnação e, por conseguinte, condenando o exeqüente ao pagamento de honorários de 20% sobre o valor da

execução além de multa de litigância de má-fé.

Entretanto, razão não lhe assiste. Senão, observe-se:

Os cálculos apresentados pelo autor tomam por base a data do pagamento administrativo a menor, a data da citação e, por fim, a data em que fora efetuado o pagamento, para se chegar ao valor realmente devido pela executada.

Note-se que o valor original R\$24.607,28(vinte e quatro mil seiscentos e sete reais e vinte e oito centavos), sequer foi impugnado pela ré em momento oportuno, ou seja, nos quinze dias subsequentes em que foi intimado a pagar o valor devido, razão pela qual fez precluir a oportunidade de aviar expediente de impugnação.

Desta forma, a presente impugnação é manifestadamente intempestiva, razão pela qual deve ser desconsiderada por este juízo.

Assim o exequente concluiu pela existência de um valor remanescente, o qual foi totalizado até a data próxima da realização da penhora, importância esta que totaliza R\$ 3.214,38, já que o valor conquistado pelo autor necessita ser atualizado até a data do efetivo pagamento.

Por tais motivos, urge que este juízo aprecie a impugnação para julgá-la improcedente, inclusive, no que diz respeito ao pedido de condenação em honorários de 20% sobre o valor da execução, porque não há justificativa para cobrança da verba advocatícia, pois o cumprimento de sentença, hodiernamente, é mera fase processual de cobrança no processo civil sincrético.

Ao fim, em relação ao pleito de litigância de má-fé, observa-se que a impugnada esta exercendo direito constitucional de perseguir seus créditos.

Nestes termos, requer deferimento.

Aracaju 22 de abril de 2013

Valério César de Azevedo Déda.

Adv. OAB/SE 4316.

42



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
FÓRUM DISTRITAL DE MOITA BONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N - CENTRO - FONE: 079 - 3453-1476
CARTÓRIO JUDICIAL

Processo: 200882100407

CERTIDÃO

Certifico que o autor ofertou manifestação a impugnação avistável às fls. 203/204, cumprindo, assim, a determinação de fl. 200. Assim sendo, remeto os autos à conclusão. Moita Bonita/SE, 25/04/2013


Ailton Souza de Jesus
técnico judiciário

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao magistrado desta Comarca de Ribeirópolis/SE, nesta data.
Moita Bonita/SE, 30/04/2013


Layseane dos Santos Machado
Diretora de Secretaria



**Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis
Distritos de Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida e São Miguel do Aleixo/SE**

DESPACHO

R. hoje.

Intime-se o impugnante para que, no prazo de 10 (dez) dias se manifeste acerca da resposta a impugnação de fls. 203/204.

Em, 03 de Maio de 2013.


Paulo Roberto Fonseca Barbosa,
Juiz de Direito

JUNTADA

Junto a estos autos se requirieron
que seque.

Mérida, Bonita, 19 de 06 de 13.



Jefe de la Oficina Judicial

JOAO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa	Osmar da Silva Aquino	Amanda de Oliveira M. José	Darlan Alves Moulin
Henrique A. F. Motta	Adriana França da Costa	Noêmia Fraga Teixeira	Giovanna de Andrade Ribeiro
Fábio João Soito	Cristina de Oliveira Ferreira	Juliana Justo de Oliveira	Isabel Alves da Rocha
João Paulo Martins	Evelyn I. Castillo Arevalo	Taísa Nery Silva	Isabel Teixeira das Chagas
Joselaine Maura Figueiredo	Gabrielle Guimarães de Souza	Rafaela F. Villas Boas Chagas	Lidiane da Silva Erves
Nicole Vianna Riente	Roberta Cunha Marinho	Klarissa M. C. Campos Ferreira	Cristiane M. Saunier Flosi
Fernando de Freitas Barbosa	Ananda Dias Mendes	Deolindo Barreto Lima Neto	Paloma Baptista de Oliveira
Flávia Nonato Roberto	Alessandra Modolo	Michelle Galvão da Silva de Souza	

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO
DISTRITO DE MOITA BONITA-COMARCA DE RIBEIROPOLIS/SE.

Processo nº 200882100407

SEGURADORA CIA EXCELSIOR DE SEGUROS,
empresa seguradora já qualificada nos autos, neste ato
representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos
da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, movida por KEILA SOARES
DA CUNHA E TANIA REGINA SOARES DA CUNHA, ambas herdeiras de
CARLOS ANTONIO DA CUNHA, mui respeitosamente, à presença de V.
Exa., de acordo com o despacho de fls., expor para ao fim
requerer:

O Autor, ora impugnado, ajuizou a presente demanda em face da
Ré, ora Impugnante, requerendo a sua condenação ao pagamento
da indenização em virtude de acidente de trânsito, pleiteando
assim pagamento de seguro por invalidez.

MM. Juiz entendeu por bem julgar procedente o pedido autoral:

Ante o exposto, rejeito as preliminares
suscitadas e no mérito julgo PROCEDENTE em
parte a pretensão autoral para condenar a
requerida ao pagamento da importância referente
a complementação do seguro DPVAT no valor de R\$

Butcher

208

12.825,00 (doze mil, oitocentos e vinte cinco reais), valor este a ser atualizado monetariamente a partir do adimplemento parcial e juros de 1% ao mês, a partir da citação. Defiro a gratuidade requerida no bojo da inicial. Sem custas e honorários, a teor do art. 55, da Lei nº 9.099/95.

Inconformada a parte ré interpôs recurso de apelação, que foi improvido:

Acordam os Juízes de Direito integrantes da Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Interior do Estado de Sergipe e Criminais da Comarca de Aracaju, à unanimidade, declarar incidenter tantum a inconstitucionalidade do art. 8º da Lei 11.482/2007, na parte em que altera os valores indenizatórios previstos no art. 3º da Lei 6.194/74, para, em consequência, conhecer do recurso interposto, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o julgamento a quo, e condenando a recorrente em custas processuais e honorários advocatícios, estes no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Assim, a parte ora Impugnante realizou pagamento judicial no total de R\$ 19.653,91 (dezenove mil, seiscentos e cinquenta e três reais e noventa e um centavos), conforme guia juntada aos autos em março de 2010.

Não obstante, a parte autora ingressou com execução, requerendo seja a ré, ora Impugnante, compelida ao pagamento de remanescente de R\$ 3.214,38 (três mil duzentos e quatorze reais e trinta e oito centavos), conforme petitório de folhas 163/167.

Ocorre que, como veremos a seguir, o valor executado se encontra excessivo, na medida em que foi realizado pagamento voluntário e que a multa do art. 475-J não é devida.

Assim, a parte impugnante reporta-se aos termos da impugnação. Haja vista o flagrante excesso de execução e requer seja julgada procedente a presente impugnação para devolver quantia excedente, referente ao bloqueio, a Impugnante.

29

Caso assim não entenda V. Exa., ou em novo caso de petitório da parte Exequente de "saldo remanescente" requer o envio dos autos ao Contador Judicial, para que o mesmo produza planilha correta de cálculos e ocorra a adequação do valor da Execução.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Distrito de Moita Bonita/SE, 20 de junho de 2013.

João Barbosa

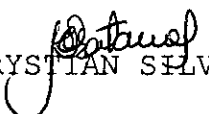
Henrique A F Motta

Fabio João Soito

OAB/RJ 134.307

OAB/RJ 113.815

OAB/RJ 114.089


KELLY CHRYSSTIAN SILVA SANTANA

OAB/SE 2592

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que ante o feor
de fl 206/209, remeto os
autos à conclusão.

Moita Bonita, 19/06/13 de 20__

[Assinatura]
Técnico Judiciário

CONCLUSÃO

Nesta MM. J. de 25 de 06 de 20__ 13
Bonita Comarca do Rio de Janeiro.

Moita Bonita, 25 de 06 de 20__ 13

[Assinatura]
Diretor da Secretaria



Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Juízo de Direito da Comarca de Ribeirópolis

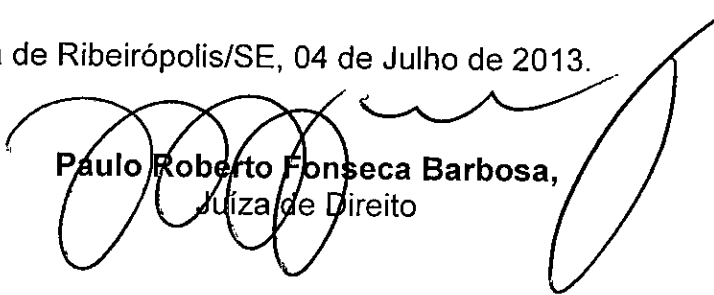
DESPACHO

R. hoje.

Converto o julgamento em diligência para determinar à Secretaria que, cadastre corretamente o nome das exequentes, consoante às fls. 129/138, no prazo de 05 (cinco) dias;

Ato contínuo, por versar sobre interesse de incapaz, remetam-se os autos ao MP para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer sua respectiva cota.

Comarca de Ribeirópolis/SE, 04 de Julho de 2013.


Paulo Roberto Fonseca Barbosa,
Juiz de Direito

VISTA

Faço vista dos autos em ... ao(a) _____
<i>MP.</i>
Vista Bon ... de 20 <u>12</u>
Técnico Judiciário

2005

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao(a) MM. Juiz(a) de Direito da Comarca de Ribeirão Preto.

Moita Bonita, 22 de Maio de 2013.

[Handwritten signature]

Escrivão / Chefe de Secretaria

omissivo

...
...
...
...

...

...

[Large handwritten signature]

...

212



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SERGIPE
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS/SE

Proc. Nº: 200882100407

R. Hoje

Defiro a perícia requerida pela parte impugnante/executada e pelo Ministério Público.

Assim, tendo em conta que a atualização do débito perseguido nestes autos demanda cálculos de alta complexidade, determino o envio dos autos ao contador judicial para que proceda a realização dos cálculos da quantia vindicada neste cumprimento de sentença, em obediência aos parâmetros fixados no respectivo título judicial, qual seja, sentença proferida no processo nº 200782100407 (fls. 69/71), *decisum* ratificado pelo Egrégio TJ/SE..

Arbitro honorários a favor do perito no importe de R\$ 434,40 (quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos).

Desta forma, nomeio como perito o profissional vinculado a este TJ/SE. Adote o cartório, no prazo de 10 (dez) dias, providências necessárias para a realização da perícia perante o Tribunal de Justiça.

Após, intimem-se as partes para manifestação em 5 (cinco) dias.
Cumpra-se. Providências legais.

Ribeirópolis, 27 de novembro de 2013.

Taiane Danusa Gusmão Barroso Sande

Juíza de Direito



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Consulta por Número do Processo

213
Gerada em
11/12/2013
10:04:20

Processo: 200882100407

Dados do Processo				
Número 200882100407	Classe Cumprimento de sentença	Competência MOITA BONITA	Ofício Único	Processo Físico
Guia Inicial 200812700655	Situação JULGADO	Distribuído Em: 14/10/2008	Local do Registro MOITA BONITA	
Julgamento 25/08/2009				
Segredo de Justiça NÃO	Impedimento/Suspeição NÃO			
Processo Sigiloso NÃO				
Número Único: 0000454-19.2008.8.25.0069				

Assuntos
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução - Obrigação de Fazer / Não Fazer

Recursos no 2º Grau			
2013104750	2013202121		

Partes do Processo		
Tipo	Nome	Representante da Parte
Exequente	KEYLLA SOARES DA CUNHA CPF:05756145524	Advogado(a): ALEXANDRE SOBRAL ALMEIDA - 2795/SE Advogado(a): VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DÉDA - 4316/SE Advogado(a): TIALLA TEIXEIRA COSTA DE CASTRO - 4733/SE
Executado	COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS	Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA - 2592/SE

Movimentos do Processo					
Data	Movimento	Descrição	Localização	Diário da Justiça	Usuário
11/12/2013	Outras Informações	Perícia solicitada para o Perito Augusto Mendonça Conceição	Secretaria	Não	Ailton Souza de Jesus (11/12/2013 às 10:03:41)
05/12/2013	Decisão ou Despacho	{Decisão ou Despacho >> Mero Expediente} Proc. Nº: 200882100407 R. Hoje Defiro a perícia requerida pela parte impugnante/executada e pelo Ministério Público. Assim, tendo em conta que a atualização do débito perseguido nestes autos demanda cálculos de alta complexidade, determino o envio dos autos ao contador judicial para que proceda a realização dos cálculos da quantia vindicada neste cumprimento de sentença, em obediência aos parâmetros fixados no respectivo título judicial, qual seja, sentença proferida no processo nº 200782100407 (fls. 69/71), decism ratificado pelo Egrégio TJ/SE.. Arbitro honorários a favor do perito no importe de R\$ 434,40 (quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos). Desta forma, nomeio como perito o profissional vinculado a este TJ/SE. Adote o cartório, no prazo de 10 (dez) dias, providências necessárias para a realização da perícia perante o Tribunal de Justiça. Após, intemem-se as partes para manifestação em 5 (cinco) dias. Cumpra-se. Providências legais. Ribeirópolis, 27 de novembro de 2013. Taiane	Secretaria	06/12/2013	Elinilde de Oliveira Costa (05/12/2013 às 13:12:59)

CERTIDÃO

Certifico que o feito encontra-se
guardado manifestação
de quite

Multa R\$ 11/12/13 de 20

A

Escritão / Chancela do Secretário

REMESSA

Faço remessa dos presentes autos ao

Coordenador de Leilões

Multa R\$ 18/12/13 de 20

[Assinatura]
Técnico Judiciário

JUNTADA

Atendo a o autos autos

o laudo que segue.

Multa R\$ 11/02/15 de 20

[Assinatura]
Técnico Judiciário

214
8



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
COORDENADORIA DE PERÍCIAS JUDICIAIS
DIVISÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL

Ofício nº 1519/2014

R.14
11/02/15

Aracaju/SE, 28 de Janeiro de 2015

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a),

Sirvo-me do presente para encaminhar o Laudo Pericial Contábil nº 323/2014, elaborado pelo Setor de Perícia Judicial Contábil, referente ao processo nº 200882100407 Ação – Cumprimento de Sentença, acompanhado do apenso nº 201301002301.

Respeitosamente,

Ana Cristina Machado Silva
Coordenadora de Perícias

Ao
Juízo de Direito do Distrito de Moita Bonita.

11/11/11
(

215
8

ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
COORDENADORIA DE PERÍCIAS JUDICIAIS
DIVISÃO DE PERÍCIAS CONTÁBEIS

Laudo nº 323/2014

Aracaju, 28 de Janeiro de 2015

LAUDO PERICIAL CONTÁBIL

PROCESSO: 200882100407

AÇÃO: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXEQUENTE: KEYLLA SOARES DA CUNHA

EXECUTADO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

PERITO CONTADOR JUDICIAL: AUGUSTO MENDONÇA CONCEIÇÃO

JUIZO: DISTRITO DE MOITA BONITA

216

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(O) JUIZ(A) DE DIREITO DO DISTRITO DE MOITA BONITA DA
COMARCA DE RIBEIROPÓLIS DO ESTADO DE SERGIPE**

PROCESSO - 200882100407

AÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXEQUENTE - KEYLLA SOARES DA CUNHA

EXECUTADO - COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

PERITO JUDICIAL - AUGUSTO MENDONÇA CONCEIÇÃO

LAUDO PERICIAL CONTÁBIL N° 323/2014

1 - RELATÓRIO

Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, distribuída em 14 de outubro de 2008 por KEYLLA SOARES DA CUNHA, em desfavor de COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, para apuração do valor devido pelo exequente referente a complementação do seguro obrigatório - DPVAT.

1.1 - SÍNTESE DO PROCESSO

O autor sr. Carlos Antônio da Cunha moveu ação de cobrança securitária em face do executado, alegando em síntese, que foi vítima de acidente de trânsito, evento este que lhe causou deformidade suportada até os dias atuais. Deste modo, ciente do seu direito ao seguro obrigatório (DPVAT), o autor, por meio de solicitação administrativa, promoveu os trâmites para conquistar o pagamento da apólice a título de invalidez, previsto na legislação pertinente. Entretanto, após o referido procedimento administrativo, a seguradora ré apenas consignou a quantia de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), em 16/05/2007, conforme documentação em anexo.

Ante o exposto, o autor requereu a condenação do réu, para pagar indenização no valor de R\$ 15.925,00 (quinze mil novecentos e vinte e cinco reais), correspondente à diferença dos 40 (quarenta) salários mínimos, conforme fundamentação, deduzindo a importância recebida de R\$ 675,00, tudo a ser acrescido de correção monetária e juros legais, desde a data do pagamento feito a menos.

Citada, a Companhia Excelsior de Seguros apresenta contestação. Em suas razões expõe: - A ausência de prova da alegada invalidez permanente do autor; - O laudo de exame de corpo de delito (IML) documento imprescindível ao exame da questão; - A ausência de pressupostos de admissibilidade para recebimento da verba indenitária (ausência do boletim de ocorrência); - A extinção do feito com julgamento do mérito; - Da plena vigência da lei 11.482/07; - Do valor indenizável no caso de indenização por invalidez permanente; - Da competência do CNSP para baixar instruções e expedir circulares relativas à regulamentação das operações de seguro; - Da impossibilidade de se vincular a indenização ao salário mínimo; - Dos juros e correção monetária.

Ex positis, requereu o Réu que seja extinto o feito com julgamento do mérito, tendo amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda.

Realizada audiência, as partes manifestaram desinteresse na colheita de depoimentos pessoais e testemunhais, requerendo o julgamento antecipado da lide. Determinou o magistrado a conclusão dos autos.

Às fls. 69/71, fora proferida sentença julgando procedente em parte o pedido autoral.

O acórdão nº 1913/2009, foi dito que: “(...) Diante do exposto, voto no sentido **declarar incidenter tantum a inconstitucionalidade** do art. 8º da Lei 11.482/2007, na parte em que altera os valores indenizatórios previstos no art. 3º da lei 6.194/74, para, em consequência, conhecer do recurso interposto para **negar-lhe provimento**, mantendo inalterado o julgamento *a quo*, e condenando a recorrente em custas processuais e honorários advocatícios, estes no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação” (fls. 95/99).

O autor ingressou com a liquidação de sentença, apresentando o cálculo do valor a ser executado.

Fora determinado, através do despacho de fl. 109, a intimação do réu para pagar a dívida no valor de R\$ 24.607,28 ao exequente. O Réu juntou o comprovante do Depósito Judicial no valor de R\$ 19.653,91 (fls. 114).

Após autorizado a expedição de Alvará Liberatório da quantia depositada. O juízo determinou desconsiderar a expedição do alvará, haja vista o falecimento do autor, e a intimação dos herdeiros, a fim de informar sobre o ajuizamento do pertinente inventário (fl. 124).

As fls. 129/130, a menor Keylla Soares da Cunha, representada por sua genitora Tânia cristina Soares dos Santos, apresenta-se como a única e legítima herdeira, e em razão de tais informações requer: a) a sua imediata inclusão no pólo ativo da ação; b) o prosseguimento do cumprimento de sentença em relação aos valores residuais; c) a liberação dos valores contidos no processo, por meio de dois alvarás, sendo um no valor de R\$ 11.962,91 em nome da menor, resgatável por sua genitora, e outro em nome dos advogados cadastrados no cumprimento de sentença no valor de R\$ 7.691,00; d) o cadastro dos advogados contidos no instrumento em anexo a este pedido de habilitação.

Fora aprovado a emissão de alvará judicial liberatório do valor de R\$ 19.653,91, sendo recebido pela exequente em 09/02/2012, conforme se avista as fls. 162.

Requeru a exequente o prosseguimento do cumprimento de sentença, afirmando existir saldo remanescente de R\$ 3.214,38 a receber. Assim, requereu que seja observada a ordem do artigo 655 do CPC, dando-se preferência ao bloqueio de créditos da empresa que para efeito de penhora on-line. Bloquei judicial realizado conforme fls. 177/178.

O executado apresentou sua impugnação à execução, alegando existir excesso da execução e requer o envio dos autos ao Contador Judicial.

A exequente apresenta resposta a impugnação ao cumprimento de sentença requerendo a improcedência da impugnação.

Sendo assim, o juízo remeteu os autos ao MP.

O Ministério Público, por sua vez, manifestou-se requerendo que os autos fossem encaminhados ao Contador Judicial para perfazimento de cálculos do saldo remanescente, a fim de se dirimir a questão (fl. 211).

Por fim, foi determinada a remessa dos presentes autos ao setor de perícia contábil para elaboração dos cálculos.

2 - METODOLOGIA ADOTADA

Esse Meritíssimo Juízo, no Despacho exarado no dia 27 de novembro de 2013, cuja lavra consta às fl. 212, determinou que os autos fossem encaminhados à Coordenadoria de Perícias para que fosse feita a Perícia Contábil.

218

A metodologia adotada por este Perito foi o exame e a análise dos documentos acostados aos autos, buscando trazer ao Laudo informações que por quaisquer circunstâncias se encontravam ocultas, de acordo com as normas de Perícia Contábil, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 731/92.

3 - ASPECTOS RELEVANTES DA ANÁLISE

Os exames basearam-se na documentação acostada aos autos, em especial, a sentença (fls. 69/71), o acórdão nº 1913/2009 (fls. 95/99), o Alvará judicial liberatório (fl. 162) e a consulta do pagamento de DPVAT (fl. 57).

PARAMÊTROS:

- a) Valor da complementação do seguro DPVAT: R\$ 12.825,00;
- b) Índice de atualização: INPC a partir do adimplemento parcial;
- c) Data do adimplemento parcial: 11/05/2007 (fls. 57);
- d) Juros moratórios: 1% ao mês desde a data da citação;
- e) Data da citação: 09/12/2008 (fls. 16v);
- f) Valor pago pela Executada: R\$ 19.653,91 (fls. 162).

Vale ressaltar que, ao analisar os autos, foi identificado bloqueio judicial conforme se avista as fls. 177/178.

4 - CONCLUSÃO

Com o objetivo de subsidiar o convencimento desse Douto Juízo, apresentamos nossas considerações conclusivas, baseadas em aspectos técnicos do que ficou demonstrado nas análises procedidas no decorrer dos trabalhos.

Após análises realizadas e desenvolvimento dos cálculos, concluímos que o saldo remanescente devido a exequente, acrescido das custas processuais e honorários advocatícios de 20%, em novembro/2014, é de R\$ 1.239,59 (mil duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), conforme tabela abaixo:

BENEFICIÁRIA	Saldo Remanescente atualizado até Novembro/2014	Juros Moratórios até Novembro/2014	Total do Saldo Remanescente em Novembro/2014 (Anexo 02)
Keylla Soares da Cunha	R\$ 0,00	R\$ 974,18	R\$ 974,18
CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - 20%			R\$ 265,41
TOTAL DO SALDO REMANESCENTE EM NOVEMBRO/2014			R\$ 1.239,59

Portanto, Excelência, do saldo existente na conta poupança à disposição do Juízo, conforme Termo de Penhora (fl. 178), cabe tão somente aos autores a importância de R\$ 1.239,59 (mil duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), atualizada até novembro/2014.

Nada mais se afigurando necessário dizer, finalizo afirmando minha prontidão em prestar quaisquer outras informações, quando solicitado a fazê-lo.

5 - ANEXOS

- a) Anexo 01 - Planilha resumo base de cálculo para atualização do saldo remanescente da Complementação do seguro obrigatório - DPVAT;
- b) Anexo 02 - Planilha de apuração do saldo remanescente da Complementação do seguro obrigatório - DPVAT, atualizado até novembro/2014.
- c)) Anexo 03 - Planilha de apuração do saldo remanescente de honorários advocatícios, atualizado até novembro/2014.

Aracaju, 27 de novembro de 2014

Tatyane da C. Oliveira
TATYANE DA CUNHA OLIVEIRA
Analista Judiciária - Contabilidade

AUGUSTO MENDONÇA CONCEIÇÃO
Chefe da Divisão de Perícia Contábil

PROCESSO Nº: 200882100407
AÇÃO: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: KEYLLA SOARES DA CUNHA
EXECUTADO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
ATUALIZAÇÃO: NOVEMBRO/2014

ANEXO 01

LAUDO JUDICIAL Nº 323/2014

BASE DE CÁLCULO PARA ATUALIZAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DA INDENIZAÇÃO
COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

Base de cálculo: R\$ 12.825,00;

Índice de atualização: INPC a partir do adimplemento parcial;

Data do adimplemento parcial: 11/05/2007 (fl. 57);

Juros moratórios: 1,00% a.m. a partir da citação;

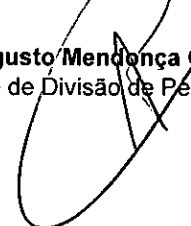
Data da citação: 09/12/2008 (fl. 16v);

Compensação do valor pago através de Alvará Judicial em 09/02/2012: R\$ 19.653,91 (fl. 162).

Obs.: R\$ 19.653,91 corresponde a: R\$ 16.378,26 (indenização) + R\$ 3.275,65 (Honorários advocatícios).

BENEFICIÁRIA	Saldo Remanescente atualizado até Novembro/2014	Juros Moratórios até Novembro/2014	Total do Saldo Remanescente em Novembro/2014 (Anexo 02)
Keylla Soares da Cunha	R\$ 0,00	R\$ 974,18	R\$ 974,18
CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - 20% (anexo 03)			R\$ 265,41
TOTAL DO SALDO REMANESCENTE EM NOVEMBRO/2014			R\$ 1.239,59


Tatyane da Cunha Oliveira
Analista Judiciária - Contabilidade


Augusto Mendonça Conceição
Chefe de Divisão de Perícia Contábil

219

PROCESSO Nº: 200882100407
 AÇÃO: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
 EXEQUENTE: KEYLLA SOARES DA CUNHA
 EXECUTADO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
 ATUALIZAÇÃO: NOVEMBRO/2014

ANEXO 02

LAUDO JUDICIAL Nº 323/2014

APURAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DEVIDO EM NOVEMBRO/2014

A	B	D	E	F	G	H	I
Ordem	Data	Valor da Complementação do Seguro DPVAT	Correção (INPC)	Valor da Complementação Atualizado	Juros (%) a partir da citação (12/2008)	Juros R\$	Juros Acumulados
1	mai-07	R\$ 12.825,00	1,002600	R\$ 12.858,35	-		
2	jun-07	R\$ 12.858,35	1,002600	R\$ 12.891,78	-		
3	jul-07	R\$ 12.891,78	1,003100	R\$ 12.931,74	-		
4	ago-07	R\$ 12.931,74	1,003200	R\$ 12.973,12	-		
5	set-07	R\$ 12.973,12	1,005900	R\$ 13.049,66	-		
6	out-07	R\$ 13.049,66	1,002500	R\$ 13.082,29	-		
7	nov-07	R\$ 13.082,29	1,003000	R\$ 13.121,54	-		
8	dez-07	R\$ 13.121,54	1,004300	R\$ 13.177,96	-		
9	jan-08	R\$ 13.177,96	1,009700	R\$ 13.305,78	-		
10	fev-08	R\$ 13.305,78	1,009700	R\$ 13.434,85	-		
11	mar-08	R\$ 13.434,85	1,006900	R\$ 13.527,55	-		
12	abr-08	R\$ 13.527,55	1,004800	R\$ 13.592,48	-		
13	mai-08	R\$ 13.592,48	1,005100	R\$ 13.661,80	-		
14	jun-08	R\$ 13.661,80	1,006400	R\$ 13.749,24	-		
15	jul-08	R\$ 13.749,24	1,009600	R\$ 13.881,23	-		
16	ago-08	R\$ 13.881,23	1,005800	R\$ 13.961,74	-		
17	set-08	R\$ 13.961,74	1,002100	R\$ 13.991,06	-		
18	out-08	R\$ 13.991,06	1,001500	R\$ 14.012,05	-		
19	nov-08	R\$ 14.012,05	1,005000	R\$ 14.082,11	-		
20	dez-08	R\$ 14.082,11	1,003800	R\$ 14.135,62	1,00%	141,36	141,36
21	jan-09	R\$ 14.135,62	1,002900	R\$ 14.176,62	1,00%	141,77	283,53
22	fev-09	R\$ 14.176,62	1,006400	R\$ 14.267,35	1,00%	142,67	428,02
23	mar-09	R\$ 14.267,35	1,003100	R\$ 14.311,57	1,00%	143,12	572,46
24	abr-09	R\$ 14.311,57	1,002000	R\$ 14.340,20	1,00%	143,40	717,01
25	mai-09	R\$ 14.340,20	1,005500	R\$ 14.419,07	1,00%	144,19	865,14
26	jun-09	R\$ 14.419,07	1,006000	R\$ 14.505,58	1,00%	145,06	1.015,39
27	jul-09	R\$ 14.505,58	1,004200	R\$ 14.566,51	1,00%	145,67	1.165,32
28	ago-09	R\$ 14.566,51	1,002300	R\$ 14.600,01	1,00%	146,00	1.314,00
29	set-09	R\$ 14.600,01	1,000800	R\$ 14.611,69	1,00%	146,12	1.461,17
30	out-09	R\$ 14.611,69	1,001600	R\$ 14.635,07	1,00%	146,35	1.609,86
31	nov-09	R\$ 14.635,07	1,002400	R\$ 14.670,19	1,00%	146,70	1.760,42
32	dez-09	R\$ 14.670,19	1,003700	R\$ 14.724,47	1,00%	147,24	1.914,18
33	jan-10	R\$ 14.724,47	1,002400	R\$ 14.759,81	1,00%	147,60	2.066,37
34	fev-10	R\$ 14.759,81	1,008800	R\$ 14.889,70	1,00%	148,90	2.233,45
35	mar-10	R\$ 14.759,81	1,008800	R\$ 14.889,70	1,00%	148,90	2.233,45
36	Depósito Judicial - fl. 114		1,007000	-R\$ 16.378,26	1,00%	0,00	744,89
37	abr-10	R\$ 0,00	1,007100	R\$ 0,00	1,00%	0,00	750,18
38	mai-10	R\$ 0,00	1,007300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	755,66
39	jun-10	R\$ 0,00	1,004300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	758,91
40	jul-10	R\$ 0,00	0,998900	R\$ 0,00	1,00%	0,00	758,07
41	ago-10	R\$ 0,00	0,999300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	757,54
42	set-10	R\$ 0,00	0,999300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	757,01

LAUDO JUDICIAL Nº 323/2014

APURAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DEVIDO EM NOVEMBRO/2014

A	B	D	E	F	G	H	I
Ordem	Data	Valor da Complementação do Seguro DPVAT	Correção (INPC)	Valor da Complementação Atualizado	Juros (%) a partir da citação (12/2008)	Juros R\$	Juros Acumulados
43	out-10	R\$ 0,00	1,005400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	761,10
44	nov-10	R\$ 0,00	1,009200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	768,10
45	dez-10	R\$ 0,00	1,010300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	776,01
46	jan-11	R\$ 0,00	1,006000	R\$ 0,00	1,00%	0,00	780,67
47	fev-11	R\$ 0,00	1,009400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	788,01
48	mar-11	R\$ 0,00	1,005400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	792,26
49	abr-11	R\$ 0,00	1,006600	R\$ 0,00	1,00%	0,00	797,49
50	mai-11	R\$ 0,00	1,007200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	803,23
51	jun-11	R\$ 0,00	1,005700	R\$ 0,00	1,00%	0,00	807,81
52	jul-11	R\$ 0,00	1,002200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	809,59
53	ago-11	R\$ 0,00	1,000000	R\$ 0,00	1,00%	0,00	809,59
54	set-11	R\$ 0,00	1,004200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	812,99
55	out-11	R\$ 0,00	1,004500	R\$ 0,00	1,00%	0,00	816,65
56	nov-11	R\$ 0,00	1,003200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	819,26
57	dez-11	R\$ 0,00	1,005700	R\$ 0,00	1,00%	0,00	823,93
58	jan-12	R\$ 0,00	1,005100	R\$ 0,00	1,00%	0,00	828,13
59	fev-12	R\$ 0,00	1,005100	R\$ 0,00	1,00%	0,00	832,36
60	mar-12	R\$ 0,00	1,003900	R\$ 0,00	1,00%	0,00	835,60
61	abr-12	R\$ 0,00	1,001800	R\$ 0,00	1,00%	0,00	837,11
62	mai-12	R\$ 0,00	1,006400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	842,46
63	jun-12	R\$ 0,00	1,005500	R\$ 0,00	1,00%	0,00	847,10
64	jul-12	R\$ 0,00	1,002600	R\$ 0,00	1,00%	0,00	849,30
65	ago-12	R\$ 0,00	1,004300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	852,95
66	set-12	R\$ 0,00	1,004500	R\$ 0,00	1,00%	0,00	856,79
67	out-12	R\$ 0,00	1,006300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	862,19
68	nov-12	R\$ 0,00	1,006300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	867,62
69	dez-12	R\$ 0,00	1,005400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	872,30
70	jan-13	R\$ 0,00	1,007400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	878,76
71	fev-13	R\$ 0,00	1,009200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	886,84
72	mar-13	R\$ 0,00	1,005200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	891,46
73	abr-13	R\$ 0,00	1,006000	R\$ 0,00	1,00%	0,00	896,80
74	mai-13	R\$ 0,00	1,005900	R\$ 0,00	1,00%	0,00	902,10
75	jun-13	R\$ 0,00	1,003500	R\$ 0,00	1,00%	0,00	905,25
76	jul-13	R\$ 0,00	1,002800	R\$ 0,00	1,00%	0,00	907,79
77	ago-13	R\$ 0,00	0,998700	R\$ 0,00	1,00%	0,00	906,61
78	set-13	R\$ 0,00	1,001600	R\$ 0,00	1,00%	0,00	908,06
79	out-13	R\$ 0,00	1,002700	R\$ 0,00	1,00%	0,00	910,51
80	nov-13	R\$ 0,00	1,006100	R\$ 0,00	1,00%	0,00	916,06
81	dez-13	R\$ 0,00	1,005400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	921,01
82	jan-14	R\$ 0,00	1,007200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	927,64
83	fev-14	R\$ 0,00	1,006300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	933,49
84	mar-14	R\$ 0,00	1,006400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	939,46
85	abr-14	R\$ 0,00	1,008200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	947,16
86	mai-14	R\$ 0,00	1,007800	R\$ 0,00	1,00%	0,00	954,55
87	jun-14	R\$ 0,00	1,006000	R\$ 0,00	1,00%	0,00	960,28
88	jul-14	R\$ 0,00	1,002600	R\$ 0,00	1,00%	0,00	962,78

220

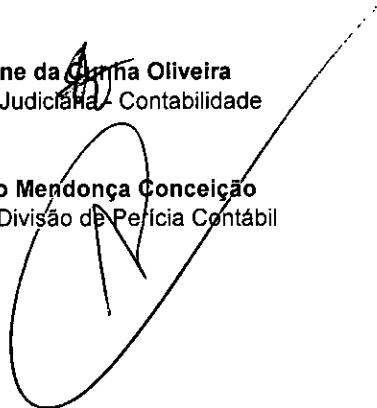
LAUDO JUDICIAL Nº 323/2014

APURAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DEVIDO EM NOVEMBRO/2014

A	B	D	E	F	G	H	I
Ordem	Data	Valor da Complementação do Seguro DPVAT	Correção (INPC)	Valor da Complementação Atualizado	Juros (%) a partir da citação (12/2008)	Juros R\$	Juros Acumulados
89	ago-14	R\$ 0,00	1,001300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	964,03
90	set-14	R\$ 0,00	1,001800	R\$ 0,00	1,00%	0,00	965,76
91	out-14	R\$ 0,00	1,004900	R\$ 0,00	1,00%	0,00	970,49
92	nov-14	R\$ 0,00	1,003800	R\$ 0,00	1,00%	0,00	974,18
VALOR DO SALDO REMANESCENTE ATUALIZADO ATÉ NOVEMBRO/2014						R\$ 0,00	
JUROS MORATÓRIOS DE 1% AO MÊS A PARTIR DA CITAÇÃO - ATUALIZADOS						R\$ 974,18	
TOTAL DO SALDO REMANESCENTE EM NOVEMBRO/2014						R\$ 974,18	

Tatyane da Cunha Oliveira
Analista Judiciária - Contabilidade

Augusto Mendonça Conceição
Chefe de Divisão de Perícia Contábil



221

PROCESSO Nº: 200882100407
 AÇÃO: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
 EXEQUENTE: KEYLLA SOARES DA CUNHA
 EXECUTADO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
 ATUALIZAÇÃO: NOVEMBRO/2014

ANEXO 03

LAUDO JUDICIAL Nº 323/2014

APURAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS 20% - NOVEMBRO/2014

A	B	D	E	F	G	H	I
Ordem	Data	Valor da Complementação do Seguro DPVAT	Correção (INPC)	Valor da Complementação Atualizado	Juros (%) a partir da citação (12/2008)	Juros R\$	Juros Acumulados
1	mai-07	R\$ 2.565,00	1,002600	R\$ 2.571,67	-		
2	jun-07	R\$ 2.571,67	1,002600	R\$ 2.578,36	-		
3	jul-07	R\$ 2.578,36	1,003100	R\$ 2.586,35	-		
4	ago-07	R\$ 2.586,35	1,003200	R\$ 2.594,62	-		
5	set-07	R\$ 2.594,62	1,005900	R\$ 2.609,93	-		
6	out-07	R\$ 2.609,93	1,002500	R\$ 2.616,46	-		
7	nov-07	R\$ 2.616,46	1,003000	R\$ 2.624,31	-		
8	dez-07	R\$ 2.624,31	1,004300	R\$ 2.635,59	-		
9	jan-08	R\$ 2.635,59	1,009700	R\$ 2.661,16	-		
10	fev-08	R\$ 2.661,16	1,009700	R\$ 2.686,97	-		
11	mar-08	R\$ 2.686,97	1,006900	R\$ 2.705,51	-		
12	abr-08	R\$ 2.705,51	1,004800	R\$ 2.718,50	-		
13	mai-08	R\$ 2.718,50	1,005100	R\$ 2.732,36	-		
14	jun-08	R\$ 2.732,36	1,006400	R\$ 2.749,85	-		
15	jul-08	R\$ 2.749,85	1,009600	R\$ 2.776,25	-		
16	ago-08	R\$ 2.776,25	1,005800	R\$ 2.792,35	-		
17	set-08	R\$ 2.792,35	1,002100	R\$ 2.798,21	-		
18	out-08	R\$ 2.798,21	1,001500	R\$ 2.802,41	-		
19	nov-08	R\$ 2.802,41	1,005000	R\$ 2.816,42	-		
20	dez-08	R\$ 2.816,42	1,003800	R\$ 2.827,12	1,00%	28,27	28,27
21	jan-09	R\$ 2.827,12	1,002900	R\$ 2.835,32	1,00%	28,35	56,71
22	fev-09	R\$ 2.835,32	1,006400	R\$ 2.853,47	1,00%	28,53	85,60
23	mar-09	R\$ 2.853,47	1,003100	R\$ 2.862,31	1,00%	28,62	114,49
24	abr-09	R\$ 2.862,31	1,002000	R\$ 2.868,04	1,00%	28,68	143,40
25	mai-09	R\$ 2.868,04	1,005500	R\$ 2.883,81	1,00%	28,84	173,03
26	jun-09	R\$ 2.883,81	1,006000	R\$ 2.901,12	1,00%	29,01	203,08
27	jul-09	R\$ 2.901,12	1,004200	R\$ 2.913,30	1,00%	29,13	233,06
28	ago-09	R\$ 2.913,30	1,002300	R\$ 2.920,00	1,00%	29,20	262,80
29	set-09	R\$ 2.920,00	1,000800	R\$ 2.922,34	1,00%	29,22	292,23
30	out-09	R\$ 2.922,34	1,001600	R\$ 2.927,01	1,00%	29,27	321,97
31	nov-09	R\$ 2.927,01	1,002400	R\$ 2.934,04	1,00%	29,34	352,08
32	dez-09	R\$ 2.934,04	1,003700	R\$ 2.944,89	1,00%	29,45	382,84
33	jan-10	R\$ 2.944,89	1,002400	R\$ 2.951,96	1,00%	29,52	413,27
34	fev-10	R\$ 2.951,96	1,008800	R\$ 2.977,94	1,00%	29,78	446,69
35	mar-10	R\$ 2.977,94	1,007000	R\$ 2.998,79	1,00%	29,99	479,81
36	Depósito em Juízo 22/03/2010 (fl. 114)			-R\$ 3.275,65	1,00%		202,94
37	abr-10	R\$ 0,00	1,007100	R\$ 0,00	1,00%	0,00	204,38
38	mai-10	R\$ 0,00	1,007300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	205,87
39	jun-10	R\$ 0,00	1,004300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	206,76
40	jul-10	R\$ 0,00	0,998900	R\$ 0,00	1,00%	0,00	206,53
41	ago-10	R\$ 0,00	0,999300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	206,39
42	set-10	R\$ 0,00	0,999300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	206,24

LAUDO JUDICIAL Nº 323/2014

APURAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS 20% - NOVEMBRO/2014

A	B	D	E	F	G	H	I
Ordem	Data	Valor da Complementação do Seguro DPVAT	Correção (INPC)	Valor da Complementação Atualizado	Juros (%) a partir da citação (12/2008)	Juros R\$	Juros Acumulados
43	out-10	R\$ 0,00	1,005400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	207,36
44	nov-10	R\$ 0,00	1,009200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	209,26
45	dez-10	R\$ 0,00	1,010300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	211,42
46	jan-11	R\$ 0,00	1,006000	R\$ 0,00	1,00%	0,00	212,69
47	fev-11	R\$ 0,00	1,009400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	214,69
48	mar-11	R\$ 0,00	1,005400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	215,85
49	abr-11	R\$ 0,00	1,006600	R\$ 0,00	1,00%	0,00	217,27
50	mai-11	R\$ 0,00	1,007200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	218,84
51	jun-11	R\$ 0,00	1,005700	R\$ 0,00	1,00%	0,00	220,08
52	jul-11	R\$ 0,00	1,002200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	220,57
53	ago-11	R\$ 0,00	1,000000	R\$ 0,00	1,00%	0,00	220,57
54	set-11	R\$ 0,00	1,004200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	221,49
55	out-11	R\$ 0,00	1,004500	R\$ 0,00	1,00%	0,00	222,49
56	nov-11	R\$ 0,00	1,003200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	223,20
57	dez-11	R\$ 0,00	1,005700	R\$ 0,00	1,00%	0,00	224,47
58	jan-12	R\$ 0,00	1,005100	R\$ 0,00	1,00%	0,00	225,62
37	fev-12	R\$ 0,00	1,005100	R\$ 0,00	1,00%	0,00	226,77
38	mar-12	R\$ 0,00	1,003900	R\$ 0,00	1,00%	0,00	227,65
39	abr-12	R\$ 0,00	1,001800	R\$ 0,00	1,00%	0,00	228,06
40	mai-12	R\$ 0,00	1,006400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	229,52
41	jun-12	R\$ 0,00	1,005500	R\$ 0,00	1,00%	0,00	230,79
42	jul-12	R\$ 0,00	1,002600	R\$ 0,00	1,00%	0,00	231,39
43	ago-12	R\$ 0,00	1,004300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	232,38
44	set-12	R\$ 0,00	1,004500	R\$ 0,00	1,00%	0,00	233,43
45	out-12	R\$ 0,00	1,006300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	234,90
46	nov-12	R\$ 0,00	1,006300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	236,38
47	dez-12	R\$ 0,00	1,005400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	237,65
48	jan-13	R\$ 0,00	1,007400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	239,41
49	fev-13	R\$ 0,00	1,009200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	241,61
50	mar-13	R\$ 0,00	1,005200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	242,87
51	abr-13	R\$ 0,00	1,006000	R\$ 0,00	1,00%	0,00	244,33
52	mai-13	R\$ 0,00	1,005900	R\$ 0,00	1,00%	0,00	245,77
53	jun-13	R\$ 0,00	1,003500	R\$ 0,00	1,00%	0,00	246,63
54	jul-13	R\$ 0,00	1,002800	R\$ 0,00	1,00%	0,00	247,32
55	ago-13	R\$ 0,00	0,998700	R\$ 0,00	1,00%	0,00	247,00
56	set-13	R\$ 0,00	1,001600	R\$ 0,00	1,00%	0,00	247,39
57	out-13	R\$ 0,00	1,002700	R\$ 0,00	1,00%	0,00	248,06
58	nov-13	R\$ 0,00	1,006100	R\$ 0,00	1,00%	0,00	249,58
59	dez-13	R\$ 0,00	1,005400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	250,92
60	jan-14	R\$ 0,00	1,007200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	252,73
61	fev-14	R\$ 0,00	1,006300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	254,32
62	mar-14	R\$ 0,00	1,006400	R\$ 0,00	1,00%	0,00	255,95
63	abr-14	R\$ 0,00	1,008200	R\$ 0,00	1,00%	0,00	258,05
64	mai-14	R\$ 0,00	1,007800	R\$ 0,00	1,00%	0,00	260,06
65	jun-14	R\$ 0,00	1,006000	R\$ 0,00	1,00%	0,00	261,62
66	jul-14	R\$ 0,00	1,002600	R\$ 0,00	1,00%	0,00	262,30

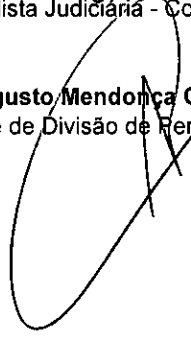
222
08

LAUDO JUDICIAL Nº 323/2014

APURAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS 20% - NOVEMBRO/2014

A	B	D	E	F	G	H	I
Ordem	Data	Valor da Complementação do Seguro DPVAT	Correção (INPC)	Valor da Complementação Atualizado	Juros (%) a partir da citação (12/2008)	Juros R\$	Juros Acumulados
67	ago-14	R\$ 0,00	1,001300	R\$ 0,00	1,00%	0,00	262,64
68	set-14	R\$ 0,00	1,001800	R\$ 0,00	1,00%	0,00	263,12
69	out-14	R\$ 0,00	1,004900	R\$ 0,00	1,00%	0,00	264,40
70	nov-14	R\$ 0,00	1,003800	R\$ 0,00	1,00%	0,00	265,41
SALDO REMANESCENTE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ATUALIZADO ATÉ NOVEMBRO/2014						R\$ 0,00	
JUROS MORATÓRIOS DE 1% AO MÊS A PARTIR DA CITAÇÃO						R\$ 265,41	
TOTAL HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM NOVEMBRO/2014						R\$ 265,41	


Tatyane da Cunha Oliveira
 Analista Judiciária - Contabilidade


Augusto Mendonça Conceição
 Chefe de Divisão de Perícia Contábil

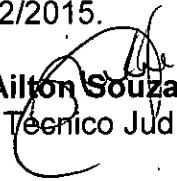


ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE MALHADOR/SE
FÓRUM DISTRITAL DE MOITABONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N - CENTRO
CARTÓRIO JUDICIAL

Processo n. 200882100407

ATO ORDINATÓRIO

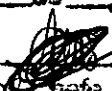
Intime-se as partes, em 05(cinco) dias, para se manifestar acerca do laudo de fls. 214/222, requerendo o que entender de Direito. Moita Bonita/SE, 11/02/2015.


Ailton Souza de Jesus
Técnico Judiciário

CERTIDÃO

Certifico que TRANSCORREU O PRAZO LEGAL,
SEM MANIFESTAÇÃO DAS PARTES.

Moita Bonita, 09 de 03 de 2015


Escrivão / Chefe de Secretaria

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estas autor conclusões:
ao(à) MM. Juiz(a) de Direito da Comarca
de Ribeirópolis.

Moita Bonita, 09 de 03 de 2015


Escrivão / Chefe de Secretaria

224
Q



**PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DE SERGIPE**

01

Processo nº: 200882100407

R. Hoje.

Vista ao Ministério Público.

Moita Bonita/SE, 11 de março de 2015.

Assinatura manuscrita de Jocelaine Costa Ramires de Oliveira.

Jocelaine Costa Ramires de Oliveira
Juíza de Direito

RECEPCIONADO

RECIBO DE ENTREGA DE AUTOS

del gabinete nesta data

17 03 2015

RECIBO

JUNTADA

RECIBO DE ENTREGA DE AUTOS

O requerimento que
segue

20/03/15

78

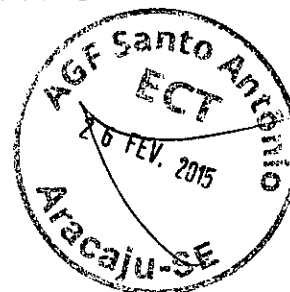
RECIBO

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa	Cristina de Oliveira Ferreira	Noêmia Fraga Teixeira	Darlan Alves Moulin
João Paulo Martins	Evelyn I. Castillo Arevalo	Juliana Justo de Oliveira	Giovanna de Andrade Ribeiro
Joselaine Maura Figueiredo	Gabrielle Guimarães de Souza	Taís Nery Silva	Isabel Alves da Rocha
Fernando de Freitas Barbosa	Roberta Cunha Marinho	Rafaela F. Villas Boas Chagas	Isabel Teixeira das Chagas
Flávia Nonato Roberto	Ananda Dias Mendes	Klarissa M. C. Campos Ferreira	Lidiane da Silva Erves
Osmar da Silva Aquino	Alessandra Modolo	Deolindo Barreto Lima Neto	Cristiane M. Saunier Flosi
Adriana França da Costa	Amanda de Oliveira M. José	Michelle Galvão da Silva de Souza	Paloma Baptista de Oliveira

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE RIBEIROPOLIS / SE

Processo n. 200882100407

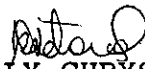


CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, que lhe promove **CARLOS ANTONIO DA CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, em atenção ao ato ordinatório publicado no Diário da Justiça em 12/02/2015, impugnar o laudo pericial de fls. 214/222, reiterando os termos da impugnação à execução apresentada.

Termos em que,
Pede Deferimento.

RIBEIROPOLIS, 25 de fevereiro de 2015.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307


KELLY CHRYSIAN
OAB/SE 2592

226/8

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa	Cristina de Oliveira Ferreira	Noêmia Fraga Teixeira	Darlan Alves Moulin
João Paulo Martins	Evelyn I. Castillo Arevalo	Juliana Justo de Oliveira	Giovanna de Andrade Ribeiro
Joselaine Maura Figueiredo	Gabrielle Guimarães de Souza	Taisa Nery Silva	Isabel Alves da Rocha
Fernando de Freitas Barbosa	Roberta Cunha Marinho	Rafaela F. Villas Boas Chagas	Isabel Teixeira das Chagas
Flávia Nonato Roberto	Ananda Dias Mendes	Klárissa M. C. Campos Ferreira	Lidiane da Silva Erves
Osmar da Silva Aquino	Alessandra Modolo	Deolindo Barreto Lima Neto	Cristiane M. Saunier Flosi
Adriana França da Costa	Amanda de Oliveira M. José	Michelle Galvão da Silva de Souza	Paloma Baptista de Oliveira

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE RIBEIROPOLIS / SE



Processo n. 200882100407

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, que lhe promove CARLOS ANTONIO DA CUNHA, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, em atenção ao ato ordinatório publicado no Diário da Justiça em 12/02/2015, impugnar o laudo pericial de fls. 214/222, reiterando os termos da impugnação à execução apresentada.

Termos em que,
Pede Deferimento.

RIBEIROPOLIS, 25 de fevereiro de 2015.

RECEBIMENTO

Nesta data, recebi a presente petição para

Ribeirópolis, ____ de ____ de 20__

Técnico Judiciário

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

KELLY CHRYSTIAN
OAB/SE 2592

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br

EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 423337 - AG: SANTO ANTONIO
ARACAJU
CNPJ....: 04525/20000190 Ins Est.: 2/138.091

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: KELLY CHRYSILIAN S. SANTANA
CNPJ/CPF.....: 53308484587
Insc. Est.....: OAB/SE 2592

Movimento.: 27/02/2015 Hora.....: 14:41:41
Caixa.....: 62149790 Matrícula.: 181200000
Lancamento.: 022 Atendimento: 0001/
Modalidade.: A Vista

DESCRIÇÃO
SERVICO PROTOCOLO P 1 10,00
Valor do Porte(R\$)....: 10,00
Cep Destino: 49100-000 (RJ)
Peso real (KG).....: 0,007
Peso Tarifado:.....: 0,007
OBJETO.....: DEFENSORIA CIVIL
Nº Processo: 2009.02.10540
Juzo Destino: FORUM DE RIBEIRAO

Valor Declarado não é obrigatório
No caso de objeto com valor, deve-se
declarar o valor do objeto.

VALOR EM DINHEIRO(R\$):
VALOR RECEBIDO(R\$): 10,00

SERV. POSTAIS: 0001 10,00

Entrega sujeita a
greve dos caminhões
Reg Metrop. Status 10,00

VIA CLIENTE 10,00

227



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE MALHADOR/SE
FÓRUM DISTRITAL DE MOITABONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N – CENTRO -
CARTÓRIO JUDICIAL

Proc. 200882100407

CERTIDÃO

Certifico que ante o teor de fls. 224/226, remeto os autos ao MP.

Moita Bonita/SE, 20/03/2015

Ailton Souza de Jesus
Técnico Judiciário

TERMO DE CARGA

Nesta data, faço estes autos com vistas ao MP desta Comarca de Malhador/SE.

Moita Bonita/SE, 23 / 03 / 2015

Ailton Souza de Jesus
Técnico Judiciário – Mat. 8267

RECEBIMENTO
MP

C/MANIFESTAÇÃO

20/03/15

~~20/03/15~~



228

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MALHADOR

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE
MALHADOR ESTADO DE SERGIPE.

PROCESSO Nº. 200882100407

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE,
por seu Presentante signatário, tendo recebido vista destes autos, manifesta-se nos termos
adiante delineados.

Trata-se de Ação de Cobrança de DPVAT.

Analisando os autos em epígrafe, verifica-se que **as partes são
maiores e capazes, não havendo interesse ou parte incapaz.**

Reza o art. 82 do Código de Processo Civil:

“Art. 82. Compete ao Ministério Público intervir”:

I - nas causas em que há interesses de incapazes;

*II - nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder,
tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência
e disposições de última vontade;*

*III - nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da
terra rural e nas demais causas em que há interesse público
evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da
parte.”(destacou-se)*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MALHADOR**

A jurisprudência também é nesse sentido:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM 23/11/2003. AÇÃO INTERPOSTA APÓS ULTRAPASSADO O PRAZO PRESCRICIONAL. SENTENÇA QUE JULGOU EXTINTO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA. REGRA CONTIDA NO ARTIGO 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 206, § 3º, IX, DO MESMO DIPLOMA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). LITÍGIO ENVOLVENDO PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO E PESSOA FÍSICA MAIOR E CAPAZ. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DESNECESSIDADE. A inexistência de relevante interesse ou quaisquer das hipóteses previstas no art. 82 do Código de Processo Civil afasta a desnecessidade de intervenção do Parquet. (fl. 43) (TJ-RN , Relator: Des. Dilermando Mota, Data de Julgamento: 01/12/2011, 1ª Câmara Cível)

Ante exposto, não havendo interesse de incapazes, manifesta-se o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE** pela **não intervenção** na presente Ação de Cobrança de DPVAT.

Malhador, 25 de fevereiro de 2015.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao(a) MM. Juiz(a) de Direito do Distrito de Moita Bonita Comarca de Ribeirópolis.

Moita Bonita, 06 de 04 de 2015.


FÁBIO DUTUMAJU DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça



**PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DE SERGIPE**

Processo nº: 200882100407

DESPACHO

Considerando o Laudo apresentado, fixo como valor remanescente o apresentado naquele documento, determinando que seja expedido alvará da quantia de R\$1.239,59 (um mil duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos) em favor do exequente e o restante, em benefício do executado.

Intimem-se para levantar os alvarás e informar o cumprimento da obrigação em 05 (cinco) dias.

Moita Bonita, 07 de abril de 2015.

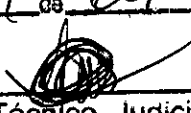

Jocelaine Costa Ramires de Oliveira
Juiza de Direito

RECEBIMENTO

Nesta data, recbi os presentes autos _____

DO CASINETE

Moita Bonita, 14 de 04 de 20 15


Técnico Judiciário :



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DO DISTRITO DE MOITA BONITA/SE

Processo n. 200882100407

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, expedi Alvarás nº 201582100955 e 201582100957.

Moita Bonita/SE, 17 de abril de 2015.


Jozenilde Alves Santos
 Técnico Judiciário



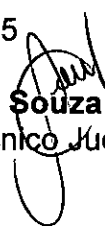
ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE MALHADOR/SE
FÓRUM DISTRITAL DE MOITABONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N - CENTRO
CARTÓRIO JUDICIAL

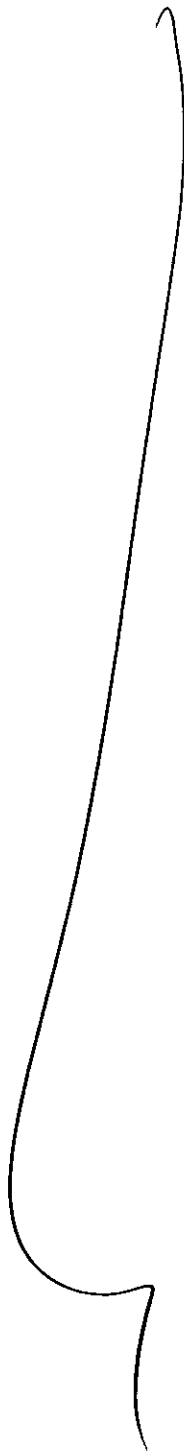
Processo n. 200882100407

ATO ORDINATÓRIO

1. Intime-se O EXEQUENTE, via causídico, em 10(dez) dias, via DJ/SE, para providenciar a retirada do ALVARÁ JUDICIAL nº. 201582100955, que se encontra assinado encartado na contracapa dos autos.
2. Intime-se O EXECUTADO, via causídico, em 10(dez) dias, via DJ/SE, para providenciar a retirada do ALVARÁ JUDICIAL nº. 201582100957, que se encontra assinado encartado na contracapa dos autos.

Moita Bonita/SE, 30/04/2015


Ailton Souza de Jesus
Técnico Judiciário



JUNTADA

Junto a estos autos O requerimiento

que sigue

Moja Bonita, 015/05/15 de 20

[Signature]

Técnico Judicial

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

390222 - CO / 2008-21520 / MOR

João Barbosa
João Paulo Martins
Joselaine Maura Figueiredo
Nicole Vianna Riente
Fernando de Freitas Barbosa
Flávia Nonato Roberto
Osmar da Silva Aquino
Adriana França da Costa

Cristina de Oliveira Ferreira
Evelyn I. Castillo Arevalo
Gabrielle Guimarães de Souza
Roberta Cunha Marinho
Ananda Dias Mendes
Alessandra Modolo
Amanda de Oliveira M. José

Noêmia Fraga Teixeira
Julliana Justo de Oliveira
Taísa Nery Silva
Rafaela F. Villas Boas Chagas
Klarissa M. C. Campos Ferreira
Deolindo Barreto Lima Neto
Michelle Galvão da Silva de Souza

Darlan Alves Moulin
Giovanna de Andrade Ribeiro
Isabel Alves da Rocha
Isabel Teixeira das Chagas
Lidiane da Silva Erves
Cristiane M. Saunier Flosi
Paloma Baptista de Oliveira

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE RIBEIROPOLIS/SE

Processo n. 200882100407



RECEBIMENTO
Recebido em 22 de 04 de 2015
Técnico Juiz

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, que lhe promove CARLOS ANTONIO DA CUNHA, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V.Exa., manifestar e requerer em conformidade ao despacho publicado do dia 15/04/2015 o qual deferiu alvará em favor do autor e reu:

Inicialmente, vem requerer, que seja expedido ALVARÁ DE TRANSFERÊNCIA DIRETA referente a saldo remanescente na monta de R\$ 1.974,79 (mil novecentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos) com as devidas correções legais, em favor da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04, autorizando ao Banco depositante (Banco do Brasil) a efetuar transferência direta na conta-corrente nº 644000-2, Agência: 1769-8, do BANCO DO BRASIL S/A.

Outrossim, requer que seja determinado que o banco depositante junte aos autos o respectivo comprovante da transferência realizada, possibilitando ao patrono da Ré realizar prestação de contas com maior clareza e transparência, informando o saldo liquido e a data exata da transferência realizada para identificação do depósito as contas da seguradora.

...a ...
...a ...
...a ...

...a ...
...a ...
...a ...

...a ...
...a ...
...a ...

...a ...
...a ...
...a ...

...

...

...a ...
...a ...
...a ...

...

...a ...
...a ...
...a ...

...a ...
...a ...
...a ...

...

...a ...
...a ...
...a ...

...a ...
...a ...
...a ...

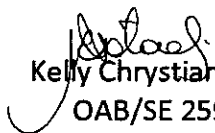
...a ...
...a ...
...a ...

Outrossim, requer, ainda, a peticionante que seja observado o nome do advogado, JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, inscrito na OAB/PE 4246, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas. 234

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Ribeiropolis, 17 de abril 2015.

João Alves Barbosa
OAB/PE 4246


Kelly Chrystian
OAB/SE 2592

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br



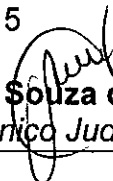
ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE MALHADOR/SE
FÓRUM DISTRITAL DE Moita Bonita /SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N – CENTRO
Secretaria Judicial

Proc. 200882100407

CERTIDÃO

Certifico que ante o teor de fls. 231/234, remeto os autos conclusão.

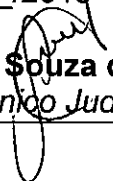
Moita Bonita/SE, 15/05/2015


Ailton Souza de Jesus
Técnico Judiciário

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos concluso a MMª Juíza de Direito desta Comarca, nesta data.

Moita Bonita/SE, 18/05/2015


Ailton Souza de Jesus
Técnico Judiciário

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
 João Paulo Martins
 Joselaine Maura Figueiredo
 Nicole Vianna Riente
 Fernando de Freitas Barbosa
 Flávia Nonato Roberto
 Osmar da Silva Aquino
 Adriana França da Costa

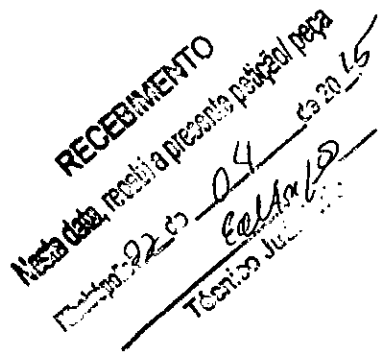
Cristina de Oliveira Ferreira
 Evelyn I. Castillo Arevalo
 Gabrielle Guimarães de Souza
 Roberta Cunha Marinho
 Ananda Dias Mendes
 Alessandra Modolo
 Amanda de Oliveira M. José

Noêmia Fraga Teixeira
 Juliana Justo de Oliveira
 Taísa Nery Silva
 Rafaela F. Villas Boas Chagas
 Klarissa M. C. Campos Ferreira
 Deolindo Barreto Lima Neto
 Michelle Galvão da Silva de Souza

Darlan Alves Moulin
 Giovanna de Andrade Ribeiro
 Isabel Alves da Rocha
 Isabel Teixeira das Chagas
 Lidiane da Silva Erves
 Cristiane M. Saunier Flosi
 Paloma Baptista de Oliveira

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE RIBEIROPOLIS/SE

Processo n. 200882100407



CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, que lhe promove **CARLOS ANTONIO DA CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V.Exa., manifestar e requerer em conformidade ao despacho publicado do dia 15/04/2015 o qual deferiu alvará em favor do autor e reu:

Inicialmente, vem requerer, que seja expedido ALVARÁ DE TRANSFERÊNCIA DIRETA referente a saldo remanescente na monta de R\$ 1.974,79(mil novecentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos) com as devidas correções legais, em favor da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04, autorizando ao Banco depositante (Banco do Brasil) a efetuar transferência direta na conta-corrente nº 644000-2, Agência: 1769-8, do BANCO DO BRASIL S/A.

Outrossim, requer que seja determinado que o banco depositante junte aos autos o respectivo comprovante da transferência realizada, possibilitando ao patrono da Ré realizar prestação de contas com maior clareza e transparência, informando o saldo liquido e a data exata da transferência realizada para identificação do depósito as contas da seguradora.

Handwritten signature/initials.

...: 04525220000190 Ins Est.: 271383593 SE

1. Name: NILEY CHRISTIAN S. SANTANA
 2. ID#: 0330848458/
 3. Post: OAB/CI 2352

Nascimento.: 17/04/2015 Data: 16/02/2016
 Idade.....: 63,92382 Matrícula.....: 189,2000000
 Ingresso.....: 0/0 Atendimento.: 00001
 Modalidade.: A Vista

CLASSIFICACAO	QTD.	PRECO(R\$)
SERVICO PROTECTOR P	1	10,20
Valor do Portefolio:	10,20	
Cepex Trans:	49,00	0,00
Peso de chumbo:	0,00	0,00
Peso de ouro:	0,00	0,00
Peso de prata:	0,00	0,00
Peso de cobre:	0,00	0,00
Peso de zinco:	0,00	0,00
Peso de estanho:	0,00	0,00
Peso de ferro:	0,00	0,00
Peso de alumínio:	0,00	0,00
Peso de magnésio:	0,00	0,00
Peso de níquel:	0,00	0,00
Peso de titânio:	0,00	0,00
Peso de cobalto:	0,00	0,00
Peso de manganês:	0,00	0,00
Peso de cálcio:	0,00	0,00
Peso de sódio:	0,00	0,00
Peso de potássio:	0,00	0,00
Peso de fósforo:	0,00	0,00
Peso de enxofre:	0,00	0,00
Peso de cloro:	0,00	0,00
Peso de bromo:	0,00	0,00
Peso de iodo:	0,00	0,00
Peso de flúor:	0,00	0,00
Peso de lítio:	0,00	0,00
Peso de berílio:	0,00	0,00
Peso de boro:	0,00	0,00
Peso de carbono:	0,00	0,00
Peso de nitrogênio:	0,00	0,00
Peso de oxigênio:	0,00	0,00
Peso de hidrogênio:	0,00	0,00
Peso de hélio:	0,00	0,00
Peso de lítio:	0,00	0,00
Peso de berílio:	0,00	0,00
Peso de boro:	0,00	0,00
Peso de carbono:	0,00	0,00
Peso de nitrogênio:	0,00	0,00
Peso de oxigênio:	0,00	0,00
Peso de hidrogênio:	0,00	0,00
Peso de hélio:	0,00	0,00
Peso de lítio:	0,00	0,00
Peso de berílio:	0,00	0,00
Peso de boro:	0,00	0,00
Peso de carbono:	0,00	0,00
Peso de nitrogênio:	0,00	0,00
Peso de oxigênio:	0,00	0,00
Peso de hidrogênio:	0,00	0,00
Peso de hélio:	0,00	0,00
Peso de lítio:	0,00	0,00
Peso de berílio:	0,00	0,00
Peso de boro:	0,00	0,00
Peso de carbono:	0,00	0,00
Peso de nitrogênio:	0,00	0,00
Peso de oxigênio:	0,00	0,00
Peso de hidrogênio:	0,00	0,00
Peso de hélio:	0,00	0,00
Peso de lítio:	0,00	0,00
Peso de berílio:	0,00	0,00
Peso de boro:	0,00	0,00
Peso de carbono:	0,00	0,00
Peso de nitrogênio:	0,00	0,00
Peso de oxigênio:	0,00	0,00
Peso de hidrogênio:	0,00	0,00
Peso de hélio:	0,00	0,00
Peso de lítio:	0,00	0,00
Peso de berílio:	0,00	0,00
Peso de boro:	0,00	0,00
Peso de carbono:	0,00	0,00
Peso de nitrogênio:	0,00	0,00
Peso de oxigênio:	0,00	0,00
Peso de hidrogênio:	0,00	0,00
Peso de hélio:	0,00	0,00
Peso de lítio:	0,00	0,00
Peso de berílio:	0,00	0,00
Peso de boro:	0,00	0,00
Peso de carbono:	0,00	0,00
Peso de nitrogênio:	0,00	0,00
Peso de oxigênio:	0,00	0,00
Peso de hidrogênio:	0,00	0,00
Peso de hélio:	0,00	0,00
Peso de lítio:	0,00	0,00
Peso de berílio:	0,00	0,00
Peso de boro:	0,00	0,00
Peso de carbono:	0,00	0,00
Peso de nitrogênio:	0,00	0,00
Peso de oxigênio:	0,00	0,00
Peso de hidrogênio:	0,00	0,00
Peso de hélio:	0,00	0,00
Peso de lítio:	0,00	0,00
Peso de berílio:	0,00	0,00
Peso de boro:	0,00	0,00
Peso de carbono:	0,00	0,00
Peso de nitrogênio:	0,00	0,00
Peso de oxigênio:	0,00	0,00
Peso de hidrogênio:	0,00	0,00
Peso de hélio:	0,00	0,00
Peso de lítio:	0,00	0,00
Peso de berílio:	0,00	0,00
Peso de boro:	0,00	0,00
Peso de carbono:	0,00	0,00
Peso de nitrogênio:	0,00	0,00
Peso de oxigênio:	0,00	0,00
Peso de hidrogênio:	0,00	0,00
Peso de hélio:	0,00	0,00
Peso de lítio:	0,00	0,00
Peso de berílio:	0,00	0,00
Peso de boro:	0,00	0,00
Peso de carbono:	0,00	0,00</

Vener. Declarando: 1911
 Me cuido de obsequiar 1911
 de la manera 1911

and the following
 The following:

1000

100

[illegible]

• • •

Cumpra-se destacar que a **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT** foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

233

A **Resolução CNSP de n.º 154** determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os **Consórcios do Seguro DPVAT** – anteriormente conhecido como “*Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT*”.

Ademais, tem-se que a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT** já detém autorização da **SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP**, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme **Portaria n.º 2797/07**.

Nesta senda, destaque-se o art. 5º, §3º, da referida Resolução, senão vejamos:

“CAPÍTULO IV

DOS CONSÓRCIOS

Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.

(...).

§ 3º. Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, PODENDO A MESMA SEGURADORA SER A ENTIDADE LÍDER DOS DOIS CONSÓRCIOS PREVISTOS NO CAPUT DESTE ARTIGO.” (g.n.).

Assim, os seguros e demais encargos provenientes de tal atributo são pagos pela Seguradora Líder, sendo certo que pagamentos para garantia do juízo são realizados pela empresa em comento.

Neste sentido, há de ser observado o art. 8º da Resolução:

“§ 8º. Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.”

Faz-se, **ESCLARECER QUE A EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ DEVERÁ SER NOMINAL a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, substabelecido para tal conforme anexo dos atos constitutivos, verdadeira titular da obrigação de reembolso da quantia disponível ao juízo

Por derradeiro, requer, ainda, que caso V. Exa., entenda de modo diverso, seja expedido alvará em nome do advogado **DRA. KELLY CHRYSYAN SILVA SANTANA, inscrita na OAB/SE 2592**, conforme procuração com poderes específicos em anexo.

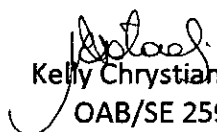
[Assinatura]

Outrossim, requer, ainda, a peticionante que seja observado o nome do advogado, **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, inscrito na **OAB/PE 4246**, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas. 234

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Ribeiropolis, 17 de abril 2015.

João Alves Barbosa
OAB/PE 4246


Kelly Chrystian
OAB/SE 2592

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br

235
46



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE MALHADOR/SE
FÓRUM DISTRITAL DE Moita Bonita /SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N – CENTRO
Secretaria Judicial

Proc. 200882100407

CERTIDÃO

Certifico que ante o teor de fls. 231/234, remeto os autos conclusão.

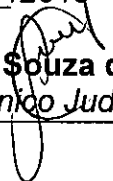
Moita Bonita/SE, 15/05/2015


Ailton Souza de Jesus
Técnico Judiciário

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos a MMª Juíza de Direito desta Comarca, nesta data.

Moita Bonita/SE, 18/05 /2015


Ailton Souza de Jesus
Técnico Judiciário



**PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DE SERGIPE**

Processo nº : 200882100407

DESPACHO

Consoante é possível vislumbrar na contracapa dos autos do processo em epígrafe, já se encontra confeccionado Alvará de Levantamento de Quantia em nome da Bela. Kelly Chrystian Silva Santana – OAB/SE nº 2.592, a qual deverá proceder à retirada deste, no prazo de 05 (cinco) dias.

Ademais, proceda a Secretaria ao cadastramento do Bel. João Alves Barbosa Filho – OAB/PE 4.246, no SCP, como patrono da executada.

Moita Bonita, 20 de maio de 2015.

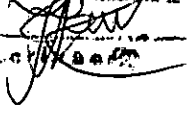

Jocelaine Costa Ramires de Oliveira
Juíza de Direito

RECIBIMIENTO

RECIBI LOS PROYECTOS NOVEN

del gabinete nesta data,

FECH. 26/05/2015


RECIBIENDO



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DO DISTRITO DE MOITA BONITA/SE

Processo n. 200882100407

ATO ORDINATÓRIO

Intimem-se as partes, por seus advogados, via DJ, para, no prazo de 10 (dez) dias, comparecerem em cartório para retirada dos alvarás ou informarem a sua retirada e consequente quitação.

Moita Bonita/SE, 09 de junho de 2015.


Jozenilde Alves Santos
Técnico Judiciário



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DO DISTRITO DE MOITA BONITA/SE

Processo n. 200882100407

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, as partes foram intimadas, através de Ato Ordinatório de fls. retro, para retirada dos Alvarás Judiciais, porém deixaram fluir o prazo in albis sem manifestação. O referido é verdadeiro e dou fé.

Moita Bonita/SE, 23 de junho de 2015.


Jozenilde Alves Santos
Técnico Judiciário

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos a MM Juíza de Direito desta Comarca.

Moita Bonita/SE, 30 de junho de 2015.


Jozenilde Alves Santos
Técnico Judiciário



**PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DE SERGIPE**

Processo nº: 200882100407

DESPACHO

Intime-se o executado, pela via postal, com Aviso de Recebimento, a fim de que proceda à retirada de Alvará em seu favor, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo advertido de que o seu silêncio implicará no arquivamento dos presentes autos.

Moita Bonita/SE, 1º de julho de 2015.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Jocelaine', written over a circular stamp.

Jocelaine Costa Ramires de Oliveira
Juíza de Direito

RECEBIMENTO

Nesta data, recebi os presentes autos

DO GABINETE.

Moita Bonita 07 de 07 de 20 15


Técnico Judiciário

240



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE MALHADOR/SE
FÓRUM DISTRICTAL DE MOITA BONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N – CENTRO -
CARTÓRIO JUDICIAL

Processo Nº. 200882100407

CERTIDÃO

Certifico que foi confeccionado ALVARÁ JUDICIAL sob o n. 201582101659, nesta data, estando o mesmo aguardando conferência e assinatura da magistrada.

Certifico, ainda, que foi confeccionado carta de intimação n. 201582101658.

Moita Bonita/SE, 09/07/2015

Ailton Souza de Jesus
Ailton Souza de Jesus
Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juízo de Direito Moita Bonita
Av. João Evangelista da Costa, S/N
Bairro - Centro Cidade - Moita Bonita
Cep - 49560-000 Telefone - (79)3453-1476



201582101658

24/8

PROCESSO: 200882100407 (Físico)
NÚMERO ÚNICO: 0000454-19.2008.8.25.0069
NATUREZA: Cumprimento da Sentença
Exequente...: KEYLLA SOARES DA CUNHA
Executado...: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CARTA DE INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)**, para cumprir a finalidade abaixo identificada constante no/a despacho/decisão/cota promotorial exarada nos autos.

Prazo: 05(cinco) dias

Finalidade: Intime-se o executado, pela via postal, com Aviso de Recebimento, a fim de que proceda à retirada de Alvará em seu favor, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo advertido de que o seu silêncio implicará no arquivamento dos presentes autos.

Atenciosamente,

ITALO DE CARVALHO LEMOS
Escrivão(ã)/Chefe de Secretaria/Subsecretário
Documento assinado eletronicamente

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
Residência : AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, 91 SALA 913 - 9º ANDAR
Bairro : CENTRO
Cep : 20031005
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ

[TM924,MD1809]

SECRET
NO FORN DISSEM
EXCLUDED FROM AUTOMATIC DOWNGRADING AND DECLASSIFICATION
EXCLUDED FROM AUTOMATIC DOWNGRADING AND DECLASSIFICATION
EXCLUDED FROM AUTOMATIC DOWNGRADING AND DECLASSIFICATION

EXCLUDED FROM AUTOMATIC DOWNGRADING AND DECLASSIFICATION

EXCLUDED FROM AUTOMATIC DOWNGRADING AND DECLASSIFICATION

EXCLUDED FROM AUTOMATIC DOWNGRADING AND DECLASSIFICATION
EXCLUDED FROM AUTOMATIC DOWNGRADING AND DECLASSIFICATION
EXCLUDED FROM AUTOMATIC DOWNGRADING AND DECLASSIFICATION
EXCLUDED FROM AUTOMATIC DOWNGRADING AND DECLASSIFICATION

EXCLUDED FROM AUTOMATIC DOWNGRADING AND DECLASSIFICATION

243/8



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE MALHADOR/SE
FÓRUM DISTRITAL DE MOITA BONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N - CENTRO
CARTÓRIO JUDICIAL

Processo Nº. 200882100407

CERTIDÃO

CERTIDÃO que findou o prazo de fls. 239/242, sem qualquer manifestação.

Ante o exposto, remeto os autos à conclusão.

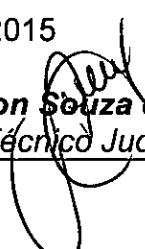
Moita Bonita/SE, 18/09/2015.


Ailton Souza de Jesus
Técnico Judiciário

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos a magistrada desta Comarca de Malhador/SE nesta data.

Moita Bonita/SE, 21/09/2015


Ailton Souza de Jesus
Técnico Judiciário



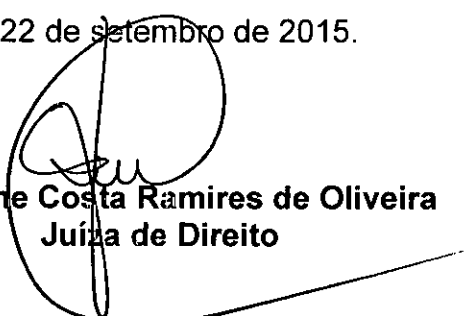
**PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DE SERGIPE**

Processo nº: 200882100407

DESPACHO

Arquive-se.

Moita Bonita/SE, 22 de setembro de 2015.


Jocelaine Costa Ramires de Oliveira
Juíza de Direito

RECEBIMENTO

Nesta data, recebi os presentes Euros _____

DO GRUPO IN PTE.

Muito Bom dia, 29 de 08 de 15

Técnico Judiciário



245/18

ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE MALHADOR/SE
FÓRUM DISTRITAL DE MOITA BONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N – CENTRO -
CARTÓRIO JUDICIAL

Processo Nº. 200882100407

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que a sentença retro transitou em julgado em 29/09/2015.

O referido é verdade e dou fé.

Moita Bonita/SE, 29/09/2015

Ailton Souza de Jesus
Técnico Judiciário, Mat. 8267

CERTIDÃO

Certifico que o presente feito foi arquivado na caixa nº. **32/2015**, nesta data.

Moita Bonita/SE, 29/09/2015.

Ailton Souza de Jesus
Técnico Judiciário – Mat. 8267

246



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juízo de Direito Moita Bonita
Av. João Evangelista da Costa, S/N
Bairro - Centro Cidade - Moita Bonita
Cep - 49560-000 Telefone - (79)3453-1476



201582101659

PROCESSO: 200882100407 (Físico)
NÚMERO ÚNICO: 0000454-19.2008.8.25.0069
NATUREZA: Cumprimento da Sentença
Exequente...: KEYLLA SOARES DA CUNHA
Executado...: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ALVARÁ JUDICIAL PARA LEVANTAMENTO DE QUANTIA

A Dra. Jocelaine Costa Ramires de Oliveira, Juíza de Direito de Moita-Bonita, Estado de Sergipe,

Autoriza a pessoa abaixo identificada, a receber nesse Estabelecimento Bancário, a importância infra discriminada.

Pessoa Autorizada: KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA - OAB/SE 2592, CPF N. 53308484587

Estabelecimento Bancário/Agência/ Conta Corrente: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE - BANESE - AG N. 037 - CONTA JUDICIAL N. 072012000011282154.

Valor: R\$1.974,09(MIL NOVECENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E NOVE CENTAVOS).

Prazo de Validade: 30 (trinta) dias.

Jocelaine Costa Ramires de Oliveira
Juíza de Direito
Documento assinado eletronicamente

[TM2009,MD2020]

247



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juízo de Direito Moita Bonita
Av. João Evangelista da Costa, S/N
Bairro - Centro Cidade - Moita Bonita
Cep - 49560-000 Telefone - (79)3453-1476



201582100957

PROCESSO: 200882100407 (Físico)
NATUREZA: Cumprimento da Sentença
Exequente...: KEYLLA SOARES DA CUNHA
Executado...: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ALVARÁ JUDICIAL PARA LEVANTAMENTO DE QUANTIA

A Dra. Jocelaine Costa Ramires de Oliveira, Juíza de Direito de Moita Bonita, Estado de Sergipe,

Autoriza a pessoa abaixo identificada, a receber nesse Estabelecimento Bancário, a importância discriminada.

Pessoa Autorizada: BEL. KELLY CHYSTIAN SILVA SANTANA - OAB/SE 2592

Estabelecimento Bancário/Agência/ Conta Corrente: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE - BANESE - AG: 037 - CONTA JUDICIAL: 072012000011282154

Valor da quantia: R\$ 1.974,70 (um mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos)

Prazo de Validade: 30 (trinta) dias.

Jocelaine Costa Ramires de Oliveira
Juíza de Direito
Documento assinado eletronicamente

MD02009

248



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juízo de Direito Moita Bonita
Av. João Evangelista da Costa, S/N
Bairro - Centro Cidade - Moita Bonita
Cep - 49560-000 Telefone - (79)3453-1476



201582100955

PROCESSO: 200882100407 (Físico)
NATUREZA: Cumprimento da Sentença
Exequente...: KEYLLA SOARES DA CUNHA
Executado...: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ALVARÁ JUDICIAL PARA LEVANTAMENTO DE QUANTIA

A Dra. Jocelaine Costa Ramires de Oliveira, Juíza de Direito de Moita Bonita, Estado de Sergipe,

Autoriza a pessoa abaixo identificada, a receber nesse Estabelecimento Bancário, a importância infra discriminada.

Pessoa Autorizada: TÂNIA CRISTINA SOARES DOS SANTOS, portadora do RG nº 331425644 - SSP/SE e/ou Bel. VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DÉDA - OAB/SE 4316

Estabelecimento Bancário/Agência/ Conta Corrente: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE - BANESE - AG: 0037 - CONTA JUDICIAL: 072012000011282154

Valor: R\$ 1.239,59 (um mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos)

Prazo de Validade: 30 (trinta) dias.

Jocelaine Costa Ramires de Oliveira
Juíza de Direito
Documento assinado eletronicamente

MD02009

249



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juízo de Direito Moita Bonita
Av. João Evangelista da Costa, S/N
Bairro - Centro Cidade - Moita Bonita
Cep - 49560-000 Telefone - (79)3453-1476



201582100955

PROCESSO: 200882100407 (Físico)
NATUREZA: Cumprimento da Sentença
Exequente...: KEYLLA SOARES DA CUNHA
Executado...: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ALVARÁ JUDICIAL PARA LEVANTAMENTO DE QUANTIA

A Dra. Jocelaine Costa Ramires de Oliveira, Juíza de Direito de Moita Bonita, Estado de Sergipe,

Autoriza a pessoa abaixo identificada, a receber nesse Estabelecimento Bancário, a importância infra discriminada.

Pessoa Autorizada: TÂNIA CRISTINA SOARES DOS SANTOS, portadora do RG nº 331425644 - SSP/SE e/ou Bel. VALÉRIO CÉSAR DE AZEVEDO DÉDA - OAB/SE 4316

Estabelecimento Bancário/Agência/ Conta Corrente: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE - BANESE - AG: 0037 - CONTA JUDICIAL: 072012000011282154

Valor: R\$ 1.239,59 (um mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos)

Prazo de Validade: 30 (trinta) dias.

Jocelaine Costa Ramires de Oliveira
Juíza de Direito
Documento assinado eletronicamente

MD02009



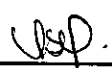
ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
DISTRITO JUDICIÁRIO DE MOITA BONITA/SE
Avenida João Evangelista da Costa, s/n, centro, Moita Bonita/SE, CEP. 49560-000
Fone: 079 - 3453-1476

TERMO DE PENHORA

Aos 27/11/2012, nesta cidade de Moita Bonita/SE, Estado de Sergipe, no
forum, onde se achava o MM. Juiz de Direito desta Comarca, o Dr. PAULO
ROBERTO FONSECA BARBOSA, comigo Diretora de Secretaria a Sra. Layseane
dos Santos Machado, de seu cargo adiante nomeado, *foi procedida a penhora, via
BACEN JUD, da importância de R\$3.214,38(três mil duzentos e quatorze reais e
trinta e oito centavos) encontrando-se depositado em conta Judicial na Agência do
Banese da Comarca de Ribeirópolis/SE, qual seja; agência 0037, ID n.,
072012000011282154, Banco do Banese do Estado de Sergipe, referente ao
processo tombado neste Juízo sob o nº.200882100407, Ação cível(Cumprimento de
Sentença), movida por CARLOS ANTÔNIO DA CUNHA (FALECIDO), CPF n.
045.593.645-59, através de seus representantes legais: KEYLA SOARES DA
CUNHA, CPF n. 057.561.455-24 e TÂNIA REGINA SOARES DOS SANTOS, CPF
n. 062.298.884-60, em face da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS –
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, CNPJ n. 09.248.608/0001-04.
E que o presente, foi lido e achado conforme vai devidamente assinado por mim
Juiz de Direito e a Diretora de Secretaria. Devendo o executado ser intimado, para
que no prazo de 15(quinze) dias, apresente impugnação ao presente Termo, com
arrimo no artigo 475 - J, § 1º do CPC.*



PAULO ROBERTO FONSECA BARBOSA
Juiz de Direito



Layseane dos Santos Machado
Diretora de Secretaria

11 FG

Junta a estos autos 0 Petitorio que
seguir
Srita Sonita de 14/03/16 de 20
[Signature]
Técnico Secretario

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
João Martins
Rafaella Barbosa
Joselaine Maura
Fernando Barbosa
Adriana França
Adriana Moura

Amanda Mala
Caroline Mançano
Cristiane Flosi
Cristina Ferrelra
Evelyn Castillo
Isabel Chagas
Jessica Correa

João Antonio
Julianne Souza
Michelle Souza
Noemia Teixeira
Osmar Aquino
Paloma Oliveira
Raphael Neves

Roberta Marinho
Roberto Costa
Taisa Silva
Tamires Farias
Tiago Leão
Walter Araújo

Assistentes jurídicos
Adriano Ribeiro
Breno Azambuja
Carlos Eduardo
Kellen Drummond
Lohan Mota
Michael Cunha
Rita Nogueira
Roberta Oliveira

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE RIBEIROPOLIS/SE

Processo n. 200882100407

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, que lhe promove **CARLOS ANTONIO DA CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V.Exa., manifestar e **requerer em conformidade ao despacho publicado do dia 15/04/2015** o qual deferiu alvará em favor do autor e réu:

O **DESARQUIVAMENTO DOS AUTOS** com o objetivo da **RESTITUIÇÃO DOS VALORES**, tendo em vista a perda da validade legal.

Inicialmente, vem requerer, que seja expedido **ALVARÁ DE TRANSFERÊNCIA DIRETA** referente a saldo remanescente na monta de **R\$ 1.974,79(mil novecentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos)** com as devidas correções legais, em favor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04, autorizando ao Banco depositante (Banco do Brasil) a efetuar transferência direta na conta-corrente nº 644000-2, Agência: 1769-8, do **BANCO DO BRASIL S/A**.

Outrossim, **requer que seja determinado que o banco depositante junte aos autos o respectivo comprovante da transferência realizada**, possibilitando ao patrono da Ré realizar prestação de contas com maior clareza e transparência, informando o saldo liquido e a data exata da transferência realizada para identificação do depósito as contas da seguradora.

K. Santana



Cumpre destacar que a **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT** foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A **Resolução CNSP de n.º 154** determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os **Consórcios do Seguro DPVAT** – anteriormente conhecido como “*Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT*”.

Ademais, tem-se que a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT** já detém autorização da **SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP**, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme **Portaria n.º 2797/07**.

Nesta senda, destaque-se o art. 5º, §3º, da referida Resolução, senão vejamos:

“CAPÍTULO IV

DOS CONSÓRCIOS

Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.

(...).

§ 3º. Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, PODENDO A MESMA SEGURADORA SER A ENTIDADE LÍDER DOS DOIS CONSÓRCIOS PREVISTOS NO CAPUT DESTE ARTIGO.” (g.n.).

Assim, os seguros e demais encargos provenientes de tal atributo são pagos pela Seguradora Líder, sendo certo que pagamentos para garantia do juízo são realizados pela empresa em comento.

Neste sentido, há de ser observado o art. 8º da Resolução:

“§ 8º. Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.”

Faz-se, **ESCLARECER QUE A EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ DEVERÁ SER NOMINAL a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, substabelecido para tal conforme anexo dos atos constitutivos, verdadeira titular da obrigação de reembolso da quantia disponível ao juízo

K Sant'Anna

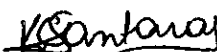
253
Por derradeiro, requer, ainda, que caso V. Exa., entenda de modo diverso, seja expedido alvará em nome do advogado DRA. KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA, inscrita na OAB/SE 2592, conforme procuração com poderes específicos em anexo.

Outrossim, requer, ainda, a peticionante que seja observado o nome do advogado, JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, inscrito na OAB/PE 4246, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Ribeiropolis, 17 de abril 2015.

JOÃO ALVES BARBOSA
OAB/PE 4246


KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA
OAB/SE 2592

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br

254

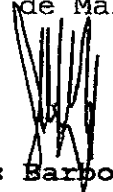
SUBSTABELECIMENTO
COM PODERES ESPECÍFICOS

OUTORGANTE: Dr. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PE 4.246, integrante da sociedade de advogados denominada JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS, situada a Rua São José, n°90 grupo 810/812 Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20010-020.

OUTORGADO: DRA. KELLY CHRYSYIAN SILVA SANTANA, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SE sob o n° 2.592, com escritório na Rua Pacatuba, N.° 254, Sala 210, CENTRO, ARACAJU/SE.

PODERES: Substabelece os poderes específicos para receber e dar quitação, providenciando o levantamento do alvará e requerimento da transferência de todo o valor que encontra-se depositado no processo substabelecido com as devidas correções para agência n°1769-8, conta corrente n° 644.000-2 do Banco do Brasil, de titularidade da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, inscrita no CNPJ n° 09.248.608.0001-04, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT que lhe promove CARLOS ANTONIO DA CUNHA, em face da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, inscrita no CNPJ n° 33.054.826/0001-92, em curso perante ao ÚNICO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE RIBEIROPOLIS/SE, nos autos do Processo tombado sob o n.° 200882100407.

Recife, 6 de Maio de 2015.



João Alves Barbosa Filho
OAB/PE 4.246



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE MALHADOR/SE
FÓRUM DISTRITAL DE MOITA BONITA/SE
AV. JOÃO EVANGELISTA DA COSTA, S/N - CENTRO
CARTÓRIO JUDICIAL

Processo Nº. 200882100407

CERTIDÃO

CERTIDÃO que ante o teor de fls. 251/258, remeto os autos à conclusão.

Moita Bonita/SE, 11/03/2016

Ailton Souza de Jesus
Ailton Souza de Jesus
Técnico Judiciário

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos concluso a magistrada desta Comarca de Malhador/SE, nesta data.

Moita Bonita/SE, 21 /03/2016

Ailton Souza de Jesus
Ailton Souza de Jesus
Técnico Judiciário



**PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DE SERGIPE**

Processo nº : 200882100407

DESPACHO

Conforme se vê às fls. 247/249, foi expedido o alvará de levantamento do saldo remanescente em nome da causídica subscritora da petição de fls. 232/234, sendo renovado o seu teor na petição de fls. 251/253.

Assim, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Malhador/SE, 22 de março de 2016.

Jocelaine Costa Ramires de Oliveira
Juiza de Direito

RECEBIMENTO

Nesta data, foram-me entregues:

los.

do gabarito

Molta Bonita, 20 de 03

2016

[Assinatura]
Técnico Judiciário

CERTIDÃO

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que

o presente
feito por marguerdo
na data 30/16

Molta Bonita, 04 de 16 de 20

[Assinatura]
Técnico Judiciário

JUNTADA

Certifico que nesta data faço juntada aos
autos do (a) Peticão do
Recurso do executado

14.02.2018

[Assinatura]
Técnico Judiciário

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
João Martins
Alice Barbosa
Rafaela Barbosa
Joselaine Maura
Fernando Barbosa
Carlos Eduardo

Isabel Chagas
Noemia Teixeira
Roberto Costa
Rodrigo Almeida
Taisa Silva
Tiago Leão

Adriana Moura
Alecsandro Freitas
André de Souza
Cristiane Silva
Gabrielle serrano

Juliana Cruz
Livia Barroso
Lohan Mota
Patricia Bonfim
Walter Araújo

Gilson Erves

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE RIBEIROPOLIS/SE

Processo n. 200882100407

R. de
E 18.10.2016
Eduardo



COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, que lhe promove **CARLOS ANTONIO DA CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V.Exa., manifestar e requerer em conformidade ao despacho publicado do dia 15/04/2015 o qual deferiu alvará em favor do autor e réu:

O DESARQUIVAMENTO DOS AUTOS com o objetivo da RESTITUIÇÃO DOS VALORES, tendo em vista a perda da validade legal.

Inicialmente, vem requerer, que seja expedido ALVARÁ DE TRANSFERÊNCIA DIRETA referente a saldo remanescente na monta de R\$ 1.974,79 (mil novecentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos) com as devidas correções legais, em favor da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04, autorizando ao Banco depositante (Banco do Brasil) a efetuar transferência direta na conta-corrente nº 644000-2, Agência: 1769-8, do BANCO DO BRASIL S/A.

Outrossim, requer que seja determinado que o banco depositante junte aos autos o respectivo comprovante da transferência realizada, possibilitando ao patrono da Ré realizar prestação de contas com maior clareza e transparência, informando o saldo líquido e a data exata da transferência realizada para identificação do depósito as contas da seguradora.

Cumpra-se destacar que a **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT** foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A **Resolução CNSP de n.º 154** determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os **Consórcios do Seguro DPVAT** – anteriormente conhecido como “*Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT*”.

Ademais, tem-se que a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT** já detém autorização da **SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP**, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07.

Nesta senda, destaque-se o art. 5º, §3º, da referida Resolução, senão vejamos:

“CAPÍTULO IV

DOS CONSÓRCIOS

Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.

(...).

§ 3º. Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, PODENDO A MESMA SEGURADORA SER A ENTIDADE LÍDER DOS DOIS CONSÓRCIOS PREVISTOS NO CAPUT DESTE ARTIGO.” (g.n.).

Assim, os seguros e demais encargos provenientes de tal atributo são pagos pela Seguradora Líder, sendo certo que pagamentos para garantia do juízo são realizados pela empresa em comento.

Neste sentido, há de ser observado o art. 8º da Resolução:

“§ 8º. Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.”

Faz-se, **ESCLARECER QUE A EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ DEVERÁ SER NOMINAL a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, substabelecido para tal conforme anexo dos atos constitutivos, verdadeira titular da obrigação de reembolso da quantia disponível ao juízo

CONCLUSÃO

de intimações futuras, sob pena de nulidade.

14 02 2017

[Handwritten signature]

RECEIVED 14 OCTOBER 1951

[Handwritten signature]
DARLENE
CHRISTIAN SILVA

05/15/53
10:40 ALVES B-10024

[illegible]



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE MALHADOR/SE*

Processo nº. 200882100407

DESPACHO

Observa-se que a petição de fls. 257/259, que requer o desarquivamento dos autos e expedição, possui rigorosamente o mesmo conteúdo daquelas de fls. 232/234 e 251/253, tendo sido consignado no despacho de fl. 236 que já se encontrava confeccionado Alvará de Levantamento de Quantia em nome da Bela. Kelly Chrystian Silva Santana, OAB/SE n. 2592, a qual deveria proceder à retirada deste no prazo de 05 (cinco) dias.

Também foi determinado o cadastramento do novo causídico da parte requerida, bem como expedidos mandados por carta com a finalidade de intimar o executado do despacho alhures referido.

Por fim, o despacho de fl. 256 relatou tais circunstâncias determinando novo arquivamento dos autos. Assim, não havendo qualquer inovação na petição retro, e considerando ainda que os despachos mencionados não foram questionados quando da sua publicação, **rearquive-se o feito.**

Malhador/SE, 16/02/2017.



Pedro Rodrigues Neto

Juiz de Direito



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA
Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

200882100407

DATA:

23/05/2017

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou féque a partir da presente data (23/05/2017) este processo fora virtualizado, passando atramitar exclusivamente na forma virtual através do Sistema de Controle ProcessualVirtual, devendo o peticionamento ser realizado através do Portal do Advogado e/ouPortal Criminal. Os documentos virtualizados foram arquivados na caixa nº30/2017

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não